

25.1

Teoria & Sociedade

ISSN: 1518-4471

Revista dos Departamentos de
Antropologia e Arqueologia,
Ciência Política e
Sociologia

U F M G

Teoria & Sociedade, Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, é uma publicação periódica semestral destinada a veicular trabalhos teóricos e empíricos sobre temas de interesse das áreas das ciências sociais

em suas múltiplas vertentes intelectuais. Tendo uma abrangência ampla e plural, Teoria & Sociedade publica artigos inéditos e ensaios bibliográficos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela Comissão Editorial, assim como resenhas e traduções inéditas no Brasil.

EDITORAS

Mariana Petry Cabral

EQUIPE TÉCNICA

Secretário Editorial:

Cristiano Araújo Coelho

COMISSÃO EDITORIAL

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Carlos Ranulfo Félix de Melo

Daniel Schroeter Simão

Eduardo Viana Vargas

Renarde Ferreira Nobre

Vera Alice Cardoso Silva

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Pereira Prates- UFMG

Antonio Fernando Mitre- UFMG

Archibald Haller- UW–Madison

Benício Viero Schmidt- PUC-RS

Bernardo Sorj- UFRJ

Bila Sorj-UFRJ

Bill Smith- Stanford University e Miami University

Carlos Aurélio P. de Faria- PUC MINAS

Celina Souza- UFBA

Daniel Pecaui- EHESS, Paris

Elisa Reis- UFRJ

Fábio Wanderley Reis- UFMG

Fátima Anastasia- UFMG

Gustavo Lins Ribeiro- UnB

Jean-Michel Blanquer- DGESCO- Paris

José Eisenberg- UFRJ

Juarez Rocha Guimarães- UFMG

Leonardo Avritzer- UFMG

Leonardo Fígoli- UFMG

Maroli Pompermayer- UFMG

Marco Cepik- UFRGS

Maria D'Alva Gil Kinzo- USP

Maria das Mercês G. Somarriba- FJP

Maria Lígia Oliveira Barbosa- UFRJ

Marta Araújo- CES- Coimbra

Martin Bauer- LSE- Londres

Mirian Goldenberg- Museu Nacional/ UFRJ

Mônica Mata Machado de Castro- UFMG

Nelson do Valle Silva- IUPERJ

Neuma Aguiar- UFMG

Otávio Dulci- UFMG

Peter Fry- UFRJ

Pierre Sanchis- UFMG

Renan Springer de Freitas- UFMG

Renato Bosghi- IUPERJ

Roberto Grün- UFSCar

Rodrigo Duarte- UFMG

Sérgio Azevedo- UENF

Silvia Maezo- CES- Coimbra

Tânia Quintaneiro- UFMG

Teoria & Sociedade

REDAÇÃO

Teoria & Sociedade

Departamento de Antropologia e Arqueologia

Departamento de Ciência Política

Departamento de Sociologia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte, MG - Brasil

<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade>

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

© 2017 , DAA-DCP-DSO/UFMG

Número publicado com recursos da Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

ATENDIMENTO

teoriaesociedade@gmail.com

Teoria & Sociedade

Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia - UFMG

Belo Horizonte, 25.1, xxxxxx - xxxxxx 2017. Circulação XXXXX 2018. Semestral.

ISSN: 1518-4471

1) Teoria Social - Periódicos. 2) Política - Periódicos. 3) Sociologia - Periódicos.

4) Antropologia e Arqueologia - Periódicos. 4) Universidade Federal de Minas Gerais

25.1

Teoria *Ε* Sociedade

ISSN: 1518-4471

Revista dos Departamentos de
Antropologia e Arqueologia,
Ciência Política e
Sociologia

U F M G

SUMÁRIO *Summary*

SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DISCURSOS DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE AS CONFERÊNCIAS DO RIO DE 1992 E DE 2012 <i>Senses for sustainable development: civil society discourses regarding Rio-92 and Rio+20</i> FERNANDA NATASHA BRAVO CRUZ	1
DE VOLTA AO PICADEIRO - LEMBRANÇAS DO CIRCO DE ANTIGAMENTE <i>Back to the ring - Memories of the circus of yesteryear</i> GILMAR ROCHA	23
A CAPOEIRA E OS NOVOS USOS E SIGNIFICADOS DA PRÁTICA “AFRO-BRASILEIRA” NO REINO UNIDO <i>Capoeira and the new uses and meanings of the “Afro-Brazilian” practice in the United Kingdom</i> DANIEL GRANADA	49
ESCRITAS DE SI: GÊNERO E SEXUALIDADE EM SUSPENSÃO <i>Self writing: gender and sexuality in suspension</i> NEIL FRANCO NILCE VIEIRA CAMPOS FERREIRA	61
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR DO ENEM <i>Educational inequalities between brazilian public schools: a comparative study using enem data</i> RAQUEL CALLEGARIO ZACCHI MARLON GOMES NEY	82

- UMA ABORDAGEM EMPÍRICA DO PADRÃO ALOCATIVO DO GOVERNO FEDERAL
BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DA TRAJETÓRIA DO GASTO SOCIAL 118
*An Empirical Approach to the Allocation Pattern of the
Brazilian Federal Government: Evidence of the path
trajectory of social spending*
ÍTALO FITTIPALDI
SAULO FELIPE COSTA
CLETIANE MEDEIROS ARAUJO
- NEM SÓ DE VERDE SE FAZ O MEIO AMBIENTE: ARQUEOLOGIA E 137
LICENCIAMENTO AMBIENTAL
*Not only green is making the environment: archaeology and
environmental licensing*
ANA CRISTINA ROCHA SILVA
ELIVALDO SERRAO CUSTODIO
EDINALDO PINHEIRO NUNES FILHO
- ANÁLISES QUÍMICAS DE PIGMENTOS, PASTA E RESÍDUOS ORGÂNICOS EM 155
CERÂMICA TUPI PROVENIENTE DE BROTAS
(SÃO PAULO/BRASIL)
*Chemical analysis of pigments, clay and organic residues in
Tupinikin ceramic of Brotas (São Paulo-Brazil)*
MARIANNE SALUM
CARLOS R. APPOLONI
AGUSTIN ORTIZ
MARISA C. AFONSO



SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DISCURSOS DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE AS CONFERÊNCIAS DO RIO DE 1992 E DE 2012*

FERNANDA NATASHA BRAVO CRUZ

RESUMO

Entre os atores da sociedade civil que estiveram no Rio de Janeiro em 1992 para construir um Fórum Global e uma lógica inédita de incidência política sobre as Nações Unidas em sua Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), muitos retornaram, 20 anos depois, ao mesmo cenário. Esses indivíduos constituíram redes transnacionais de movimentos sociais e novos projetos políticos, com propósitos os mais díspares, entre suas composições de lutas transversais e em seus enfrentamentos por hegemonia. Chamados neste estudo por membros de uma sociedade civil transnacional, 32 deles foram entrevistados e têm excertos e interpretações de seus discursos ora compartilhados no que tange aos eventos e, especialmente, à participação política transna-

cional. Dentre os entrevistados estão atores que protagonizaram arenas transnacionais, fundando sentidos do socioambientalismo. Foi possível encontrar distintos modos de atribuição de sentido para o desenvolvimento sustentável, principal tema de discussão dos eventos, de acordo com a orientação de projetos políticos dos entrevistados – fossem projetos tendentes à construção de contra-hegemonias ou à colaboração com o sistema dominante. A análise de discursos dos ativistas demonstra que, enquanto o evento de 1992 representou um momento de emergência de um pensamento de fronteira e fissuras no imaginário dominante, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou Rio+20) foi percebida como um mero eco do primeiro evento.

PALAVRAS - CHAVE

Sociedade Civil Transnacional; Globalização Contra-Hegemônica; Rio 92; Rio+20.

* O artigo resulta de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, no Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais (NPMS), sob orientação da Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren, a quem agradeço sincera e imensamente. Uma versão prévia deste trabalho foi discutida no GT Movimentos Sociais na Atualidade: reconfiguração das práticas e novos desafios teóricos do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, em 2015. Agradeço também aos debatedores da ocasião e aos pareceristas da revista *Teoria & Sociedade* pelas valiosas sugestões.

SENSES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT: CIVIL SOCIETY DISCOURSES REGARDING RIO-92 AND RIO+20

ABSTRACT

Many among civil society actors who were in Rio de Janeiro in 1992 to build a Global Forum and an unprecedented logic of political influence on the United Nations during the Conference on Environment and Development have returned 20 years later to the same scenario. These individuals constituted social movements networks and new political projects with the most distinct purposes, while linking cross-cutting struggles and fighting for hegemony. Called in this study as members of a transnational civil society, thirty-two of them were interviewed and have, hereby shared, their discourses excerpts and interpretations about the events, and specially, on the transnational political participation. Among the interviewed, there are actors who have played main roles at transnational arenas, founding socio-environmentalist purposes. It was possible to identify different ways of assigning meaning to sustainable development, the main topic of discussion of the events, according to the guidance of political projects of respondents - some projects aimed at building counter-hegemony and others at the collaboration with the dominant system. The activists discourse analysis shows that while the 1992 event was a moment of emergence of border thinking and fissure in the dominant imaginary, the United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD, or Rio+20) was perceived as a mere echo of the first event.

KEYWORDS

Transnational civil society; counter-hegemonic globalization; Rio 92; Rio+20.

SOBRE OS AUTORES

FERNANDA NATASHA BRAVO CRUZ

Professora adjunta do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. É doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela mesma universidade e mestra em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2016

APROVADO EM

Maior de 2018

1 - INTRODUÇÃO

A atuação de militantes de organizações não-governamentais (ONG) e movimentos sociais em paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio 92, convidou os olhares do mundo para o tema do desenvolvimento sustentável. Mais além, a mobilização não-governamental redefiniu os significados desse tema. Neste estudo, convencionou-se chamar os ativadores das redes em torno da Rio 92 e de sua mais recente sucessora, a Rio+20, por membros de uma sociedade civil transnacional (SCT). A noção de SCT está aqui constituída pelas abordagens das redes transnacionais de *advocacy* (Keck, Sikkink 1998), das redes de movimentos sociais (Scherer-Warren 1993, 1999) e do ativismo transnacional (Tarrow 2007, 2001). As abordagens do cosmopolitismo subalterno, da globalização contra-hegemônica (Santos 2008) e dos projetos políticos (Dagnino 2004) são contextualizadas pelos debates da colonialidade/modernidade (Escobar 1995, 2016) e pós-coloniais (Bhabha 1998), compondo o quadro teórico-conceitual que dá sentido à análise de discursos de 32 ativistas participantes dos eventos do Rio de Janeiro.

A proposta inicial da pesquisa foi apontar perspectivas de ativistas da SCT sobre o evento específico da Rio 92, em especial no que tange à influência da participação de ONGs sobre a institucionalidade formal. Entretanto, tal intenção foi superada devido ao envolvimento dos atores, que apresentaram detalhes valiosos sobre os eventos, e também pela ocasião da Rio+20. Dado o momento da pesquisa (e apesar do evento de 1992 ter sido mais exaltado), as ações de 2012 foram constante e inevitavelmente trazidas pelos entrevistados. Ao considerar esses discursos, foi possível evidenciar as formas de ação e de atribuição de significado, bem como os projetos políticos dos atores nas suas conformações de articulações transnacionais, em ambos os eventos, mais detalhadamente no que tange à primeira Conferência do Rio.

2 - SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL, DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E REINVENÇÕES CONCEITUAIS

Se, em meados da década de 1960, surgiram movimentos sociais diversificados, voltados para questões culturais e de valores (os chamados novos movimentos sociais), é a partir do cenário pós-guerra fria que despontam, para além dos centros ocidentais, as organizações não-governamentais. Dentro do panorama da intensificação dos processos de globalização econômica, com as possibilidades que surgem das formas de comunicação e da diversificação das ações coletivas, a atuação da sociedade civil tem se descolado de uma concepção estritamente nacional para se reconfigurar transnacionalmente. Caso o Estado não cumpra suas funções, a sociedade civil não se mobiliza somente em torno dele: há como atuar considerando uma opinião pública mundial, os demais Estados ou instituições internacionais.

Tal aprofundamento da globalização pode ser denotado no aumento da interdependência entre Estados; nos mercados globais; no aumento de imigrantes e refugiados; nos problemas ambientais; nas alianças voltadas à segurança; nas novas formas de comunicação; nas novas associações e novos regimes políticos internacionais. Ainda que essas conformações possam enfraquecer o Estado, ambígua e concomitantemente, podem também abrir novas oportunidades para o desenvolvimento democrático (Warren 2001).

Contudo, para considerar esse cenário, partir de conceituações clássicas de socie-

dade civil e ampliar o escopo de análise para conceber uma sociedade civil global pode significar uma transgressão conceitual visceral. Afinal, não há Estado global para estar entre a família e o Estado hegeliano, muito menos um mundo da vida com tradições culturais compartilhadas mundialmente (Costa 2003). Ao chamar a emergente sociedade civil contemporânea de *transnacional*, pretende-se atenuar essa transgressão. De certa forma, o termo *transnacional* pretende representar melhor o braço além-fronteiras da sociedade civil pela noção de atravessamento que oferece. Ao transcender o nacional, não se pressupõe uma outra entidade também global. O sentido é justamente esse de atravessamento, observando aspectos de permeabilidade e hibridação, já que as fronteiras, escalas e desafios da sociedade civil têm sido sobrepostos e ampliados. Aliás, para além de fronteiras territoriais, refere-se também às étnicas, raciais, sexuais ou ainda às baseadas em questões seja de meio ambiente, seja de direitos humanos, cidadania ou outras (Warren 2001). E é no sentido das aproximações transversais entre os diversos grupos e lutas da SCT que se desenvolvem as próximas reflexões.

Nesse exercício, cabe observar o que chamamos aqui por SCT através da *perspectiva das redes*. Redes são relações nodais presentes no tecido social que servem de elo às relações interpessoais, em conexões que atravessam ainda instituições e segmentos sociopolíticos (Scherer-Warren 1999). Cada vez mais, os avanços tecnológicos permitem que as ações coletivas se complexifiquem e passem a ser organizadas em redes que não se circunscrevem a fronteiras espaciais ou identitárias. A obra de Keck e Sikkink (1998) compreende, numa expressão cunhada por elas, as *transnational advocacy networks* (TAN)¹. Nas TAN, interagem atores da sociedade civil, Estados e organizações internacionais, modificando e ampliando o acesso ao sistema internacional - tendo como objetivo último a transformação dos procedimentos, políticas e comportamentos de Estados e organizações internacionais, e é no caráter transnacional de redes formadas por indivíduos e organizações que se relacionam para defender suas ideias e valores compartilhados que está a ênfase desta perspectiva.

Por sua vez, a noção de Scherer-Warren (1993, 1999, 2008) sobre *redes de movimentos* parte de uma concepção ampla de movimento social, não considerando somente os *grassroot movements* (movimentos sociais de base), considerando possível falar em movimentos ambientalistas, movimentos feministas, etc. A rede de movimento seria consequência de três níveis no processo de articulação: o primeiro, de associativismo local; o segundo, de formas de articulação interorganizacionais (vínculos, articulações entre os cidadãos e associações, redes); e o terceiro, das mobilizações na esfera pública (por exemplo, cúpulas paralelas às conferências internacionais). Para ela, redes de movimentos sociais são

formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de caráter transnacional (Scherer-Warren 1999: 27)

1 A noção de *advocacy* traz consigo a intenção política de negociar com diversos atores, numa ação de pleitear, de advogar causas de outros ou de defender uma proposição. Perpassa pela internet e por outros meios de comunicação de massa a mobilização da opinião pública mundial por meio do denominado “padrão bumerangue”, que consiste em “passar por cima de um Estado local, acionar uma rede transnacional para dar publicidade a uma questão, criar uma opinião pública mundial e apelar para normas e princípios acordados no plano supranacional, a fim de pressionar outros estados, organismos regionais ou organizações que, por sua vez, tentarão fazer pressão sobre o Estado cujas políticas estão em causa” (Keck, Sikkink apud Cohen 2003: 440)

Para compreender mais especialmente a noção de ativismo transnacional nessas redes, é relevante considerar a abordagem de Sidney Tarrow, que segue por um tom mais institucional. Para ele, o confronto político transnacional é protagonizado por instituições internacionais versus Estados: ou seja, os Estados criariam as instituições internacionais e elas, na busca por autonomia, passariam a incentivar os atores não-governamentais através de recursos e oferecendo estruturas de oportunidades políticas (Tarrow 2001). A passagem de ações coletivas locais para a escala internacional exigiria coordenação, planejamento de ações, criando colaborações entre os espaços; a construção de pontes entre ativistas; a teorização, a abstração de uma ideia, que deixaria de servir a uma realidade específica para ser aplicável a outras realidades; e, com consequências, se transformaria em confronto, em ação coletiva, com demandas e alvos; e, possivelmente, transformaria a própria identidade dos envolvidos.

Entretanto, quais os propósitos desses ativistas transnacionais? Tal questionamento é caro para a análise. A noção de Dagnino (2004) de *projetos políticos* pode auxiliar a desvendá-lo. Para a autora, projetos políticos são os “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. Ao discutir a construção democrática na América Latina, ela destaca a presença constante de disputas políticas e simbólicas que, por vezes, seriam desconsideradas. Para a autora, “terceiro setor” seria diferente de uma derivação inofensiva que abarcaria as organizações sociais sem fins lucrativos e o termo exigiria uma crítica aguda, devido aos deslocamentos de sentido que incita. O discurso do terceiro setor seria estrangeiro, marcado por “confluências perversas” entre projetos políticos democratizantes e neoliberais, tendente a cumprir projetos de manutenção do *status quo*, e visando ao esvaziamento do conteúdo político de “sociedade civil” e “cidadania”. De outro lado, há projetos políticos de aprofundamento democrático que percebem os limites da democracia representativa e atravessam as instituições políticas e a sociedade civil para incorporar aos processos decisórios o alargamento de suas relações e capacidades.

Com referência a esses projetos de aprofundamento democrático está a noção de Sousa Santos (2008) de uma proposta de *globalização contra-hegemônica* pela via de sociabilidades alternativas, as quais ele encontra difundidas em maior ou menor escala no Sul e, em especial, na América Latina, em suas organizações e movimentos sociais que, acostumados que estão a lidar com a diferença, pautam a noção de *cosmopolitismo subalterno*. Assim como o Estado democrático, a globalização contra-hegemônica precisaria ser alicerçada pelos sentidos de igualdade (redistribuição) e reconhecimento (diferença). Nesse ideário, Santos traz à tona questionamentos ao universalismo: por que uma concepção tão estranha e tão excludente de totalidade obteve tão grande primazia nos últimos duzentos anos? Quais os modos de confrontar e superar essa concepção de totalidade obcecada pela forma da ordem? (Santos 2008: 105). Se a primeira resposta é abordada pelas sociologias críticas, Santos tenta responder ao segundo questionamento com sua noção de cosmopolitismo subalterno. O cosmopolitismo subalterno reconhece que há inúmeras compreensões não-ocidentais que, ao se hibridizarem, levam em conta componentes ocidentais e não-ocidentais. Esta diversidade epistemológica impede a formação de teorias gerais e evidencia constelações de sentido voltadas à emancipação. Ainda que esteja em um momento embrionário, compõe-se sobre ações coletivas, em oposição à exclusão (social, econômica, cultural e política) contemporânea. Enquanto movimento de oposição às relações de poder desiguais, o cosmopolitismo subalterno pauta-se por um *ethos* redistributivo.

Santos percebe que esses coletivos voltados à emancipação social têm como ferramentas indispensáveis a construção de *discursos* contra-hegemônicos. Há uma pluralidade de projetos coletivos e, para torná-los possíveis em suas realizações, não poderia haver uma implantação hierárquica – o esforço exigiria procedimentos de tradução,

no lugar de uma formulação de teoria geral de transformação social (Santos 2008). Ele entende que a *hibridação* é a atração dos limites “para um campo argumentativo que nenhum deles, em separado, possa definir exaustivamente. Esta incompletude torna os limites vulneráveis à ideia dos seus próprios limites e abertos à possibilidade de interpenetração e combinação com outros” (Santos 2001: 356). O autor ressalta a importância da consciência da relação de poder que intervém na hibridação e a necessidade de investigar quem hibrida quem, o que e com quais objetivos.

Mais além, de acordo com Bhabha (1998), os “vencedores” da dialética colonial precisam estruturar um discurso de autoridade em uma linguagem de dominação – e este discurso é frágil. Seria no espaço vazio entre a língua e a sua realização concreta que Bhabha observa que o *subalterno* pode “capitalizar a inconsistência simbólica dominante a seu favor e devolver o caráter híbrido, precário, frágil dessa ordem que se apresenta como autoridade incontestada, legítima, superior, constante, imutável” (Carvalho 2001: 125). A pretensão hegemônica do enunciado, conforme Bhabha, deveria ser acompanhada por uma imediata negociação de significado. O autor teoriza sobre a construção de *discursos híbridos* formulados através da negociação, que são capazes de articular elementos antagônicos. A repetida negociação (realizada por movimentos sociais, por exemplo) possibilitaria articular questões tidas como contraditórias, para atingir objetivos políticos distintos daqueles eurocêntricos. Tais contribuições serão relevantes e se apoiarão na confluência da análise discursiva em um marco de atribuições de sentido para o desenvolvimento sustentável pelos ativistas da SCT.

3 - CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E PARALELAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) de 1992 e na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) de 2012 estavam presentes (além dos atores estatais, intergovernamentais, experts e lobbistas convencionais) ativistas de vários pontos do globo, que, em esforços paralelos, construíram ainda o Fórum Global e a Cúpula dos Povos, eventos da sociedade civil realizados, respectivamente, em 1992² e em 2012, e que pretenderam ressignificar o ideário do desenvolvimento sustentável. A partir daqui, serão apresentadas interpretações dos participantes desses distintos espaços e tempos pelos ativistas que transitaram e moldaram arenas institucionais e societais.

O primeiro olhar sobre o contexto que envolve a insurgência da conferência é trazido por Gustavo Marín³. Chileno, entusiasta de uma nova governança global, foi exilado político na Europa e figura entre os fundadores do Fórum Social Mundial (FSM). Em 2012, ele esteve na Cúpula dos Povos e, em 1992, estava presente no Fórum Global. Marín dá ênfase ao final da guerra fria e às insurgências de novas lutas entre os movimentos sociais.

2 Importante antecedente é a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano ocorrida em Estocolmo, em 1972, e sua abertura ao diálogo com instituições não-governamentais. O diálogo entre a ONU e os representantes da sociedade civil foi sem precedentes (Willets 1996; Le Prestre 2000). Da mesma forma que a estrutura de oportunidade política Rio-92 incentivou, no Brasil e outros países do Sul, a institucionalização de movimentos sociais e ambientais e a pluralização de ONGs, vinte anos antes, a Conferência de Estocolmo e seu Fórum do Meio Ambiente incentivou a multiplicação de ONGs nos países do Norte.

3 Marín é Doutor em Economia Política, foi um dos fundadores do Fórum Social Mundial, diretor do Foro para uma Nova Governança Mundial e responsável por programas da Fundação Charles Leopold Mayer pelo Progresso Humano.

Essa época está precedida pela crise, pela caída do muro em 1989... Então, foi um período no qual os movimentos sociais saíram da lógica dos partidos e dos sindicatos, que eram os que chamaram a luta no período da chamada guerra fria e, como rompeu-se o paradigma do socialismo pelas esquerdas tradicionais, as pessoas continuaram buscando referências. E a Cúpula da Terra aparecia como uma oportunidade de poder fazer essas novas relações entre a sociedade e a natureza. O movimento feminista tinha passado a ter uma certa importância, e havia uma nova relação entre homens e mulheres, e os povos indígenas estavam presentes, mas ainda não como nos anos seguintes. Assim, 1992 foi um período muito importante da mudança política, e creio que abre um ciclo de organização da sociedade civil (Marin, entrevista 2012).

Também para Liszt Vieira⁴ (entrevista 2011), brasileiro, jurista e cientista social, ativista do socioambientalismo e teórico da sociedade civil global, vale considerar o contexto do arranjo internacional que transitava de uma configuração Leste/Oeste para outra, Norte/Sul.

A conferência Rio-92 saiu porque, no ano de 1988, a ONU aprovou a conferência, já que os EUA tinham muito interesse em mostrar que os países socialistas estavam mal na questão do meio ambiente, que destruíram muito mais do que os países capitalistas, onde havia alguns organismos de proteção ambiental, tanto na Europa como nos EUA. Os EUA têm o *Environmental Protection Agency* (EPA), nos países socialistas não tinha nada disso. (...) E em 89 caiu o muro de Berlim, quando chegou em 91, desmoronou a União Soviética, e aí os EUA não tinham mais interesse nenhum, porque era só o capitalismo, e quem iria ficar na berlinda eram os EUA. Então, eles tentaram pisar no freio, impedir a Conferência e não podiam mais, o carro já estava em andamento. Se não podiam impedir, o que fizeram foi esvaziar... A coisa ali não era tanto Norte e Sul, era mais Leste/Oeste. Mas a coisa já passava por um conflito Norte/Sul também. Tem uma frase que eu considero emblemática, de um diplomata da Malásia... Ele fez um discurso inflamado dizendo o seguinte: “você, países do Norte, se desenvolveram, cresceram destruindo as florestas, agora vocês querem impedir que a gente cresça. Agora é a nossa hora de destruir as nossas florestas para crescer e vocês não têm nada a ver com isso”.

É interessante a explicação de Fabio Feldmann⁵ (entrevista 2011), ambientalista que participou da constituinte como deputado e que transitava entre a sociedade política e a civil durante os eventos, sobre a escolha do Brasil como sede da Conferência:

Basicamente, os países que estavam disputando eram a Suécia, pelo fato de ela ter realizado a Conferência de Estocolmo em 1972, o Canadá queria sediar essa conferência e o Brasil também. E acabou prevalecendo o Brasil em função da morte

4 Vieira é graduado em Direito e Sociologia, e doutor em Sociologia pelo IUPERJ (1998). Foi deputado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (1982-1986); Secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (2002); Presidente do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2003-2013) e atuou também como professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

5 Fabio Feldman é ambientalista, administrador, advogado e diretor da Fabio Feldman Consultoria. Foi deputado federal e é autor de parte significativa da legislação ambiental brasileira, como o capítulo dedicado ao meio ambiente na Constituição de 1988. É conselheiro de ONGs como o Greenpeace Internacional, TNC Brasil e Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV e atuou como Secretário Executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade.

do Chico Mendes, dos índices de desmatamento da Amazônia e da ideia de que teria que se realizar num país do Sul.

Certamente, o esforço em participar de uma Conferência internacional não se restringia ao momento do evento. Em 1990, o inglês radicado no Brasil, Secretário Executivo do Fórum Global, Tony Gross⁶ (entrevista 2011), teve acesso a reuniões institucionais. Ele compartilhou que

No PrepCom de Nairobi [em 1990], tivemos esse primeiro contato proveitoso com o Itamaraty. E fomos, os representantes do Fórum Brasileiro [de ONGs e Movimentos Sociais, que co-organizou o evento paralelo] que estavam em Nairobi, fomos convidados a um jantar na casa do embaixador brasileiro. (...) Aí, ele tava tentando ensinar o bê-a-bá para a gente, e ele disse: “não, se vocês querem colocar suas ideias tem que ser agora, aliás, já é tarde, e no Rio, na Conferência do Rio, nem pensar”. Ele disse: “porque nessas negociações internacionais, no mundo da diplomacia, se alguém na conferência final de todo o processo, se alguém levantar a mão e disser, olha, eu tenho uma ideia, ele vai ser jogado pela janela, porque a função da conferência é de acordar o que tem sido previamente negociado, é todo o processo, e a culminação desse processo é a conferência final, e o que você quer é sair dessa conferência oficial, dessa conferência final, sobre essa decisão sobre o que for que você está adotando, sem surpresas, sem a necessidade de parar tudo para renegociar.

Os fluxos de diálogos que se direcionavam à incidência política na CNUMAD continham em si demandas específicas e voltavam-se ao próprio sistema ONU, e muitas vezes eram de pressão para uma maior abertura participativa, para que fossem ouvidas as demandas dos grupos organizados. No Fórum Global, um seletivo grupo de ativistas, oriundos de diversos países e organizações, compôs o Fórum Internacional de ONGs, que redigiu os Tratados Alternativos da Sociedade Civil. Conforme Liszt Vieira (entrevista 2011),

Como os países faziam tratados, as ONGs também fariam tratados. Era uma ideia extraordinária, achei muito brilhante, mas não foi muito bem aceito por algumas ONGs, porque as diferenças são muito grandes, das ONGs de países, dentro do país, as diferenças entre as diversas ONGs, as diferenças são muito grandes. (...) Era um compromisso por escrito das ONGs para os países do mundo, com uma série de pontos e questões. E ele [Maximo Kallaw, ambientalista filipino, que fez a sugestão] chamou de tratado e evidentemente a palavra tratado é uma metáfora. Então esses tratados foram discutidos e foram aprovados (...) Então o tratado foi um instrumento que permitiu recolher posições e avançar nessas posições para que a sociedade civil organizada ali no Fórum Global pudesse ter uma proposta final, e foi depois encaminhado para a Conferência Rio-92.

Os repertórios de ação (Alonso 2012) dos indivíduos e grupos engajados com relação aos Tratados e outras propostas se deram no sentido de tentar dar capilaridade ao documento, entre os grupos da sociedade civil, e ainda através da entrega de documen-

6 Gross é cientista político e é um dos fundadores do Instituto Socioambiental (ISA). Foi representante da Oxfam (1982-87), coordenador do projeto socioambiental do CEDI (1989-93), coordenador nacional do Fórum Global na Rio-92 (1991-93), consultor do Ministério do Meio Ambiente (2005-12) e Assessor Especial do Governo do Acre (2009-2010). Foi diretor executivo adjunto do Centre for Our Common Future (Genebra 1994), oficial do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. Desde 2004, é Pesquisador Sênior da Universidade das Nações Unidas.

tos a dirigentes, via lobbies e outras formas de pressão. Além dos tratados, inúmeros esforços difusos da sociedade civil resultaram em análise positiva sobre a influência sobre o espaço de discussão mais formal, para vários entrevistados. Conforme Jean-Pierre Leroy⁷, socioambientalista franco-brasileiro, cofundador da ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE),

Houve pontes entre a conferência oficial e este espaço [referindo-se ao Aterro], porque houve mais tempo investido do que nesta preparação [faz comparação com a Cúpula dos Povos na Rio+20]. Antes mesmo da conferência, antes mesmo houve diálogos, nós discutimos o relatório brasileiro oficial e várias proposições nossas, não só brasileiras, mas de outros países entraram. (Leroy, entrevista 2012).

Vandana Shiva⁸, indiana, é uma das expoentes nas lutas do chamado terceiro mundo. Em diálogo durante a Cúpula dos Povos de 2012, ela fez uma análise otimista da capacidade de influência da sociedade civil sobre a CNUMAD. Para ela, a influência da sociedade civil sobre a Rio 92 foi “muito significativa, o fator mais importante”.

Nós escrevemos aqueles tratados. 1992 foi criada pelos movimentos da sociedade civil. Os textos foram guiados pelos movimentos. Eu sei porque eu escrevi tantos daqueles parágrafos da Convenção sobre Diversidade Biológica e a grande diferença para agora [comparando com a Rio+20] é que as corporações se autodenominam sociedade civil e estão querendo escrever os textos. (Shiva, entrevista 2012).

Os esforços das redes da SCT tanto definiram como fortaleceram a proposta, e a Rio 92 não teria o mesmo sentido ou a mesma magnitude se não fosse seu Fórum Global paralelo⁹. Diferentemente da capacidade de mudar os rumos da Conferência, os resultados do Fórum estariam no plano de seus “efeitos de demonstração” (Landim 2011) para a opinião pública, os Estados e as agências internacionais. O sentido da preparação do Fórum Global era

Criar as condições físicas, logísticas, para que, quem quisesse pudesse fazer o que achava necessário no Rio de Janeiro, naquelas duas semanas (...) a proposta era executiva: proporcionar as condições para que o conteúdo político e os desdobramentos fossem uma consequência de ter facilitado a expectativa dos participantes (Gross, entrevista 2011).

7 Leroy era filósofo, mestre em educação, foi membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), cofundador da Comissão Pastoral da Terra e da FASE, e foi membro do Conselho Diretor do Inesc. Pertenceu ao grupo que inaugurou as discussões do socioambientalismo. Leroy faleceu devido a um câncer, em 2016.

8 Shiva é doutora em física e militante ecofeminista, fundadora da Navdanya, ONG indiana que promove biodiversidade de sementes, plantações orgânicas e direitos de agricultores. Reconhecida internacionalmente como figura de destaque nos movimentos socioambientais, atua como especialista em questões de sustentabilidade para governos da Índia, do Butão, do Reino Unido, da Itália, entre outros.

9 A definição de Pianta (2001) ilumina os casos estudados. Cúpulas paralelas podem ser definidas da seguinte forma: eventos organizados por grupos da sociedade civil, com participação internacional, independentemente da atividade de Estados e empresas; eventos coincidentes ou relacionados às cúpulas oficiais de governos e instituições internacionais; eventos voltados aos mesmos problemas fundamentais das cúpulas oficiais, com perspectiva crítica sobre os governos ou o mercado; utilizam meios de informação pública, mobilização política, protesto e propostas de políticas alternativas; com ou sem contato formal com as cúpulas oficiais. As propostas mais recorrentes são recomendar políticas alternativas, disseminar informação e expor uma necessidade de composição de redes da sociedade civil – por um lado, tornando mais efetiva a atuação externa e, por outro, fortalecendo a sociedade civil por dentro de instituições (Pianta 2001: 185). A maior influência desses eventos seria sobre a própria sociedade civil, sendo relevante também a possibilidade de construir alianças com governos aliados e instituições internacionais.

Houve dois eventos, na verdade. Quando você fala Eco 92 tem que ter clareza que teve o evento dos governos, que foi no Riocentro, e o evento da Sociedade Civil, que foi no Aterro do Flamengo. A Conferência do Rio, basicamente por causa do encontro no Fórum Global, marca a ideia de que a sociedade civil tem um papel relevante, são atores que têm que ser incorporados ao processo. (Feldmann, entrevista 2011).

O Fórum Global foi importante, foi onde as coisas aconteceram, onde os tratados informais foram construídos e novos discursos foram forçados, foi onde os intelectuais mais interessantes estavam apresentando suas falas. (Ribot, entrevista 2012).

De acordo com Rocco (2011), ambientalista brasileiro que também esteve na Rio 92, o Fórum Global foi um “espaço de culminância”, no qual se chegava “ao fim de um processo (...) foi um espaço para consolidar uma articulação, a incorporação de novos conceitos, novos valores e novas tendências”. Nesse sentido, é também importante perceber que o Fórum foi preparado durante quase três anos, para durar doze dias: foi um espaço determinado dentro de um período, um espaço-tempo libertário, promotor da interculturalidade e projetado para sê-lo.

Anos após, outros eventos subsequentes à Rio 92 (como as chamadas Rio +5, em Nova York, e a Rio +10, em Johannesburgo), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) se fez no Brasil e retornou ao mesmo *locus* da CNUMAD, o Riocentro, em Jacarepaguá. Assim como a Cúpula Paralela, foi possível observar de perto também um de seus eventos preparatórios, o Fórum Social Temático, em Porto Alegre, em janeiro do mesmo ano. Desde o Fórum, já se avisava qual seria o tom dos discursos da SCT: “a economia verde é o verde do dólar” ou “não podemos deixar que o capitalismo se maquie de verde”, eram motes de vários grupos, demonstrando clara oposição à Conferência formal. E, como os discursos de Leroy e Shiva adiantaram, o esforço da Cúpula dos Povos em 2012 foi bem menos pretensioso do que aquele do Fórum Global de 1992. A fala de Marín (entrevista 2012) sobre a Rio+20 é emblemática da interpretação de muitos dos protagonistas de ambos os momentos.

Enquanto estamos aqui, reunidos no Aterro do Flamengo, não tem nada acontecendo no Riocentro, *no va pasar nada*. O Obama não veio, a Merkel não veio. Alguns países vieram, mas a influência dos que estão no Riocentro não é muito grande. (...) Sobre a Cúpula dos Povos, ah, houve reuniões interessantes. Mas houve problemas metodológicos graves. Por exemplo: as atividades autogestionadas se afunilariam nas plenárias de convergência para culminar na Cúpula. Era um processo democrático, de baixo para cima. O problema é que das 700 atividades autogestionadas, mais de 400 se fizeram depois das plenárias, então, como não se pode voltar o tempo, não foi possível pode convergir. (...) Além disso, havia cinco temas e umas 300 atividades do primeiro dia estavam no Eixo 5 (Trabalho, Transporte, Saúde, Crescimento, Gênero, Desenvolvimento), tudo o que nós, em espanhol, chamamos de um saco que coloca tudo dentro... Havia outros grupos, mais definidos, de extrativismo, soberania alimentar, direitos... Nesses, eram poucas pessoas. Mas foi bom. Muitos cariocas vieram, passaram no Aterro do Flamengo... Há muita gente na tenda dos indígenas, muito comércio ambulante, música, é bonito. Mas essa não é a Cúpula dos Povos. Esse é um passeio para os cariocas, com alguns temas. O problema é que, apesar de umas atividades boas autogestionadas, há muita fragmentação. Por isso, digo que esta Cúpula, a influência disso, será muito pequena.

Uma interpretação possível é que a compreensão de vários dos que realizavam o fluxo de interações e informações entre as ONU e a SCT tinham entre seus objetivos o fortalecimento da sociedade civil e a realização de intentos a partir do pretexto dos eventos internacionais. É interessante a visão de Capobianco¹⁰ (entrevista 2011), biólogo e ambientalista brasileiro.

Não foi a Conferência que fez com que surgisse o Fórum [Global, paralelo à Rio 92]. Foi o compromisso. Tanto as ONGs brasileiras como as estrangeiras perceberam que tinham que se organizar para influenciar a conferência. E é essa a diferença. Claro que a conferência foi o chamariz. (...) A conferência motivou as organizações para o que estava acontecendo.

Conforme ele e outros entrevistados, o engajamento data de muito antes de 1992. A metáfora do “chamariz” pode apontar para o conceito de estruturas de oportunidade política (Tarrow 2007), sobre os elementos externos que interferem, oportunizam, mas não determinam a ação coletiva. De acordo com Tarrow, o internacionalismo pode se configurar como um alargamento da noção de estrutura de oportunidade política. Entre os fatores que contribuiriam para tanto estão as alianças realizadas entre os ativistas e os indivíduos influentes atuantes nas instituições, fossem diplomatas, parlamentares, ministros ou representantes de organizações intergovernamentais (OIG). No caso da Rio 92, as menções ao então Secretário-Geral da Conferência da ONU, Maurice Strong, podem exemplificar.

Ele é uma figura que tem uma história de vida fora do comum, empresário e ambientalista ao mesmo tempo, e que sempre fez coisas do jeito que ele achava que tinha que ser feito. Não entendo muito bem como, mas ele criou um espaço político para ele onde ele conseguia cargos onde poderia colocar suas ideias pouco ortodoxas. Então, ele foi escolhido para ser o secretário geral da conferência de Estocolmo em 72, depois ele foi o primeiro diretor executivo do PNUMA. Ele convivia e era respeitado pelo movimento ambientalista. Mas eu acho que a sacada dele, de que para a pauta de negociações no plano intergovernamental avançar, para ter chance de avançar no âmbito de decisões de como implementar as recomendações, tinha que ter pressão, não podia deixar isso para delegações governamentais. Então, eu acho que ele deve ter percebido o esgotamento de entidades que estavam na lista oficial e resolveu abrir, e conseguiu impor isso à ONU. Disfarçadamente, foi ele que falou com governos de países doadores, “pode parecer arriscado, mas bote dinheiro na realização do Fórum Global porque é importante” (Gross, entrevista 2011).

Os tratados, por exemplo, foram entregues oficialmente ao Mau-

10 João Paulo Capobianco é biólogo, ambientalista e consultor, doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo. Foi Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e vice-presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Fundou e dirigiu a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Socioambiental.

rice Strong, secretário geral da conferência das Nações Unidas da Rio-92. Através de documentos que ficaram entregues, através de lobbies, pressão, por exemplo, o militante de uma ONG da Itália, da Alemanha, da França, do Canadá, dos EUA, ia até o diplomata de seu país e pressionava, é o que eu estou dizendo, e essa pressão, você sabe que volta, aquela ONG tem voz na sociedade, eles vão gritar, sai em jornal, podem criticar (Vieira, entrevista 2011).

Ainda que apresentassem vários limites à participação, o plano institucional era formado por programas e agências das Nações Unidas que dialogavam com organizações não-governamentais, o que era um elemento facilitador: houve envolvimento na apresentação de *papers* durante as reuniões, pressão para tomada de medidas específicas e o monitoramento de reuniões (Vieira 2001)¹¹. As Conferências da ONU, no plural, se configuraram como estruturas de oportunidade política de internacionalização das ações coletivas.

5 - UM COMITÊ DIRETIVO PARA GERAÇÃO DE INCIDÊNCIA FORMAL

Em outro eixo, menos celebrado, distinto daqueles voltados à constituição da arena paralela, estavam aqueles mais preocupados em gerar incidência política formal. Foi possível conversar com o co-presidente do *Steering Committee*, que desenhou a Agenda *Wa Wananchi*, uma espécie de *blueprint* das intenções da sociedade civil que apoiou a redação de documentos das Nações Unidas em 1992. Roberto Smeraldi¹² (entrevista 2011), ambientalista ítalo-brasileiro, entre 1989 e 1992, participava da rede internacional Amigos da Terra e dirigiu a OSCIP Amigos da Terra-Amazônia Brasileira. O Comitê Diretivo surgiu em sequência à formalização da Assembleia Geral da ONU sobre a decisão da conferência, em 1989. O papel dele estava em duas interfaces: a mediação da discussão com a SCT no Comitê e nos eventos nos países que se preparavam para a conferência; e a interface externa, nas *PrepComs* (comitês preparatórios) da ONU e durante a conferência.

O secretariado do Comitê era baseado em Nairobi, mesma cidade sede do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA). Isso porque o Centro de Alianças Ambientais (*Environmental Liaison Center*, ELCI), rede de organizações ambientalistas ligada ao PNUMA, também era sediado lá. Também houve um secretariado em Paris, devido à Conferência das ONGs em Paris, que foi realizada em dezembro de 1991. Conforme Smeraldi (entrevista 2011),

para chegar a esse evento final tinha que eleger os representantes da sociedade civil de todos os países que iriam para essa reunião. E mantendo uma série de balanços - entre países, entre regiões, entre gênero, entre entidades que trabalhavam sobre meio ambiente, com outras que trabalhavam sobre direitos humanos, sobre aspectos sociais, sobre aspectos econômicos, como sindicatos, etc. Então, o grande desafio eram as reuniões preparatórias, que ocorreram em quase todos os

11 E o mesmo ocorreu em conferências subsequentes à Rio-92, tais como a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994; a Conferência sobre Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995; a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995; e a II Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, em 1996 (Vieira 2001), as Rio+5, +10 e +20, ainda que com alcances diferenciados entre si.

12 Smeraldi é jornalista, conselheiro da OSCIP Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e diretor do Instituto Global de Gastronomia e Meio Ambiente.

países do mundo, acho que em 170 países, e eu tinha que ir na maioria delas. Em alguns países, a sociedade civil já estava mais do que preparada, às vezes podia ter até problemas de escuta ou de espaço para quem ia, tipo, países tipicamente desenvolvidos como, europeus, EUA, Austrália, aí tinha uma certa competição de instituições, “ah, eu quero representar”, aí tinha que ter mais um papel de dizer que “olha, não é que todo mundo pode ir, temos que encontrar formas de encaminhar sugestões conjuntas, não podemos ter uma hiperrepresentação de vocês”. (...) Tinham países como Jordânia, Mauritânia, ou Ilhas do Pacífico, onde era extremamente desafiador e difícil até montar uma conferência preparatória, porque às vezes os governos não deixavam ou não tinham liberdades básicas para fazer isso ou as mulheres não eram permitidas de participar, ou alguns dos participantes potenciais estavam presos e aí vai. Então, grande parte do trabalho era fazer chegar de cada país sugestões e depois criar um balanço.

Certamente, o problema da representação de sociedades civis nacionais no Comitê Internacional não se resolvia completamente com as medidas mencionadas por Smeraldi - mesmo ao se pensar nas formas de representação política diferentes da eleitoral, compreendendo os debates recentes sobre pluralização da representação (Lüchmann 2007). Ainda que tenha havido alguma cautela na escolha dos participantes mediante a questão geográfica, étnica, temática ou de gênero, a qualidade da representação no sentido da responsividade, da autorização pelos representados e da prestação de contas ficariam suspensas¹³.

Ao analisar a tal Agenda *Ya Wananchi*, não é difícil perceber que ela se assemelha, em vários pontos, com os documentos oficiais da CNUMAD. Faz-se destaque à seguinte proposição:

Para monitorar a implementação de instrumentos internacionais em nível global, uma Comissão em Desenvolvimento Sustentável deve ser estabelecida, e deverá ter uma estrutura de governança tripartite, sendo composta de representantes de governos do Norte e do Sul, corporações transnacionais e organizações não governamentais.³⁸

Formalmente, uma Comissão em Desenvolvimento Sustentável foi sugerida através da Agenda 21 (ONU 1992),

para assegurar o acompanhamento efetivo das atividades geradas pela Conferência, assim como para intensificar a cooperação internacional e racionalizar a capacidade intergovernamental de tomada de decisões encaminhadas para a integração das questões de meio ambiente e desenvolvimento, e para examinar o progresso da implementação da Agenda 21 nos planos nacional, regional e internacional (...). A Comissão estará integrada por representantes dos Estados eleitos como membros [...] e] permitirá a participação ativa dos órgãos, programas e organizações do sistema das Nações Unidas, instituições financeiras, internacionais e outras organizações intergovernamentais pertinentes e incentivará a participação das organizações não-governamentais, inclusive da indústria e das comunidades empresarial e científica.

É a mesma proposta. E um dos maiores resultados da Conferência teria sido a

13 Por outro lado, a busca pela legitimidade da participação política das organizações da SCT poderia restar sobre o caráter dramático, temática com que se relacionam e nas propostas que apresentam (Villa 2009).

Agenda 21, ainda que fosse um documento de caráter não-vinculante no sistema internacional, à diferença das convenções assinadas na mesma conferência. Justamente, a agenda teria tido tamanha qualidade devido ao suporte das ONG na perseguição de seus desígnios. A ideia de vigilância sobre o desenvolvimento sustentável foi discutida e negociada durante as *PrepComs* e outros espaços. Conforme Leroy,

A Agenda 21 coloca várias questões que foram realmente colocadas pela sociedade. A começar pela responsabilização de poder e consumo dos países industrializados. Porque, até então, os governos da Europa, dos EUA, não queriam que se reconhecessem formalmente suas responsabilidades (Leroy, entrevista 2012).

Cabe destacar também a compreensão distinta sobre quem são titulares legítimos da governança global para os redatores das Agendas e dos tratados alternativos da sociedade civil. O sentido do Fórum Internacional era contra-hegemônico, como seus documentos explicitam:

Denunciamos o fato de as grandes corporações transnacionais se constituírem como um poder acima das nações, em conlujo com muitos governos e instâncias públicas internacionais, apresentando-se como campeões do desenvolvimento sustentável. Faz-se urgente, se não quisermos ver atingida a soberania de nossos países e desmoralizada a ONU, impor um controle democrático a essas grandes corporações e ao chamado livre mercado. Somente na medida que elas demonstrem, de fato e na prática, seu empenho em abrir mão do mito do crescimento ilimitado, poderemos acreditar no seu hoje pretensão engajamento no projeto de desenvolvimento sustentável¹⁴.

E se havia divergência de conteúdo entre as plataformas do *Steering Committee* e do Fórum Global, elas estavam presentes também na forma.

Lá no Fórum o foco era diferente. Era mais uma... vitrine, uma exposição, uma amostra do que eram as atividades e a capacidade inovadora e os projetos dessas instituições. Por outro lado, no âmbito do nosso comitê, do processo do *Steering Committee*, visávamos a influenciar a agenda da conferência. (Smeraldi, entrevista 2011).

Então, o *Steering Committee* era mais oficial, minha relação com o *Steering Committee* foi bastante limitada... Acho que o *Steering Committee* era uma coisa mais de grife, então, longe da efervescência do que foi o Fórum. Então, se não tivesse essa coisa de Fórum Global como ocorreu, provavelmente ele teria sido o palco maior. Mas o *Steering Committee* acabou sendo ofuscado pela proeminência do Fórum Global, que foi a ordem do Maurice Strong. (Capobianco, entrevista 2011).

Se o comitê diretivo era intimamente relacionado ao PNUMA, havia respaldo em relação ao Fórum Global na figura de Maurice Strong. Tais situações tornam pertinente a aguda crítica de Marín (entrevista 2012):

Na década de 1990, houve várias manifestações da sociedade civil, mais sob a tutela de programas da ONU. Era a ONU que controlava a agenda. Ela marcava o próximo passo e a sociedade civil ia. (...) Era um intento de multilateralismo, a Rio-

14 Declaração do Rio de Janeiro, Tratados Alternativos da Sociedade Civil, 1992.

92 se insere nesta etapa, mas se esgotou o processo, porque a sociedade civil ficava sob a tutela da ONU.

Apesar desses afastamentos, a origem do Fórum Internacional de ONGs é imbricada ao *Steering Committee*. Conforme Born, “o Fórum Internacional de ONGs teve os membros de sua coordenação eleitos na Conferência de Paris e, sucedeu, assim, ao Comitê Diretivo estabelecido pelo ELCI”. (Born 1998: 152). Apesar das estruturas de oportunidade abertas pelas Nações Unidas, a questão da autonomia da sociedade civil (ou de suas limitações) fica explicitada tanto no Comitê quanto no Fórum.

6 - QUAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Em caminhadas pela Cúpula dos Povos de 2012, não encontrei nenhum ativista africano que tenha participado do evento vinte anos antes e tivesse retornado ao Aterro. E apesar do aparente equilíbrio entre gêneros em 2012, conversei também com poucas mulheres que tivessem estado presentes nos dois momentos – entre elas, apenas Vandana Shiva em situação de protagonismo. É possível problematizar que alguns dos traços mais perversos das estruturas de dominação sistêmica estivessem reproduzidas nas arenas contra-hegemônicas.

Após ter visto apenas um estande (entre centenas) na Cúpula Paralela com participantes africanos, compartilhei o questionamento com Jesse Ribot¹⁵ (2012), professor da Universidade de Illinois. O estande era da Rede ENDA - Terceiro Mundo, de que Ribot, apesar de estadunidense, participava. Todos os africanos ali estavam no Rio pela primeira vez. Ao perguntar a Ribot, que tinha participado do Fórum Global, sobre tais ausências, ele afirmou que “foi muito semelhante. Aqui, na Cúpula dos Povos, não vejo grande diferença em relação ao que foi a participação africana em 92”. Sobre a participação feminina, é possível trazer a explicação de Leilah Landim¹⁶ (2011) sobre seu papel no fórum paralelo, em 1992: “Eu entrei enquanto ONG, tinha uma qualificação enquanto pesquisadora, e eu não era muito identificada como uma ativista política ali dentro: você tinha os craques, todos homens, era uma trupe feroz de homens”. Em meio a essa constituição imperfeita, havia um sentido compartilhado transformador, libertário. Para o colombiano Villarreal¹⁷, militante da ONG Amigos da Terra, o socioambientalismo insurgente na Rio 92 seria uma noção do Sul, brasileira.

A Eco catalisou e deu mais força ao discurso socioambiental, e aí o aporte brasileiro foi fundamental. Havia um discurso socioambiental muito claro: no espaço, em toda a etapa preparatória (...) E, sim, tínhamos uma presença muito forte de pessoas do Sul, dirigentes, ecologistas, colocando a temática do desenvolvimento, da ecologia e desenvolvimento, como se podia compatibilizar a coisa. Mas de todas as maneiras, como os dirigentes do Norte viam, sequer era possível entender os problemas. (Villarreal, entrevista 2012).

15 Ribot é professor de geografia, com atuação também no departamento de antropologia, na Escola de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, no Instituto para Sustentabilidade, Energia e Meio Ambiente e colabora com o Colégio de Humanidades e Estudos para o Desenvolvimento da Universidade de Pequim.

16 Landim é antropóloga, professora da UFRJ. Atuou na FASE e realizou relevante tese de doutorado (Landim 1993) sobre o contexto da Rio 92.

17 Villarreal segue atuante na ONG Internacional Amigos da Terra, a qual já representava nas ocasiões da Rio 92 e da Rio +20.

Algumas lutas estavam, de fato, mais presentes no Sul do que no Norte. Isso pode ter a ver com aquele ecologismo dos pobres, de Martínez (1992), ou com a emergência de um pensamento de fronteira capaz de articular lutas subalternas. Foram várias compreensões. De outra forma, Vieira entende que o desenvolvimento sustentável, em seu sentido mais formal, carrega um significado mais relevante do que permissivo.

O relatório da comissão Brundtland foi marcante. O termo desenvolvimento sustentável passa a ser usado daí em diante. É claro que também é um nome, você pode dar diversos conteúdos a isso, não é a magia do nome, mas não há dúvida de que o nome já leva a uma discussão mais ampla que economia verde [*em crítica à Rio +20*], que não vai conseguir, mas pretende encerrar em questões puramente econômicas. O desenvolvimento sustentável levava em conta outros elementos, não só o econômico, o social, mas também o ambiental, o cultural. (Vieira, entrevista 2011)

Pode ser interessante considerar também a avaliação de Fabio Feldmann (2011):

Eu acho que o grande saldo do Rio de Janeiro [em 1992], do ponto de vista do conteúdo, foi legitimar o conceito de desenvolvimento sustentável, adotar uma série de princípios e temas, as convenções são importantes. (...) Eu acho que a conferência do Rio produziu bons textos, os tratados internacionais obtidos no Rio são muito bem-sucedidos e a questão de hoje é a implementação, não é o conteúdo.

É relevante retomar a concepção mais difundida do Relatório Nosso Futuro Comum, ou Brundtland (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988), que define como “o desenvolvimento que encontra às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, observados os limites e a capacidade dos processos ambientais”. Tal compreensão inaugura um discurso oficial que é apaziguador (e não contestador) das relações entre os setores. Em contraste, pode-se apresentar um dos Tratados Alternativos da Sociedade Civil:

As ETNs são responsáveis, em grande parte, pela crise ambiental global e por muitos problemas econômicos e sociais resultantes do “desenvolvimento”. As ETNs são as principais entidades em um processo de desenvolvimento que envolve concentração do poder econômico e da produção, que conduz à desigualdade social e política e à perda da diversidade cultural.¹⁸

De qualquer forma, os tratados alternativos da sociedade civil não apresentam total coerência, uma vez que são resultados de diferentes reuniões de uma pluralidade de atores, em doze dias de encontro. Assim, o texto sobre Mudanças Climáticas não apresenta uma recusa radical do desenvolvimento econômico. O objetivo do documento seria

atingir a estabilização das concentrações de gases na atmosfera a um nível que evitaria uma interferência antropogênica perigosa no sistema climático. Tal nível deveria ser atingido em um período de tempo suficiente, para permitir que os ecossistemas se adaptassem naturalmente à mudança climática, assegurando que a produção alimentícia não seja ameaçada e permitindo que o desenvolvimento econômico prossiga de uma forma sustentável.¹⁹

18 Empresas Transnacionais (ETN): Regulação Democrática, Tratados Alternativos da Sociedade Civil, 1992.

19 Acordo Alternativo sobre Mudança Climática, Tratados Alternativos da Sociedade Civil, 1992.

Por que setores da SCT aceitaram compactuar com uma expressão iniciada por “desenvolvimento”, um termo tão colado ao seu sentido utilitarista, economicista (Escobar 1995, 2016), como componente da noção que discute a interface entre o futuro e o presente, o necessário e o possível, o social e o ambiental? Villareal falou em “traçar a narrativa de desenvolvimento sustentável que nós almejávamos”. A qual “nós” ele se referia? Havia projetos concomitantes. No Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), articulado desde a preparação para a Rio 92, vários, por exemplo, tinham o desenvolvimento sustentável como “uma farsa”, “um oxímoro” (Herculano 2011, 1994). Mas boa parte dos entrevistados estava presente nas interfaces, nos fluxos entre as discussões institucionais e não institucionais, e não eram afeitos a uma resistência passível de ampliar o fosso daquele processo então embrionário do estabelecimento de relações entre a ONU e a SCT. Um sentido menos contestatório, mas, ainda assim, de tônica emancipatória pode tê-los incitado a uma postura de aceitação.

7 - ATRIBUIÇÕES DE SENTIDO E PROJETOS POLÍTICOS DA SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL

Para melhor abordar esses temas, debruçamo-nos sobre as atribuições de sentido que permearam os projetos e motivaram as ações coletivas. Considerando os discursos dos ativistas, foi possível desvendar quatro modos de atribuição de sentido para o desenvolvimento sustentável: resistência, hibridação subalterna, discurso formal e “terceiro setor”, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Modos de atribuição de sentido ao Desenvolvimento Sustentável pela SCT

Modo 1) Resistência: conflituoso com a noção de desenvolvimento sustentável devido à sua indissociabilidade do ideário neoliberal. Compartilhado por aqueles grupos de “resistência” que se recusam a ecoar discursos fortalecedores do sistema dominante. Em geral, poucos dentre esses grupos estavam organizados enquanto ONGs, eram associações, sindicatos, movimentos sociais de base e étnicos.

Modo 2) Hibridação subalterna: atribui ao desenvolvimento sustentável sentidos contestatórios do modelo econômico dominante e exigentes da reorganização do sistema internacional, com vistas à democratização das relações políticas, econômicas e sociais. Visava a subsidiar-se da visibilidade da noção de desenvolvimento sustentável tanto em confrontos quanto em articulações com governos, instituições intergovernamentais e empresas. Traz consigo a construção de um “discurso híbrido subalterno”, que interpenetra diferentes projetos, ideários e valores. As negociações intersubjetivas orientaram uma versão de desenvolvimento sustentável com viés diferente da noção institucional, e destacar dela apenas os aspectos favoráveis à transformação, em processos que visavam a transferir visões de mundo subalternas para a tônica predominante.

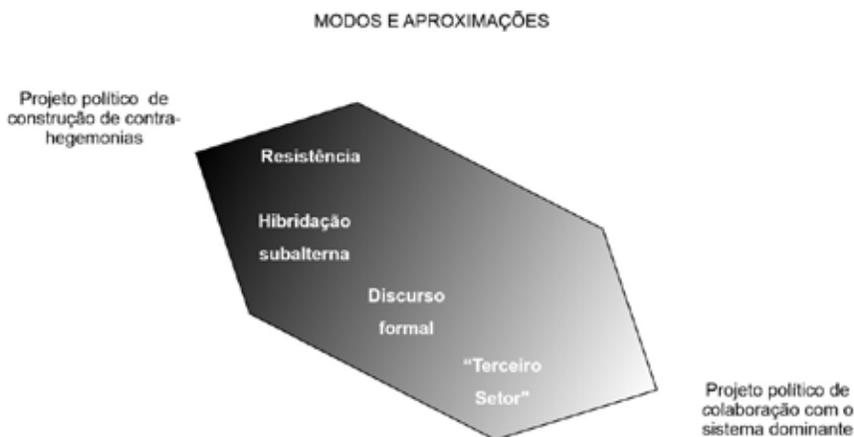
Modo 3) Discurso formal: acata as noções de desenvolvimento sustentável propostas pelo Relatório Nosso Futuro Comum, visando à mera reforma do modelo econômico dominante e à reorganização do sistema internacional, para o cumprimento dos regimes internacionais de direito ambiental e direitos humanos. Oriundo de quem visava a atuar favorecido pela visibilidade da noção de desenvolvimento sustentável em negociações com governos, instituições intergovernamentais e empresas em contextos locais, nacionais e transnacionais. Não era contestatório da versão institucional, devido à confiança na insurgência de uma institucionalidade internacional mais democrática, justamente pela participação em espaços formais, pelo diálogo entre instituições de suas redes nos processos constitutivos de discursos institucionais ou devido à identificação com o conteúdo dos documentos formais.

Modo 4) “Terceiro setor”: acata as noções de desenvolvimento sustentável propostas pelos documentos das Nações Unidas, visando à oportunidade de atuação na realização de projetos e na vigilância de práticas propostas pela Agenda 21. Refere-se aos que se subsidiariam na visibilidade da noção de desenvolvimento sustentável como pretexto para articulações economicistas com governos, empresas, ONGs e instituições intergovernamentais. Não é crítica à versão institucional e é perseguida antes por indivíduos do que por coletivos. Tal modo de atribuição de sentido pode ser dos líderes de organizações do “terceiro setor” que tenham como projeto utilitarista a obtenção de lucro ou status.

Fonte: Elaboração da autora.

As convergências e divergências nos modos de atribuição de sentido expressados nos discursos sistematizados no quadro anterior nos levam a interpretar quais modos estariam orientados por um projeto político de construção de contra-hegemonia(s) ou por um projeto político de colaboração com o sistema dominante. Tais aproximações e afastamentos se demonstram na figura a seguir:

Figura 1. Modos de atribuição de sentidos da SCT ao desenvolvimento sustentável, conforme projetos políticos.



Fonte: Elaboração da autora.

Os modos de atribuição de sentido aqui propostos representam uma mera tipologia geral referente à atribuição de sentidos ao desenvolvimento sustentável, ainda que eles fossem difusos. Para exemplificar as interfaces de modos de atribuição de sentido para além do Relatório Brundtland, observaremos a Agenda 21. Esse documento se desdobrou no imenso apoio de ONGs ao redor do mundo, sem discriminá-lo por seu tom carregado de uma percepção de que a natureza deve servir ao homem e de que o crescimento econômico, através da liberalização do comércio, deve ser indubitavelmente perseguido pelos países.

Tais olhos fechados podem ser graças aos vários avanços também cunhados nos seus capítulos, como o sentido da discussão sobre a dívida externa (ainda que se voltasse ao alívio da dívida, e não a seu cancelamento efetivo), a sugestão de realocação de recursos dispendidos em atividades militares, a composição democrática de uma Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), entre outros. Assim, se o Plano de Ação da Agenda 21 faz concessões a pressões da sociedade civil, ele majoritariamente congrega a tensão do apelo dos países do Sul pela valoração do desenvolvimento econômico que buscavam e da tônica dos países do Norte em manterem seus estilos de vida e realizarem sugestões conservacionistas.

Comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, florestais, emblemáticas da imbricação socioambiental, seriam quase invisíveis aos documentos formais. Assim, os *discursos híbridos* que constituem a Agenda 21 e o Relatório Brundtland são diferentes daqueles *discursos híbridos subalternos* que se reinventam e se fortalecem nas lutas da sociedade civil, expressados também em alguns dos Tratados Alternativos da Sociedade Civil. Chamamos de modo de *hibridação subalterna* o discurso que se insurge com a apropriação da narrativa do sistema vigente para atribuição de outros signos, confrontando sutilmente o paradigma dominante. Nesses discursos, a melhor tradução para desenvolvimento sustentável é *socioambientalismo*. Por sua vez, o modo do *discurso formal* tinha como distinção em relação à hibridação subalterna o fato de que seus locutores estavam satisfeitos com consensos internacionais, forjados num campo de forças no qual o pensamento dominante era definidor do (im)possível.

Resistência e “terceiro setor”, os dois outros modos delineados, são antagônicos. O modo de resistência ao aprofundamento do sistema vigente nega a capacidade emancipatória de uma noção pautada pelo paradigma dominante, e prefere o confronto com as instituições. Em geral, estavam mais preocupados, assim como Escobar (1995, 2016), com alternativas ao desenvolvimento do que com desenvolvimentos alternativos. Os grupos contestatórios se organizaram enquanto entidades menos institucionalizadas e, minoritariamente, enquanto ONGs. De outro lado, os modos de atribuição de sentido de “terceiro setor” podem ser percebidos a partir da explicação sobre o FBOMS, na década de 1990, por Herculano (2011), que destacou que alguns discursos que se insurgiram em momentos de disputa tinham “interesses escusos”, e a suspeita “de que alguns estariam ali fazendo todos aqueles esforços para ter visibilidade, para conseguir cargos na ONU”.

Assim como desenvolvimento sustentável, “terceiro setor” também tem muitos significantes. Longe de definir o campo das ONGs, a noção trazida aqui é a de um espaço de vazio ideológico, que não compartilhava de um sentido democratizante das relações sociais. O envolvimento pretendia, antes de definir ou criticar o desenvolvimento sustentável, prestar serviços, gerir os fundos internacionais que seriam direcionados a partir dos eventos. Por isso, o projeto político que esse modo reforça é aquele de colaboração com o sistema dominante. Em 2012, os espaços ocupados por esses grupos especializados/prestadores de serviços para as Nações Unidas foi ainda mais central que em 1992.

Cabe acrescentar que as atribuições de sentido ao desenvolvimento sustentável podem ter sido mais ou menos difusas, por vezes não cabendo em apenas um modo. Alguns grupos teriam, simultaneamente, construído discursos híbridos subalternos e também compartilhado de sentidos mais formais, mais próximos das Nações Unidas; ou estiveram alerta à discussão sobre desenvolvimento sustentável e visaram à sua ressignificação, ainda que apresentassem estratégias de resistência; e até mesmo alguns teriam participado de negociações institucionais, contribuindo para o discurso formal, mesmo com objetivos mais utilitaristas. Esse sentido difuso, que, por um lado, pode dificultar a categorização, por outro, permite apreender a complexidade das motivações e formas de atuação da SCT. De outra forma, os projetos políticos sobre os quais os grupos com diferentes modos de atribuição de sentido se embasaram eram mutuamente excludentes.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito decorreu da Rio-92: fortalecimento das noções de desenvolvimento sustentável, forte demonstração do papel das ONGs na imprensa global, maior abertura para a sociedade civil nas Nações Unidas, novas relações entre ativistas, movimentos e ONGs

provenientes de inúmeras partes do globo, aproximação de lutas que até então eram intraduzíveis ou antagonistas. Nessa direção, a influência da SCT no Rio de Janeiro em 1992 esteve em fazer da ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o que de fato se tornou: um todo maior que a soma das partes. A Rio-92 foi mais que a CNUMAD, mais que o fórum paralelo, o fórum oficial, as incontáveis atividades simultâneas, o sem-número de novos laços que foram construídos. Para além da Conferência e de seus objetivos formais, a influência da SCT voltava-se também a criar uma ocasião para fortalecer a si mesma como ator internacional.

Posteriormente, no campo ambiental, houve exigências que tiveram pouca capacidade de penetração. Dos vários setores e lutas, os interlocutores perceberam uma baixa potência da sociedade civil em fazer frente aos interesses de quem pretendia manter o *status quo*. Nos eventos de 2012, havia uma pluralidade de identidades, projetos e repertórios de ação que, diferentemente de 1992, tinha no antagonismo ao evento formal um senso de convergência. O próprio encontro paralelo de 2012, a Cúpula dos Povos, se pretendia “Por Justiça Social e Ambiental” enquanto a conferência formal se voltava a um “desenvolvimento sustentável” que via o papel do mercado como preponderante sobre as demais esferas sociais, e considerava grandes corporações como membros da sociedade civil.

Os avanços formais no acesso de ONG aos espaços decisórios das Nações Unidas, tão defendidos durante os processos da Rio-92, pouco serviram para refletir intenções mais gerais da SCT na Rio+20 e em suas duas antecessoras (Rio+5 e Rio+10). Nesse contexto, se vários entrevistados responderam que a influência da sociedade civil transnacional sobre a Conferência do Rio em 1992 teria sido *muito significativa*, estavam pautados pelo contraste iminente com a Rio+20, ora lida pelos ativistas, ora pela repetição dos termos de documentos da década de 1990 no “O Futuro que Queremos” (ONU 2012), ora como mero recuo para inserção de uma noção reducionista de *economia verde*, sem quaisquer incidências de *discursos híbridos subalternos*. Para aqueles que entrevistei, a Rio+20 não teria passado de um fraco eco da Rio-92.

Como não seria possível demonstrar quanta esperança esvaeceu, prefere-se aqui considerar que a capacidade do projeto mais difundido da sociedade civil transnacional no primeiro evento, a construção das globalizações contra-hegemônicas, não foi suficientemente forte para superar o paradigma posto. E as expectativas não se encerraram nos eventos da década de 1990: as ocasiões políticas internacionais foram objetivadas em outros eventos, com protestos e repertórios novos, e recentemente contando com maior velocidade para mobilidade e comunicação. Remarca-se ainda que todos os ativistas entrevistados neste trabalho permaneciam engajados, depois de tantos anos, e, dentre eles, ampla maioria retornara ao Aterro do Flamengo. E suas percepções foram críticas, lúcidas, mas não céticas. Há faíscas que a Rio-92 ajudou a acender, e elas ainda cintilam.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. 2012. Repertório segundo Charles Tilly: a história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 02, n. 03: 21-41.
- BARROS, Flavia Lessa; MARTINS, Paulo Henrique. 2011. A Sociologia latino-americana entre os desafios da descolonização planetária e a reconstrução da utopia democrática. Entrevista com Paulo Henrique Martins. In: *Série CEPPAC*, n. 34, Brasília: CEPPAC/UnB.
- BHABHA, Homi. 1998. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

- BORN, Rubens Harry. 1998. *Os regimes internacionais da Rio-92: a participação de atores não governamentais, novos valores e instrumentos para a gestão do desenvolvimento humano*. Tese de doutorado em Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- CAPOBIANCO, João Paulo. 2011. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 24/11/2011 via Skype.
- CARVALHO, José Jorge de. 2001. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: *Revista Horizontes Antropológicos*. v.7 n.15, Porto Alegre.
- COHEN, Jean. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. Tradução de Vera Pereira. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: v. 46, n. 3, 2003: 419- 459.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1988. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- COSTA, Sergio. 2003. Democracia cosmopolita: déficits políticos e teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 53, São Paulo.
- CRUZ, Fernanda Natasha Bravo. 2013. *Discursos sobre a influência da sociedade civil transnacional na Rio 92*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- DAGNINO, Evelina. 2004. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In MATO, Daniel (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela: 95-110.
- ESCOBAR, Arturo. 1995. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- ESCOBAR, Arturo. 2016. Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra. *Serie Desafíos Latinoamericanos*, v. 7.
- FELDMANN, Fabio. 2011. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 01/09/2011, FF Consultoria, São Paulo.
- FRIENDS OF THE EARTH INTERNATIONAL, 2017. Friends of the Earth International urges states to advance talks on binding treaty to rein in corporate abuse. *Website do Friends of the Earth*. Disponível em: <<https://www.foei.org/press/friends-earth-international-treaty-reign-corporate-abuse>>. Acesso em: 13 maio 2018.
- GOHN, Maria da Glória. 2004. *Teoria dos Movimentos Sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.
- GROSS, Anthony. 2011. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 26/07/2011, Instituto Socioambiental, Brasília.
- HERCULANO, Selene. 2011. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 29/08/2011 na Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.
- HERCULANO, Selene. 1994. *Entre o Heroísmo e a Cidadania - O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Sociedade Civil e o Estado*. Tese de doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. 1998. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Nova York: Cornell University.
- LANDIM, Leilah. 1993. *A invenção das ONGs - do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Volume I. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- LANDIM, Leilah. 2012. *Entrevista concedida à autora*. Realizada em. 29/08/2011, residência da entrevistada, Rio de Janeiro.
- LE PRESTRE, Philippe. 2000. *Ecopolítica Internacional*. Trad. Jacob Gorender. São Paulo: Ed. Senac.

- LEROY, Jean Pierre. 2012. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 17/06/2012, no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro.
- LÜCHMANN, Ligia H. Hahn. 2007. A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, São Paulo, 70: 139-170.
- MARIN, Gustavo. 2012. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista em espanhol realizada em 21/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro2.
- MARTÍNEZ, Juan. 1992. El ecologismo de los pobres. In: *Revista Envío*. Universidad Centro Americana, n. 125.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). s/d. *Documentos oficiais da CNUMAD*. Disponíveis em: <<http://www.un.org/en/documents/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 2012. *The future we want*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.
- PIANTA, Mario. 2001. Parallel summits of global civil society. In: ANHEIER, HELMUT, GLASIUS, KALDOR, *Global Civil Society Yearbook*, Londres: Oxford University Press.
- RIBOT, Jesse. 2012. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 19/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro.
- ROCCO, Rogério. 2011. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 25/08/11, no ICMBio, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2001. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2008. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- SCHERER-WARREN, Ilse. 1999. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. Rio de Janeiro: Hucitec
- SCHERER-WARREN. 2008. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH* v. 21, n. 54.
- SCHERER-WARREN. 1993. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola.
- SHIVA, Vandana. 2012. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista em inglês realizada em 19/06/2012, no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro.
- SMERALDI, Roberto. 2011. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 20/09/2011 via Skype.
- TARROW, Sidney. 2007. *The New Transnational Activism*. Nova York: Cambridge University Press.
- TARROW, Sidney. 2001. Transnational politics: contentious and institutions in international politics. *Annual Review of Political Science*. v. 4:1-20.
- VIEIRA, Liszt. 2012. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista realizada em 26/08/2011, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, Rio de Janeiro.
- VIEIRA, Liszt. 2001. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- VILLA, Rafael Duarte. 2009. Uma crítica às teorias celebratórias da sociedade civil internacional. In: ARAUJO, C; AMADEO, J. *Teoria Política Latino Americana*. São Paulo: Hucitec: 205-214.
- VILLAREAL, Alberto. 2012. *Entrevista concedida à autora*. Entrevista em espanhol realizada em 18/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro.
- WARREN, Mark. 2001. *Democracy and Association*. Princeton: Princeton University.
- WILLETS, Peter. 1996. From Stockholm to Rio and Beyond. The impact of the environmental movement on the United Nations consultative arrangements for NGOs. *Review of international studies*.

DE VOLTA AO PICADEIRO - LEMBRANÇAS DO CIRCO DE ANTIGAMENTE

GILMAR ROCHA

RESUMO

O circo e seus artistas tradicionais parecem estar vivendo, nos últimos tempos, uma crise de identidade, cujos primeiros sinais se encontram nos idos de 1970, momento em que se começa a falar na emergência de um “novo circo”. Não por acaso, também alguns artistas circenses anunciam a “morte do circo tradicional”. Curiosamente, embora inúmeros trabalhos façam referência ao “novo circo” e suas ações sociais, pouca atenção tem sido dispensada ao artista tradicional de circo. Este ensaio tem como objeto de análise o “discurso circense” fixado em uma dezena de livros de memórias e autobiografias de artistas tradicionais publicados no Brasil, a partir dos anos 1970. O significado da categoria antigamente, a experiência da viagem, a concepção circense de arte, o projeto de criação das escolas de circo, entre outros assuntos, emergem nas memórias do artista circense, na composição do circo tradicional.

PALAVRAS - CHAVE

Circo; Memória; Identidade; Tradição; Patrimonialização.

BACK TO THE RING - MEMORIES OF THE CIRCUS OF YESTERYEAR

ABSTRACT

The circus and its traditional artists seem to be lately experiencing a crisis of identity, which first signals can be identified back in the 70's, when became apparent the beginning of the "new circus", and, not accidentally, some circus artists also announced the "death of the traditional circus". Curiously, even though several publications make references to the "new circus" and its social actions, almost no attention has been given to the circus traditional artists.

This essay aims to analyze the "circus discourse" constructed from the traditional artist's books of memories and autobiographies that were published in Brazil since of 1970's. The circus of yesteryear, the experience of the travel, the circus art conception, the project to create circus school, emerge in the memories of the circus artist in the composition of the traditional circus, amidst other subjects.

"A memória é a mais épica de todas as faculdades"
(Walter Benjamin)

KEYWORDS

Circus; Memories; Identity; Tradition; Patrimonialization.

SOBRE OS AUTORES

GILMAR ROCHA

Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1986), com mestrado em Sociologia da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993) e doutorado e pós-doutorado em Antropologia Cultural (Ciências Humanas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003/2017). Professor do Departamento de Artes e Estudos Culturais (RAE) e do Programa de Pós-Graduação Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Dedicar-se, principalmente, ao campo de estudos das culturas populares, com interface nas áreas da Teoria Antropológica; Folclore e Patrimônio Cultural; Corpo, Performance, Paisagem, Imaginação e Memória; Educação. Coordena o Grupo de Estudos do CNPq Artesanias, corpos e paisagens.

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2017

APROVADO EM

Dezembro de 2017

Sob a lona do circo, os olhares se voltam para o picadeiro; um gesto involuntário que parece misturar a força centrípeta da física com eficácia simbólica da magia. Para o artista tradicional: “Tem uma coisa que é muito sagrada no circo: o picadeiro. O picadeiro, pra quem é antigo de circo, sabe que no picadeiro não pode comer nenhuma bolacha lá, porque ali é o seu ganha-pão, ali é de onde tira o sustento de sua família, ali tem que ser tratado com carinho” (ROCHA 2013: 208-209). Mais do que um espaço físico, o picadeiro é um dos símbolos mais importantes do circo e, como tal, um “repositório de significados”¹. É onde o artista circense se reconhece e encontra seu porto seguro numa cultura que é, *par excellence*, viajante. É onde o circense diz, muitas vezes, ter nascido, mas é também onde muitos encontraram a morte. A despeito da origem moderna do circo, a relação do picadeiro com o sagrado e o antigo se perde no tempo. O picadeiro, simbolicamente, guarda parte da memória do “circo de antigamente”. Aliás, a categoria “antigamente”, muito presente no discurso circense, merece toda atenção, pois está relacionada à mudança pela qual o circo vem passando nas últimas décadas; muito embora a perspectiva da mudança seja às vezes superestimada pelo circense. Contrapondo-se ao “circo tradicional”, emerge o discurso em torno do “novo circo” que, independentemente das controvérsias sobre a sua novidade, não se realiza exclusivamente sob a lona ou no picadeiro. Então, o picadeiro, que parece umbilicalmente ligado ao “circo tradicional”, nos leva de volta ao passado, ao mundo das memórias, afinal é lá, no “circo de antigamente”, no circo antigo, que ele resiste, teima em permanecer vivo, mesmo que somente nas memórias frente à ameaça, pois acreditam muitos circenses que seu fim está próximo. Angústia capturada por José Reginaldo em Apresentação ao livro *A magia do circo*, na bela paráfrase: “um fantasma ronda o circo: o fantasma da sua morte” (ROCHA 2013: 1). De certa forma, as memórias circenses são, em meio a outras possibilidades de significação, um registro desse temor.

Embora seja crescente a produção e a divulgação de estudos sobre o circo no Brasil, curiosamente, pouco tem sido dito sobre o “circo tradicional”, em vista da atenção dispensada às experiências do chamado “novo circo” e do “circo social”. A verdade é que a distinção entre o “circo tradicional” e o “novo circo” está cercada de controvérsias, e a sua manutenção, antes de nos confortar, sugerindo uma ordem histórica, linear, natural e dividida entre o antigo e o novo, o autêntico e o espúrio, e/ou outros dualismos equivalentes, nos instiga a pensar sobre a sua relevância sociológica no discurso memorialístico do artista de “circo tradicional”. Mais do que uma oposição inconciliável, o “circo tradicional” e o “novo circo” designam um complexo movimento de fluxos, trocas e interações que se complementam. O “circo tradicional” sempre viveu sob a ameaça do novo; o “novo circo”, por sua vez, reafirma sua modernidade evocando a tradição. A maneira como as memórias circenses dramatizam esse conflito ganha então nossa atenção.

Este texto é sobre as memórias circenses fixadas em livros a partir dos anos 1970. Cobrindo um período de quase meio século, essas memórias dizem muito sobre a dinâmica histórico-cultural dos circos no Brasil contemporâneo. Frente à emergência dos discursos e das práticas que proclamam o “novo circo”, o “circense tradicional” parece encontrar na produção das suas “memórias” um meio de salvaguardar suas lembranças do “circo de antigamente”².

1 De acordo com Yi-Fu Tuan, “os significados emergem das experiências mais profundas que se acumularam através do tempo. As experiências profundas tem muitas vezes um caráter sagrado, extra-terreno, mesmo quando elas se originam na biologia humana” (Tuan 1980: 166).

2 As aspas entre as categorias circo de antigamente ou circo tradicional e novo circo visam a destacar sua

Os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a análise das memórias circenses a seguir são os da sociologia e da antropologia, particularmente, inspiradas nas reflexões de Pollak (1989; 1992), Benjamin (1994) e Gonçalves (2007). Após breve reflexão sobre o discurso memorialístico circense, passo à análise dos significados estruturantes desse discurso quanto ao circo de antigamente, as viagens do circo, a arte circense e o projeto das escolas de circo. Por meio desses tópicos, busca-se apreender os aspectos relacionados ao *ethos* cultural e à visão de mundo circense no curso da história dos últimos cinquenta anos. Minha hipótese, ainda bastante incipiente, é que a produção dessas memórias, combinada a outras práticas discursivas, desenha um movimento cultural em direção à “patrimonialização do circo” no Brasil.

Essas reflexões se justificam pelo que se depreende da fina observação da pesquisadora Joana Afonso, quando diz que “para além daquilo que nos é dado a ver pelo preço de um bilhete, o circo continua a ser uma forma de vida sobre a qual nada se sabe e muito se fantasia” (2002: 21). Razão suficiente, me parece, para que nos lancemos ao estudo de um “objeto” cuja ressonância nos desafia e nos convida a entender os sentidos de seus discursos e de certas práticas, ao mesmo tempo que estimula nossa imaginação sociológica (Rocha 2016).

2 - A INVENÇÃO DA MEMÓRIA

O material em análise, duas dezenas de livros, é rico e relevante, porém bastante diverso na forma e, por isso mesmo, merece uma nota de apresentação. Sem pretender uma tipologia ou classificação, pode-se apontar algumas características singulares entre as obras em análise, embora um mesmo texto possa combinar mais de uma ao mesmo tempo. A importância dessa distinção reside, inicialmente, no fato de alguns livros não serem fruto direto da pena do circense, mas resultado às vezes da estreita relação do autor (escritor, pesquisador, jornalista) com o circense tradicional, obtendo assim informações de “primeira mão” que não constam em outras publicações; segundo, apresentam significativo material visual (fotográfico), reunido a partir dos acervos familiares e pessoais dos circenses tradicionais. Assim, no conjunto das obras encontramos, de um lado, as memórias propriamente ditas (Oliveira 1963; Garcia 1976; Arrelia 1977; Militello 1978, 1984, 1997; Tito Neto 1986; Orfei 1996; Bartholo 1999; Circo Vox 2011), inclusive, declarada como autobiografia (Arrelia 1997); do outro lado, as memórias resultantes do trabalho de pesquisadores em colaboração com o circense tradicional, com forte ênfase no registro visual (Ruiz 1987; Oliveira 1990; Torres 1998; Avanzi; Tamaoki 2004; Andrioli 2007; Guimarães 2015). Em menor número, encontramos o próprio circense narrando a história do circo (Biriba 2007); nesse caso, trata-se mais de uma “memória histórica” do que um trabalho de memória social, nos termos de Halbwachs (1990). Por fim, valendo-se da experiência e da memória circense, temos as estórias romanceadas (Marcovich 1980; Arrelia 1992), que não são menos verossímeis por isso³.

Mesmo não sendo possível, neste momento, explorar em profundidade os inúmeros problemas e possibilidades que envolvem o campo da memória, alguns pontos merecem destaque. Pode-se começar lembrando que o relato memorialístico e/ou autobio-

condição relativa; doravante a ausência das aspas não exclui sua significação especial.

3 Um ponto importante a se destacar é quanto à identidade das editoras que produziram os livros. A maioria são pequenas e relativamente desconhecidas, se comparadas às consagradas no mercado. Condição que parece reforçar a ideia de que as edições são frutos da iniciativa e persistência do circense em legar as suas memórias.

gráfico constitui uma “criação artificial de sentido”, nos termos de Bourdieu (2006: 185). As memórias e as autobiografias, e por companhia até mesmo as narrativas documentais, não estão imunes aos efeitos da imaginação literária na composição da “história”, seja de um acontecimento, seja de um lugar, seja de uma vida. É preciso então estar atento para a relação do imaginário com a realidade, da ficção com a história⁴.

Portanto, as narrativas memorialísticas e autobiográficas, numa aproximação com as perspectivas antropológicas de Geertz (1989) e de Wagner (2010), são interpretações; invenções e, como tal, formam “um material relativamente autônomo, que possui um corpo próprio e que se constitui em algo ‘novo’, no sentido de que não é a “consequência direta, verbal e discursiva do acontecer histórico de um sujeito” (1991: 98), observa Carlos Piña. O antropólogo avança na compreensão das narrativas memorialísticas e autobiográficas quando diz que tais relatos devem ser encarados “como testemunhos, na medida em que o texto está mais relacionado às circunstâncias que cercam o sujeito do que à dimensão estritamente autobiográfica” (Piña 1991: 99). Nesse sentido, a situação biográfica do sujeito, resultado da combinação daquilo que compõe a sua história em um tempo determinado e que lhe confere a “aura” existencial de ser único e incomparável a outro qualquer, define a forma e o conteúdo das memórias. E o passado então se revela uma estória construída a partir das motivações do presente, bem como a biografia do indivíduo uma invenção do “eu”. E a imagem de “si mesmo” apresentada no relato, e que só existe como tal no relato, constitui uma “personagem” - o significante real ou fictício de um nome próprio. Afinal, o “si mesmo” nunca é o mesmo ao longo do tempo, muda conforme a situação biográfica do indivíduo. A verdade é que “é tão impossível a identificação absoluta do meu “eu” como o ‘eu’ de que falo, como suspender a si mesmo pelos cabelos” (1993: 360), conclui, ironicamente, Bakhtin⁵.

Mas não é somente o caráter literário que invade o mundo das memórias, complexificando o entendimento do fenômeno. A relação entre a memória coletiva e a memória individual também ganha a atenção dos sociólogos. Se Halbwachs desvela os quadros sociais da família, das classes, da religião, etc., na constituição da memória, ressaltando que “nós não percebemos que não somos senão um eco” e que, portanto, “a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs 1990: 47-51), Michael Pollak se volta para o enquadramento da memória social, ou seja, os processos e os atores que intervêm na sua organização e institucionalização. Trata-se menos de apreender a memória como coisa, no sentido do fato social durkheimiano, do que apreendê-la como ação simbólica politicamente orientada. A memória é vista como objeto de disputas, um campo de conflitos em meio às relações de poder em luta pelos grupos que formam a sociedade. Numa abordagem que parece inspirada em Gramsci, Pollak observa que a institucionalização de uma determinada memória é sempre o resultado de um processo de hegemonia de um grupo sobre outro. A elevação de determinada memória à condição de memória oficial e/ou dominante implica, ao mesmo tempo, o silenciamento e o esquecimento das memórias dissonantes e/ou subalternas. Portanto, como tantos outros objetos sociais, a “memória” é parte das disputas políticas, dos conflitos grupais, das “lutas de classes”, enfim, dos processos de constituição das identidades sociais.

O processo de enquadramento da memória concorre no sentido de delimitar

4 Já de algum tempo, os antropólogos e os historiadores tomaram a sério a reflexão da natureza literária, imaginária ou fictícia da história; a esse respeito ver White (1994) e Geertz (1997).

5 Contudo, essa distinção entre o “si mesmo” e o personagem reclama uma reflexão epistemológica em torno da produção das identidades e das alteridades, do etnocentrismo e do exotismo, em vista do resultado final da escrita sobre o “si mesmo” como a produção de um “eu” que, na verdade, é um “outro”, mas que, nesse momento, só podemos anunciar.

as fronteiras simbólicas na construção das identidades sociais. Assim, não se trata tão somente de produzir a diferença entre o eu e o outro, mas também de construir um novo sujeito ou ator social cuja genealogia passa pela reescrita do passado. Pollak observa que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak 1992: 204). Essa operação de produção do sentimento de continuidade e coerência aciona uma temporalidade mais ampla e complexa entre o passado, o presente e o futuro⁶.

Nesse processo, é importante estar-se atento ao papel desempenhado pelos “intelectuais orgânicos” encarregados de legitimar a memória do grupo. Afinal, trata-se de um trabalho de controle, seleção, classificação, silenciamento, objetificação, das fontes, das testemunhas, da memória, no qual os “historiadores da casa” visam a produzir um sentimento de identidade, reescrevendo a sua história. No entanto, o enquadramento da memória por vezes assume explícito caráter ideológico no processo de fundar discursivamente uma história, um acontecimento inaugural, como nos sugere Ricoeur (1989), em sua abordagem sobre a ideologia e a utopia⁷.

Nessa perspectiva, pode-se, de um lado, destacar o caráter pioneiro das memórias circenses divulgadas em livros a partir dos anos 1970 como parte do processo de enquadramento que seria acompanhado das primeiras produções acadêmicas e científicas em torno do circo no Brasil, desde então (Rocha 2010); do outro lado, esse pioneirismo faz delas, guardadas as proporções, uma espécie de discurso de fundação e de seus memorialistas (no caso, o circense) os “historiadores da casa”, portanto, espécie de “intelectuais orgânicos”, seguindo a abordagem de Pollak (1989). De resto, a produção e a divulgação dos livros de memórias circenses a partir dos anos 1970 são de fundamental importância na constituição da memória social e histórica do circo no Brasil, em vista da ameaça de amnésia a que o circo parece estar sujeito nos últimos cinquenta anos⁸.

Problema que serviu de motivação à historiadora Ermínia Silva, para investigar a cultura do circo a partir da experiência dos artistas tradicionais, resultando em um dos mais importantes estudos sobre a memória circense no Brasil:

A memória do circo da primeira metade do século XX corria o risco de perder-se, porque as pessoas que eram depositárias estavam, literalmente, morrendo e seus descendentes diretos não mais garantiam a continuidade de seus saberes, pelo menos nos moldes de uma transmissão grupal, comunitária e familiar.

O circense brasileiro não se preocupou em deixar registros escritos e tes-

6 A noção de *projeto*, tomada de empréstimo a Schutz por Gilberto Velho (1977), promove a mediação nessa relação de continuidade e coerência estabelecida entre a memória e a identidade.

7 Não sendo a “memória” a história tal qual aconteceu, senão um trabalho de significação entendido como processo de simbolização e de interpretação sobre acontecimentos, pessoas, lugares, objetos, parece rentável analiticamente a sua aproximação com o campo das representações sociais. Afinal, a exemplo dos processos de enquadramento da memória, também as representações sociais operam sobre o estoque de conhecimento disponível, visando à produção de um novo sistema de conhecimento, já que, na definição de Jodelet (2001), a representação social constitui uma forma de conhecimento prático socialmente elaborado que serve de guia a orientar o pensamento e as ações dos indivíduos.

8 Não se pode esquecer a contribuição dos jornais e revistas, as reminiscências de um ou outro artista de teatro ou cinema de origem circense, os antigos cartazes anunciando as estreias, as peças de circo-teatro, muitas delas escritas pelos circenses, e as fotografias, como rico material que (in)formam o acervo das memórias circenses.

temunhos pessoais sobre sua história de vida ou de trabalho. Existem fotografias, recortes de jornais e alguns livros de circenses escritos a partir das décadas de 1960 e 1970, sendo raros os registros escritos, por exemplo, sobre árvores genealógicas ou origens familiares. Por que o circense não considera relevante este tipo de registro? Diferentemente de seus descendentes, os “tradicionalistas” dizem que o único e importante registro de sua história, que “deixavam de herança” para seus filhos, era o saber circense transmitido através dos seus ensinamentos e registrados pela sua memória (Silva 1996: 3-4).

Não por acaso, o registro escrito das memórias circenses se faz tão importante quanto aquele apreendido pela história oral⁹. Assim, a análise desse material bibliográfico constitui um esforço de compreensão, mesmo que parcial e limitado, de toda uma cultura em transformação, como o é a própria trajetória histórica do circo moderno, ao longo dos séculos XIX e XX e, em especial, o momento mais recente dessa história, em vista do processo de enquadramento e, por conseguinte, da “invenção” do circo tradicional. “Se assumimos que todo ser humano é um ‘antropólogo’, um inventor de cultura, segue-se que todas as pessoas necessitam de um conjunto de convenções compartilhadas de certa forma similar à nossa ‘Cultura’ coletiva para comunicar e compreender suas experiências” (2010: 76), observa Roy Wagner. Então, o enquadramento da memória circense é discursivamente parte do processo de invenção do circo tradicional e, como tal, integra um conjunto de convenções que comunicam a memória de uma experiência cujo sentido é fornecido pela história presente.

3 - O CIRCO DE ANTIGAMENTE

O circo é um fenômeno plural, composto de grande variedade de estilos arquitetônicos, diversidade de espetáculos, diferentes linguagens artísticas, etc. A literatura consultada nos apresenta um movimento histórico que não é unilinear e muito menos isolado. Os empréstimos, as trocas, as hibridações operadas ao longo do século XX sugerem uma história do circo bem mais rizomática do que é possível mostrar aqui.

Assim, a dicotomia circo tradicional e novo circo, antes de referendar uma tipologia circense em que o tradicional representa o que é velho e ultrapassado e o novo, a expressão do que é vanguarda e (pós)modernidade, antes significa um movimento de renovação do circo e da arte circense em que o tradicional sempre esteve aberto às inovações e o novo faz apelo constante às tradições que vêm das ruas e dos picadeiros. Dentre as características que distinguem esses discursos sobre o circo, Camarotti, parafraseando Bolton, destaca:

O Novo Circo tende a deixar os animais em paz e se concentrar nos esforços humanos relacionados à comicidade dos palhaços e às habilidades físicas. No lugar de números sobre-humanos, que envolvem real risco de vida, o Novo Circo tende a operar em uma dimensão humana [E continua ele] A grande lona deixa de ser o único abrigo para as atividades circenses. “O Novo Circo”, esclarece, pode ser encontrado na rua, em salões comunitários, em parques, em teatros, em cabarés, na TV, em escolas e em acampamentos de férias (Camarotti 2004: 126).

9 Para Walter de Souza Junior (2011), o registro escrito das memórias circenses guarda características das performances verbais, uma vez que o “livro conta” uma estória.

Curiosamente, tudo o que parece caracterizar o novo circo encontra-se no circo tradicional, como nos mostram suas histórias; e as memórias circenses são o principal testemunho disso. Assim, relativizando a dicotomia acima, ao menos no Brasil, a forte presença dos animais parece datada, tendo concorrido historicamente com os circos-teatros, que representaram, até certo momento, uma solução ecológica e criativa frente ao alto custo de obtenção e manutenção dos animais; os palhaços, é sabido, eram uma espécie de termômetro na avaliação da qualidade do circo e de seu espetáculo¹⁰; a estrutura artesanal de suporte dos números era compensada pela habilidade física e técnica dos artistas, fosse nos números acrobáticos ou nos dramas encenados; o risco ainda continua sendo um parceiro eminente até mesmo nos espetáculos do *Cirque du soleil*; as histórias dos circos nos mostram, através de suas arquiteturas, a fina sintonia estabelecida com a diversificação da vida urbana na medida em que as linguagens dos salões, dos teatros, dos cabarês, das óperas, das ruas, invariavelmente, invadiam os picadeiros¹¹.

Em outras palavras, antes de o circo ser a objetificação da tradição - entendida como fenômeno estacionado no tempo, resistente à mudança ou à modernização -, sua história mostra quão criativa e dinâmica é a cultura circense. Assim, a suposta oposição entre o circo tradicional e o novo circo consiste mais em uma retórica da autenticidade (Rocha 2009) senão um movimento de renovação e ressemantização do circo do que a constituição de uma “grande divisão”¹².

A importância das categorias de pensamento na compreensão das culturas é reconhecida desde os estudos clássicos de Boas, Durkheim, Mauss, na virada do século XIX para o XX. Seguindo a tradição, apreender o significado da categoria circo tradicional ou circo de antigamente constitui uma exigência fundamental neste momento: primeiro porque aponta para a polissemia do termo - muitas vezes contrapondo-se a certo estilo de circo que parece fugir ao controle do circense -, outras vezes, simplesmente evocando o passado histórico do circo, outra mais, em tom nostálgico, lamentando o “fim” de uma cultura ou de uma era, isso quando não se está a evocar uma “comunidade de sentimentos”; segundo, porque nos aproxima do campo das memórias - embora a tradição e o significado de antigamente esteja menos relacionado a uma medida de tempo do que a um juízo de valor. Que o diga Tito Neto, no capítulo “Tempos que não voltam mais” de suas memórias:

Antigamente existiam em São Paulo diversos circos e pavilhões de grande valor visitando nossos bairros (...) O Circo era uma das grandes diversões do povo. Por isso era comum a gente ver circos abarrotados até nos dias de semana. Quando um circo chegava em um bairro qualquer, era uma festa pra os moradores da região. Confesso com toda sinceridade que, quando me lembro daqueles tempos, fico emocionado. (...) Bons tempos aqueles... (Tito Neto 1986: 111).

10 Segundo Benjamin de Oliveira, o primeiro palhaço negro do Brasil: “Naqueles tempos distantes, a palavra palhaço tinha uma importância difícil de compreender hoje. Perguntava-se: o palhaço é bom? E se a resposta era favorável, a companhia estava feita em qualquer lugar” (Oliveira 1963: 82). Ver ainda Arrelia (1992).

11 Um exemplo, segundo a artista tradicional Dirce Militello, “as óperas que vinham ao Brasil com grupos de cantores apresentavam-se em praça pública. Depois de algum tempo, passaram a se apresentar nos picadeiros dos circos, mesmo porque, nessa época, os espetáculos eram realizados no picadeiro” (Militello 1984: 29).

12 Goldman faz uma reflexão antropológica que, acredito, nos serve de parâmetro para pensar a distinção circo tradicional e novo circo, tendo em vista que “por si mesmas, as sociedades não são nem simples nem complexas, mas nossas análises podem construir realidades uni ou multidimensionais” (Goldman 1999: 91). Com outros termos, pode-se dizer que as oposições que caracterizam as “grandes divisões” (natureza/cultura, tradição/modernidade, etc.) resultam da maneira como olhamos para os “objetos”.

O circo tradicional se alimenta das memórias circenses. “Uma lembrança, quase uma saudade que me fez falar de circo... o meu circo de cada dia”, (Militello 1978: 3), é assim que, com essa quase “oração”, Dirce Militello, ex-artista da quarta geração da tradicional família “Tangará”, começa suas memórias. Alberto Orfei também apresenta os motivos que o levaram a escrever seu livro de memórias, após inúmeros amigos instigarem-no a falar sobre sua vida no circo:

O destino me levou longe do circo (...) No novo ambiente, fiz amizade com gente que não era do meu mundo. Por saberem que eu era de circo, essas pessoas viviam perguntando-me sobre a nossa vida.

A princípio, isso me incomodava, pois me fazia sentir deslocado, mas para ser sociável atendia pedidos. Porém, à medida que os anos passavam e a saudade do circo crescia, passei atendê-las com mais satisfação, pois isso servia para manter viva, na minha memória, a imagem do circo, e para reviver lembranças que se tornavam cada dia mais vivas (Orfei 1996: 11).

Isso explica, em parte, o título do livro de Orfei: *O circo viverá*, contrariando os pessimistas. É o que também diz a ex-artista de circo Elsa Wolf, “o circo não vai morrer nunca!” (Circo Vox 2011: 119), em depoimento que integra o livro *Nostalgia* - coletânea de entrevistas de artistas tradicionais. Em “Apresentação” ao livro, os organizadores destacam que “O circo tradicional brasileiro é uma arte pouco compreendida nos dias de hoje (...) Em tão pouco tempo o Circo foi do auge à beira do esquecimento, mas sobreviveu, graças ao amor dessas pessoas que insistem em lembrar sua tradição” (Circo Vox 2011: 11). E, de fato, sem perder de vista a singularidade de cada um dos seis artistas entrevistados, todos falam do circo tradicional ou do circo de antigamente, evocando sentimentos de amor, espiritualidade/corporeidade e de saudade.

Elza Marlene, ex-equilibrista, traz uma visão metafísica do circo quando fala que “o circo é uma natureza, tá no sangue. Se a gente está parado, morre. É igual uma flor que vai murchando” (Circo Vox 2011: 15). Mais à frente, após comentar o fato de estar parada e do circo de sua propriedade estar desmontado, lamenta: “O circo está jogado, tá enferrujando, *mas aquilo é uma alma. Não é um material. Não é um pedaço de ferro enferrujado. Torto*” (Circo Vox 2011: 32, Grifo meu). Essa observação animista de Elza vai ao encontro da perspectiva ecológica de Ingold (2012) acerca da importância das “coisas” que povoam nossa vida social, pois, sabe-se, muitas vezes não estamos lidando somente com objetos, mas com materiais portadores de agência e de “vida”. Alma que alimenta o corpo, pois, para Elza Marlene, o circo é um antídoto contra a velhice, na medida em que “a gente se torna jovem. Nós não envelhecemos. A nossa idade, a nossa agilidade não envelhece” (Circo Vox 2011: 26). É o que também leva Teresita, outra ex-equilibrista, a ver o circo como um lugar de saúde, “uma cultura maravilhosa, extremamente sadia, que trabalha com a mente e o corpo” (Circo Vox 2011: 105), é uma “arte limpa”¹³. Ainda na perspectiva da artista, e muitos outros pensam como ela, “o circo é uma coisa que a gente não consegue largar. Ele entra, sabe? Passa a fazer parte da gente” (Circo Vox 2011: 102). É o que leva o artista tradicional de circo a dizer que sua fisiologia é composta não de sangue, mas de “serragem nas veias”.

O Sr. Benedito Esbano, mais conhecido como o palhaço Picoló, com economia

13 A representação do circo como “arte limpa”, saudável, faz apelo à moral da cultura sem vícios, sem drogas...; ver Arrelia (1992) e Rocha (2013).

e eloquência, diz: “o circo antigamente era muito gostoso” (Circo Vox 2011: 59); e “o circense tem a mania de ser feliz!” (Circo Vox 2011: 70). A felicidade também é o sentimento evocado por outro tradicional palhaço, o “Arrelia” (Waldemar Seyssel), que define a sua condição de artista circense dizendo: “Sou grato a Deus por ser quem sou, pela carreira que me coube na distribuição dos papéis no grande Circo da Vida, por ter nascido na família onde nasci e por ter a família que tenho. Se tivesse tido a oportunidade de escolher por mim mesmo, não mudaria um til do que me coube e me fez tão feliz” (Arrelia 1977: 207). A evocação da felicidade nos leva a pensar o circo tradicional antes como uma “comunidade de sentimentos”¹⁴ com alta carga de moralidade a reger a visão de mundo e o estilo de vida circense. O episódio narrado por Vic Militello sobre a busca do avô pelo filho, no caso seu pai, que fugira para o circo, ratifica o valor do sentimento na constituição dessa comunidade. Antônio encontra o filho Humberto trabalhando no Circo Piolim, e só então passou a entender por que ele saíra de casa:

[Antonio] Não podia acreditar no que via. Seu filho [Humberto] ali mistura-
do aos bichos e à serragem, ajudante de amarra-cachorro [empregado que faz tudo
no circo]. Como podia trocar a casa, a família, o conforto de um banheiro, de lençóis
limpos, do afago da mãe e viver ali assim quase ao relento? Só entendeu quando to-
dos se reuniram para a comida. A camaradagem, a alegria e a liberdade explicaram
tudo e até causaram uma certa inveja (Militello 1997: 64).

O circo tradicional está intimamente relacionado à categoria “circo-família”, apreendida por Ermínia Silva em sua pesquisa sobre os processos de socialização/formação/aprendizagem da cultura e das artes circenses. Para a historiadora:

Ser tradicional significa pertencer a uma forma particular de fazer circo, sig-
nifica ter passado pelo ritual de aprendizagem total do circo, não apenas de seu
número, mas de todos os aspectos que envolvem a sua manutenção.

Ser tradicional é, portanto, ter recebido a ter transmitido, através das ge-
rações, os valores, conhecimentos e práticas, resgatando o saber circense de seus
antepassados. Não apenas lembranças, mas uma memória das relações sociais e de
trabalho, sendo a família o mastro central que sustenta toda esta estrutura (Silva
1996: 56).

Portanto, ser tradicional, e nesse caso, o circo tradicional ou de antigamente está menos relacionado a uma forma de circo antigo e ultrapassado, prisioneiro do tempo, do que a um estilo de vida com características de base familiar e, por isso, mais artesanal e menos empresarial, mais casa e menos empresa, mais arte e menos espetáculo, se colocado em perspectiva temporal. O tempo, nesse caso, não é tomado como sucessividade de horas, anos e datas, mas como o curso da vida, existencialmente vivido no cotidiano e experimentado corporalmente. Gilberto Freyre nos ajuda a perceber isso quando traz

14 Como nos mostra Durham, o conceito de comunidade segue a tradição estabelecida a partir de Tonnies e culmina na interpretação da antropóloga por significar “viver em num mesmo mundo (...) integralmente presente em cada um; o elemento essencial da estrutura comunitária é a participação de todos numa mesma cultura, cujo conteúdo total é abarcado por cada indivíduo. Todos acreditam nos mesmos mitos, praticam os mesmos cultos, conhecem as mesmas técnicas, manejam instrumentos idênticos, obedecem às mesmas normas. Não se trata de harmonia, pois numa comunidade, como em qualquer agregado humano, existem conflitos e paixões; porém esses conflitos se desenrolam num universo comum” (Durham 2004: 22).

para a cultura hispânica suas reflexões sobre o conceito de “tempo ibérico”, em contraposição ao homem prometeico das sociedades modernas, diz ele:

...a vantagem d[o] “homem arcaico” ou “tradicional” residiria, especialmente, na sua possibilidade de ser sempre criador ou, antes, criativo, através da sua identificação com um tempo que principia de novo cada ano, esquivando-se assim à história no seu sentido estrito e fugindo até à relação lógica entre causa e efeito. O seu tempo é mais existência do que história. O seu tempo é uma espécie de míticos ou poéticos rituais associados à renovação da vida. E não uma série de atividades lógicas e quantitativamente lucrativas (Freyre 1975: 10-11).

Por isso, o circo de antigamente é sempre, nostalgicamente falando, o circo vivido como casa e como coletividade moral. Para a maioria dos circenses tradicionais, ser ou ter nascido no circo é uma dádiva, uma bênção. Não por acaso, o circo tradicional é atravessado pelo sentimento da saudade, o que, nos termos de DaMatta, significa evocar afetiva e moralmente o mundo da casa e, por conseguinte, da família. “A ideia luso-brasileira de saudade mostra uma inelutável desconfiança dos esquemas burgueses que desdenham do passado e apontam para o futuro como um modo privilegiado e exclusivo de temporalidade (...) a saudade fala do tempo como pleno de personalidade e encantamento. Menos que um tempo de processos impessoais e máquinas; mais um tempo de pessoas e de milagres” (DaMatta 1993: 34), observa o antropólogo. O circo tradicional, portanto, está intimamente relacionado ao fato de também ser a casa do circense, a escola de seus filhos e o seu local de trabalho, tudo em um único e mesmo lugar. Nestes termos, a categoria antigamente não descreve um acontecimento ocorrido tempos atrás, mas algo acolhido sensivelmente na memória, vivido artisticamente na pele. “Le cirque est un art à fleur de peau”, define Hotier (1995: 13).

Alguns pesquisadores¹⁵ têm destacado a importância das famílias na constituição do circo no Brasil e, em alguns casos, conferindo-lhe qualidades nobiliárquicas, como aparece no Catálogo *Circo – Tradição E Arte*: “Antes de mais nada temos que entender que *um circense autêntico nasce no circo, vive para o circo e morre pelo circo*. E que só os circenses e os monarcas nascem e se preparam desde a infância para cumprir um destino que lhes será historicamente reservado” (Oliveira *apud* Circo 1987: 12, Grifo meu). Para o circense tradicional, o circo é uma vocação, o que, nos termos de Weber (1982), significa que o circense vive para o circo, e não do circo. E isso ele aprende desde criança, na família, junto aos seus, no dia a dia, pois “seus descendentes seguem a mesma tradição, porque não há arte que tenha seguidores tão fiéis. O circo jamais pode ser classificado como uma profissão ou mesmo como um meio de vida. Os que o exercitam fazem por amor e respeito à uma tradição que não é só deles. Sentem-se como se fossem um elo entre seus avós e seus netos” (Circo 1987: 14), dirá o pesquisador Julio Amaral de Oliveira. O resultado final é a formação de um artista que, além do nome da família somado à retórica “eugenista” da “serragem nas veias”, encontra na transmissão dos saberes e das práticas artísticas circenses e na moral dos sentimentos os principais componentes de sua identidade social.

Com o passar dos anos, o circense, alguns mais e outros menos, parece render-se ao fantasma que o ronda: a morte iminente. Muitas são as razões alegadas pelo circense para a suposta ameaça de morte do circo ou de sua crise de identidade, a partir dos anos 1970 –voltaremos a esse ponto à frente. Mas nem todos veem nas mudanças do circo si-

15 Ruiz (1978); Amaral (1990); Silva (1996); Guimarães (2015).

nais de sua morte ou falência¹⁶. Por exemplo, Alberto Orfei começa suas memórias com a seguinte advertência: “Muitas vezes ouvi dizer que o circo é um espetáculo ultrapassado e que está em decadência. O circo sempre esteve em decadência, há séculos, pois sempre viveu lutando contra grandes dificuldades e sempre conseguiu superá-las” (Orfei 1996: 11). Para o palhaço Picoly (Benedito Esbano), “não existe circo antigo e o circo moderno” (Circo Vox 2011: 66). O fato é que o circo que hoje se convencionou chamar de tradicional, em sua época, era moderno.

A verdade é que essas considerações convergem para um ponto de grande relevância na análise do significado do circo tradicional à luz da teoria da narrativa de Benjamin (1994) e de Gonçalves (2007) sobre os museus e a cidade. Sugiro que se veja o circo tradicional como narrativa, ou seja, uma modalidade artesanal de comunicação humana que retira das experiências vividas e cotidianas sua capacidade de intercambiar significados e produzir sentidos. Trata-se de uma narrativa tecida a partir das experiências de viagem, da arte circense, das performances corporais, das emoções, das memórias.

4 - Narrar é preciso

O antropólogo Jose Reginaldo Gonçalves (2007) desvela dois tipos ideais de museus na relação com a cidade, a partir da teoria da narrativa de Benjamin. O “museu-narrativa” e o “museu-informação”, cada qual correspondendo a modos diferentes de relacionamento com o público, a práticas profissionais distintas dos museólogos e a contextos urbanos historicamente constituídos, como as cidades da “era dos museus” e as metrópoles contemporâneas. Esses ambientes guardam formas distintas de comportamento: no primeiro, predomina a figura emblemática do “flanêur”; no segundo, o “homem da multidão”. Um faz da cidade e dos museus seu observatório e laboratório, e confere aos sentidos o privilégio da comunicação com os objetos e a cidade; o outro constitui um voraz consumidor de informações e bens culturais, cuja personalidade é a própria encarnação da atitude *blasé*. Acredito que esses modelos ajudam a pensar a constituição típica ideal do circo tradicional como “circo-narrativa” e do novo circo como “circo-espetáculo”¹⁷.

Benjamin começa seu famoso artigo de 1936, sobre “O Narrador”, destacando o declínio da arte de narrar nas sociedades modernas: “se a arte de narrar é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio” (Benjamin 1994: 203). A narrativa, para ele, constitui um meio de intercambiar experiências, pois por meio da narrativa partilhamos um mundo de significados. O seu fundamento é a experiência passada de pessoa a pessoa, de pai ao filho, de homens vindos de longe para contar suas histórias, para narrar suas glórias e tragédias. A partir da experiência, conhecimentos são transmitidos, valores são renovados, laços afetivos são criados. Como observa Gonçalves, “o narrador é alguém que traz o passado para o presente na forma de memória”

16 Um ponto que me parece absolutamente central nessas reflexões, mas que, lamentavelmente, nesse momento é somente sugerido, é quanto à necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a mudança de significado da família no Brasil. O estudo de Juarez Lopes (1980) sobre a formação da sociedade urbano-industrial no período pós-guerra mostra o quanto a burocratização, a secularização e o individualismo contribuíram para que o significado da família tradicional começasse a se modificar desde então, apesar das resistências.

17 “Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo *de pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*”, observa Weber (1986: 106).

(Gonçalves 2007: 65). Nesse sentido, o “memorialista” é alguém que almeja o ideal do narrador, ou seja, a arte de contar histórias extraídas de sua experiência. E contar histórias é provocar no outro a imaginação, afinal, “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (1994: 213), diz Benjamin.

Com efeito, a categoria circo tradicional ou circo de antigamente ilustra a realidade que a teoria de Benjamin descreve. A categoria circo tradicional, evocada nas memórias circenses e fixada no discurso escrito, condensa toda uma cultura, nos termos de Geertz (1998), uma “teia de significados” que o próprio homem teceu, cuja base era a família, e a forma de reprodução/criação dava-se por meio da transmissão oral, da imitação prestigiosa, enfim, das experiências trocadas entre as gerações e seus contemporâneos. Normalmente, os mais velhos se responsabilizavam por transmitir aos mais novos, aconselhando-os¹⁸, acerca dos saberes e das práticas que (in)formam a sua cultura. Como se sabe, trata-se de um processo artesanal no qual o narrador toma a sua experiência e a dos outros e a transforma em saber prático, útil, porém aberto à imaginação, ao sonho¹⁹. Afinal, a magia da narrativa reside exatamente em sua capacidade de “intercambiar experiências”, de provocar a imaginação dos ouvintes, em fazê-los refletir sobre a vida humana, suas alegrias e tragédias, suas limitações e possibilidades. Por meio da narrativa, “o extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação” (1994: 203), observa Benjamin.

Narrar não é só dizer, é antes fazer; é *performance*. Como no famoso poema de Fernando Pessoa, “Navegar é preciso, viver não é preciso”; narrar é ação simbólica, um ato de coragem, de doação, de aventura, de risco, de criação, de partilhamento; pois viver sem coragem, sem arriscar-se, sem sonhar, sem partilhar, enfim, sem trocar experiências não é preciso. E não é diferente com as narrativas de viagem nas memórias circenses.

O circo é um barco de ponta-cabeça, dizem os circenses. Segundo Dirce “Tangará” Militello, “O circo é realmente como um barco. Só que navega em terra firme. Até o temperamento destemido dos marinheiros é idêntico ao do artista de circo” (Militello 1978: 35-36). A associação do circo com o barco não se deve à semelhança da estrutura/arquitetura, mas à sua condição de “cultura viajante”²⁰.

“A verdadeira pátria de um circense é a estrada” (1996: 201), sentencia Alberto Orfei. Como o narrador de Benjamin, também o circense é um viajante, alguém que vem de longe com histórias para contar, na maioria das vezes suas histórias falam de coragem, proeza, determinação, aventura, etc., falam de mitos, de lendas, de sonhos humanos, tudo performatizado durante os espetáculos em dramas, comédias e números acrobáticos. As memórias circenses estão repletas de episódios trágicos, como quedas de circo devido às tempestades ou aos incêndios devastadores, mas também de histórias marcantes de sucessos, reconhecimentos e aprendizados. Frequentemente passando de uma cidade a outra, o circense acaba por desenvolver um *modus vivendi* em que o “fazer”²¹, perpétuo moto-contínuo, que se renova a cada dia, a cada nova “praça” (cidade), constitui a única

18 Diz Benjamin: “Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada (...) O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria” (Benjamin 1994: 200).

19 De certa forma é o que nos sugere um dos títulos em análise: *Sonhos como herança – síndrome da paixão* (1997), de Vic Militello.

20 Para o pesquisador Roberto Ruiz: “um grande circo é um universo sobre rodas” (Ruiz 1987: 20).

21 A categoria “fazer” deve ser vista no sentido etimológico de *performance*, ou seja, “per-formar”, formar a partir da experiência.

constante da sua vida. A cada vez que o circo faz uma nova praça, aprendem-se coisas novas. Nesse sentido, as viagens funcionam também como um processo de aprendizagem, de alguma forma são “viagens de conhecimento”. Trata-se de um aprendizado difícil, pois é consenso entre os circenses o quanto a vida itinerante é sacrificante. Por exemplo, a ex-artista Teresita confessa: “Eu tenho só uma filha, pensei muito em ter mais de um filho, mas não tive por causa da dificuldade de viajar com circo, pela falta de estudo, porque é uma vida fascinante, mas pra uma criança, embora ela não saiba, é difícil” (Circo Vox 2011: 102). Para os rapazes, as viagens despertavam outros sentimentos; de acordo com o palhaço Arrelia (Waldemar Seyssel): “Em cada cidade em que o circo chegava, eu arranjava uma namorada... e bonita. Elas gostavam do palhaço. As mulheres gostam de todo homem que as faz rir” (Arrelia 1997: 40). Para Orfei, o nomadismo é um sentimento que move o circense, afinal, “para um nômade, uma casa, um terreno, ou qualquer riqueza que não possa segui-lo nas suas andanças, não valem nada” (Orfei 1996: 230). Mas o nomadismo é mais do que uma forma de errância de grupos e de homens à beira da marginalidade - representação para a qual o circo e os circenses são historicamente empurrados. Para o Papa João XXIII, o nomadismo circense é quase uma religião, ao menos uma missão evangélica:

Vocês são como os apóstolos, que percorreram o mundo para divulgar a palavra de Cristo. Como eles, vocês vão por este mundo e levam alegria e paz às famílias cristãs. O de vocês é um apostolado de paz. Vocês são abençoados por esta missão que vocês estão desempenhando. Como São João Bosco, eu queria andar e alegrar as crianças, mas a vida me trouxe para outro caminho. Continuem no de vocês, que esta é a vossa missão (Orfei 1996: 105).

A viagem constitui o principal mecanismo de operação da magia do circo (Rocha 2013). Antigamente, eram realizadas sobre o lombo de animais ou em carros de bois, que percorriam as estradas poeirentas e esburacadas do interior do país (Arrelia 1977); com o tempo, passaram a utilizar-se dos caminhões (Orfei 1976; Bartholo 1999) ou dos trens (Militello 1978; Avanzi; Tamaoki 2004); em algumas situações os circenses socorriam-se dos barcos (Garcia 1976). O pesquisador Julio Amaral de Oliveira mostra a importância das viagens dos circos pelo interior do Brasil:

Foram eles que levaram aos mais longínquos rincões do Brasil a dança, a mímica, a música popular e erudita, através de seus músicos, excêntricos ou não, mas sempre solistas de instrumentos musicais nunca vistos, a ginástica, a acrobacia, a alta escola equestre, as vistosas tropas de garanhões de raças apuradas, que muito contribuíram para o aprimoramento do nosso incipiente plantel nacional, o teatro, através de vistosas pantomimas do passado e, posteriormente, através de vasto repertório de peças puramente teatrais, do “ballet”, através das nossas amazonas e graciosas aramistas. As “menageries” dos grandes circos eram excelentes museus de história natural, mostrando ao nosso homem do interior variados espécimes da fauna universal, até então desconhecida no país (Oliveira *apud* Circo 1987: 14).

A verdade é que, por meio das viagens, os circos narram grande parte da sua vida cultural e da sua memória social. A narrativa de viagem é uma forma de manter viva a memória e a identidade cultural e histórica do circense. Como diz Bartholo, “ao contar a minha história, contarei também um pouco da história do circo no Brasil” (Bartholo 1999: 15). Via de regra, as *tournee* são desses acontecimentos que marcam a história e a memória do grupo, destaca Pollak (1992). No Brasil, o caso mais emblemático é o do

Circo Brasil, de Antolím Garcia que, “corajosamente, conduziu através de vários países lendários duzentas toneladas de carga, oitenta animais de raças diversas e noventa pessoas de várias nacionalidades” (Garcia 1976: 293), dando a volta ao mundo por longos onze anos. Um empreendimento que lhe custou, ao final da jornada, o próprio circo, mas cuja motivação, além das constantes dificuldades econômicas vividas pelos circos, parece ser uma inquietação da alma: “Não me conformo com os operários especializados que passam trinta anos fazendo sempre a mesma coisa” (1976: 23-24), revela Antolím Garcia. Ao longo da década de 1940 e parte da de 1950, o Circo Nerino percorreu o Norte e o Nordeste brasileiros. Nas décadas seguintes, o circo Bartholo e o circo Orlando Orfei também se aventuraram por rios e estradas da região amazônica; nos anos 1990, foi a vez de o Grande Circo Popular do Brasil fazer percurso semelhante. A “estrada” percorrida se torna medida não de distância, mas de “grandeza” do circo.

“Quem viaja tem muito o que contar” (1994: 198), diz Benjamin. O circense é alguém que viu nas memórias das viagens (oral ou escrita, fotográfica ou iconográfica, muitas são as formas) um caminho para contar histórias do circo tradicional. Não há dúvida de que a narrativa das viagens dos circos constitui uma forma de perpetuar sua existência, manter viva sua memória, alimentar a história de sonhos, de aventuras, dos mitos. Por tudo isso, pode-se dizer que a experiência da viagem é a matéria-prima das narrativas, da cultura e da arte circenses.

5 - ARTESANIAS CORPORAIS

Mas falar da viagem no circo não é só falar de narrativa, cultura e arte. Em meio a essas formas de experiência e comunicação, a corporeidade - no sentido dado por Csordas²² ao termo - emerge como importante meio de ação simbólica. No circo, a arte como o corpo circense nunca está pronta e acabada; como nas viagens, a arte e o corpo estão sempre abertos a novas performances.

A arte circense é, antes de tudo, uma arte corporal. Por isso, na cultura circense, o corpo adquire tão ampla e profunda significação; o corpo circense é uma narrativa sobre a própria natureza humana.²³ Profundamente marcada pelas experiências da viagem, a arte circense se revela uma atividade artesanal em que o corpo é a matéria-prima. Tomo a categoria artesanania para expressar a “arte de fazer bem”; tal como nos ensina o belo estudo de Sennet (2013) sobre *O artífice*. Se não for exagero, penso que no circo prevalece a forma do que chamo “artesanias corporais”, ou seja, a habilidade artesanal de o corpo fazer arte. Contudo, na criação do número não são suficientes a técnica ou a habilidade do artista, outros valores, competências e qualidades são acionados. Assim, a solidariedade, a confiança, a amizade, a intuição são alguns dos ingredientes que fazem parte da constituição do artista de circo e da arte circense. O *esprit de corps* é a base da arte circense:

...por detrás das cortinas, todos os participantes do espetáculo que não tivessem mudança de figurinos prestavam colaboração. Todos estavam conscientes de que uma boa apresentação dependia do conjunto - não havia estrelismo. No trabalho havia

22 Thomas Csordas (1990) pensa o corpo, ou melhor, a corporeidade como sujeito da cultura e não objeto dividido entre razão e emoção, matéria e espírito, etc.

23 Os *freaks* (“aberrações humanas”, os “monstros”) comuns nos espetáculos circenses europeus e norte-americanos ilustram essa narrativa corporal (ver Rocha 2007). As “técnicas do corpo” (Maus 2003), aprendidas e legadas aos artistas formam um “arquivo” (Guimarães 2015) fundamental à constituição da memória circense.

uma integração invejável entre os atores considerados de frente. No circo, funcionava uma espécie de escola prática, sem imposições. Colocava-se à prova a capacidade dos elementos que, através do tempo, iam se especializando nos vários campos que o circo oferecia (...). O circo era uma oficina onde os espetáculos variados de todas as noites eram preparados pelos seus atores, que funcionavam como marceneiros, eletricitas, pintores, letristas, costureiras, desenhistas, todos práticos, isolados em seu mundo, dedicados ao seu espaço de trabalho (Militello 1984: 34-35).

O circo é uma corporação na qual a confiança, a segurança, a solidariedade, a amizade não estão presentes somente nos bastidores, mas certamente durante os números, afinal, a vida do artista muitas vezes está nas mãos do companheiro. A arte circense, por mais que se reconheçam os talentos individuais, é sempre uma arte coletiva. Como observa o biógrafo do Circo Queirolo: “o conceito de autoria no circo tradicional é absolutamente efêmero” (Aldrioni 2007: 41). Parafraçando o sociólogo norte-americano Howard Becker (1977), no circo a arte é ação coletiva.²⁴ Toda e qualquer expressão artística é o resultado de um amplo e complexo processo de cooperação, divisão do trabalho e organização social. Mas, como adverte Becker, com a especialização das atividades artísticas, a concepção de arte convencional alterou-se, dando lugar a interesses individuais de carreira e sucesso financeiro.

Algo semelhante parece ocorrer, na visão de alguns circenses, com relação à sua arte, quando da invasão dos “aventureiros” no circo que, na definição de Dirce “Tangará” Militello, “é como os artistas chamavam as pessoas que entravam para acabar de destruir a profissão, sem nenhum conhecimento, sem amor à arte” (Militello 1978: 4). Para o circense tradicional, o sentimento de “amor à arte” condensa o sentido expresso por Weber acerca da vocação. Como a própria Dirce dirá, em outro momento de suas memórias, “para qualquer arte é preciso ter vocação (...) Porque o artista de circo não pode se apresentar com uma carta de recomendação... No picadeiro, ele precisa provar que sabe fazer” (Militello 1984: 77). E fazer, no circo, significa “fazer o corpo”, fazer com amor, fazer com coragem, fazer com arte. O circo vive pela arte e não da arte, no sentido de um simples negócio.

A arte circense, além de corporal, coletiva, artesanal, é marcada por uma concepção de “arte total”. Ao prefaciá-lo livro *Arrelia, uma autobiografia*, Assis Angelo declara: “No tempo do Arrelia, muito antes mesmo do meu tempo, artista de circo era artista de verdade. Era artista que fazia de tudo. E bem. Tocava, cantava, pintava o sete, além da palhaçada e acrobacias a mil metros do chão, com aquelas cordas todas balançando no ar e uma rede dura esperando quem escorregasse” (Arrelia 1997: 13-14). Vic Militello, filha da artista circense Dirce “Tangará” Militello, diz que o patriarca da família colava grau aos filhos nas “artes do picadeiro”: “No dia em que [seu tio] Dândalo voou pela primeira vez [no trapézio], o velho Tangará, que ainda era moço, entregou-lhe um anel de formatura: era uma harpa de ouro com brilhantes, atravessada por asas de rubis. A cada filho que atingia a perfeição no picadeiro, ele outorgava o anel de Doutor em Artes” (1997: 77), declara Militello. Roger Avanzi lembra que seu tio, o famoso Gaetan Ribolá, era um artista total, na medida em que era capaz de realizar vários números durante o espetáculo. Diz ele: “Meu tio Gaetan era um artista muito versátil, fazia vários números: percha, pirâmides, cama elástica, acrobacia, trapézio, balsa, laços e chicotes, tiro ao alvo e muitos outros, inclusive, espetáculos aéreos, em que se exibia sobre as asas de um avião. Ele também dançava, era exímio sapateador, tocava vários instrumentos musicais

24 Ao lado da criatividade, a arte coletiva é a outra base do *Cirque du Soleil* (ver Heward; Bacon, 2006).

e era palhaço *tony de soirée* de nome Pasqualino” (Avanzi; Tamaoki 2004: 22). Gaetan era um artista excepcional, acima da média, mas era comum aos artistas em geral realizarem mais de um número durante o espetáculo e, ao longo da vida, se iam desenvolvendo novas habilidades e performances. Mas não era somente no espetáculo que o circense mostrava suas artes. Nos bastidores desenvolviam-se outras habilidades, como lembra Arrelia (Waldemar Seyssel):

Só existe uma coisa diferente do circo europeu ou americano: o artista das nações; não fazem outra coisa a não ser o seu número na noite do espetáculo. No Brasil, o artista tem também que ajudar na arrumação e desarrumação do circo. Principalmente os familiares do proprietário do circo. Eu e meus irmãos fazíamos isso, só que cada um tinha que ficar recebendo as bagagens, a madeira e os mastros do circo, colocando-os nos vagões. Eram mais ou menos oitenta toneladas. Sem contar que ainda havia os animais. Eu fiz quase tudo, todo esse tempo em que viajamos pelo Brasil (Arrelia 1997: 68).

Associado ao trabalho coletivo, no circo tudo é feito ao vivo: “o circo é o veículo de comunicação mais humano que existe, pela participação direta do artista. Ele oferece calor humano em suas apresentações arriscadas e técnicas, ou somente técnicas. O circo não tem a força da massificação, seu efeito ainda é o direto, sem o efeito do satélite via Embratel” (1978: 3), observa Militello. Arte ao vivo, arte feita na presença do público, sem a mediação dos vídeos e das câmeras. Espécie de “obra aberta”, inclusive, porque, dependendo do circo, a plateia participa do espetáculo, principalmente no número dos palhaços. “Arte sem truques”, dizem alguns. Por isso, os espetáculos de circo carregam uma densa carga aurática. Benjamin fala que “a autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico” (Benjamin 1994: 168). Assim, a quintessência de uma obra ou de um evento, a isso ele chama de “aura”: “a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja” (Benjamin 1994: 170). Mas, quando a tradição é separada do objeto ou a obra deixa de ser única para ser reproduzida serialmente, então ocorre a destruição da aura. Portanto, cada espetáculo de circo é único, embora se realizem dezenas, centenas ao longo do tempo. O fato é que a cada espetáculo, dependendo do número, pode ser o último com um fim trágico. Na verdade, não é somente durante o espetáculo que essa dimensão aurática se faz presente no circo, pois, como destaca o pesquisador Roberto Ruiz, “Por mais pobre, de lona remendada, cadeiras em estado precário, picadeiro precisando de reparos, o circo tem sempre uma auréola própria, um atrativo especial que consiste na sua própria presença física, arrastando velhos e moços, envolvendo a todos numa atmosfera ingênua e sem idade, num processo de comunicação eterno, direto, inigualável, porque não se encontra em nenhum outro gênero artístico” (Ruiz 1987: 13). É como se, por si só, a presença do circo fosse garantia de sua magia; que num piscar de olhos aparece e desaparece à nossa frente. Cada circo é único, e a cada vez que se instala, mesmo que em “praça” já conhecida, é sempre a promessa da volta do inusitado.

Muito embora se possa estabelecer uma aproximação do circo com a ópera (Hotier 2005) e, não por acaso, muitos dirão ser o circo a “mãe de todas as artes”, não só porque congrega elementos de todas as outras, mas também porque é a melhor escola de artes que existe. Sem exagero, pode-se dizer, o circo é a objetificação da concepção estética da “vida como obra de arte”. O que, em última instância, nos aproxima da concepção da tragédia em Nietzsche. Para Nietzsche (2007), a arte promove a mediação entre as pulsões dionisíacas e apolíneas; assim, frente ao sofrimento e ao individualismo, o artista

é aquele que diz sim à vida e encontra na arte uma forma de reconciliar o homem consigo mesmo. Não é preciso dizer que, sendo a arte circense uma arte realizada ao vivo, no tempo presente, os relatos de dificuldades, quedas e destruições de circos, acidentes com os artistas são inúmeros. Mas, é bom que se diga, nem só de tragédias vive o circo. Nas memórias são incontáveis as alegrias, as oportunidades de viajar e conhecer o mundo de peito aberto; cada espetáculo é um reencontro com a magia e o mito.

Como nos deixa ver a ex-integrante da *tournee* do *Circo Brasil*, de Antolím Garcia, Elza Marlene, no circo de antigamente, o artista parecia estar mais em sintonia com o espírito da tragédia, pois “Agora, você não vai num circo como antigamente. O artista se atirava num trapézio e não queria saber se ia cair ou se arrebentar, ele queria agradar” (...) “você quer que o público bata palma, nem pensava no risco. Hoje, você não vê mais essa emoção” (Circo Vox 2011: 30). Coisa que não se encontra, segundo o palhaço Picoly (Benedito Esbano), no *Cirque du Soleil*, pois “tem um bom espetáculo, mas não quer dizer que não há por aqui que tenham o bom espetáculo que ele tem, ele enfeita com aqueles bonecos andando pra lá e pra cá e tudo, que passam sem a gente saber por que entrou e deixou de entrar... mas é um espetáculo, não sei se vocês notaram, frio” (Circo Vox 2011: 76). Nas memórias circenses são comuns os destaques feitos à boa recepção do povo ao circo, desde a chegada com os antigos desfiles anunciando o cartaz, a estreia, ao momento do espetáculo. As homenagens feitas aos artistas, as premiações públicas, as festividades nas quais os circos são protagonistas aparecem como índices termométricos do convívio relativamente feliz e prazeroso do circo com a cidade. Nesse sentido, a maneira como o público reage durante o espetáculo denuncia a sua proximidade ou distância com o circo.

6 - O CIRCO E O MITO

Muitos circenses, angustiadamente, renunciaram a “morte do circo”. Em *O circo no Brasil*, Antônio Torres traz o testemunho da artista Dercy Gonçalves, ela que começou a carreira de atriz no circo, dizia “Os circos de hoje não são mais circos, são verdadeiros espetáculos” (Torres 1998: 43). Ainda no mesmo livro, também o ex-domador George Laysson profetizava: “O circo está acabando no Brasil” (Torres 1998: 44). Mas há também aqueles que não acreditam no fim do circo, é o caso de Tito Neto, que diz: “O tempo se encarrega de mostrar que o circo não morre nunca, porque os pavilhões continuam rolando de cidade em cidade, de vila em vila, de bairro em bairro, onde haja uma criança, ou mesmo um adulto que veja e entenda o palhaço, na sua imensa filosofia do cotidiano e do prosaico” (Tito Neto 1986: 17). No entanto, o testemunho mais contundente em torno das ameaças que cercavam o circo nos idos dos anos 1970 é o de Dirce “Tangará” Militello. Para a artista, a crise do circo começa nos anos 1950, tendo se acentuado desde então, pois: como uma estrutura tradicional baseada na família e no saber oral seria capaz de sobreviver à força do desenvolvimentismo e da ideologia modernizante que tomava conta do país? As consequências para o circo foram as piores: “O mundo do circo estava seriamente ameaçado e o tempo continuava passando, destruindo tudo. O pensamento de todos os artistas era um só! Era preciso fazer alguma coisa, a profissão circense estava agonizando em nossa terra!” (Militello 1978: 5). Razão suficiente para que a artista fixasse em suas memórias (*Picadeiro e Terceiro Sinal*, 1978 e 1984, respectivamente) a angústia de uma cultura em crise e, ao mesmo tempo, apresentasse como solução a criação das escolas de circo. Não por acaso, a criação da Academia Piolin de Artes Circenses, primeira escola de circo no Brasil, seria saudada com entusiasmo, pois “o circo brasileiro começa[va] uma nova fase em sua história” (1978: 8), como previa Militello.

Para a artista, o bom funcionamento da Escola de circo e, por conseguinte, o sucesso da arte circense no Brasil devia, a médio prazo, atender a capacitação dos filhos dos artistas tradicionais, estimulando neles o gosto pela arte circense, resgatando números em vias de esquecimento e promovendo a valorização dos circos de periferia. O que Dirce não imaginava é que, ao longo do tempo, as escolas cresceriam na exata medida em que jovens de outros setores das classes populares e médias urbanas passariam a se interessar pelas artes circenses. Os próprios filhos dos artistas de circo parecem ficar à margem da crescente onda de escolas de circo espalhadas pelo país²⁵.

Desde então, um sem-número de iniciativas, como a divulgação de editais (IPHAN, Petrobrás), festivais (internacionais e locais, por exemplo, Sesc), exposições, publicações de artigos e teses, a produção de vídeos (documentários, filmes), a realização de espetáculos itinerantes, a criação de várias companhias artísticas que têm o circo como base (La mínima, Intrépida Trupe, Fratelli, Galpão...), a criação de prêmios (“Carequinha”), organização de encontros de pesquisadores, encontro de artistas (por exemplo, Malabares), cursos (oficinas) de formação em artes circenses, pesquisas e trabalhos de divulgação da memória circense, entrevistas, reportagens especiais, peças de teatro que contam a história do circo e/ou dos palhaços deixam ver que o circo continua mais vivo do que nunca.

Mas, para o artista tradicional, mais importante do que as escolas, os festivais, as novas trupes, etc. é o sentimento e a esperança de que “O circo jamais morrerá! Enquanto houver crianças, ele aí está...”, fala de Aparecida Pimenta, ex-artista de circo em visita à Academia Piolin de Artes Circenses (Militello 1978: 90). Também o circense Alberto Orfei, em conclusão ao seu livro de memórias, deixa o contundente registro:

Espero ter dado uma pequena idéia de nossa vida e ter contribuído para a compreensão da maneira de pensar e ver as coisas de nossa gente, essa gente acostuada a ter o mundo como pátria, essa gente simples e trabalhadora, que a um só tempo é tão forte e frágil, que vem resistindo ao tempo através da história apesar das grandes dificuldades.

Eu tenho a certeza da fé de que: “O Circo Viverá!”. (Orfei 1996: 240).

Muitas são as razões que, segundo os circenses, teriam motivado a crise do circo, por exemplo: a proibição da participação das crianças nos espetáculos (Militello 1978) e a introdução do teatro no circo, a partir dos anos 1920 (Garcia 1976); a presença dos animais no espetáculo, roubando a cena e o emprego dos artistas, até a sua perseguição, a partir dos anos 1980 (Marcovich 1980); a ambígua concorrência com a indústria cultural (cinema, televisão, música) a partir dos anos 1950 (Andrioli 2007); a invasão dos “aventureiros” - para uns, interessados em explorar a arte circense, para outros, em salvar o circo (Tito Neto 1986); etc. A julgar pelas palavras do pesquisador Roberto Ruiz, o fim do circo está longe de ocorrer, afinal “há regras absolutamente fixas e indestrutíveis e que só perecerão com o desaparecimento do gênero em si” (Ruiz 1987: 46). O novo circo é a prova concreta e perene da vitalidade do circo, inclusive propondo novas organizações, novas linguagens, novos significados.²⁶

25 Além de inúmeros trabalhos acadêmicos atualmente disponíveis na internet, a título de exemplo, o leitor pode acompanhar algumas ações na linha do “circo social” por meio de Silveira (2001); Nogueira (2006); Perin (2012).

26 Soma-se ainda o fim das “praças”, ou seja, a dificuldade crescente de espaços e/ou terrenos para montagem do circo; exigências de ordem burocrática de órgãos de fiscalização; falta de políticas públicas de incentivo à cultura circense; a perpetuação de preconceitos e estereótipos; tudo isso contribui para o enfraquecimento e a marginalização do circo.

As mudanças na estrutura do circo tradicional estão em sintonia com as mudanças do público. Mais afeito à dinâmica da sociedade do espetáculo, o novo circo, para muitos artistas tradicionais, é “frio”, “distante”, “circo para velhos”, contudo não se questiona a excelência técnica dos artistas. Se o circo tradicional parece uma “obra aberta”, na qual o público interage entre si e com os artistas, no novo circo o público parece mais distante e passivo. Mas, essa não é uma regra válida para todas as experiências de novo circo. Por exemplo, nos espetáculos de rua ocorre intensa troca de relações entre artistas e o povo.

Assim, o circo-espetáculo, tipo ideal do novo circo, não representa uma ruptura total com passado, no qual o circo-narrativa é o paradigma, muito embora apresente uma “nova linguagem”, se não uma “nova roupagem” no ambiente das grandes cidades. Como a Fênix, da mitologia grega, o circo-espetáculo renasce da tradição; sugestivo mote para um dos temas de espetáculo do consagrado *Cirque du Soleil*, criado nos anos 1980. Mais do que nunca, o circo parece render-se aos mitos, e os mitos, sabemos, alimentam-se das contradições. Assim, combinando a permanência de certas estruturas com mudanças substanciais na organização dos bastidores e do espetáculo, e na relação com o público, o circo-espetáculo tem no *Cirque du Soleil* seu melhor exemplo. Mas, enquanto no circo tradicional a narrativa é estruturante do que é “familiar”, o circo-espetáculo se dirige ao público na forma de temas “exóticos”, como *Alegria, Saltimbanco, Varekai, Kurios, Joya, Luzia* etc.

A sociedade do espetáculo constitui uma forma de organização social na qual a imagem e a informação prevalecem sobre as relações sociais e o “homem-da-multidão” emerge como sua personagem principal. De acordo com José Reginaldo Gonçalves:

O homem-da-multidão, em contraste com o *flâneur*, identifica-se com a multidão e seu ritmo vertiginoso. Dele está ausente a dimensão subjetiva do *flâneur*, a atitude de interesse e curiosidade pelo que ocorre a sua volta. Ele certamente tem sua atenção mobilizada pela multidão, mas ele se deixa levar de modo maníaco pelo movimento desta. Ele não a observa, como faz o *flâneur*, mantendo seu ritmo próprio. O homem-da-multidão tende a se definir como um número num universo progressivamente marcado pelo igualitarismo e pelo caráter abstrato das relações (2007: 68).

A sociedade do espetáculo é uma sociedade sem memória, sem narrativas e narradores, onde predomina o regime da informação e o consumidor vive, passivamente, a se alimentar de imagens. Pode-se dizer que, na sociedade do espetáculo, “os homens estão mais parecidos com seu tempo do que com seus pais” (1997: 182), diz Debord. Ao contrário das sociedades tradicionais, na sociedade do espetáculo ocorre uma ruptura com o passado, com a troca de experiências entre as gerações, com a oralidade e a corporeidade. Nessa sociedade, “o espetáculo organiza com habilidade a ignorância do que acontece e, logo a seguir, o esquecimento do que, apesar de tudo, conseguiu ser conhecido” (Debord 1997: 177). Daí a importância das memórias circenses fixadas no discurso memorialístico e autobiográfico, pois, a um só tempo, permitem uma visão mais ampla e profunda sobre o circo no Brasil, sobretudo nas últimas décadas. Embora essa forma de salvaguarda da memória e da história do circo tradicional seja tímida frente às novas experiências de “reinvenção do circo”²⁷, seja em termos de companhia e/ou de escolas de circo, essa ação, combinada a outras, como a produção dos discursos artísticos, pedagógicos, acadêmicos, parece sintonizada com a política cultural de patrimonialização, deflagrada décadas atrás.

27 Discurso esse defendido tanto pelo *Cirque du Soleil* (Heward; Bacon 2006) quanto pelo circense tradicional (Militello 1978), por exemplo.

Mas, contrariando parcialmente a escatológica visão da sociedade do espetáculo, cresce o número de bens culturais materiais e imateriais inventariados, tombados e registrados nos últimos anos, no mundo e no Brasil e, em meio a isso, parece ter chegado a hora e a vez do circo.²⁸

Vivemos, na atualidade, um momento favorável às políticas culturais de salvaguarda de bens culturais patrimoniais, mas esse quadro inspira cautela. Afinal, junto com o Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que amplia o significado do patrimônio de natureza imaterial, assistimos correlatamente ao inflacionamento dessa categoria. O resultado é que o patrimônio tem se tornado, até certo ponto, uma “obsessão coletiva” de nosso tempo e sociedade, alerta-nos José Reginaldo Gonçalves:

Daí [observa o antropólogo] a pertinência de trazermos a noção de ‘limites’, pois nesse inflacionamento há o risco de trivializarmos o potencial descritivo e analítico que possa ter a categoria, além dos riscos propriamente políticos e que consistem na eliminação da força dessa categoria como instrumento de luta pelo reconhecimento público de grupos e de indivíduos (Gonçalves 2007b: 239).

Cenário partilhado por Eunice Durham (1986) quando, anos atrás, já nos advertia para o risco dos “deslizes semânticos”, ou seja, a despolitização dos conceitos e das categorias analíticas que perdem aderência teórica e o poder de crítica cultural devido ao seu uso e abuso descontextualizado.

A categoria patrimônio é parte de uma história complexa e de “longa duração”, portadora de múltiplos sentidos e significados variados, revelados em contextos culturais diferenciados. Contudo, parece não haver dúvida entre os pesquisadores sobre o fato de que essa categoria e os objetos (de “pedra e cal”) que ela resguarda, tradicionalmente, têm legitimado o processo de construção de identidade nacional chancelado pelo Estado. Já em tempos de globalização e de pós-modernidade, o patrimônio adquire não só conotação mais consoante com a política de diversidade cultural, mas também ganha a atenção de outros atores sociais e de instituições da sociedade civil²⁹.

Mas, ao fim e ao cabo, pertencem às instituições de Estado, como o IPHAN e/ou as organizações supranacionais como a Unesco, a palavra final sobre o tombamento ou o registro dos bens culturais. No entanto, tão importante quanto a análise dos processos

28 A lista de patrimônios mundiais registrados (culturais, naturais e mistos) ultrapassa a marca de mil. “Estamos em uma época de patrimonialização generalizada e de inflação de museus, os lugares de destaque da história são visitados por milhões de turistas, as exposições prestigiosas de pintura atraem centenas de milhares de visitantes” (2011: 106), observam Lipovestsky e Serroy. Não faz muito tempo, obtive de um circense e de um representante do IPHAN, a notícia informal de que alguns artistas tradicionais entraram com pedido de registro do circo como patrimônio cultural. Atualmente, alguns sites já começam a noticiar na internet os pedidos de registro do circo e das famílias tradicionais como patrimônio cultural imaterial. Ver, por exemplo: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/entretimento/familias-circenses-podem-se-tornar-patrimonio-imaterial-brasileiro/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

29 Vinte anos separam as análises de Peter Fry (1982) e de Wilson Trajano Filho (2012). Se, num primeiro momento, a manipulação dos símbolos étnicos (capoeira, samba, candomblé, malandragem, etc.) convertidos a símbolos de identidade nacional buscava expressar uma suposta unidade cultural brasileira, agora, a diferença reside na construção de uma nação imaginada culturalmente como diversa, plural; como atesta Trajano Filho: “Creio que por trás dessa distinção há certa tensão entre uma idéia de nação como a comunidade homogênea, de natureza oficial e normativa, e uma idéia multiculturalista de nação que, por usar um jargão comum neste meio, empodera grupos tradicionalmente subordinados e privilegia a diferença” (2012: 16). De certa forma é o que também revela a mudança de sentido da aculturação para a resistência na análise dos discursos etnológico americano captada por Bruner (1986).

formais de tombamento ou registro de bens imateriais, são as práticas e as representações que os antecedem. Nessa perspectiva, Wilson Trajano Filho (2012) chama a atenção para os processos de (pré)patrimonialização, quando a valorização de um artefato ou símbolo cultural resulta de uma escolha relativamente espontânea e informal, porém não menos interessada, segundo os atores e agentes envolvidos no processo de produção da “cultura”. O registro ou tombamento de um patrimônio cultural pelo Estado é precedido pelas práticas discursivas dos atores sociais, dos intelectuais, dos artistas, dos educadores, dos memorialistas, etc. Em sua definição, a (pré)patrimonialização é todo o processo que “antecede a objetificação dos artefatos culturais em patrimônio cultural de uma nação ou região” (2012: 12), sendo o resultado desse processo então a mudança de sentido dos bens culturais. Em suma, a patrimonialização³⁰ é o resultado de um longo processo iniciado, sobretudo, pelos atores envolvidos na produção da sua cultura, pois, como diz Geertz (2008), uma cultura é o resultado da interpretação em primeira mão do “nativo”.

Embora o circo tradicional e a arte circense não tenham sido formalmente registrados como patrimônio imaterial até o momento, a rubrica novo circo parece estar acentuando a sensibilidade do próprio artista circense, como a dos pesquisadores, dos educadores, etc., para sua história. E algumas importantes iniciativas mostram que o circo não se encontra fora da órbita das políticas culturais oficiais de Estado, na esfera nacional e/ou estadual, como a criação da Escola Nacional do Circo, no Rio de Janeiro, em 1982, e o Centro de Memória do Circo, sediado em São Paulo, inaugurado em 2009. Assim, a emergência do discurso e das práticas do novo circo parecem ter desafiado o circo tradicional a buscar o seu lugar ao sol³¹.

Não por acaso, desde fins dos anos 1970, assistimos à proliferação de vários discursos e ações sobre o circo e as artes circenses, em meio a um intenso processo de transformações políticas e culturais no mundo e no Brasil. De um lado, encontramos o discurso circense que, fixado em livros de memórias e autobiografias, ganha visibilidade a partir de então; do outro lado, o discurso dos pesquisadores das artes e das ciências humanas e sociais aplicadas que passaram a dedicar atenção ao objeto circo e às artes circenses. Soma-se a isso a profusão de festivais de artes circenses, o surgimento de várias escolas de circo e das companhias e trupes de artistas que passaram a usar as artes circenses em seus espetáculos teatrais, musicais, etc., anunciando o surgimento de uma nova era do circo.

Se corretos nessa linha de reflexão, o processo de patrimonialização do circo e da arte circense pode ser visto, então, como o resultado da convergência de pelo menos três diferentes modalidades de discursos de natureza - memorialística, artístico-científica e estético-educativa - que, combinados às ações e às práticas de criação das escolas de circo e das companhias, trupes e festivais inspirados nas artes circenses, têm contribuído para o processo de “(re)invenção do circo”, em especial do circo tradicional, na sociedade brasileira contemporânea.

30 A patrimonialização, então, pode ser definida como o processo de politização da cultura, que não se restringe à via institucional, podendo estar associada a um processo de empoderamento dos grupos sociais a partir do regaste dos saberes e das práticas culturais tradicionais vitais à constituição de suas identidades.

31 Em meio a esse processo, vale lembrar, como destaca um dos avaliadores deste texto – a quem agradeço –, o reconhecimento das famílias circenses como comunidades tradicionais nos termos do Decreto n. 6.040, de 7 fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e da Lei 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que estabelece os parâmetros da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Parte desse processo pode ser acompanhado em Costa Filho et al. (2015) e por meio do Relatório de pesquisa pela frente “Comunidades Tradicionais”: as comunidades tradicionais no espaço urbano – um mapeamento de povos e comunidades tradicionais da região metropolitana de Belo Horizonte. Ver: <<http://livrozilla.com/doc/468191/comunidades-tradicionais---coordenadoria-de-inclus%C3%A3o-e>>. Acesso em: 30 mar. 2018. Embora distinta, iniciativa como essa não passa ao largo do processo de patrimonialização.

Não se trata, no entanto, de um processo ainda formal, nos termos dos projetos oficiais conduzidos pelo IPHAN ou por organismos supranacionais como a Unesco, nem mesmo por agentes organizados em grupos não-governamentais, mas, sim, de um movimento de produção cultural acionado, de um lado, pelo próprio circense, com seu discurso e suas práticas e, em certa medida, legitimado pelos intelectuais que se dedicaram a investigar o circo e, do outro lado, pelos artistas, arte-educadores e produtores culturais que, inspirados nas artes circenses, têm promovido um processo de reinvenção do significado do circo contemporaneamente. Contudo, não será surpresa se isso acontecer em futuro próximo.

Os processos de patrimonialização implicam sempre mudança de sentido, posto que normalmente operados (reconhecido e legitimados) pelo Estado, promovendo uma redução semântica que, via de regra, favorece a alienação, a mercantilização, a fetichização da cultura, transformando instituições totais de solidariedade, reciprocidade e convivialidade em ícones da cultura nacional e/ou gêneros de diversão e consumo (música, dança, festa, etc.). Mas, como adverte Trajano Filho, os processos de patrimonialização também nos deixam ver outras possibilidades de reconfiguração cultural menos reducionista, na medida em que

a objetificação dos artefatos culturais é, sobretudo, uma evidência de seu reconhecimento e de sua apropriação por parte dos atores sociais envolvidos no debate da política cultural. Nesses processos, como é de se esperar, nem sempre os sentidos “originais” dados pelas comunidades ao bem cultural são mantidos no decorrer da patrimonialização, mas insisto, isto não significa necessariamente sua alienação pela via da mercantilização (2012: 37).

Nestes termos, a distinção entre circo de antigamente ou o circo-narrativa e o novo circo ou o circo-espetáculo não significa, necessariamente, a superação do autêntico pelo espúrio, diria Sapir (2012); antes revela a dinâmica das culturas e a constituição de suas fronteiras simbólicas.

Mas esse processo não é simples e menos ainda isento de tensões. Sob a categoria circo, ou mesmo circo tradicional e novo circo, reúne-se um grande número de experiências, estilos e combinações que mostra ser o circo uma cultura plural, híbrida e cosmopolita. Frente a esse quadro, qual modalidade de circo representa melhor o circo tradicional? No Brasil, alguns pesquisadores e alguns circenses tradicionais veem no circo-teatro a versão nacional brasileira do circo; outros veem o circo de variedades, com seus bichos e números espetaculares, a expressão do circo autêntico. Como patrimonializar ou registrar uma cultura que apresenta animais em seus espetáculos quando há todo um discurso em defesa de sua proteção? Qual ou quais os circos que ainda hoje fazem do teatro o *leitmotiv* da companhia? Será o novo circo a forma atualizada da tradição; razão pela qual talvez não se justifique falar em antigo e novo circo? Estes são alguns dos dilemas lógicos e problemas éticos colocados pelos circos.

O novo circo não exclui o circo tradicional, e vice-versa; ambos ocupam contemporaneamente a mesma “praça”, embora de maneira diferente. Por isso, a motivação principal deste texto parte do esforço de entender esse complexo processo de produção de sentido cultural em torno do circo tradicional a partir do chamado novo circo. Mas, passados alguns anos, talvez, não esteja longe o momento no qual o circense comece a

falar, ironicamente, de um “novo circo de antigamente”, já que desde fins dos anos 1970 surgem os primeiros ecos em torno de ambos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Joana. 2002. *Os circos não existem – família e trabalho no meio circense*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- ANDRIOLI, Luiz. 2007. *O circo e a cidade -histórias do grupo circense Queirolo em Curitiba*. Curitiba, Edição do Autor.
- ARRELIA (Waldemar Seyssel). 1977. *Arrelia e o circo -memórias de Waldemar Seyssel*. São Paulo, Melhoramentos.
- ARRELIA (Waldemar Seyssel). 1992. *O menino que queria ser palhaço*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- ARRELIA (Waldemar Seyssel). 1997. *Arrelia - uma autobiografia*. São Paulo, Ibasa.
- AVANZI, Roger; TAMAOKI, Verônica. 2004; *Circo Nerino*. São Paulo, Pindorama Circus.
- BAKHTIN, Mikhail. 1993. *Questões de literatura e de estética - a teoria do romance*. 3 ed. São Paulo, Hucitec-Unesp.
- BARTHOLO, Ruy. 1999. *Respetável público - os bastidores do fascinante mundo do circo*. Rio de Janeiro-São Paulo, Letras & Expressões-Elevação.
- BENJAMIN, Walter. 1994. *Magia e técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras escolhidas, v. 1). 7 ed. São Paulo, Brasiliense.
- BECKER, Howard. 1977. “Arte como ação coletiva”. In: *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar: 205-222.
- BIRIBA (Carlos Antônio Spíndola). 2007. *O circo de todos os tempos - do pau-a-pique ao tensionado*. Ribeirão Preto, Legis Summa.
- BOURDIEU, Pierre. 2006. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV: 183-191.
- BRUNER, Edward. 1986. “Ethnography as narrative”. In: TURNER, V; BRUNER, E. (Ed.). *The anthropology of experience*. University of Illinois Press: 139-155.
- CAMAROTTI, Marco. 2004. *O palco no circo*. Recife, Fundação de Cultura.
- CIRCO – TRADIÇÃO E ARTE (catálogo). 1987. Rio de Janeiro, Funarte-INL.
- CIRCO VOX. 2011. *Nostalgia - à história que viveram, à que vivemos e à que virá. Que o circo persista!*. São Paulo, Nelpa.
- COSTA FILHO, Aderval et al. 2015. “Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica – um breve relato sobre incursões no semiárido mineiro”. *INTERFACES*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1: 69-88.
- CSORDAS, Thomas. 1990. “Embodiment as a paradigm for anthropology”. *Ethos*, v. 18, n. 1: 5-47.
- DaMATTa, Roberto. 1993. *Conta de mentiroso - sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DEBORD, Guy. 1997. *A sociedade espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DURHAN, Eunice. 1986. “A pesquisa antropológica com populações urbanas –problemas e perspectivas”. In: CARDOSO, Ruth. (org.). *A aventura antropológica – teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 17-37.
- DURHAM, Eunice. 2004. *A dinâmica da cultura*. São Paulo, Cosac & Naify.
- FREYRE, Gilberto. 1975. *O brasileiro entre outros hispanos - afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro, José Olympio-Brasília, INL.
- FRY, Peter. 1982. *Para inglês ver - identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.

- GARCIA, Antolím. 1976. *O circo*. São Paulo, Edições DAG.
- GEERTZ, Clifford. 1997. *El antropólogo como autor*. Barcelona, Paidós.
- GEERTZ, Clifford. 2008. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- GOLDMAN, Marcio. 1999. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- GONÇALVES, José Reginaldo. 2007a. *Antropologia dos objetos - coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, Garamond.
- GONÇALVES, José Reginaldo. 2007b. “Os limites do patrimônio”. In: LIMA FILHO, M.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (orgs). *Antropologia e patrimônio cultural – diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau, Nova Letra: 239-248.
- GUIMARÃES, Leandro (Coord.). 2015. *Circo, memória e identidade*. Brasília, Palmares-Minc.
- HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. S/l, Vértice.
- HEWARD, Lyn; BACON, John. 2006. *Cirque du Soleil - a reinvenção do espetáculo*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- HOTIER, Hugues. 1995. *Cirque Communication Culture*. Presses Universitaires de Bordeaux.
- INGOLD, Tim. 2012. “Trazendo as coisas de volta à vida – emaranhado criativo num mundo de materiais”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37: 25-44.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. 2011. *A cultura-mundo – resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LOPES, Juarez. 1980. *Desenvolvimento e mudança social - formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. 5 ed. São Paulo, Nacional.
- MARCOVICH, Sandro. 1980. *Gran Circo*. São Paulo, Editora Cupolo.
- MAUSS, Marcel. 2003. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify.
- MILITELLO, Dirce (Tangará). 1978. *Picadeiro*. São Paulo.
- MILITELLO, Dirce (Tangará). 1984. *Terceiro sinal*. São Paulo, Mercury.
- MILITELLO, Vic. 1997. *Sonhos como herança - síndrome da paixão*. FBN.
- NIETZSCHE, Friedrich. 2007. *O nascimento da tragédia ou Grécia e pessimismo*. São Paulo, Escala.
- NOGUEIRA, Wellington (Coord.). 2006. *Doutores da alegria - balanço 15 anos*. LIC.
- ORFEI, Alberto. 1996. *O circo viverá*. São Paulo, Mercury.
- OLIVEIRA, Benjamin. 1963. “O maior artista negro do Brasil - Benjamim de Oliveira”. ABREU, Brício (org.). *Esses populares tão desconhecidos*. Rio de Janeiro, E. Raposo Carneiro: 77-88.
- OLIVEIRA, Julio. (Org.). 1990. *Circo*. São Paulo, Biblioteca Eucatex de Cultura Brasileira.
- PERIN, Junior. 2012. *Panfleto*. Rio de Janeiro, Aeroplano.
- PIÑA, Carlos. 1991. Sobre la naturaleza del discurso autobiográfico. *Anuário Antropológico 88*, Brasília-UnB, Rio de Janeiro-Tempo Brasileiro: 95-126.
- POLLAK, Michael. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3: 3-15.
- POLLAK, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10: 200-212.
- RICOEUR, Paul. 1989. A ideologia e a utopia - duas expressões do imaginário social. In: *Do texto à ação*. Porto, Rés: 373-385.
- ROCHA, Gilmar. 2007. “O maior espetáculo da terra! - circos, monstros, fronteiras e ‘self’ na sociedade moderna. *Transit Circle*, UFF, n. 6: 10-31.
- ROCHA, Gilmar. 2009. A retórica da tradição – notas etnográficas de uma cultura em

- transformação. *ANTROPOLITICA*, Niterói, n. 27: 63-83.
- ROCHA, Gilmar. 2010. O circo no Brasil - estado da arte. São Paulo, *BIB - Boletim de Informações Bibliográficas da ANPOCS*, n. 70: 51-70.
- ROCHA, Gilmar. 2013. *A magia do circo - etnografia de uma cultura viajante*. Rio de Janeiro, Lamparina-Faperj.
- ROCHA, Gilmar. 2016. A imaginação e a cultura. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2: 167-187.
- RUIZ, Roberto. 1987. *Hoje tem espetáculo? - as origens do circo no Brasil*. Rio de Janeiro, INACEN.
- SAPIR, Edward. 2012. Cultura – autêntica e espúria. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 04: 35-60.
- SENNET, Richard. 2013. *O artífice*. Rio de Janeiro, Record.
- SILVA, Ermínia. 1996. *O circo, sua arte e seus saberes - o circo no Brasil do final do século XIX a meados do XX*. Dissertação (Mestrado em História), UniCamp.
- SILVEIRA, Clélia J. (org.). 2001. *Circo - educando com arte*. Rio de Janeiro, FASE.
- SOUZA JUNIOR, Walter. 2011. De cor e salteado - oralidade e memória do circo. *Comunicação & Educação*, São Paulo, Ano XVI, n. 2: 25-33.
- TITO NETO (Raphael de Paula Neto). 1986. *Minha vida no circo*. São Paulo, Autores Novos.
- TORRES, Antônio. 1998. *O circo no Brasil*. Rio de Janeiro-FUNARTE; São Pulo-Atração.
- TUAN, Yi-Fu. 1980. *Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, Difel.
- TRAJANO FILHO, W. 2012. Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. In: SANSONE, L. (org.). *Memórias da África - patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador, EDUFBA: 11-40.
- VELHO, Gilberto. 1994. *Projeto e metamorfose - antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac & Naify.
- WEBER, Max. 1982. *Ensaio de sociologia*. 5 ed. GERTH, H. & WRIGHT MILLS, C. (org.). Rio de Janeiro, Guanabara.
- WEBER, M. 1986. A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais. In: *Sociologia*. COHN, Gabriel (org.). 3 ed. São Paulo, Ática: 79-127
- WHITE, Hayden. 1994. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso - ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, Edusp: 97-116.

A CAPOEIRA E OS NOVOS USOS E SIGNIFICADOS DA PRÁTICA “AFRO-BRASILEIRA” NO REINO UNIDO¹

DANIEL GRANADA

RESUMO

Arte “popular” de origem “afro-brasileira”, a capoeira se espalhou por diversos países do mundo a partir da década de 1970. Atualmente, é praticada nos cinco continentes, sendo reapropriada e ressignificada, de acordo com demandas do contexto local. Fruto de uma tese de doutorado defendida em 2013, este artigo explora as novas apropriações feitas sobre a capoeira no Reino Unido, em Londres e Manchester. Esta pesquisa foi realizada por meio de observação participante e etnografia multissituada, entre os anos de 2009 e 2011, e de entrevistas com capoeiristas que utilizam a prática na realização de espetáculos ligados à dança e ao teatro, criados e apresentados pelos próprios capoeiristas locais, em sua maior parte não brasileiros, integrantes dos grupos. Essas apropriações mostram as adaptações criativas operadas pelos agentes, no sentido de relocar a capoeira num contexto transnacional, abrindo novos espaços para sua inserção e atribuindo novos significados à prática. O artigo analisa o caso de três grupos de capoeira de Londres: a London School of Capoeira (LSC), a Associação de Capoeira Kabula e o grupo de capoeira Cordão de Ouro Londres (CDOL), focando nas estratégias criativas de inserção operadas sobre a prática da capoeira, num contexto de circulação intensa de pessoas nas metrópoles inglesas.

PALAVRAS - CHAVE

Transnacionalização; Globalização; Capoeira; Reino Unido.

1 Este artigo foi elaborado a partir de uma tese de doutorado em Etnologia e História realizada em cotutela entre a Université de Paris Ouest Nanterre La Défense e a University of Essex, sob a direção de Stefania Capone e Matthias Röhrig Assunção. Este trabalho contou com o financiamento da Université de Paris Ouest Nanterre La Défense, da bolsa SETCI (*Soutien à l'encadrement de thèse en cotutelle internationale*), da Região Ile de France, e do *Boragan Found* da University of Essex. .

CAPOEIRA AND THE NEW USES AND MEANINGS OF THE “AFRO-BRAZILIAN” PRACTICE IN THE UNITED KINGDOM

ABSTRACT

Capoeira has spread to many countries of the world from the 1970s and is currently practiced on five continents, being reappropriated and resignified according to the demands of local context. The article explores the new appropriations of capoeira in the UK in the cities of London and Manchester. This research was carried out through participant observation and multisite ethnography between 2009 and 2011 and interviews with capoeiristas who are using the practice to realize artistic presentations. These performances related to dance and theater are created and presented by local group members who are mostly non-Brazilian. These appropriations show the creative adaptations operated by agents in order to relocate capoeira in a transnational context opening new spaces of its insertion and assigning new meaning to this practice. The article analyzes the case of three London capoeira groups: London School of Capoeira (LSC), Kabula Capoeira Association and CDOL (Cordão de Ouro London), focusing on the creative strategies of insertion operated on the practice of capoeira, in a context of intense circulation of people in the British metropolises.

KEYWORDS

Transnationalization; Globalization; Capoeira; United Kingdom.

SOBRE OS AUTORES

DANIEL GRANADA

Professor adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Doutor em Etnologia e História pela Université de Paris Ouest Nanterre la Défense, França e University of Essex, Reino Unido. Contato: daniel.granada@ufsc.com.br. Agradeço as contribuições dos pareceristas anônimos que fizeram comentários, críticas e deram sugestões que muito contribuíram com o resultado final do artigo. Procurei, na medida do possível, integrar os comentários e sugestões bibliográficas, que atualizaram e reforçaram os argumentos aqui presentes.

SUBMETIDO EM

Outubro de 2015

APROVADO EM

Outubro de 2018

1 - INTRODUÇÃO

A capoeira começou sua expansão no mundo a partir da década de 1970 e, desde então, o crescimento da prática, em diversos países, tem sido notável. Este artigo é fruto de uma tese de doutorado defendida em 2013 que objetivou explorar as novas apropriações feitas sobre a capoeira no Reino Unido, em Londres e Manchester. A pesquisa foi realizada por meio de observação participante, de etnografia multissituada (Marcus 1995, 2002), entre os anos de 2009 e 2011, e de entrevistas com capoeiristas que utilizam a capoeira como técnica do corpo (Mauss 1950: 380), na realização de espetáculos ligados à dança e ao teatro. Os casos estudados evidenciam a busca de diferenciação no “mercado da capoeira”. Por ser uma prática que se insere como “bem cultural” brasileiro e por sua “maneira de ser brasileira”, carrega uma valorização positiva que responde a representações locais sobre o “Brasil” e a “brasildade”.

A noção da existência de um “mercado da capoeira” ou um “campo social transnacional da capoeira” repousa sobre a ideia da constituição de um mercado. Esse campo ou mercado pode ser entendido como um espaço estruturado de posições, dentro do qual essas posições e as interações que delas decorrem são determinadas pela distribuição das diferentes formas de recursos ou “capitais” (Bourdieu 2002: 113-20). Bourdieu assinala que: “pour qu’un champ marche, il faut qu’il y ait des enjeux et des gens prêts à jouer le jeu, dotés de l’habitus impliquant la connaissance et la reconnaissance des lois immanentes du jeu, des enjeux, etc.” (Bourdieu: 114). Levitt et al. (2004: 1009) utilizam o termo campo social como “um conjunto de redes interconectadas de relações sociais através das quais as ideias, as práticas e os recursos são trocados, organizados e transformados de forma desigual” (tradução do autor).

Neste artigo, o emprego dos termos “mercado” ou “campo social” ligados à prática da capoeira coloca em relevo as disputas existentes entre os diversos grupos de capoeira em Londres. Evidentemente, os motivos dessas disputas não são somente com relação a dinheiro, mas também a poder e reconhecimento entre os praticantes. A existência de tais disputas, contudo, não impede a colaboração entre capoeiristas e grupos que atuam na cena local e transnacional da capoeira².

2 - A PRESENÇA DA CAPOEIRA

Os primeiros estudos que assinalaram a presença da prática da capoeira fora do Brasil dedicaram-se a compreender a imigração brasileira nos Estados Unidos (Margolis 1994, Ribeiro 1999, Penha 2001, Martes 2003). Muitos dos brasileiros que emigraram em busca de melhores condições de vida e trabalho durante os anos 1980 e 2000 levaram em suas bagagens a capoeira, ou descobriram, uma vez fora do Brasil, a possibilidade de ganhar a vida mantendo contato com uma prática do país de origem.

A emigração dos brasileiros para os Estados Unidos é um movimento migratório caracterizado, entre outros aspectos, pela importância dada às redes transnacionais estabelecidas pelos brasileiros na explicação do fenômeno (Martes 1999, Margolis 2003, Patarra 2005). Uma pesquisa realizada em Boston, em 1995, demonstra que os brasileiros que optavam por emigrar para os Estados Unidos partiam em busca de oportunidades

2 Não é possível reproduzir aqui todos os elementos que evidenciam as disputas entre os grupos pelo mercado, apenas algumas críticas com relação à vulgarização dos espetáculos de dança são assinaladas. Para maiores detalhes sobre as disputas e colaborações entre os capoeiristas em Londres, ver Granada (2015).

de trabalho que lhes eram negadas no Brasil (Sales 1999: 33). Essa emigração, portanto, seria de “classe média”, porque para que ela se efetive são necessários pelo menos os recursos que garantam a compra das passagens de avião (Sales 2005).

A crise econômica da década de 1980 no Brasil, chamada de “década perdida”, é vista como o fator decisivo que desencadeia a emigração. Sales (1999: 28) acrescenta o fator político associado principalmente às esperanças e desilusões do período da redemocratização do país, marcado pelo fracasso de diversos planos econômicos e pelo aumento do desemprego e da inflação. Patarra (2005) explora a heterogeneidade dos movimentos migratórios a partir do Brasil e para o Brasil, assinalando a existência de diversos fenômenos e diversos grupos sociais que emigram. A autora acentua ainda a necessidade de levar em conta, na explicação dos fenômenos migratórios do Brasil contemporâneo, a importância da circularidade desses movimentos, bem como as redes sociais que se constituem e se reforçam (Patarra 2005: 25-26).

Nos estudos sobre brasileiros nos Estados Unidos, a capoeira, o samba e a batucada são frequentemente apresentados como manifestações de “brasilidade” ou “afro-brasilidade”. Entretanto, alguns desses estudos concluíram que a participação de brasileiros não era muito representativa em número de praticantes (Margolis 1994: 307). Os grupos de capoeira e de batucada são, fora do Brasil, grupos de expressão de brasilidade que, na maior parte, não são compostos por brasileiros. Em geral, somente o professor e um pequeno número de nativos integram esses grupos, apesar da grande presença de brasileiros nos Estados Unidos. Margolis (1994) interpreta essa pouca representatividade como um exemplo da falta de laços comunitários entre eles ou da falta de interesse dos brasileiros nas práticas de seu país.

Em contrapartida, o que é interpretado pela autora como falta de engajamento da parte dos brasileiros se mostrou, durante minha pesquisa de campo, como uma das características centrais do processo de implantação da capoeira fora do Brasil. A maior parte dos praticantes de capoeira, nos grupos estudados na França e no Reino Unido, era de não brasileiros. De maneira geral, o número de brasileiros não é muito expressivo nos grupos de capoeira fora do Brasil, mesmo em cidades como Paris e Londres, onde a imigração brasileira é considerável.

Após esta primeira leva de trabalhos sobre a imigração brasileira nos Estados Unidos, dois autores se dedicaram à análise da prática da capoeira e de sua apropriação fora do Brasil: os estudos pioneiros de Travassos (2000), sobre a capoeira nos Estados Unidos, e de Vassallo (2001), sobre a capoeira na França. Nesse contexto, as teorias sobre as migrações internacionais ocupam lugar central na explicação da expansão da capoeira fora do Brasil. Trabalhos como o de Aceti (2011), sobre a capoeira na Europa, bem como os estudos de Guizardi (2011, 2013), que trata da capoeira na Espanha e em Madri, mostram a importância atribuída às teorias sobre imigração para explicar a expansão da capoeira na Europa.

Entretanto, a perspectiva das migrações internacionais apresenta dois problemas centrais. Primeiro, o quadro assimilacionista (Capone 2010: 236-237) desses estudos pode ser questionado porque é justamente através da valorização positiva no espaço público de um “bem cultural” do país de origem que o capoeirista consegue sua integração no país de acolhimento. Segundo, porque não são unicamente os imigrantes brasileiros que fazem parte desses grupos, em geral, somente o mestre ou professor e, pontualmente, um ou outro aluno são brasileiros. Dos grupos que estudei em Paris e Londres, três professores não eram brasileiros, bem como a grande maioria dos alunos, sendo que alguns grupos eram compostos exclusivamente por não brasileiros. Não se trata de esquecer a contribuição das teorias sobre as migrações internacionais na explicação do fe-

nômeno de expansão da capoeira fora do Brasil, mas é necessário enquadrá-lo dentro de uma perspectiva que considere a participação dos não brasileiros no processo de realocização da prática fora do Brasil. Por realocização entendemos o processo de apropriação e a capacidade de ação (*agency*) dos praticantes, no sentido de adaptar a prática ao novo contexto, transformando-a em versões locais e regionais apropriadas criativamente, dentro do cenário em que os agentes operam.

Estudos recentes, como o de Fernandes (2014), sobre a prática da capoeira na Alemanha, e o de Nascimento (2015), sobre a prática da capoeira na Polônia e em Portugal, trazem novos elementos para pensar a realocização da capoeira na Europa. Em ambos os trabalhos ressalta-se o conhecimento da prática da capoeira por parte dos autores e a reflexão rigorosa sobre o material etnográfico que realizam. No caso de Fernandes (2014), as relações dos mestres entrevistados com o processo de emigração de brasileiros, na primeira onda de capoeiristas para o exterior, é evidente, demonstrando o importante papel dos grupos folclóricos na realocização da prática fora do Brasil. Nascimento (2015: 98-104) também assinala o papel de destaque dos grupos folclóricos no processo de expansão da capoeira fora do Brasil.

Neste trabalho, apresentamos um segundo momento da utilização da capoeira por grupos de teatro. Se é fato que os grupos folclóricos já haviam iniciado uma adaptação da prática da capoeira aos palcos europeus, o que diferencia o caso apresentado aqui analisado é a presença dos capoeiristas locais, não brasileiros, que integram os grupos de apresentação. No contexto recente, a capoeira já desfruta de um grande número de praticantes, sendo consideravelmente conhecida nos países europeus.

A realocização da capoeira envolve, certamente, a existência de uma profunda transformação social, seja na própria prática, seja no sentido a ela atribuído no seu processo de apropriação e inserção no novo contexto. Nas palavras de Ortner:

(...) social transformation in a deep sense means is not only the rearrangement of institutions. It involves the transformation of “culture”, in both its new-old and its newer senses. Taking culture in its new-old sense, as the (politically inflicted) subjectivities through which people feel – emotionally, viscerally, sometimes violently – about themselves and the world, social transformation involves the rupturing of those schemas and subjectivities. And taking culture in a newer – public, mobile, traveling – sense, social transformation works in part through the constant production, contestation and transformation of public culture, of media and other representations of all kinds, embodying and seeking to shape old and new thoughts, feelings, and ideologies. In both senses, then, to adapt an old adage, social transformation must also be cultural transformation or it will be nothing. (Ortner 2006: 18)

Deste modo, a realocização da capoeira fora do Brasil implica, necessariamente, uma ressignificação social e cultural da prática, tanto dos contextos nos quais se inserem, quanto dos agentes que operacionalizam essas trocas. A capoeira fora do Brasil adquire novas potencialidades, que são fruto da capacidade criativa dos agentes no processo de inserção nos novos cenários. Isso tem sido demonstrado, de maneira marcante, pelos diversos trabalhos que estão se dedicando a mapear a expansão da capoeira fora do Brasil e os processos de adaptação da prática e seus praticantes nos novos contextos.

3 - DIFERENTES ETAPAS DA EXPANSÃO DA CAPOEIRA FORA DO BRASIL

O primeiro momento da expansão da capoeira fora do Brasil está ligado à apropriação da prática por grupos folclóricos compostos por brasileiros que partiam em turnê para apresentações (Assunção 2005: 186-189). Assunção assinala que o primeiro capoeirista a se apresentar fora do Brasil foi Mestre Arthur Emídio. Alguns anos mais tarde, será Nestor capoeira o primeiro a dar aulas de capoeira no velho continente, por volta de 1970, em uma escola de dança de Londres (Assunção 2005: 187-8).

Com o passar dos anos, o número de escolas de capoeira se multiplica, assim como o número de praticantes. Se, atualmente, o número de grupos e de praticantes é bastante elevado, no início dos anos 1980 não era difícil para os aventureiros se afirmarem como professores de capoeira, mesmo com pouco conhecimento da prática. Muitos desses praticantes vão ficar conhecidos como “capoeiristas do avião”, ou seja, aqueles que descobriram que seria possível viver da prática da capoeira³. A segunda leva de capoeiristas se situa por volta de meados dos anos 1990: são novos aventureiros que já possuem experiência com a capoeira no Brasil e sabem das histórias de sucesso de alguns de seus pares que conseguiram sobreviver através do ensino da capoeira no exterior. Esse segundo grupo vai proporcionar o aumento do controle pelos pares sobre o “mercado da capoeira” fora do Brasil, tornando mais e mais difícil que os aventureiros se imponham nesse novo contexto.

O terceiro momento da expansão da capoeira está diretamente associado aos praticantes locais: são eles que muitas vezes convidam os capoeiristas a se instalarem fora do Brasil. A aliança com os praticantes locais é fundamental para o sucesso da instalação dos brasileiros, sendo que os alunos desempenham papel de verdadeiros intérpretes e tradutores da prática para o contexto local. Não é raro que os brasileiros encontrem namoradas no interior dos grupos, as quais vão desempenhar papel central na organização dos grupos, atuando como secretárias e frequentemente alojando os capoeiristas e pagando suas contas, como explica Aceti (2011: 441). No caso de os praticantes locais se lançarem como professores de capoeira, é fundamental que tenham alguma ligação com mestres ou grupos brasileiros, que os validam enquanto praticantes legítimos de capoeira. Deste modo, o praticante local é autorizado a dar aulas, mas deve organizar periodicamente oficinas e convidar os mestres de sua escola a participarem.

4 - APROPRIAÇÃO DA CAPOEIRA FORA DO BRASIL

Os grupos ou rodas de capoeira são apenas a face mais evidente do processo de expansão da prática fora do Brasil. É possível identificar dois níveis desse processo: um nível micro, que se relaciona com a transnacionalização e se refere à escala dos indivíduos (Hannerz 1996: 6) e grupos que a praticam, e outro associado à globalização, que indica os processos mais amplos de difusão de imagens e narrativas diversas sobre a capoeira através da mídia e demais veículos de comunicação (Ferreira 2017)⁴.

3 “Capoeirista do Avião” é uma categoria nativa (emic) que é empregada pelos próprios capoeiristas para fazer referência àqueles que começaram a dar aulas de capoeira uma vez fora do país de origem e que possuem pouco conhecimento prévio da prática da capoeira no Brasil. Essa categoria é acionada como forma de disputa no mercado da capoeira, em busca de se afirmar ou contestar a legitimidade de determinados praticantes. A utilização dela aqui faz menção ao processo de controle do mercado exercido pelos próprios capoeiristas e coloca em evidência um dos mecanismos por eles empregados para garantir sua legitimidade, a saber, a vinculação prévia com grupos no Brasil.

4 O potencial de persuasão de filmes e comerciais para atrair alunos para os grupos de capoeira deve ser considerado. O filme *Only the Strong* (USA, 1993), dirigido por Shendon Lettch, por exemplo, foi eficaz na popularização da capoeira na Europa. Diversos adultos e crianças relatam terem procurado grupos de capoeira após assistirem ao filme (Anderson 2001: 15).

A capoeira tem sido fonte fecunda de inspiração para diferentes tipos de produções artísticas e midiáticas. Ao nível das apropriações e criações dos indivíduos e grupos, existem experiências que transcendem o espaço “tradicional” da roda de capoeira e procuram inserir a prática dentro de contextos mais amplos, principalmente relacionados com o teatro e a dança. A pesquisa conduzida entre 2009 e 2011 coloca em evidência a apropriação e realocação da prática da capoeira no Reino Unido a partir de três casos exemplares, que foram selecionados em razão de suas características associadas à criatividade e à capacidade de ação dos indivíduos e grupos no mercado local de produtos “culturais”. Eles foram resumidos e colocados em evidência a seguir.

4.1 - London School of Capoeira (LSC)

No Reino Unido, as experimentações realizadas com teatro e dança têm sido frequentes e conseguem atrair um bom público. No caso da London School of Capoeira (LSC), dirigida pelos Mestres Sylvia e Marcos, os espetáculos associando capoeira e dança possuem longa trajetória⁵. Tanto atividades de dança quanto de capoeira fizeram parte da trajetória de Mestre Sylvia e essa experiência pessoal se reflete no seu grupo desde a criação. Ela conta ter começado a ensinar capoeira em 1988, na escola de dança *The Place*, em Londres⁶. Em 1993, Mestre Sylvia e seu marido decidem criar uma companhia de dança, a Passo Co., e, desde então, criaram oito espetáculos e participaram de diversos comerciais para a televisão⁷.

Apesar do sucesso conquistado no Reino Unido, Sylvia lamenta que atualmente um dos grandes eventos de seu grupo está perdendo espaço e importância. Em 2004, quando o grupo realizou o batizado dos alunos no seu festival anual, haviam alugado um teatro de seiscentos lugares, durante duas noites, para as quais os ingressos foram todos vendidos com antecedência, ao passo que, em 2012, alugaram uma sala de cento e cinquenta lugares para apenas uma noite. Segundo Sylvia, a redução no público se explica pela presença de outros grupos no mercado da capoeira londrina. Alguns destes realizam espetáculos de baixa qualidade e são os responsáveis, segundo ela, pela desvalorização dos espetáculos que mesclam dança e capoeira. O depoimento de Sylvia demonstra que a presença de outros concorrentes no mercado local da capoeira pode não ser apreciada do ponto de vista daqueles que se encontram ali há mais tempo.

4.2 - Grupo Kabula

Outro grupo que realiza experiências fazendo a capoeira dialogar com outras modalidades artísticas é o Kabula, dirigido por Mestre Carlão. Formado nos grupos de capoeira angola entre Niterói e Rio de Janeiro, a trajetória de Carlão é marcada por uma ligação com o meio universitário, principalmente na Universidade Federal Fluminense de Niterói-RJ⁸. Essa ligação fez com que seu grupo contasse com um grande número de

5 Para uma análise detalhada das atividades da LSC e a trajetória de Mestre Sylvia, ver Granada (2015: 143-163).

6 O *The Place* é um espaço que reúne salas de espetáculo e cursos dedicados à dança. É muito conhecido e respeitado na cena artística de Londres. Atualmente, Mestre Poncianinho, do grupo de capoeira Cordão de Ouro Londres (CDOL), é quem dá aulas no local.

7 Os espetáculos criados por eles são *Morte do Capoeira*, *Maré*, *Arid Land*, *Play Low*, *Capoeira Is*, *Baker Street 5*, *Waterloo 3* e *Long Haul* que podem ser acessados através do site da companhia: <<http://www.passoco.com/productions/past-productions>>. Com relação aos comerciais, ver, por exemplo, o comercial de Nokia de 2000: <<https://www.youtube.com/watch?v=epwHWnSLiZs>>.

8 Para uma visão detalhada da trajetória de Mestre Carlão, ver Granada (2015: 221-239).

estudantes de graduação e mestrado entre seus integrantes, os quais influenciaram os rumos do grupo, propondo uma série de atividades além da capoeira. No ano de 1996, Carlão, que na época era professor de capoeira, parte pela primeira vez do Brasil para Londres para fazer um mestrado em arte e performance, na Queen Mary University of London, sobre o tema da capoeira. Ele decide então criar o grupo de capoeira Brincadeira de Angola, começa a dar aulas e recebe alunos ligados ao teatro, entre eles Greg Hicks, ator da Royal Company of Shakespeare. Greg vai ter papel influente na trajetória de Carlão e na formação do grupo em Londres, o que demonstra a importância dos praticantes locais no processo de expansão da capoeira fora do Brasil.

Greg foi um dos primeiros alunos de Carlão e, atualmente, é um dos principais intérpretes de Shakespeare. Quando realizamos a entrevista, em 2010, ele atuava no papel principal de Rei Lear, em Londres e Nova Iorque. Na época, Greg explicou que conhecia Carlão há mais de treze anos e mantinha grande amizade com ele, pois haviam inclusive morado juntos, por anos, em Londres. O contato de Greg com a capoeira foi marcante, tanto que, juntamente com Carlão, desenvolveu um método utilizando a capoeira para auxiliar a interpretar Shakespeare no teatro. Segundo Greg, esse método é único e original, sendo que, na época da entrevista, já havia sido aplicado em Madri e Londres, em trabalhos dirigidos a atores de teatro. Ele acrescentou que se dedica a desenvolver e aperfeiçoar essa técnica e que a utiliza no cotidiano de seu trabalho de ator: antes de entrar em cena, se prepara realizando movimentos de capoeira, canta as músicas e incentiva os atores do grupo a seguir seus passos no aquecimento. Ele e Carlão discutiram muito sobre as possibilidades de utilização da capoeira na preparação dos atores, com o objetivo de fazer o ator “jogar” em cena, o que para ele é totalmente inovador. Em suas próprias palavras:

Eu acredito que aquilo que você encontra na capoeira, o diálogo conectado, a ligação com a arte, a pergunta, a enganação, a malandragem, o companheirismo, a qualidade, o desafio, a decepção... todas estas coisas você encontra em uma peça de teatro. Então eu realmente creio nisso. Eu trabalho em uma companhia de teatro muito tradicional e estabelecida. O Royal Shakespeare Company é a melhor companhia de Shakespeare no mundo, então não é fácil despertá-los com a capoeira. Nós fizemos muitos workshops lá. Nós fizemos durante os anos, talvez seis a oito vezes.

A apropriação e a realocização da capoeira operada por Greg em seu trabalho de artista de alto nível influenciou uma das companhias mais “tradicionalistas” de teatro. Além disso, outras atividades também são fruto da influência de Greg: ele está, por exemplo, na origem da peça *In Blood*, apresentada no teatro Arcola, em 2009, em que a capoeira fazia parte do enredo e outros membros do grupo atuavam. A influência de Greg e seu auxílio proporcionaram a Carlão outros espaços de inserção da prática da capoeira que vão além do espaço de treinamento do grupo e seus praticantes, estabelecendo um diálogo entre ela e outras formas artísticas. Em junho de 2011, em um festival de dança em Manchester, Mestre Carlão realizou uma série de oficinas de capoeira para dançarinos. Dentre as atividades estava a realização de performances utilizando os movimentos da capoeira, em parceria com o aluno Sébastien, de um grupo de capoeira local.

Figura 1: Mestre Carlão (direita) e Sébastien, performance, Manchester 2011



Foto: Daniel Granada)

Além dessas performances, Carlão participou de uma atividade dentro do festival como percussionista. Tratava-se de um duelo de dança contemporânea entre bailarinos locais e outros que se encontravam em Los Angeles, na Califórnia. Com o auxílio do programa Skype, a dança e a música eram apresentadas em conjunto entre os praticantes de ambos os locais. Enquanto alguns dançavam no palco, as imagens dos outros dançarinos eram projetadas em uma tela translúcida posta em frente ao palco e, simultaneamente, os dançarinos interagiam. A possibilidade de associar a capoeira, a dança e o teatro permite novas inserções da capoeira. Essas atividades, fruto da inventividade do Mestre e de seus alunos, exprimem a vontade de Carlão de expandir a capoeira para outros praticantes, dentro do processo de realocização da prática fora do Brasil, revelando novas formas criativas de transformação da prática no mercado local da capoeira.

4.3 - Grupo Cordão de Ouro Londres

O caso da apropriação feita pelo grupo Cordão de Ouro Londres (CDOL) se liga de maneira importante ao líder do grupo, Mestre Poncianinho⁹. Filho de pai mestre de capoeira e mãe bailarina, Poncianinho tem sua vida profundamente associada à capoeira, a tal ponto que quando perguntamos como ela modificou sua vida ele respondeu que a capoeira sempre fez parte dela. Poncianinho trabalhava em navios de cruzeiro, fazendo espetáculos e performances para turistas como capoeirista, e foi numa dessas viagens que conheceu uma jovem inglesa que viria a se tornar sua companheira. Após esse encontro, decidiu partir para Londres e então, no ano 2000, se instalou na cidade, segundo ele, sem a intenção de trabalhar com a capoeira. Pouco a pouco, frequentando as rodas, os alunos de outros grupos começam a solicitar que ele dê aulas. É assim que Ponciani-

⁹ Para uma análise detalhada das atividades do CDOL e da trajetória de Mestre Poncianinho, ver Granada (2015: 195-218).

nho afirma que seu grupo começou, quase por acaso. A ascensão do jovem capoeirista no mercado local foi rápida: seu estilo adaptável fez com que logo conseguisse um papel de destaque face aos outros capoeiristas que estavam há mais tempo no país.

O momento de maior notoriedade de seu grupo foi após ele ter sido selecionado para realizar a gravação da nova marca do canal televisivo da BBC de Londres. A rede de televisão queria modificar a antiga marca de um globo terrestre, considerada velha e desatualizada. Neste sentido, a capoeira é realocada pela BBC One para promover sua imagem “multicultural”. Não apenas a capoeira, mas oito novos “*idents*” foram preparados com outros tipos de performances, como jogadores de basquete em cadeiras de roda, dançarinos de *break dance*, de salsa, balé, jogadores de *rugby* fazendo o *haka*, meninas em uma rave e *acrobatas*¹⁰. Todas essas performances visavam a traduzir a nova imagem da BBC One e substituir o globo, que simbolizou a marca durante quase quarenta anos. Os novos “*idents*” foram apresentados quarenta vezes por dia, entre março de 2002 e agosto de 2005, e é preciso assinalar que, em 2002, a audiência do canal era de 81% da população do Reino Unido (Hytner 2002)¹¹.

Poncianinho afirma que foi a partir dos “*idents*” que os ingleses passaram a se interessar pela capoeira e, por isso, seu trabalho teria auxiliado bastante a difusão da capoeira no país. Na esteira do sucesso dos “*idents*”, Poncianinho participou a seguir de um dos filmes de Harry Potter (*Harry Potter e o Cálice de Fogo* 2005). Essa inserção na mídia reforça o trabalho que ele realiza nas salas de dança em Londres. Poncianinho trabalha sete dias por semana, dando aulas em diferentes locais da cidade, alguns destes são escolas de dança bastante conhecidas, como The Place e The Danse Attic, que ficam no bairro de Chelsea, em Londres.

Juntamente com seus alunos, Poncianinho promove espetáculos associando a dança e a capoeira, nos quais atua como diretor e seus alunos, como dançarinos. Outros espetáculos e performances são realizadas em diferentes bares da cidade. Barish, que treina com Poncianinho há mais de dez anos, afirma que, juntamente com outros colegas, realizam espetáculos de capoeira nos bares, e conta, com humor, que nenhum daqueles que se apresentam é brasileiro, mas ele se sente um brasileiro por adesão e se diz muito feliz de poder representar a “cultura brasileira” em Londres.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o Brasil ainda permanecer como a terra mítica da capoeira, a expansão da prática não repousa mais exclusivamente sobre um movimento migratório. Os capoeiristas europeus são cada vez mais numerosos, dirigem grupos e se apropriam da capoeira, operando uma verdadeira interpretação e tradução da prática ao contexto local, dando lugar a novas interpretações e aplicações da prática afro-brasileira. Os casos apresentados demonstram a capacidade de ação (*agency*) dos atores no processo de relocalização da capoeira. Fora do Brasil, é preciso inventar e adaptar a prática para uma inserção mais vantajosa no “mercado de produtos étnicos”, já bem diversificado em metrópoles mundiais como Londres.

O que a experiência da expansão da capoeira deixa claro é a possibilidade de transformação, reinvenção e negociação com novos contextos, nos quais as alianças com

¹⁰ *Idents* é o termo utilizado pela mídia local, inclusive pela própria BBC, para se referir aos comerciais utilizados para veicular a marca da emissora.

¹¹ Para uma análise do uso da capoeira em relação com o contexto social e político do Reino Unido no momento da transmissão dos *Idents* até sua saída abrupta da programação, consultar (Ferreira 2009).

praticantes locais se mostram com potencialidade criativa. Portanto, é a partir da capacidade de adaptação e da liberdade criativa que os grupos de capoeira organizam novas formas de praticá-la, dialogando com a música, a televisão, o cinema, a dança e o teatro, em um processo social em constante transformação.

REFERÊNCIAS

- ACETI, Monica. 2011. *Devenir et rester capoeiriste en Europe*. Transmissions interculturelles et mondialité de la capoeira Afro-Brésilienne. Tese (Doutorado). Université de Franche Comté.
- ANDERSON, Sally. 2001. Practicing Children. *Journal of Sport and Social Issues*, v. 25, n. 3: 229-250.
- ASSUNÇÃO, Matthias. R. 2005. *Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art*. London. Routledge.
- BOURDIEU, Pierre. 2002 [1982]. *Questions de Sociologie*. Paris. Éditions de Minuit.
- CAPONE, Stefania. 2010. Religions «en migration»: De l'étude des migrations internationales à l'approche transnationale. *Autrepart*, v. 4a, n. 56: 235-259.
- GRANADA, Daniel. 2015. *Pratique de la capoeira em France et au Royaume Uni*. Paris. Harmattan.
- FERNANDES, Fábio Araújo. 2014. Capoeiragem *In Between*: um estudo etnográfico sobre a prática da capoeira na Alemanha. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina.
- FERREIRA, Daniel Granada. 2008. Adaptação em Movimento: O processo de “Transnacionalização” da capoeira na França. *Revista Antropolítica*, v. 24: 63-86.
- FERREIRA, Daniel Granada. 2017. Capoeira going global: the appropriation of the Afro-brazilian practice through TV advertisements in France and the United Kingdom, v. 5: 87-111.
- LEVITT, Peggy e GLICK SCHILLER, Nina. 2004. Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society. *International Migration Review*, v. 38, n. 3: 1002-1039.
- GUIZARDI, Menara Lube. 2011. *Todo lo que la boca come*. Flujos, rupturas y fricciones de la capoeira en Madrid. (Doutorado). Universidad Autonoma de Madrid.
- HANNERZ, Ulf. 1996. *Transnational Connections*. London. Routledge.
- HYTNER, Jim. 2002. The Old lady gets a makeover. *The Guardian*, 8 abr. (19-10-2010). Disponível em: <<http://www.theguardian.co.uk>>.
- MARCUS, George. 1995. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24: 95-117.
- MARCUS, George. 2002. Au-delà de Malinowski et après Writing Culture: à propos du futur de l'anthropologie culturelle et du malaise de l'ethnographie. *Ethnographiques.org*, v. 1, (13-03-2011), Disponível em: <<http://www.ethnographiques.org/2002/Marcus.html>>.
- MARGOLIS, Maxine. 1994. *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papyrus.
- MARGOLIS, Maxine. 2003. Na virada do milênio a imigração brasileira para os Estados Unidos. In MARTES, Ana Cristina B; FLEISCHER, Soraya (Org.). *Fronteiras Cruzadas*. São Paulo: Paz e Terra: 51-72.
- MARTES, Ana Cristina B. 1999. *Brasileiros nos Estados Unidos* – um estudo sobre imi-

- grantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra.
- MARTES, Ana Cristina B. 2003. Raça e etnicidade – Opções e Constrangimentos. In MARTES, Ana Cristina B.; FLEISCHER, Soraya (Org.). *Fronteiras Cruzadas*. São Paulo: Paz e Terra: 73-98.
- MAUSS, Marcel. 2004 [1950]. *Sociologie et Anthropologie*. 2 ed. Paris. Presses Universitaires de France.
- NASCIMENTO, Ricardo César Carvalho. 2015. *Mandinga for export - A globalização da capoeira*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa.
- ORTNER, Sherry B. 2006. *Anthropology and Social Theory*. Durham and London. Duke University Press.
- PATARRA, Neide L. 2005. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3: 23-33.
- PENHA, Marcelo M. 2001. African Heritage and National Representation: Two cases of Brasilidade in New York City. *Raízes e Rumos*, v. 7: 372-388.
- SALES, Teresa e REIS, Rosana R. (Org.). 1999. *Cenas de um Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo.
- SALES, Teresa. 2005. Eles vestem o avental da América. São Paulo. *O Estado de S.Paulo*. Caderno Aliás: J4-5.
- RIBEIRO, Gustavo L. 1999. *O que faz o Brasil, Brazil: Jogos identitários em São Francisco*. Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Boitempo: 45-85.
- TRAVASSOS, Sonia D. 2000. *Capoeira, difusão e metamorfoses culturais entre Brasil e Estados Unidos*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VASSALLO, Simone P. 2001. *Ethnicité, tradition et pouvoir: le jeu de la capoeira à Rio de Janeiro et à Paris*. Tese (Doutorado). École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris.

ESCRITAS DE SI: GÊNERO E SEXUALIDADE EM SUSPENSÃO

NEIL FRANCO
NILCE VIEIRA CAMPOS FERREIRA

RESUMO

Analisando trajetórias de vida de sujeitos que atravessaram/atravessam ou permaneceram/permanecem na fronteira da construção do gênero e vivência das sexualidades, propomo-nos a uma reflexão de como essas construções epistemológicas que atribuíram, ao longo da história, as verdades sobre o humano conseguiram legitimar verdades acerca do masculino e do feminino. Como metodologia, a investigação consiste em uma revisão bibliográfica, com destaque especial para as autobiografias de Fernanda de Albuquerque e João Nery. Teoricamente, estabelecemos diálogos com as teorias pós-críticas do conhecimento. As biografias contextualizadas nos instigaram a pensar um conceito de gênero que não se distancia daqueles construídos e em construção por diversos estudos pós-críticos, inserimo-nos num movimento permanente de análise e reflexão das possibilidades de construção do humano e suas implicações na forma como diferentes possibilidades de se constituir como homem ou mulher afloram na contemporaneidade.

PALAVRAS - CHAVE

Gênero. Travesti. Transexual. Diferença. Biografias.

SELF WRITING: GENDER AND SEXUALITY IN SUSPENSION

ABSTRACT

Analyzing the life trajectories of subjects who crossed/are crossing or remained/remain on the frontier of gender construction and experience of sexualities, we propose a reflection of how these epistemological constructions that attributed throughout history truths about the human have been able to legitimize truths about the masculine and the feminine. As a methodology, the research consists of a bibliographical review with special emphasis on the autobiographies of Fernanda de Albuquerque and João Nery. Theoretically, we have established dialogues with the post-critical theories of knowledge. The contextualized biographies instigated us to think of a concept of gender that does not distance itself from those constructed and under construction by several post-critical studies, we introduce ourselves into a permanent movement of analysis and reflection of the possibilities of the construction of the human and its implications in the way that different possibilities of establishing oneself as a man or woman emerge in the contemporary world.

KEYWORDS

Gender. Transvestite. Transsexual. Difference. Biographies.

SOBRE OS AUTORES

NEIL FRANCO

Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física (1994), Mestre (2009) e Doutor em Educação (2014) pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física e Desportos, Departamento de Ginástica e Arte Corporal. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordena projetos de extensão nas áreas de Ginástica Geral e Danças de Salão. É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: Corporeidade[s], Culturas e Diferença. Investiga as relações entre Educação, Educação Física e diferença em diversos contextos, destacando-se as áreas de gênero, sexualidade, ginástica e dança.

NILCE VIEIRA CAMPOS FERREIRA

Professora na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT/Campus Cuiabá. Atua no curso de Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT/Cuiabá (Mestrado e Doutorado). Integrante dos conselhos editoriais e/ou científicos: Revista Pedagogia (UFMT), Revista de Educação Pública (UFMT), Revista Entre Parênteses (UNIFAL/MG), Revista Palobra (Universidade de Cartagena), Revista Educa (UNIR). Graduação em Letras e Pedagogia. Mestrado em Educação. Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG), com estágio no Programa Intercalar de Doutorado em Educação na Universidade de Lisboa pelo Programa de Doutorado

Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES). Desenvolve pesquisas no campo da História da Educação Feminina e da Formação Docente; História das Instituições Escolares; Educação Rural; História da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Instituições e Gênero e do Centro Memória Viva do Instituto de Educação/CMVIE/Cuiabá/MT, que pode ser visualizado em <http://www.ufmt.br/cmvmv/> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3948893613479712>. <https://orcid.org/0000-0002-9165-0011>

SUBMETIDO EM
Novembro de 2016

APROVADO EM
Maio de 2018

Ao levantarmos fontes bibliográficas para uma investigação de doutorado em Educação que contextualizou sobre trajetórias pessoais e profissionais de professoras travestis, transexuais e transgêneros brasileiras, deparamo-nos com trajetórias de vida de sujeitos que atravessaram/atravessam ou permaneceram/permanecem na fronteira da construção do gênero e vivências da sexualidade. Esses sujeitos, pela via de seus corpos, colocaram/colocam em suspensão os princípios norteadores das hierarquias que predeterminaram/predeterminam histórica, social e culturalmente as possibilidades de existência do masculino e do feminino. Suas vivências registram confrontos incessantes na tentativa de refazer, desconstruir, ressignificar e redesenhar uma infinidade de elementos que compõem suas existências e que, na contemporaneidade, são atravessadas e forçadas pela diferença.

Nesse sentido, este ensaio bibliográfico se estrutura metodologicamente pelo entrecruzar de “escritas de si” (Venera 2016) ou trajetórias de vida de sujeitos que marcam/marcam suas existências como possibilidade de se constituir sujeito para além do hegemonicamente predeterminado como ser homem ou ser mulher, entendidos como construtos de significação e ressignificação de perspectivas acerca das determinações de gênero e das sexualidades.

No primeiro momento do ensaio, contextualizamos as trajetórias de Herculine Barbin, David Reimer e Agnes, utilizando autores/as que já estruturaram problematizações sobre esses sujeitos, portanto propomos uma releitura dessas fontes à luz das teorias contemporâneas do conhecimento que propõem, em especial, refletir sobre os processos de significação dos sujeitos pela via da linguagem. O intuito é problematizarmos essas construções dissidentes do gênero e das sexualidades já consagradas teoricamente para, em seguida, tentar estabelecer aproximações e/ou distanciamentos com duas autobiografias brasileiras, quais sejam, Fernanda de Albuquerque, a Princesa (Albuquerque; Jannelli 1995) e João Nery (Nery 2011). Tal escolha se justifica por ambas as autobiografias serem consideradas as primeiras obras que abrangem o universo *trans*¹ na perspectiva do feminino e do masculino. Tais obras também representam a demarcação de demanda de reconhecimento de construção do gênero que foge ao padrão heteronormativo vigente.

Nessa direção, nossa metodologia de investigação se define dentro de uma abordagem qualitativa pelo entrelaçamento de fontes bibliográficas e autobiográficas, o que nos aproxima de uma proposta de estudo de revisão bibliográfica.

A autobiografia e a biografia envolvem aspectos relacionados à memória, portanto, diferentes vozes sociais irão estruturar o discurso sobre uma vida. Esse discurso pode ser materializado por meio da história como acontecimento ou por meio da ficção (Venera 2016: 49).

Compreendemos a pesquisa qualitativa como uma atividade situada, composta por práticas teóricas, materiais e interpretativas que localiza o/a observador/a no mundo, assim como oferece visibilidade a esse mundo. Investiga-se a vida social tentando entender e interpretar os significados que são atribuídos aos fenômenos sociais (Denzin; Lincoln 2007). Para este estudo, as autobiografias consistem do fenômeno social a ser

1 A expressão “universo *trans*” foi sugerida por Marcos Benedetti (2005), no intuito de possibilitar a ampliação do leque de definições no que tange às “transformações do gênero”, abrangendo as “personificações” de gênero polivalente, transformado e modificado. Ressaltou, ainda, a intenção de contribuir para a ampliação do conhecimento acerca dessas pessoas que “[...] cruzam e deslocam as fronteiras do gênero, afastando-nos das imagens exóticas e das perspectivas vitimizantes que ainda são correntes no senso comum” (Benedetti 2005, p. 17).

investigado e interpretado, na tentativa de compreender as relações estabelecidas nas dimensões do gênero e da sexualidade.

Elucidamos, com isso, uma das vertentes epistemológicas que, possivelmente, sinalizou para a tentativa de compreender a construção do que, nesse texto, procuramos identificar como humano. Michael Foucault (1990) destacou os séculos XVIII e XIX como períodos de retomada do modelo clássico de ciência, fundamentado nos princípios da matematização, objetivação e verdade. Verdades “aproximadas” mas que, na sociedade moderna, efetivaram-se como verdades absolutas, ancoradas nos princípios das ciências biológicas, econômicas e filológicas. Com isso, tudo que existia no mundo, inclusive o ser humano, foi submetido aos processos de observação, representação, experimentação e classificação, princípios inicialmente adotados pelas ciências empíricas. Em seguida, também impostas às ciências humanas, consagrou-se a objetivação do que por essência é subjetivo: o ser humano.

As verdades históricas e cientificamente construídas sobre o humano não conseguiram, contudo, fazer do homem/mulher uma verdade única e absoluta. O grande obstáculo encontrado pela ciência foi o desejo humano, que não pode ser processado de forma matemática ou exclusivamente biológica. O desejo retrata a multiplicidade de dimensões, diversas em sua composição, que constituem homens e mulheres. Por mais que os desejos sejam submetidos/as constantemente aos processos de compartimentalização, ordem e disciplina, permanecem díspares em sua complexidade (Gallo 2000).

Justificamos, assim, a urgência de outras metáforas para pensarmos na construção do conhecimento humano que possa atender às demandas ressaltadas por uma realidade constituída por vivências híbridas, que trazem à tona problemas híbridos, vivências sociais que passam a definir-se como pertencentes a um ‘não lugar’.

2 - CONCEPÇÃO DE NÃO-LUGAR

Sílvio Gallo (2000) sugeriu que o desejo e a subjetividade humana são os pivôs do desmantelamento da linearidade da estrutura objetivada de saber predominante na concepção moderna de sujeito e sociedade, evidenciando que algo sempre escapa ao instituído como fixo, imutável, verdadeiro, geralmente, pela via do desejo, o que faz de cada história humana um evento distinto; elucida e deixa marcas particulares em cada sujeito. Para alguns/algumas, essas hierarquias não conseguem de todo calar, ocultar e ignorar suas subjetividades, produzindo seres ‘sem lugar’, que nos dizem muito mais do humano do que historicamente explicitado e ensinado pela ciência. O ‘não-lugar’ fragmenta e desestabiliza as verdades universais.

Maria Rita César (2009) utilizou a expressão “não-lugar” como modo de situar os processos de recusa vivenciados por pessoas que, ao construírem seus gêneros e viverem suas sexualidades, destoam ou contrariam o padrão proposto pela “engenharia de produção de corpos normais” que rege as normas de gênero em nossa sociedade, como dito por Berenice Bento (2008). Com isso, a expressão “não-lugar” pronuncia um não pertencer, não ser autorizado e, com isso, o se colocar e ser colocado/a fora das possibilidades da existência humana (Butler 2003).

Inspirado nessa concepção de não-lugar, concebemos a expressão “humano” como a possibilidade de pensar no ser homem ou ser mulher fora da tríade sexo-gênero-sexualidade. Ponderamos possibilidades de deslizamentos, instabilidades, rasuras, identidades fluidas e movediças, das metamorfoses humanas. Como preconizado por Guacira Louro (2004), interessam-nos, sobremaneira, as metamorfoses do humano que incidem diretamente no campo da constituição do masculino e do feminino.

Pautando-nos em conhecimentos produzidos da Antiguidade ao século XVIII, vemos que a humanidade foi constituída somente por um gênero, o masculino, na verdade, um sexo. A mulher era concebida como um “homem invertido”, possuidora de órgão genital idêntico ao do homem, mas posicionado de forma contrária em seu corpo, por alguma falha da natureza, constituindo-se, assim, imperfeita. Nessa teoria, denominada como “modelo de sexo único”, os estudiosos da Antiguidade anunciavam a possibilidade de mulheres se tornarem homens, caso sua região genital fosse exposta ao calor, resultando na expulsão do pênis (invertido) para sua posição correta. Nessa teoria, homem se tornar mulher é impossível, afinal, a tendência da Natureza é voltar-se para a perfeição, nunca fazer do perfeito, imperfeito (Laqueur 2000).

Após o século XVIII, efetivou-se a distinção científica dos sexos, o que hoje concebemos como gênero e seus respectivos órgãos genitais. Homem tem pênis e mulher tem vagina. A sociedade passou a configurar-se pelo “modelo de dois sexos”, que, evidentemente, não amenizou a crença cultural da superioridade do masculino em detrimento do feminino, assim como observado nas análises de Marilena Corrêa e Márcia Arán (2008) sobre a obra de Laqueur (2000).

A obra de Thomas Laqueur constantemente mencionada neste debate procurou demonstrar como a ciência moderna, matriz da biomedicina contemporânea, se constitui a partir da fabricação do corpo feminino como objeto privilegiado do conhecimento e do desenvolvimento científico e tecnológico. A sua hipótese fundamental é que, diferentemente da Antiguidade ou mesmo da Idade Média, que tinham como referência a obra de Galeno, na qual predominava o modelo do sexo único, a modernidade se caracteriza pela descoberta e invenção do modelo de dois sexos. Assim, o corpo feminino descrito por meio da ênfase nos *órgãos reprodutivos*, no *cérebro menor* e na *fragilidade dos nervos* foi fabricado para fundamentar o lugar inferior da mulher na sociedade, justificando a sua permanência no espaço privado (Correa, Arán 2008: 192, grifos no original).

Foucault (1999) ressaltou esse aparato científico que tomou consistência a partir do século XVIII, diferenciando fisiologicamente homens de mulheres. Especificamente, no final do século XIX, passou a distinguir, no universo social e cultural de construção do gênero e das sexualidades, o que seria considerado normal ou anormal, a partir de relações estabelecidas entre práticas afetivo-sexuais e diferenças biológicas expressas no corpo. A ciência, desconsiderando as múltiplas manifestações da subjetividade humana, definiu, ao longo da história, objetivamente a condição humana.

Em contraposição a esses princípios, pensar no corpo como instrumento de construção do sujeito na contemporaneidade levou-nos a considerar que “um corpo não é apenas um corpo, é também o seu entorno” (Goellner 2003: 29). O corpo ultrapassa a concepção estritamente biológica de se constituir de um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações e se define pelos significados sociais e culturais que a ele se inserem.

O corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas (Goellner 2003: 29).

Reinventar, ressignificar ou, literalmente, reconstruir o que a cultura e a vida social elaboraram pautadas nas certezas que definiram o humano conduzem-nos a inter-

pretar o corpo como um espaço de reencontros. Concomitantemente, um território de afrontamentos de verdades que, ao longo da história, fizeram do corpo uma dimensão fixa e estável ou, como observou Judith Butler (2003), “simplesmente matéria”. Para ela, o corpo é uma estrutura imaginada, consequência/produto/efeito do desejo, e não a causa. Constituído e delineado, portanto, pelo discurso e pela lei, estabelecendo relações estreitas com o sexo e o gênero que, pensados também nessa perspectiva de consequências/produto/efeito do desejo, são o resultado de “encenações performáticas” que buscam a construção de uma aparência fixa dos corpos inspirados num modelo de masculino e feminino hegemonicamente descritos e validados como possíveis (Butler 2003; 2008).

Com isso, poderíamos nos perguntar se seriam o gênero e/ou as vivências da sexualidade certezas ou aproximações do que a cultura descreveu como ser homem ou mulher? Possivelmente, aproximações seriam a expressão mais coerente, uma vez que, ao longo da história humana, várias vidas representaram e representam o dismantelamento de uma concepção fixa e linear de existência, dizendo mais de ambiguidades.

Essas possibilidades ambíguas de construção do gênero e vivência das sexualidades levaram vários sujeitos a terem suas existências interpretadas como “estranhas”, “excêntricas” e “fora da norma”, sofrendo mais enfaticamente estigmas sociais em razão de se constituírem como sujeitos a partir do atravessamento ou permanência sobre as fronteiras do gênero e das sexualidades (Louro 2004). Isso colocou às avessas teorizações que, ao longo da história, atribuíram veracidade e reconhecimento de uma ciência do humano.

Tais argumentações situam como campo teórico de análise deste estudo as teorias pós-críticas do conhecimento, com especial destaque para o pós-estruturalismo afetado potencialmente pela teoria foucaultiana. Nessa perspectiva de análise, estruturamos as seguintes questões norteadoras: considerando o incisivo processo de sistematização das categorizações de gênero e de sexualidade que passam a tomar forma no panorama científico do século XIX, estendendo-se pelos séculos XX e XXI, poderíamos colocar em suspensão esses princípios de normatização do humano ao lançarmos um olhar sobre as biografias de pessoas que foram interpretadas como dissidentes do gênero e da sexualidade neste período? Nessa direção, enfocando o contexto brasileiro, as biografias de Fernanda de Albuquerque e João Nery desencadeiam processos de reflexão que contribuem para o entendimento das possibilidades deslizantes de construção do gênero e da sexualidade que emergem na contemporaneidade?

3 - SUJEITOS NA FRONTEIRA: HERCULINE BARBIN, DAVID REIMER E AGNES

Herculine Barbin foi um grande problema para a ciência do humano no século XIX. Nascida do gênero feminino em 1838, após o pai ter morrido, foi abandonada pela mãe e criada num convento, no qual se formou professora. Em 1860, uma junta médica na França diagnosticou em seu corpo um sexo masculino, o que levou o tribunal civil de Saint-Jean d'Angely a exigir a retificação de seu sexo e de seu nome na certidão de nascimento para Abel Barbin. Foi também obrigada a utilizar vestimentas masculinas e assumir os papéis sociais condizentes com esse gênero. Em 1868, Herculine se suicidou em decorrência do sofrimento desencadeado e pela incapacidade de se adaptar a seu novo sexo social (Houbre 2009; Bento 2008; Britzman 1999).

Herculine era um/uma hermafrodita, descrita na contemporaneidade como intersexual. Esses sujeitos, identificados/as na Idade Média como monstros meio-homens meio-mulheres, criaturas que se relacionavam sexualmente com o diabo, eram condena-

dos/as, executados/as, queimados/as e suas cinzas, lançadas ao vento. No século XVIII, a mistura dos sexos percebida no hermafroditismo assumiu importância secundária, evidenciando-se, pela classe médica, “conformação viciosa do aparelho genital” ou, ainda, um “erro do sexo” geralmente visualizado no nascimento, mas que também poderia ser revelado posteriormente, fato que se destacou, sobretudo no decorrer do século XIX, quando os médicos atribuíam a distinção dos sexos exclusivamente às gônadas encontradas, resultando, assim, nos testículos constituindo o homem e os ovários, a mulher (Houbre 2009; Leite Junior 2008). Concebemos que seria a confirmação da teoria dos “dois sexos” (Laqueur 2000).

Muito embora, naquele período, verdades científicas sobre o humano já pudessem ser colocadas em suspensão, Herculine entendeu que o único caminho para solucionar os conflitos vivenciados por ela seria a morte.

O meio médico que adquire então toda sua potência social impõe uma economia normativa estrita para tudo o que diz respeito ao corpo, ao sexo e à sexualidade. Esta bela elaboração normativa rui, contudo, apenas pela existência do indivíduo hermafrodita: ele representa, na realidade, para os médicos, um sexo impossível, um corpo dissidente, singularizado por um emaranhado do masculino e do feminino que eles tentavam desembaraçar, designando qual prevalece sobre qual (Houbre 2009: 20).

Os/as autores/as que discutem a vida de Herculine Barbin se inspiraram em Foucault (1982), que, ao encontrar seu dossiê nos arquivos do Departamento Público de Higiene da França, elaborou um discurso científico sobre o corpo e a vida. Um dos pontos privilegiados por ele seria quando Barbin, obrigada a se localizar num único sexo, evocou, na interpretação de Foucault, marcas de um passado em que vivia protegida no internato, conhecendo, estranhamente, um sexo único, vivendo, assim, no “limbo feliz de uma não-identidade”. (Foucault 1982; Andrade 2007; Albuquerque Júnior 2008).

Butler (2003) criticou enfaticamente essa perspectiva de Foucault, acreditando que Herculine, também chamada Alexina, provavelmente não viveria neste “limbo feliz”, pois seria como se permanecesse descolada daquela cultura que determinava o binarismo dos sexos para a condição humana desde o século XVIII. Segundo a autora, Foucault usou de um tom romântico para tratar do caso. Em suas análises sobre as vivências da sexualidade experimentada por Barbin junto às outras alunas do convento, apontou que, possivelmente, seriam experiências de lesbianidade. Butler (2003: 148) destacou que: “Ela/ele sabe que sua posição nessa troca é transgressiva, que ela é ‘usurpadora’ de uma prerrogativa masculina, como ela/ele diz, e que contesta tal privilégio até mesmo ao reproduzi-lo”. Durval Albuquerque Júnior (2008) não discordou dessa perspectiva de Butler, no entanto, sugeriu a construção por Herculine de “um território para habitar”, no qual não predominavam a monstrosidade e a anomalia como condição.

Daniel Andrade (2007), ancorado nas análises de Foucault (1982), destacou a forma como Barbin escapou de um saber/poder subjetivador que lhe determinava exclusivamente o universo masculino. Contrastando e recusando a subjugação que lhe impuseram os médicos e juizes, quando perguntada sobre qual era o seu verdadeiro sexo, ela/ele respondeu incisivamente: “Precisamos verdadeiramente de um verdadeiro sexo?” (Foucault 1982). Segundo o autor, sua resposta-pergunta se configura, ao mesmo tempo, como resistência e transgressão, desarticulando “[...] a questão central do dispositivo da sexualidade, aquela que pergunta pela verdade do sexo e pela nossa verdade no sexo” (Andrade 2007: 244). A história de Herculine elucidou a afirmativa de Nietzsche (2003) de que a ciência passa “impiedosa e congelada” perante o sofrimento humano, pois, no entendimento do progresso científico como cultura, importam a ela somente os problemas do conhecimento.

Segundo Gabrielle Houbre (2009: 23), no final do século XIX, o/a hermafrodita deixou de ser interpretado como “monstruosidade” ou “erro da natureza”, passando a ser “apenas um ser desviado do desenvolvimento ordinário”. A autora encontrou na literatura médica sobre o hermafroditismo outros sujeitos que, como Barbin, ao serem classificados/as como do sexo oposto ao qual se construíram, recusaram prontamente sua nova localização de gênero. Os registros da classe médica francesa do início do século XX em relação a uma mulher identificada como L. S. ilustram esse fato: “Nosso sujeito ficou estupefato quando o informamos de seu sexo glandular masculino e declarou que perdemos o juízo. Nada mudou em seus hábitos e se considera simplesmente como uma mulher disforme, imprópria ao coito normal” (Houbre 2009: 25).

No entanto, outro problema apontado na interpretação dos médicos no século XIX se entrelaçou por entre as linhas que compõem o diagrama histórico do humano. Surgiram, naquele período, aqueles/as que, sem serem hermafroditas, contestavam seu sexo biológico em relação ao sexo social/cultural. Foram, possivelmente, interpretados/as como homossexuais, mas, na verdade, diziam mais de uma identidade de gênero transexual.

Em poucas palavras, os médicos lidam com meninos que, criados como meninas, reagem no geral como meninas - e vice-versa. Este fato compromete seriamente a famosa teoria da diferenciação dos sexos que eles mesmos conceitualizaram desde a segunda metade do século XVIII, e que liga estreitamente os dois sexos biológicos distintos a dois papéis sociais igualmente distintos (Houbre 2009: 23).

Assim como o século XIX demarcou as fronteiras possíveis e legítimas da sexualidade humana, foi no século XX, sobretudo na segunda metade, que o gênero enquanto expressão distintiva entre masculino/feminino, homem/mulher, assumiu legitimidade. Utilizado pela primeira vez em 1955 pelo psicólogo John Money, nos Estados Unidos, o termo gênero surgiu como a possibilidade de identificar efeitos sociais do sexo, assim como possibilidade de distinguir as categorias sexo e gênero, referindo o termo sexo exatamente aos aspectos biológicos da sexualidade humana e o termo gênero aos aspectos sociais construídos neste processo de identificação (Silva 2007). John Money, apoiado pelo psiquiatra Joan Hampson, desenvolveu a mais influente teoria a respeito da sexualidade humana iniciada em 1952: a teoria da neutralidade psicosssexual congênita dos andróginos. Defendendo a supremacia da educação em relação a fatores biológicos, Money tornou-se reconhecido pesquisador no Johns Hopkins Hospital, atuando na Unidade de Pesquisa Psicohormonal da Clínica de Estudos e Tratamento de Problemas Andróginos.

Nos seis anos seguintes, Money e os Hampson estudaram 131 andróginos, entre bebês e adultos. Pesquisador e redator dos relatórios publicados pela equipe, Money observou um fato impressionante em pessoas diagnosticadas com a mesma ambigüidade genetal e formação de cromossomos, mas que foram criadas como sendo do sexo oposto: mais de noventa e cinco por cento tiveram um desenvolvimento psicológico muito bom, que tivessem sido criadas como meninos ou como meninas. Money chamou esses pacientes de pares combinados, achando que provavam que o principal fator na determinação da identidade de gênero de uma criança andrógina não era a biologia, mas a forma como ela era educada. Ele concluiu que essas crianças nasciam sem qualquer diferenciação de sexo em termos psicológicos e formavam um conceito de si mesmas como masculinas ou femininas apenas através da educação (Colapinto 2001: 50-51).

A partir dessa tese, os cirurgiões e endocrinologistas do Johns Hopkins encontra-

ram subsídios para alterar, por meio de cirurgia e administração de hormônios, o sexo de recém-nascidos/as identificados/as como hermafroditas. As cirurgias iam desde a redução de clitóris muito grandes em meninas com características andróginas até a mudança total do sexo em meninos andróginos nascidos com pênis não desenvolvido. Em decorrência da tecnologia cirúrgica disponível, as conversões menino-menina garantiam maior probabilidade de sucesso na construção de uma vagina sintética do que um pênis artificial (Colapinto 2001).

Marisa Correia (2004: 7) ao denunciar a forma cínica como a classe médica da época priorizou essa forma de conversão, exemplificou um ditado médico utilizado em várias publicações direcionadas à questão, isto é, “[...] é mais fácil escavar um buraco do que erigir um poste”. Com relação à facilidade de se construir um corpo feminino cirurgicamente, Butler (2006) teceu uma incisiva crítica a Money que, na verdade, concebia a feminilidade como algo inferior ou pouco menos que um processo cirúrgico, uma eliminação, um cortar. De certa forma, reafirmavam-se os princípios hierárquicos que desde a Antiguidade atribuíram formas de valorização diferenciada, inferiorizando o feminino em relação ao masculino.

Embora tenha partido dos estudos sobre os andróginos, Money dedicou suas preocupações a uma série de pesquisas sobre o desenvolvimento sexual em seres humanos considerados normais, buscando solucionar um dos mais longos debates na ciência: é a natureza ou a educação que forma nossa identificação sexual? Com isso, a “teoria da neutralidade psicosexual congênita dos andróginos” foi generalizada e ampliada para todas as crianças, até mesmo aquelas isentas de irregularidade biológica (Colapinto 2001). Ressaltamos, com isso, nossa segunda escrita de si.

Nasceram em 1965 os gêmeos univitelinos Brian e Bruce na família Reimer. Oito meses depois, ao realizarem uma cirurgia de retificação da fimose, em decorrência de um acidente médico, Bruce teve a maior parte de seu pênis cauterizado. Seus pais ficaram desesperados com a situação e, ao tomarem conhecimento e serem convencidos por Money sobre a “teoria da neutralidade psicosexual”, autorizaram a alteração do sexo de Bruce, que passou, a partir daí, a ser educado como menina: Brenda (Colapinto 2001; Butler 2006).

Em 1967, aos vinte e dois meses de idade, Bruce/Brenda teve seus testículos retirados e os médicos o/a prepararam para um posterior implante de vagina artificial. Tal procedimento cumpria as recomendações de Money de que as alterações sexuais ou realterações fossem realizadas até os dois anos e meio, uma vez que, após essa idade, a orientação psicosexual da criança perderia sua maleabilidade, pois estaria próxima da entrada no processo de constituição de identidade de gênero, que, de acordo com a teoria de Money, se definiria entre os 30 e os 36 meses de idade (Colapinto 2001; Butler 2006).

A partir de 1972, os resultados do caso Joan/John (como foi denominado por Money) foram divulgados tanto no meio científico quanto na mídia televisiva norte-americana, destacando o sucesso e a legitimidade de sua teoria de que o gênero poderia ser construído independentemente das origens biológicas do sujeito. Sua teoria foi amplamente aceita pela sociedade científica, influenciando, inclusive, o movimento feminista, que se encontrava na fase inicial. Marisa Correia (2004) argumentou sobre uma perversa utilização por Money e seus/suas seguidores/as da consagrada frase de Simone de Beauvoir de que não nascemos homens ou mulheres, mas nos construímos como tais.

[...] o debate sobre sua situação se resume à velha discussão da oposição entre *nature/nurture*: isto é, nós nascemos ou nos tornamos homens ou mulheres? Várias dessas matérias são, é claro, uma acusação ao movimento feminista, que teria

recebido com louvor a proposta de Money nos anos sessenta do século passado, e desta forma ignorado o ‘chamado’ da biologia (Correia 2004: 4).

Várias informações do caso Joan/John foram, contudo, omitidas. Brenda, aos nove anos de idade, evidenciou seu interesse por brinquedos socialmente masculinos, como pistolas, carrinhos e outros. Apresentava outras manifestações comuns a meninos, uma delas o fato de urinar de pé. Passou, em seguida, a recusar os acompanhamentos de Money, que se utilizava de vários métodos para educá-la no feminino, como, por exemplo, sugerir que ela e seu irmão visualizassem suas genitálias e, também, representassem o coito heterossexual. Um dos pontos máximos de sua recusa ao tratamento aconteceu quando Money e a equipe médica insistiram que realizasse o implante definitivo de vagina e, também, recebesse novas ingestões de hormônio feminino. Mesmo confirmado o engano realizado na readequação sexual de Bruce/Brenda, Money e sua equipe prosseguiram divulgando o “equivocado” êxito de sua teoria (Colapinto 2001; Butler 2006).

Com o passar do tempo, Bruce/Brenda teve acesso ao pesquisador Milton Diamond, que, desde 1958, investigava o papel dos hormônios no ciclo do desejo sexual, assim como na sua diferenciação. Diamond denunciava o risco de adotar a teoria da neutralidade psicosssexual de Money como justificativa para as cirurgias em crianças com genitálias ambíguas, bem como outras deformidades da genitália externa. Devido à grande repercussão e aceitação da teoria de Money, os estudos de Diamond pouco foram evidenciados pela classe científica. Aos catorze anos, acompanhado pela equipe médica de Diamond, Bruce/Brenda passou por um processo reversivo, submetendo-se à ingestão de hormônios masculinos, extraíndo os seios e, por volta dos dezesseis anos, submeteu-se ao implante de pênis artificial. Tornou-se David Reimer, contrariando todas as ameaças feitas a ele por Money, quando lhe dizia que deveria se submeter ao implante vaginal e se tornar socialmente mulher para que não terminasse sozinho, desamparado e, sobretudo, isento de “amor” (Colapinto 2001; Butler 2006).

David recusou a norma científica que insistia em determinar seu gênero ideal e assumiu a autonomia sobre seu corpo. Segundo ele, parafraseado por Butler (2006: 100): “[...] era um homem nascido homem, castrado pela medicina e feminilizado pelo mundo psiquiátrico, o que lhe permitia voltar a ser quem era”. Butler (2006) definiu essa argumentação como um processo de des-subjugação da política de verdade, por colocar em operação a crítica de si mesmo enquanto sujeito. Nesse caso, mobilizado pela recusa do que a classe médica de Money interpretava como “amor”. Para David, isso ultrapassava os limites da verdade da norma imposta a ele pela sexologia.

Retomamos aqui a questão do desejo como o dismantelador de prerrogativas científicas objetivamente definidoras do humano. David, por intermédio de seu desejo, desestabilizou as raízes do conhecimento científico de um solo que, na verdade, era movido. Da mesma forma, sua história ressaltou a frieza da ciência perante o sofrimento humano (Nietzsche 2003), uma vez que, como Herculine Barbin, David também não resistiu e colocou fim à sua vida. Butler (2006) ressaltou que David não se via nem como humano, nem como não humano.

[...] ele é o ser humano em seu anonimato, aquele que não sabemos como nomear, aquele que marca os limites de toda a ação de nomear. Neste sentido, David representa o anônimo – e, mais grave – a condição do humano que interpela a si mesmo desde os limites do que acreditamos saber (Butler 2006: 112).

Os registros de seu suicídio em 2004 anunciaram como causa uma possível insatisfação em decorrência da morte de seu irmão, Brian, dois anos antes de sua morte, o

desemprego e a separação de sua mulher. Contudo, Butler (2006: 112) exaltou uma questão que sempre esteve presente em sua vida: “Poderia sobreviver em seu gênero?” Essa questão permitiu à autora concluir que, evidentemente, sua vida se resumiu a apostas e riscos, nos quais as normas governantes do que seria considerada uma vida humana respeitável, reconhecida e sustentável não apoiou, de forma contínua e sólida, sua existência.

As biografias de Herculine e David elucidaram formas não aceitáveis de constituição do humano, demarcadas pelas marcas e vivências do corpo que não param por aí. Chamam à discussão, meio que entrelaçadas, outras dimensões dessas constituições, dentre elas a questão da transexualidade, da travestilidade e, também, a vivência da sexualidade concebida historicamente como transgressora, a homossexualidade. Jorge Leite Junior (2008) argumentou que, ao contextualizar como o/a hermafrodita era concebido do mundo antigo à modernidade, constatou que, enquanto temática, a ambiguidade sexual e de gênero permaneceria

[...] como questão de fundo para os limites filosóficos, sociais e, cada vez mais, fisiológicos entre homens e mulheres. Igual a um portento causador de espanto, medo, curiosidade, receio e desejo, a figura do hermafrodita/ andrógino será uma constante que atravessará épocas e territórios dentro do que se convencionou chamar de cultura do Ocidente (Leite Junior 2008: 36).

Nesse espaço de atravessamento nasceu a ideia de “inversão”, desencadeando, de forma gradativa, a instituição das identidades políticas homossexuais, bissexuais, gays, lésbicas, travestis, transsexuais, crossdressers, intersexos e outros (Leite Junior 2008).

Na verdade, David passou por um processo duplamente transexualizador, mesmo não sendo transexual. Primeiro, de Bruce para Brenda; depois de Brenda para David. Foi autônomo sobre si somente na segunda fase. Possivelmente, o que livrou Herculine de ter sido submetida a um processo similar foram as precárias condições científicas da época e a forma como as transgressões do gênero e das sexualidades eram compreendidas naquele período. A homossexualidade passou a se referir a um tipo de pessoa distinta, a uma espécie, somente após a consolidação das sociedades industrializadas ocidentais, o que não acontecia antes do século XIX. Existiam as práticas homossexuais, mas não a preocupação em atribuir um nome específico aos sujeitos que a vivenciavam (Weeks 1999).

Apesar das angústias desencadeadas em nós por essas biografias, sentimo-nos um pouco esperançosos quando conhecemos a história de Agnes, por exemplo. Moça de aparência feminina que possuía uma genitália masculina que, em 1958, procurou o doutor Robert Stoller (seguidor da teoria de Money) e o convenceu de que era uma mulher nascida num corpo parcialmente masculino. Convencidos de que se tratava de uma hermafrodita, a equipe de Stoller realizou, sem saber, uma das primeiras cirurgias de transexualização, uma vez que, ao nascimento, Agnes foi identificada como do gênero masculino, mas ingeria estrogênio receitado para sua mãe desde os doze anos de idade, construindo, pouco a pouco, um corpo plasticamente feminino (Correia 2004).

Ora conhecemos que, desde a década de 50 do século XX até os dias atuais, a efetivação de um processo de readequação sexual, tanto masculino quanto feminino, exige um longo e desgastante processo jurídico, médico e psiquiátrico para que realmente se comprove que o gênero com o qual a pessoa se identifica não se encontra em consonância com o sexo biológico com o qual nasceu. Exige-se a comprovação definitiva de um “Transtorno de Identidade de Gênero” que autorize, na maioria dos casos, a intervenção cirúrgica que, nos parâmetros médico-legais, demarca a legitimidade do gênero transexual (Butler 2006; Bento 2008).

Agnes ludibriou a equipe médica de Stoller e demonstrou que a ciência, acostumada a ditar normas possíveis de existência do humano, ainda detém pouco domínio das verdades que sustenta como universais. Por outro lado, esse saber não impediu que a ciência determinasse a diversas Herculines e Davids a insignificância de suas humanidades em decorrência da incompatibilidade entre suas marcas corporais e seus gêneros de identificação. Isso coincide com um “Pouco saber para muito poder”, assim como descrito por Bento (2008), quando analisou as inscrições médico-jurídicas que determinam as possibilidades de constituição de um/a “transexual de verdade”².

Nessa perspectiva, outra questão nos instigou: a ciência conseguirá decifrar esses sujeitos que nasceram biologicamente apresentando um sexo masculino ou feminino e que somente encontraram sentido para sua existência quando passaram a compartilhar diversos elementos predeterminados ao gênero oposto? Em relação às travestis, interpretamos a ambiguidade de seu gênero como a ênfase de sua construção do humano, sobretudo pelo fato de boa parte delas se interpretarem como pertencentes ao universo feminino, sem que a presença de uma genitália masculina lhes cause, na maioria das vezes, desconfortos (Silva 1993, 1996; Peres 2005; Kulick 2008). Seriam as travestis, talvez, “intersexuais às avessas”, já que a ambiguidade do sexo que identificaria uma pessoa como hermafrodita – de acordo com os parâmetros médicos e legais do século XIX –, não se encontra biologicamente demarcada em seus corpos, mas numa dimensão mais ampla, no seu gênero, dando sentido subjetivo à sua existência pela via do desejo?

4 - FRONTEIRAS, POSICIONAMENTOS E DISSIDÊNCIAS: FERNANDA DE ALBUQUERQUE E JOÃO NERY

As questões descritas anteriormente tornaram-se emergentes ao conhecermos a autobiografia de Fernanda Faria de Albuquerque, a Princesa. Para ela, o futuro se constituía uma dimensão proibida em relação a uma mulher aprisionada num corpo de homem, cuja normalidade sonhada resumia-se a uma miragem de uma realidade vivida à noite e às margens da sociedade. Uma ambiguidade que a acompanhou desde sua infância, no Nordeste brasileiro, até as calçadas da Europa e que distorceu, confundiu e colocou em suspensão fronteiras que insistem em posicionar travestis e transexuais como categorias distintas, uma vez que ambas buscam para si o reconhecimento de um gênero que não foi legitimado pela biologia do corpo ao nascimento.

Fernanda constrói sua identidade feminina contra todas as certezas anatômicas. Fabrica para si um corpo de mulher com hormônios e silicone. O corpo com o qual ela sempre sonhou conquistado com peças avulsas, sob medida para penetrar no imaginário masculino. “Uma mulher com pênis, eu sei”, diz ela. Um hermafrodita. Imagem mitológica que apela à nossa nostalgia de uma unidade perdida. Divina. Inquietante, e algumas vezes, monstruosa na visão profana. Os [as] travestis traem a lógica dualista que dividiu o mundo em masculino e feminino (Byington 1995: 10).

2 Bento (2008) discorreu sobre os aparatos técnicos e teóricos pelos quais o campo médico e jurídico define a possibilidade de concretude de uma identidade transexual, resultando na autorização para que a pessoa passe pelo processo transgenitalizador e na autorização para a realização da cirurgia de redesignação sexual e, possivelmente, alteração documental. A autora analisou o *Manual de Diagnósticos e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM)*, a *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10)* e *Normas de Tratamento da HIBIGDA (StateofCare/SOC)*.

Fernanda nasceu em 1963, na cidade de Lagoa Grande, no estado da Paraíba. Filha de Cícera e Manuel - falecido antes do seu nascimento. Aldenor, Alaíde e Adelaide, seu irmão e irmãs se casaram e migraram para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Passou sua infância com a mãe, que almejava que se tornasse militar. O gênero feminino, entretanto, dizia mais de si, o que em todos os momentos de sua infância e adolescência causava distorções diante das normatizações do gênero e das sexualidades (Albuquerque; Jannelli 1995).

Na maioria das situações vivenciadas, não encontrava protetores/as ao transgredir as normas de gênero. Estava o tempo todo exposta a mecanismos de vigilâncias e punições expressadas em forma de agressões verbais e físicas. Ora por Cícera, quando, por exemplo, a flagrou diante do espelho com seus primeiros peitos construídos com cocos, como descrito por ela: “duas metades de um coco foram meus primeiros peitos” (Byington 1995: 10). Nesse flagrante, levou uma surra.

Fernanda contestou a teoria da supremacia da educação em relação a fatores biológicos na constituição do gênero instituída por John Money e que até hoje ainda mantém seus resquícios. Afinal, foi educada sob orientações para se constituir como gênero masculino e heterossexual. Ou seja, como Herculine, David e Agnes, Princesa também desobedeceu as normas determinadas pela ciência do humano.

Acreditamos que nem a ciência ou qualquer outra corrente de pensamento que tenta compartimentar as vivências sociais consiga oferecer uma resposta suficientemente “verdadeira” para essa conjuntura. Dito isso, percebemos as travestis e os/as transexuais, ou pessoas que compõem o universo trans (Benedetti 2005), subsidiado nas contextualizações de Butler (2003: 24), para quem o gênero é entendido como uma construção cultural. Isso nos abre espaço para pensá-lo como a interpretação múltipla do sexo, ou ainda dos significados culturais assumidos pelos corpos sexuados, não decorrendo de um sexo propriamente dito, mas considerando que “[...] a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”.

Fernanda nos oferece subsídios para a compreensão dessa descontinuidade. Ao fugir da Paraíba, aos 19 anos, residiu em diversas capitais. Inicialmente, foi para João Pessoa, onde passou a interpretar-se definitivamente no feminino. Em seguida, foi para Recife e, depois, para Natal, local onde iniciou seu processo de transformação, com a ingestão de hormônios femininos e aprendizados mais específicos sobre o comportamento feminino, auxiliado pelas prostitutas do bordel no qual residia e trabalhava esporadicamente fazendo alguns programas (Albuquerque; Jannelli 1995).

Em Salvador, recebeu o título de Princesa da cozinha pelo dono do restaurante no qual trabalhava. Com esse nome, passou a ser identificada também nas calçadas de todos os lugares por onde transitou. Em 1985, aos 22 anos, no Rio de Janeiro, submeteu-se a aplicações de silicone nos quadris e implante de prótese de silicone nos seios. A Princesa estava construída, inspirada na atriz brasileira Sônia Braga (Albuquerque; Jannelli 1995).

Em São Paulo, o tumulto desencadeado pela epidemia da AIDS na década de 1980 passou a comprometer a vida das travestis que se prostituíam no Brasil, expostas todo o tempo à violência e a tentativas de extermínio. Na Europa, “não se matava na rua”, disseram à Princesa. Tornou-se, portanto, seu novo destino. Princesa partiu para Madri e depois transitou por regiões da Itália, alimentando o sonho de retornar à cidade materna e mudar de vida, com dinheiro na bolsa e sua integridade reconhecida. Voltou ao Brasil, visitou a mãe, familiares e amigos/as, mas, no retorno à Europa, não conseguiu se livrar das drogas e da bebida, vícios que adquiriu no antigo mundo, além da AIDS. Em 1994, estava encarcerada na prisão de Rebbia, Roma. Foi condenada a seis anos de prisão em função da prostituição e tentativa de homicídio.

Princesa interpretava sua existência como num mundo definido por uma certeza:

homens se localizam de um lado e mulheres, de outro. Em seguida, contestou “e eu?” A resposta encontra-se na sua definição de transexual como sendo três sexos. Nesse sentido, “Princesa é uma soma” (Byington 1995: 14). O que seria essa soma? Entrelaçamentos? Deslizamentos? Conexões? Todas essas possibilidades nos parecem claras ao determos na história de Fernanda, assim como nas de Agnes, David e Herculine, levando-nos a pensar numa estreita relação entre esses personagens e vertentes do conhecimento pertencente ao campo das teorias pós-críticas. Essas vertentes do conhecimento parecem nos oferecer caminhos que possibilitassem compreensões mais satisfatórias sobre a constituição do humano nas diversas dimensões que o envolvem e compõem.

Tomaz Tadeu Silva (2007) enfatizou que as teorias críticas devem combinar com as teorias pós-críticas para nos auxiliar na compreensão dos processos estabelecidos a partir das relações de poder e dominação que nos têm constituído historicamente. Desse modo, apreendemos que, correlacionada às teorias críticas, as teorias pós-críticas proporcionariam ampliação e modificação de seus ensinamentos ao incluírem no campo de análise outros processos de dominação, tais como raça, etnia, gênero e sexualidade.

Dentre os movimentos que compõem as teorias pós-críticas, o pós-estruturalismo parece-nos o de maior acuidade, pois nos possibilitaria delinear a forma como a representação se liga à identidade e à diferença. Com isso, a representação pode ser entendida como um sistema de significação linguística e cultural responsável por atribuições de sentido que se configuram de forma arbitrária, indeterminada e conectada a relações de poder, proporcionando, assim, a noção de existência e sentido da identidade e da diferença, inferindo, da mesma forma, na constituição do sujeito (Silva 2000). Nessa perspectiva:

As travestis, ao investir tempo, dinheiro e emoções nos processos de alteração corporal, não estão concebendo o corpo como um mero suporte de significados. O corpo das travestis é, sobretudo, uma linguagem; é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos (Benedetti 2005: 55).

Pensar no corpo como instrumento de construção do sujeito nos remete a Princesa, ao se interpretar como:

Uma mulher com pau, eu sei. Mas o que eles não veem é o que não convém ver. E eu os ajudo. Dou garantias. Sei escondê-lo com habilidade e experiência sob a minissaia. Apertado em calcinhas elásticas. Minguado pelos hormônios. Minguado de tal modo que só quem procura encontra. (Sei que talvez não seja assim. Muitos sabem, percebem. Veem e mesmo assim se comportam como se eu fosse toda mulher. E este “como se” para mim é muito. Talvez tudo. Embaraçado com a situação, a maioria prefere confiar na aparência convencional: peitos, bunda, tudo no lugar, então, senhorita. Na praia e no restaurante. Para mim a vida é outra) (Albuquerque; Jannelli 1995: 82).

Para Princesa, compreender-se e ser compreendida “como se fosse toda mulher” possibilitava-lhe a imersão e o reconhecimento como pertencente ao universo feminino, confirmando que a “[...] travesti subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos interno e externo, e zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade do gênero” (Butler 2003: 195). Com isso, o gênero torna-se, possivelmente, uma aproximação do que a cultura descreveu como ser homem ou mulher, e não uma certeza da veracidade dessas dimensões, fazendo emergir desafios

e confusões nos processos de construção dessas vivências.

É nessa vertente do desafio e da confusão que João Walter Nery passou a interpretar a construção de seu gênero. Em junho de 2010, reuniu-se durante três dias em Niterói-RJ com três amigos trans-homens (Darcy, Davi e Amadeus), para conhecerem e discutirem sobre as dimensões da transexualidade masculina em que se identificavam. Nery (2011) concluiu que a busca de uma coerência sexo/gênero, fundamentada numa perspectiva heterossexual, seria a luta de todos eles durante suas vidas. O sofrimento vivido em função do não enquadramento os conduziu à necessidade de encontrar um modelo ou padrão de aceitação social. Suas conclusões coincidem com a argumentação de Foucault (1999: 29), para quem somos submetidos à verdade que se representa como a norma e o discurso verdadeiro, decidindo, veiculando e impulsionando efeitos de poder: “Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

Nessa vertente, o sofrimento pelo não enquadramento também levou Nery a resignificar sua compreensão, acreditando, em seguida, que seus amigos transexuais e ele teriam desenvolvido orientações sexuais particulares, dentro de um universo de possibilidades. Partilhavam de uma atração afetivo-sexual pelo gênero feminino, mas nunca se sentiram uma mulher. A instabilidade identitária, o confronto das normatizações do gênero e das sexualidades passaram a fazer parte das interpretações de Nery sobre si e, concomitantemente, de sua constituição na dimensão humana.

As cirurgias e hormônios tinham me aberto mais, permitindo-me conservar valores aprendidos no mundo das mulheres. Tornaram-me um homem feminino, sem ser efeminado. Felizmente, a testosterona não havia me dado a agressividade exacerbada. A minha virilidade, contraditoriamente, passou a servir, também, como um instrumento, para que agora pudesse combater o mundo heterocentrado, patriarcal, no qual os poderes dominantes impedem os vários potenciais de vida. Havia descoberto que há várias masculinidades diferentes e que são construídas também pelas tecnologias da cultura dominante. Fazia questão de continuar dócil e afetivo (Nery 2011: 324).

Nery nasceu em 1950, no Rio de Janeiro. Suas marcas corporais o identificaram e o levaram a ser educado como uma menina: Joana. Seu pai, comandante de avião, e sua mãe, professora. Três irmãs. “Éramos quatro, sendo eu o terceiro e único filho” (Nery 2011: 29). Viveu uma infância marcada por conflitos, em função da incoerência entre o que a cultura lhe impunha como verdades do seu gênero e o que realmente sentia. Descreve que seu corpo mentia contra o que realmente era: “Quando era pequeno e ouvia todos referindo a mim como ‘ela’, concertava mentalmente para ‘ele’. Não havia possibilidade de manifestar a minha reprovação. Caso o fizesse, iriam me achar louco” (Nery 2011: 205).

Na adolescência, esses conflitos se ampliaram, em função das transformações corporais que denunciavam o florescer de marcas de um gênero incompatível, o qual Nery buscava ajustar através das práticas esportivas intermitentes, com o intuito de torná-lo másculo, mais próximo de uma imagem masculina. Contudo, os seios cresciam e a “monstruação” – expressão utilizada por ele – descia, resultando em angústias e desesperos. Coursou Psicologia, período em que deixou a casa dos pais e passou a residir com sua primeira mulher, e trabalhava como motorista táxi. Neste espaço de tempo, vivenciou ensejos do universo masculino, ainda que, algumas vezes, se percebesse como uma figura ambígua, estando seguro de que: “Viver dois gêneros numa vida só era enlouquecedor” (Nery 2011: 129). Seria como a descrição de David, feita por Butler (2006), como sendo

um ser humano que representa o “anônimo” e com uma questão também presente em sua vida: “Poderia sobreviver em seu gênero?” (Butler 2006: 112).

Após se graduar, tornou-se professor universitário, atuando durante quatro anos. Já tinha conhecimento do processo transgenitalizador que acontecia no exterior. Teve acesso a uma equipe médica no Rio de Janeiro que iniciava pesquisas nessa área. Aderiu ao programa como cobaia, passando por todos os processos necessários, com o intuito de se submeter à cirurgia de readequação sexual. Por intermédio da equipe do Rio de Janeiro, chegou até o Dr. Farina, em São Paulo, que realizou as primeiras cirurgias de mudança de sexo no Brasil, ainda que viesse, anos depois, a responder legalmente em função disso. Farina concordou em realizar as cirurgias em Nery, alertando-o da complexidade do processo para transexuais masculinos, comparado à transexualidade feminina (Nery 2011).

Um dos obstáculos encontrados por Nery foi o laudo psiquiátrico, que o médico da equipe carioca negou, depois de mais de um ano de acompanhamento, justificado pelo medo de correr o risco de ter seu diploma caçado em razão da ilegalidade do processo e, também, por não acreditar seguramente na existência da transexualidade. Com o auxílio do Dr. Farina, Nery teve acesso a outro psiquiatra, que lhe forneceu o laudo. Em 1977, realizou, em São Paulo, a primeira cirurgia que seria uma preparação de seu corpo para as que se seguiriam (Nery 2011).

No retorno ao Rio de Janeiro, deu início ao tratamento de hormonoterapia. Não prosseguiu com as cirurgias seguintes. Primeiro, em razão processos judiciais que Dr. Farina enfrentou nos anos seguintes, impedindo-o de dar andamento ao processo cirúrgico; em segundo, pela precariedade dos resultados finais em que o processo transgenitalizador masculino se encontrava. Nos primeiros anos do século XXI, pouco se evoluiu neste campo, permanecendo as cirurgias para readequação sexual de transexuais masculinos ainda em estágio experimental. Retomamos aqui as críticas de Correia (2004) e, principalmente, Butler (2006) sobre o precário avanço tecnológico nessa área específica, atribuindo, como especificado linhas atrás, à feminilidade algo de inferior ou pouco menos do que um processo cirúrgico, uma eliminação, um cortar.

Sobre Nery, parece-nos evidente e importante destacar que aquela aproximação com o gênero masculino que havia conquistado parecia bastar-lhe, ou, talvez, remetendo à história de Princesa, a efetivação de um “como se fosse...” desencadeado pelo processo cirúrgico inicial e os resultados do tratamento com hormônios. Aos 30 anos de idade, Nery conseguiu retirar outra certidão de nascimento com seu nome masculino. Assim como David, e também Princesa, a vida de Nery se resume a apostas e riscos, perdas e ganhos (Butler 2003), evidentemente expressos em suas palavras quando conta da retirada de seu certificado de reservista em uma cidade no interior do país. Acontecia o processo definitivo de metamorfose de Joana para João:

[...] estava eu, perfilado, diante da bandeira do Brasil e, enquanto prestava juramento de servir ao meu país em caso de ameaça externa, pensava que, enquanto Joana, eu era psicóloga, fazia mestrado, dava aulas em três universidades e mantinha um consultório repleto de clientes. Agora, como João, tinha perdido todo o meu currículo escolar e de vida. Era um analfabeto sem direito aos anos de trabalho em carteira. Não entraria na justiça porque haveria a exigência do término cirúrgico e não correria o risco de ficar à mercê dos juízes, cuja maioria continuava preconceituosa e ignorante sobre a questão da transexualidade (Nery 2011: 234).

Sua nova identidade implicou novos rumos para sua vida. Trabalhou numa usina de concreto, como lavrador, vendedor, confeccionista, artesão, terapeuta corporal, professor de informática e até professor universitário temporário, depois de 25 anos dis-

tante da docência. Desde a adolescência, o poeta e o escritor nunca deixaram de existir. Tornou-se, também, um pai transexual (Nery 2011).

Concluindo a história de Nery (2011), um dos aspectos mais interessantes nos parece quando, em sua velhice, reflete sobre a relação culturalmente imposta entre masculinidade e virilidade, pautada no pênis e, sobretudo, em sua função erétil. Tal relação reflete e determina os limites de uma masculinidade reconhecida ou ameaçada, concebendo historicamente o valor social do homem enquanto macho. Nery (2011) conta de ter se interpretado, por muito tempo, como um inválido sexual, necessitando de artifícios para a conquista do prazer, questionando, agora, se os significados culturais não seriam o real problema, uma vez que os mecanismos de normatização do gênero e das sexualidades reduzem muitas vezes o ser homem e ser mulher a um critério clínico. A tríade sexo-gênero-sexualidade ressaltava-se nessa argumentação, denunciando a fragilidade da divisão binária dos sexos, assim como a insuficiência de elementos que consigam explicar objetivamente o desejo humano.

Com isso, articulando à abordagem foucaultiana da arqueologia do saber, as trajetórias de vida dos/as personagens descritos nesse estudo, em especial de Fernanda de Albuquerque e João Nery, levantam indícios de que não é o sujeito cognocivamente que produz o saber, na verdade o sujeito é produzido pelo saber no qual está imerso. Em outras palavras, o sujeito está assujeitado ou “sujeita-se ao saber” (Foucault 2000).

Por outro lado, esses assujeitamentos, em diversos momentos, elucidam paralelamente processos de resistência dos sujeitos ao preestabelecido, colocando em suspensão os princípios de normatização do humano, no que se refere à construção do gênero e vivência das sexualidades, contribuindo para o entendimento das possibilidades deslizantes de construção do humano que emergem na contemporaneidade.

5 - CONSIDERAÇÕES

Essas vidas por nós descritas convergem para a afirmativa de que a construção do humano consagra-se como uma das questões mais efervescentes na contemporaneidade, surgindo a necessidade de compreensão e problematização dos aspectos históricos e culturais que se entrecruzam na constituição social dos sujeitos. Sustentando-nos em Guacira Louro (1997; 1999), consideramos que os diversos elementos que compõem o humano não consistem de categorias dadas, acabadas ou fixas, num determinado momento. São categorias “construídas”, instáveis e passíveis de transformação; vivências sociais que, de formas múltiplas e distintas, constituem os sujeitos que são interpelados por diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais.

As histórias de Nery, Fernanda, Agnes, David e Herculine nos instigaram a pensar um conceito de gênero e de vivência das sexualidades que não se distancia daqueles construídos e em construção por diversos estudos pós-críticos. Inserimo-nos também neste movimento permanente de análise e reflexão das possibilidades de construção do humano. Como isso, o gênero torna-se um fenômeno potencializado no início da década de 1970, representado principalmente por um grupo de estudiosas anglo-saxãs. O movimento feminista começou a utilizar o termo gênero (referente ao termo inglês *gender*) em suas lutas políticas contra as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres. Segundo Dagmar Meyer (2003), apesar da introdução do termo gênero ter causado controvérsias e debates pelo receio de sua inclusão causar a invisibilidade do sujeito de luta feminista (as mulheres), diversas correntes feministas foram aderindo à sua utilização, mas empregando múltiplas e convergentes definições para o conceito:

De forma genérica, no entanto, pode-se dizer que as diferentes definições convergiam em um ponto: com o conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas, e não biologicamente determinadas (Meyer 2003: 15).

Distante da relação sexo-gênero como definidora das representações e valores sociais, atribuindo uma hipervalorização do masculino sobre o feminino, sustentado sob as inscrições biológicas dos corpos que foi construída historicamente, nossa compreensão do gênero é de que ele seja um processo de encontros, (re)encontros e, se necessário, afrontamentos dos significados sociais e culturais elaborados ao longo da história, definidores dos universos possíveis à construção do masculino e do feminino. Seriam devires de masculinidades e/ou feminilidades, a tentativa de composição de um sujeito-significado em que, impulsionado por seu desejo, se aproxime da melhor forma do se reconhecer e ser reconhecido como homem, mulher, ambos ou nenhum deles. Não diferente, as vivências da sexualidade assumem dimensões múltiplas e contraditórias aos princípios heteronormativos, exaltando um caráter ambíguo, fluido e desconstrutivo (Louro 2004).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Fernanda Farias; JANNELLI, Maurizio. 1995. *Princesa*: depoimento de um travesti brasileiro a um líder das brigadas vermelhas. Trad. Elisa Byington. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. 2008. *A Bela ou a Fera*: os corpos entre a identidade da anomalia e a anomalia da identidade. V COLÓQUIO INTERNACIONAL MICHEL FOUCAULT: “Por uma vida não-fascista”, Campinas-SP, UNICAMP. Não publicado. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/a_bela_ou_a_fera.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- ANDRADE, Daniel Pereira. 2007. Vidas paralelas: Foucault, Pierre Rivière e Herculine-BarbIn: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 2: 233-252, Nov. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n2/a09v19n2.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2010.
- BENEDETTI, M. 2005. *Toda Feita*: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENTO, Berenice. Alves de Melo. 2008. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).
- BRITZMAN, Deborah P. 1999. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica: 83-112.
- BUTLER, Judith P. 2008. *Cuerpos que importan*: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. 2. ed. Buenos Aires: Paidós.
- BUTLER, Judith P. 2006. *Deshacer el género*. Trad. Patricia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós.
- BUTLER, Judith P. 2003. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão de identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BYINGTON, Elisa. 1995. Prefácio. In: ALBUQUERQUE, Fernanda Farias; JANNELLI, Maurizio. *Princesa*: depoimento de um travesti brasileiro a um líder das brigadas

- vermelhas. Trad. Elisa Byington. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 7-14.
- COLAPINTO, John. 2001. *Sexo Trocado*: a história real do menino criado como menina. Trad. Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Ediouro.
- CORREIA, Marisa. 2004. *Não se nasce homem*. Trabalho apresentado no ENCONTRO “MASCULINIDADES/FEMINILIDADES”, nos “Encontros Arrábida 2004”, Portugal. Não publicado. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/Arrabida.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- CORRÊA, Marilena C. D. V.; ARÁN, Márcia. 2008. Tecnologia e normas de gênero: contribuições para o debate da bioética feminista. *Bioética*, n. 16, v. 2: 191-2068. Disponível em <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/67/70>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. 2007. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. et al. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed.: 15-40.
- FOUCAULT, Michel. 1990. As ciências humanas. In: FOUCAULT, Michel.. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma TanusMuchail. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes: 361-404.
- FOUCAULT, Michel. 2000. Ciência e saber. In: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária:201-222.
- FOUCAULT, Michel. 1999. *Em defesa da sociedade*: curso no collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. 1982. *Herculine Barbin*: o diário de um hermafrodita. Trad. Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves.
- GALLO, Sílvio. 2000. Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. *O sentido da escola*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A: 17-41. (Coleção o Sentido da Escola).
- GOELLNER, Silvana Vilodre. 2003. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo na educação. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes: p. 28-40.
- HOUBRE, Gabrielle. 2009. Um sexo impensável: a identificação dos hermafroditas na França do século XIX. Trad. Débora El-Jaick de Andrade. Revisão da tradução: Mariana Joffily. *Traduções*. ano X, n. 21: 20-32, 2º. Sem. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/issue/view/322/showToc>>. Acesso em: 05 jul. 2010.
- KULICK, Don. 2008. *Travesti*: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Trad. Cesar Cordon. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- LAQUEUR, Tomas Walter. 2001. *Inventado o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: RelumeDumará.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. 2008. “*Nossos Corpos Também Mudam*”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 230f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- LOURO. Guacira Lopes. 2004. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: América.
- LOURO. Guacira Lopes. 1997. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LOURO. Guacira Lopes. 1999. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO. Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica: 07-34.

- MEYER, Dagmar Estermann. 2003. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 9-27.
- NERY, João Walter. 2011. *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Leya.
- NIETZSCHE, Friedrich. 2003. *Escritos sobre a educação*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Ed. PUC-Rio.
- PERES, Wiliam. 2005b. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, Miriam et al. (Org.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond: 53-68.
- SILVA, Hélio R. S. 1996. *Certas cariocas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- SILVA, Hélio R. S. 1993. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ISER.
- SILVA, Tomaz Tadeu. 2000. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes: 73-102.
- VENEREA, Jaqueline R. 2016. *Escrita autobiográfica e biográfica: recriando trajetórias de vida*. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- WEEKS, Jeffrey. 1999. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica: 35-84.

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR DO ENEM

RAQUEL CALLEGARIO ZACCHI
MARLON GOMES NEY

RESUMO

O artigo analisa o desempenho educacional dos alunos das escolas públicas brasileiras, quais sejam escolas estaduais e federais¹, obtido a partir do ENEM. A pesquisa utilizou os microdados de desempenho no ENEM de 2011, excluindo os alunos que não informaram a dependência administrativa da escola, bem como os que faltaram ou foram eliminados de qualquer uma das quatro provas objetivas. Outra adequação da base de dados foi considerar apenas os alunos com idade entre 17 e 19 anos. Em todas as unidades da

federação, os alunos das escolas estaduais obtiveram desempenho inferior aos das escolas federais, exceto no Amapá. Para os segmentos populares, o ingresso em instituições que ofertam ensino médio integrado significa preparação para o mercado de trabalho. Para famílias mais abastadas, o interesse não está imediatamente relacionado com o mercado de trabalho, mas com o aproveitamento de boas condições que as instituições de ensino federais oferecem.

PALAVRAS - CHAVE

Desigualdades Educacionais; Escolas Públicas; Escolas Estaduais; Desempenho Escolar; Exame Nacional do Ensino Médio.

EDUCATIONAL INEQUALITIES BETWEEN BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS: A COMPARATIVE STUDY USING ENEM DATA

ABSTRACT

The article analyzes the educational performance of students of Brazilian public schools, which are state and federal schools², obtained from ENEM. The research used the performance microdata in 2011 ENEM, excluding: students who did not inform administrative network, absent students or who were disqualified of in any of the four objective tests. Another adaptation of the database was only consider students aged between 17 and 19 years old. In all brazilians states, students at the state schools have underperformed those of federal schools, except in Amapá state. For popular segments entrance into institutions that offer integrated high school means preparing for the job market. In wealthier families the interest is not immediately related to the job market, but with the advantage of good conditions that federal institutions offer to the students.

KEYWORDS

Educational Inequalities; Public Schools; States Schools; Academic Performance; Exame Nacional do Ensino Médio.

SOBRE OS AUTORES

RAQUEL CALLEGARIO ZACCHI

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, campus Campos-Centro, atuando no curso de Licenciatura em Geografia e no Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico. Líder do grupo de pesquisas Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO/IF FLUMINENSE). Recebeu o prêmio Medalha de Ouro Presidente Bernardes pelo melhor desempenho acadêmico durante a graduação. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana e Urbana e Ensino de Geografia, atuando nos seguintes temas: produção do espaço urbano, identidade e saberes docentes, políticas públicas e sociais, desigualdades educacionais e relações sociedade e natureza. Atua como revisora do periódico Revista Mundi Sociais e Humanidades, do Instituto Federal do Paraná.

1 Os resultados do desempenho dos alunos das escolas municipais não foram considerados neste artigo por dois motivos: 1) O percentual de participantes do ENEM (2011) que declararam frequentar escolas municipais no Brasil é de apenas 1,1%; 2) De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996), no que se refere à Organização da Educação Nacional, é competência dos estados oferecer, com prioridade, o Ensino Médio.

2 Performance results of students in municipal schools was not considered in this article for two reasons: 1) The percentage of participants ENEM (2011) who reported frequent municipal schools in Brazil is only 1.1 %; 2) According to the LDB (Law no .9394 /1996), in reference the Organization of National Education is the responsibility of the states offer high school, priority.

MARLON GOMES NEY

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999), mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Atualmente, é professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, ministrando aulas nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Políticas Sociais. Tem experiência na área de Economia, com pesquisas nos seguintes temas: agricultura, educação, concentração fundiária e desigualdade de renda.

SUBMETIDO EM

Junho de 2016

APROVADO EM

Fevereiro de 2018

1 - INTRODUÇÃO

Os efeitos dos recursos familiares nas chances de progressão educacional dos filhos, chamados de desigualdades de oportunidades educacionais, desempenham papel importante na reprodução intergeracional das desigualdades de renda nas sociedades modernas. O aumento do nível de escolaridade dos filhos das classes pobres constitui uma das principais formas de acesso a posições ocupacionais e de renda superiores no mercado de trabalho, promovendo a mobilidade social³.

O objetivo do estudo é analisar as desigualdades educacionais no Brasil por meio do desempenho dos alunos no ENEM do ano de 2011⁴. Especificamente neste artigo, objetiva-se identificar e mapear as unidades da federação e as microrregiões brasileiras em que os alunos obtiveram, comparativamente, desempenho baixo, médio baixo, médio, médio alto e alto segmentando em quintis (20%), dentro do número de observações, de acordo com a dependência administrativa da escola frequentada pelo estudante, quais sejam as redes estaduais e a rede federal de ensino.

Além dos recursos familiares e do nível de escolaridade dos pais, a qualidade do ensino ofertado pelas instituições escolares influencia as chances de progressão da escolaridade, minimizando a influência exercida pelos recursos familiares na escolarização dos alunos. Nesta lógica, quanto maior a capacidade das escolas de oferecerem ensino a partir de certos parâmetros de qualidade, capazes de reduzir as desvantagens relacionadas à origem socioeconômica dos alunos, maiores as chances de o sistema escolar diminuir as desigualdades de oportunidades educacionais e as desigualdades sociais, o que é chamado na literatura de efeito escola. No Brasil, com a forte estratificação dos sistemas educacionais, as desigualdades de oportunidades educacionais se fortalecem e se acirram entre os alunos de diferentes classes sociais.

O Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), inicialmente com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao final da educação básica, pode ser considerado um instrumento central na política educacional brasileira de *accountability* escolar.

De acordo com Travitzki (2013: 15), o *accountability*, traduzido como prestação de contas, trata-se de uma política de responsabilização escolar inspirada no modelo inglês implantado por Margareth Thatcher na década de 1980. Sousa (2003) destaca que a avaliação tem ocupado lugar central nas políticas educacionais em curso no país, constituindo-se em um dos elementos estruturantes de sua concretização, nos moldes em que vem sendo concebida, particularmente a partir da década de 1990: “assume-se como uma estratégia capaz de propiciar o alcance dos objetivos de melhoria da eficiência e da qualidade da educação, os quais têm sido declarados em planos e propostas governamentais, direcionadas às várias instâncias e instituições dos sistemas de ensino” (SOUSA 2003: 176).

Iniciativas de avaliação direcionadas aos diversos níveis de ensino, que se inserem em um movimento de redefinição do papel do Estado na gestão das políticas educacionais, foram desencadeadas no Brasil, particularmente a partir da última década do século XX (SOUSA 2003). Travitzki (2013: 15) aponta que a suposta ineficiência dos serviços públicos poderia ser resolvida com a responsabilização dos agentes envolvidos, baseada

3 De acordo com Neri (2011), a mobilidade social é um processo que se desenrola no tempo e que se diferencia em dois tipos: a mobilidade intrageracional, isto é, as alterações nas posições sociais ao longo da trajetória profissional do indivíduo, comparativamente aos membros da sua geração; e mobilidade intergeracional, quando a posição social de destino de um indivíduo é comparada com a posição social de origem da família.

4 O ano de 2011 foi selecionado para o estudo por se tratar dos últimos microdados divulgados pelo INEP/MEC, no ano de início da pesquisa (2013).

em padrões objetivos de qualidade. Porém questiona: e se os professores não foram bem preparados? E se não encontram boas condições de trabalho? E se as escolas não possuem autonomia para efetuar mudanças com vistas a alcançar melhorias?

De acordo com Sousa (2003), no Brasil, registra-se, desde a década de 1960, o uso de testes educacionais como instrumentos para aferir qualidade na educação. No entanto, situa-se nos anos finais da década de 1980 a primeira iniciativa de organização de uma sistemática de avaliação do ensino fundamental e médio em âmbito nacional. Esta sistemática é denominada pelo MEC, a partir de 1991, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o qual toma como um dos indicadores da avaliação o desempenho em provas de uma amostra de alunos do ensino fundamental e médio, de todas as unidades da federação (SOUSA 2003: 177).

No ano de 2009, o ENEM passou por uma grande reformulação e dentre as principais alterações destacam-se: a que se refere à matriz de habilidades avaliadas para cada área do conhecimento; as mudanças no cálculo da nota da prova objetiva; e mudanças nos parâmetros de referência do desempenho final do aluno em cada área do conhecimento e na prova de redação⁵.

2 - DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: REFLEXÕES INICIAIS

A natureza das desigualdades educacionais, da estratificação e da mobilidade social das sociedades modernas constitui um dos aspectos mais importantes de estudos da Sociologia da Educação. Inserimo-nos em uma análise sociológica da educação pela necessidade de destacarmos os processos e as contradições educacionais presentes nas sociedades modernas contemporâneas. Destacam-se, nesta análise, os trabalhos de Raymond Boudon (1979, 1981), Pierre Bourdieu (1983, 1996, 2008, 2011, 2012 e 2013) Bourdieu e Passeron (2008), Bernard Lahire (1997), Bernard Charlot (2000) e István Mészáros (2008), os quais caracterizam preocupação com os sistemas de ensino, com a perpetuação das desigualdades sociais e com as possibilidades de mobilidade social via educação formal, analisando, sobretudo, a realidade dos países europeus e da América do Norte.

De acordo com Cunha (2010), os estudos da sociologia da educação estiveram marcados por três períodos, estes embasados por três correntes teóricas: 1) Estrutural-Funcionalismo (1945-1965), com a crença na escola como fator de ascensão e mobilidade social; 2) Teoria da Reprodução (1965-1975), que entende a escola como instituição que perpetua as desigualdades de classe, ao mesmo tempo em que as dissimula sob a lógica aparente da meritocracia; 3) Etnometodologia e interacionismo simbólico, que baseia-se no estudo dos procedimentos escolares que, dentro de uma rotina, são capazes de levar a uma adesão ou a uma recusa de valores escolares (julgamento e certas condutas adotadas pela administração e pelo corpo docente das escolas). Nesta lógica, de acordo com Alves e Soares (2007a), as pesquisas educacionais se abriram a novas perspectivas, incorporaram novos objetos (estudos sobre escolas e salas de aula, análise sobre representações sociais dos professores, estudos de trajetórias escolares, por exemplo) e renovaram suas

5 De acordo com os dados do INEP, a prova de redação avalia cinco competências: domínio da norma padrão da língua escrita; compreensão da proposta de redação; capacidade de selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação; elaboração de proposta de intervenção para o problema abordado, respeitados os direitos humanos.

metodologias, passando a valorizar abordagens microsociais que até então tinham pouco espaço nas pesquisas da sociologia da educação.

A partir da segunda metade do século XIX, nos países capitalistas liberais, cada vez mais a escola foi reconhecida como instrumento de mobilidade social, e quanto mais as sociedades se desenvolviam, mais a escola passaria a desempenhar papel central na mobilidade social (BOUDON 1981). Neste sentido, a sociedade industrial criou formas de organizar as relações entre os homens e instituiu também um sistema de ensino capaz de transmitir as mais variadas qualificações para os indivíduos, o que considerava a escola um meio que, por excelência, possibilitaria a mobilidade social deles.

Desta forma, na primeira metade do século XX, predominava uma visão otimista acerca do papel da escola na sociedade moderna, atribuindo-se a ela o papel de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa. Assim, o acesso à escola pública garantiria a igualdade de oportunidades a todos os indivíduos e “indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social” (Nogueira e Nogueira 2002: 16). Neste cenário, as oportunidades de ascensão socioeconômicas eram entendidas como possíveis a todos, e a capacidade, o talento e a competência tornaram-se os elementos definidores do sucesso individual.

Contrapondo-se à tese de que a educação corrigiria as desigualdades sociais ao promover uma política educacional com base na equalização social e na democracia, a sociologia da educação do final dos anos 1960 passou a entender a escola com certo desencantamento:

A sociologia da educação, a partir dos anos de 1960, adotou um discurso crítico, que se opunha a uma visão naturalista dos dons e habilidades intelectuais, fortemente presente na teoria funcionalista de Durkheim e reativada pelo sociólogo americano Talcott Parsons, defensor da tese da seleção escolar com base nas habilidades e aproveitamento escolar diferenciado, conjunto este que seria responsável pela preparação dos indivíduos para ocupar postos sociais hierarquizados, em nome do equilíbrio da sociedade (Cunha 2010: 18).

O que transparece nesta concepção da igualdade de oportunidades que, supostamente, estaria presente na sociedade moderna industrial é o não reconhecimento das origens das desigualdades socioeconômicas e, sim, a inauguração de novas formas de desigualdades sociais fundadas em uma estrutura de classes na qual a mobilidade social está presente.

Até a primeira metade do século XX, o pensamento escolar tradicional funcionalista embasava o raciocínio segundo o qual a escola seria neutra e difundiria um conhecimento racional e objetivo, selecionando seus alunos com base em critérios racionais e no mérito pessoal (Nogueira e Nogueira 2002). Nesse período, predominava nas ciências sociais uma visão otimista, funcionalista, segundo a qual a escolarização seria crucial na superação do atraso econômico, na superação das desigualdades oriundas das sociedades tradicionais e na criação de uma sociedade mais justa, com base na democracia e na meritocracia.

Nos anos 1960, esta concepção de escola passa a ser duramente criticada por diversos autores e o papel dos sistemas de ensino na sociedade é radicalmente reinterpretado. Tal visão entra em crise por dois motivos: tornou-se imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem social dos alunos, além do baixo retorno dos certificados escolares desde a expansão massiva do sistema educacional francês no pós-guerra.

Neste período, vários estudos, dentre eles o desenvolvido nos Estados Unidos a partir da divulgação de dados de *surveys* educacionais, como o *Relatório Coleman*

(1966)⁶, bem como estudos realizados na França, a partir de pesquisas de Boundon (1981), Bourdieu e Passeron (2008), mostram, de forma clara, o peso da origem social e da herança familiar dos indivíduos sobre os destinos escolares e o inflacionamento de diplomas, reduzindo os retornos educacionais. Bourdieu afirma que a escola, longe de diminuir as desigualdades, as mantém e as reproduz (Nogueira e Nogueira 2002).

Raymond Boudon (1981), em um estudo intitulado “A desigualdade de oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais”, verificou, por meio de dados empíricos e análises estatísticas, que, por mais que os sistemas de ensino tivessem se expandido rapidamente nas sociedades industriais dos países europeus e da América do Norte, esse processo não provocou uma redução nas desigualdades educacionais na mesma proporção e nem uma maior igualdade de chances educacionais relativas. Apesar de reconhecer que a mobilidade social é maior nas sociedades industriais que nas tradicionais (BOUDON 1981: 17): “nas sociedades industriais, ao contrário, a posição social de um indivíduo não lhe é imposta; é por ele adquirida”, o autor alerta para a persistência e a intensidade da desigualdade das oportunidades escolares: “a escola, em que se vira há muito um mecanismo corretor das desigualdades devidas ao nascimento, aparecia como incapaz de desempenhar o papel que dela se esperava” (Boudon 1981: 16).

Outro aspecto de importância nos estudos de Boudon (1981) é a preocupação que retoma com as oportunidades de inserção da mão de obra formada nas instituições escolares no mercado de trabalho. O autor analisa o contexto da França e de outros países europeus e da América do Norte⁷, na década de 1960, quando o ensino já massificado resulta na desvalorização dos títulos escolares e na frustração das expectativas de mobilidade social através da escola. Assim, os estudos de Boudon (1981) preocupam-se também com o “inflacionamento” da oferta de mão de obra qualificada, o que impossibilita-nos estabelecer uma relação linear e direta entre nível de escolaridade e melhoria de renda e de condições de vida daqueles que ao sistema de ensino tiverem acesso. Esse processo se deve à atuação combinada de dois fatores: o “efeito de concorrência” (o aumento de recursos sociais e da expectativa dos agentes sociais de crescimento de *status* e renda pela via educacional) e o “efeito de sinal” (os empregadores interpretariam a posse do diploma como um sinal de maior adaptação e produtividade dos empregados).

Pierre Bourdieu⁸ e Jean-Claude Passeron (2008)⁹ são importantes teóricos da corrente sociológica conhecida como “Teoria da Reprodução” e oferecerem um paradigma interpretativo para a compreensão da instituição escolar e dos sistemas de ensino nas sociedades modernas industriais, abordando o problema das desigualdades educacionais e analisando o sistema de ensino francês no final da década de 1960. Na perspectiva dos autores supracitados, ao invés de promover a ascensão e mobilidade social, equalizando as oportunidades para os indivíduos, ratifica e reproduz as desigualdades.

6 De acordo com Bonamino, Alves e Franco (2010: 487) “esse estudo, encomendado pelo *Act of Civil Rights* de 1964, foi inovador por uma série de razões. Primeiramente, reuniu informações de mais de meio milhão de estudantes, contendo dados não somente dos alunos e de suas escolas, como também do desempenho escolar de cada um. Em segundo lugar, abordou a relação entre insumos escolares e o desempenho dos estudantes”.

7 Países como França, Grã-Bretanha, Alemanha, Suécia, Dinamarca, entre outros.

8 Bourdieu foi uma exceção às leis de transmissão do capital cultural que ele mesmo estabeleceu em seus livros iniciais (com Jean-Claude Passeron), *Les héritiers: les étudiants et la culture* (1964) e *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement* (1970; 1975): neto e filho de agricultores de uma província periférica, ele chegou ao ápice da pirâmide cultural francesa e tornou-se o mais citado cientista social do mundo (Wacquant, 2002).

9 A obra *Les Héritiers, les étudiants et La culture*, de Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, publicada em 1964, constitui um estudo pioneiro que inaugura as discussões acerca das desigualdades educacionais, neste caso, um estudo sobre a progressão educacional de jovens franceses de distinta origem social.

Desmitificando o discurso da escola libertadora, Bourdieu e Passeron (2008) explicitam os mecanismos perversos e ocultos responsáveis pelas desigualdades no aproveitamento e no rendimento escolar de estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais. As pesquisas de Bourdieu sobre o contexto educacional francês permitiram-lhe questionar o pensamento de que a escolarização massiva romperia com desigualdades sociais e que as pessoas mais talentosas, independentemente de sua condição social, alcançariam posições de destaque.

Além disso, Bourdieu e Passeron (2008) sistematizam e descrevem os mecanismos pelos quais a violência simbólica é exercida pela instituição escolar e seus agentes que, em geral, ignoram que contribuem para legitimá-la socialmente. Os autores mencionados apresentam uma visão radicalmente diferente da apresentada pelos estudos educacionais de sua época, uma visão pessimista da instituição escolar, entendida enquanto instrumento de inculcação e de reprodução de um arbitrário cultural dominante, o qual garantiria a autorreprodução e reprodução das relações entre grupos ou classes.

Bourdieu e Passeron (2008) reconhecem que os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente iguais na escola, mas atores socialmente constituídos que carregam um arcabouço cultural e social diferenciado, no qual pesam as heranças sociais e familiares. Os autores mostram que existe uma correlação estreita entre algumas variáveis pertinentes ao perfil da família e do meio social no sucesso escolar dos filhos. Dentre essas variáveis, destacam, além da formação cultural dos antepassados de primeira e de segunda gerações e do local de residência da família, a importância do ramo de estudo secundário, o tipo de estabelecimento de ensino, o modelo demográfico da família e o sentido da trajetória social do chefe do grupo familiar. No entanto, nenhuma dessas variáveis isoladamente desempenharia um fator determinante.

Desta forma, o grau de sucesso alcançado ao longo do seu percurso escolar de um aluno não poderia ser explicado pelos dons pessoais, relativos à constituição biológica ou psicológica individual, mas pela origem social que os colocaria em condições distintas, mais ou menos favoráveis, diante das exigências escolares. Nogueira e Nogueira (2002), analisando o pensamento de Bourdieu (2011), afirmam que fazem parte dessas categorias o capital econômico, o capital social, definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do capital cultural institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares. A herança transmitida pela família inclui, por outro lado, certos componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo, o capital cultural e um *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribuem para definir as atitudes em face do capital cultural e da instituição escolar. Isto é, a posse de certo capital cultural e de um *ethos* familiar predisposto a valorizar e incentivar o conhecimento escolar seriam importantes elementos para os alunos alcançarem o sucesso escolar.

Nesta lógica, Bourdieu (2012) discute a existência de um poder simbólico mediante o qual as classes dominantes, beneficiárias de um capital simbólico, o disseminam e o reproduzem por meio de instituições e práticas sociais que lhes possibilitam exercer o poder e a dominação sobre as demais classes. Para o autor, esses símbolos são instrumentos por excelência da integração social e tornam possível a obtenção do consenso acerca do sentido do mundo social, o qual contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social dominante. Nas palavras de Bourdieu (2012: 6-7), o poder simbólico consiste “(n) esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Assim, reconhece-se a necessidade de legitimação do poder pelo outro para que seu exercício tenha efeito.

No Brasil, em particular, os estudos sobre distribuição de rendimentos comumente destacam o efeito da desigualdade educacional na reprodução do elevado nível de concentração da renda no país. Desde a década de 1970, diversos autores têm afirmado que a solução desse grave problema social está, necessariamente, no desenvolvimento de políticas capazes de garantir o acesso dos mais pobres às escolas e na elevação do nível de escolaridade, através do aumento do número de anos de estudos, das camadas sociais e economicamente menos favorecidas.

Dentre estes autores destaca-se Langoni (1973), um dos primeiros economistas a ressaltarem a importância da educação como fator explicativo para a forte desigualdade social brasileira. A partir de seu estudo, analisando os dados individuais do Censo Demográfico de 1970, e por meio da adoção de uma série de métodos econométricos para compreender os determinantes da concentração de renda no Brasil nos anos 1960, Langoni (1973) descreveu o perfil da distribuição de renda na referida década e concluiu que a educação é a principal variável explicativa para a maior desigualdade na distribuição da renda no país entre as décadas 1960 e 1970. Segundo sua análise, o aumento dos níveis de desigualdade salarial no Brasil, no período analisado, ocorreu devido ao aumento na demanda por trabalhadores qualificados, associado ao período de crescente industrialização do país.

Assim como Langoni (1973), Fishlow (1975) reconheceu que havia, nos anos 1970, uma clara tendência de os indivíduos originários de famílias pobres ingressarem mais cedo no mercado de trabalho e estudarem menos, o que resultou na elevada desigualdade social revelada pelos estudos no período, no Brasil. Barros (1997, 2000), dando continuidade ao trabalho de Langoni (1973), enfatizou que um dos principais problemas sociais no Brasil, a desigualdade social, decorre do baixo nível e da má distribuição da educação entre a população brasileira.

A partir da década de 1990, tomando como referência os estudos pioneiros de Langoni (1973) e Fishlow (1975), tornou-se vasta a literatura que revela a estreita relação existente entre a desigualdade social e a desigualdade educacional no Brasil, apontando as origens sociais e familiares, sobretudo a escolaridade e a renda dos pais, como as variáveis determinantes nas chances de progressão educacional dos filhos no sistema educacional.

Menezes Filho (2001b) demonstrou que, no final da década de 1990, cerca de 40% dos rendimentos do trabalho e 26% dos rendimentos totais estavam associados à educação. Neri (2011), por sua vez, concluiu que, entre 2001 e 2009, a educação teria contribuído cerca de 47% mais para o crescimento dos rendimentos dos 20% mais pobres em relação aos 20% mais ricos.

Barros et al. (2001), em uma referência importante para os estudos sobre desigualdades sociais no Brasil, analisam os determinantes do desempenho educacional no Brasil, considerando que o país apresenta indicadores educacionais abaixo dos padrões internacionais. Analisando indivíduos entre 11 e 25 anos, nas regiões Nordeste e Sudeste, os autores identificam que quanto mais pobre é a família, maior o subinvestimento em capital humano. Isto porque a pobreza – mensurada, nesse caso, em termos de renda familiar – afeta os investimentos das famílias em escolaridade: o investimento educacional é interrompido porque membros da unidade familiar necessitam trabalhar durante o período de formação escolar. Ou seja, as pessoas menos escolarizadas hoje serão, com maior probabilidade, os pobres do futuro, dada a natureza diferenciada do investimento familiar em educação, o que leva à transmissão intergeracional da pobreza.

As disparidades dos níveis de oportunidades educacionais são apontadas como importantes fatores explicativos das desigualdades sociais e econômicas no Brasil, o que torna extremamente importante a investigação dos determinantes da educação e suas oportunidades. A maior parte da desigualdade educacional no Brasil se manifesta no início da carreira educacional (Marteleteo 2004).

Considerando a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996 e da Pesquisa sobre padrões de Vida (PPV) de 1996/7, Barros et al. (2001) investigaram cinco determinantes de desempenho educacional, sendo eles: disponibilidade e qualidade dos serviços educacionais, atratividade do mercado de trabalho local, disponibilidade de recursos familiares (financeiros e não financeiros) e o volume de recursos da comunidade em que o indivíduo vive. Dentre as principais conclusões, os autores destacam que a escolaridade dos pais, principalmente a da mãe, afetam de forma determinante o desempenho educacional dos filhos. Da mesma forma, a escolaridade dos pais revelou-se significativamente mais importante que a renda domiciliar *per capita* no desempenho escolar dos filhos. Isto porque a escolaridade é uma variável mais consolidada, ao passo que a renda pode ser uma variável instável em um ambiente familiar, considerando a instabilidade macroeconômica e do mercado de trabalho.

Além disso, pais com maiores níveis de instrução tendem a transmitir padrões de comportamento e sustentar maiores expectativas em relação à escolaridade dos filhos. Entre esses padrões de comportamento e expectativas incluem-se os recursos culturais, valores sociais e habilidades linguísticas que permitem que filhos de pais com maiores níveis de escolaridade tenham maior chance de progredir nos estudos. Desta forma, os autores sugerem que as políticas públicas de combate ao subinvestimento em capital humano se direcionem as famílias com pais com baixa escolaridade, em detrimento das famílias com menor renda *per capita*¹⁰.

Além disso, as decisões acerca do maior ou menor investimento educacional no grupo familiar perpassam pelas experiências vivenciadas pelos membros da família e pelas oportunidades geradas pela escolarização. Assim, por exemplo, uma família em que a renda dos pais seja resultado de maior investimento escolar tenderá a valorizar e incentivar mais o investimento escolar na formação dos filhos.

Em suma, os resultados apresentados por Barros et al. (2001) revelam um importante mecanismo de geração de desigualdade de oportunidade e de transmissão da pobreza entre gerações. Na medida em que a escolaridade dos pais é fator predominante de determinação no nível de escolaridade dos filhos, crianças cujos pais tenham baixa escolaridade têm chances relativamente superiores às de outras crianças de se tornarem adultos com pouca escolaridade. Destacando-se ainda que a escolaridade é também um fator de determinação da renda, caracteriza-se um mecanismo perverso de perpetuação das desigualdades de oportunidades.

Por outro lado, Marteleteo (2004), analisando os dados das PNADs de 1977 a 1999, com o intuito de verificar se a base da distribuição educacional brasileira tornou-se mais igualitária durante as últimas décadas, sobretudo analisando o papel da origem social na determinação de oportunidades educacionais, conclui que a desigualdade de oportunidades educacionais determinada pela transmissão intergeracional da educação diminuiu, embora o papel da origem social tenha persistido.

Nesta lógica, o estudo de Ribeiro (2012), a partir dos dados das PNADs de 1973, 1982, 1988, 1996 e 2008, mostra que a mobilidade social no Brasil aumentou por quatro

10 Não se pode desconsiderar a forte relação entre escolaridade e renda, ou seja, a tendência é a de que a renda reflita a escolaridade do indivíduo.

décadas (1970, 1980, 1990 e 2000), o que pode ser explicado, de forma significativa, pela redução dos retornos educacionais em termos de renda média, considerando o crescimento médio dos anos de escolarização e, conseqüentemente a redução dos retornos educacionais resultantes de cada ano a mais de estudos que o indivíduo alcança. Isso resulta na diminuição global da desigualdade de oportunidades e no aumento global da fluidez social (mobilidade social). Em termos de formação e qualificação de capital humano, estamos diante de um processo importante para o país, com aumento dos anos de escolarização e crescente equalização na distribuição da renda em razão da queda dos retornos educacionais, até então altamente concentrados, principalmente em razão do baixo acesso da população ao ensino superior no Brasil.

Ribeiro (2012) mostra que, durante o período estudado (1973-2008), a diminuição dos retornos educacionais parece ter sido o principal fator para redução das desigualdades de oportunidades, a qual deve ser compreendida em um contexto de rápida urbanização e baixa qualificação da mão de obra que caracterizou o desenvolvimento econômico do país. Assim,

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil se desenvolveu muito rápido e sua mão de obra era muito pouco qualificada, o que implicava um retorno excessivamente alto para qualificações educacionais de nível médio e superior. Com o tempo, a partir da década de 1980, houve uma expansão educacional que acabou por diminuir os retornos educacionais excessivos, na medida em que contribuiu para aumentar a oferta de mão de obra qualificada. Portanto, faz sentido imaginar que haja uma diminuição dos retornos educacionais e que este processo esteja ligado à diminuição das desigualdades de oportunidades (Ribeiro 2012: 674).

Apesar da redução dos retornos educacionais ser apontada como o mais importante mecanismo de redução das desigualdades educacionais e, portanto, do aumento da mobilidade social no Brasil, Ribeiro (2012) verificou que este processo foi acompanhado por um aumento da influência direta da origem no destino de classes. Isso implica afirmar que, em um contexto de diminuição dos retornos educacionais, as famílias em posição de classe mais vantajosas foram capazes de garantir melhores condições de ascensão ou manutenção da posição de classe de seus filhos.

Uma hipótese apresentada por Ribeiro (2012) para explicar essa situação é a existência de forte estratificação social dentro dos sistemas educacionais, principalmente no ensino médio e superior: “[...] as famílias em posições de classe mais vantajosas também são aquelas que garantem melhores instituições de ensino médio e superior para seus filhos. [...] Embora estejamos observando uma tendência global de diminuição dos retornos educacionais, haveria de fato vantagens educacionais para pessoas que estudam em instituições de elite” (Ribeiro 2012: 674).

Menezes Filho (2012, 2014a) e Menezes Filho e Pecora (2013) concordam com Ribeiro (2012), ao apontarem que existe uma grande heterogeneidade na formação educacional a nível superior no país, a qual pode se refletir nas diferenças de qualidade entre as instituições de ensino em cada área ou curso superior e, conseqüentemente, nas diferentes remunerações dos indivíduos. Menezes Filho e Pecora (2013) mostram que, nos últimos anos, os salários pagos em carreiras com grande número de formados decresceram. Segundo o autor, “parece existir um efeito de mudanças de demanda e oferta no mercado, mas fatores como diferenças na qualidade da formação também podem influenciar os salários” (Menezes-Filho 2014a: 01). Ainda de acordo com o estudo, o retorno educacional, em termos de renda, aos portadores de diploma universitário no Brasil permanece elevado, embora tenha se reduzido.

Com o intuito de analisar a evolução da desigualdade na distribuição da renda entre as famílias brasileiras e seus principais determinantes nas últimas décadas, Menezes Filho (2014b) analisa os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992 a 2009, investigando a evolução da educação nas duas últimas décadas e sua contribuição para a redução da desigualdade de renda. A delimitação temporal do estudo está relacionada a um período marcado por uma série de reestruturações políticas e sociais, tais como a abertura comercial, a estabilização da inflação com o Plano Real e a implementação de políticas de transferências de renda pelo governo, com o intuito imediato de reduzir a pobreza e a desigualdade de renda entre as famílias.

O resultado do estudo de Menezes Filho (2014b) mostra que, partindo da premissa de que os anos de estudos afetam os rendimentos do trabalho, no período de 2001 a 2009, a desigualdade caiu de forma mais acentuada no país e a educação teve uma significativa importância nessa queda:

Quando examinamos os 10% mais pobres e mais ricos da distribuição, observamos uma redução de 45% na razão da renda média dos mais ricos sobre a renda média dos mais pobres. Aproximadamente 14% dessa redução são resultado do maior crescimento da educação entre os mais pobres. Esse foi o menor impacto observado para a educação nesse período, fato que reforça a ideia de maior dificuldade das políticas educacionais em beneficiar as famílias extremamente pobres. Aumentando os grupos do extremo da distribuição da renda familiar per capita para 20%, 21% da redução da desigualdade foram explicados pelos anos de estudo. E, quando consideramos os 10% mais ricos e os 60% mais pobres, mais de um quinto da redução da desigualdade foi atribuído à educação. Finalmente, quando olhamos para índice de Gini, a desigualdade na distribuição da renda familiar per capita caiu 8,3%, entre 2001 e 2009, sendo que só a educação foi responsável por 26% dessa redução. Aqui, novamente, encontramos um resultado consistente com Menezes-Filho (2001b), cuja estimativa da parcela da desigualdade dos rendimentos totais explicada pela educação é exatamente de 26%. (Menezes Filho 2014b: 25, grifo nosso).

Além disso, Menezes Filho (2014b) indica que houve aumento do número de adultos estudando entre os mais pobres e maior dedicação entre os indivíduos deste grupo social à formação de capital humano. Assim, desde 1999, a escolaridade dos grupos mais pobres da população vem crescendo mais do que a escolaridade dos mais ricos: “essa melhora na distribuição da educação teve um importante papel na redução da desigualdade, tanto no mercado de trabalho quanto na renda familiar *per capita*. Ao olharmos para o mercado de trabalho, mais de 40% da redução do *Índice de Gini*, entre 2001 e 2009, são explicados pela educação” (Menezes Filho 2014b: 28).

De acordo com os dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE 2011), trabalhadores com diploma universitário tinham remuneração, em média 160% superior do que os que tinham formação de nível médio no Brasil. Esse percentual, nos dados divulgados pela OCDE em 2015, passou para 152%, permanecendo um percentual muito elevado. Assim, os retornos salariais, em termos de rendimentos, para as pessoas que concluem um curso superior no país, em um grupo de 34 países desenvolvidos e emergentes, nos anos de 2011¹¹ e no ano de 2015, foi o segundo maior,

11 Remuneração pelo ensino superior para adultos com 25 a 64 anos (índice em que 100 é o salário de quem tem ensino médio completo): Chile 260, Brasil 257, Hungria 207, Eslovênia 183, Estados Unidos 177, República Tcheca 176, Irlanda 175, Portugal 170, Alemanha 164, Reino Unido 157, Israel 151, Turquia 149, Japão 148, Coreia do Sul 147, França 147, Estônia 135, Suécia 125, Nova Zelândia 118. Fontes: RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) e OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico 2011).

atrás apenas do Chile. Isso pode ser explicado, de acordo com Menezes Filho e Pecora (2012; 2013), em parte, pela parcela ainda baixa, embora crescente, da população adulta (25 a 64 anos) com ensino superior no país. De acordo com a OCDE, em 2011, o percentual de pessoas em idade adulta com ensino superior no Brasil era de apenas 12%, o mais baixo entre os países para os quais a instituição tem estatísticas. O relatório da OCDE divulgado em 2015 mostra que o Brasil aumentou a parcela da população com um diploma de ensino superior, embora esse crescimento seja lento. De acordo com os dados divulgados, entre 2009 e 2013, a parcela da população com idade entre 25 e 64 anos que concluiu o ensino superior passou de 11% para 14%. Este percentual está abaixo da média da OCDE, de 34%, e das taxas de outros países latino-americanos, como o Chile (21%), a Colômbia (22%), a Costa Rica (18%) e o México (19%) (Brasil investe mais em educação, diz OCDE, mas gasto por aluno é baixo, *O Globo*, 24 nov. 2015).

De acordo com os dados do *Education at a Glance* (OCDE 2015), verificou-se também que o Brasil apresentou o maior índice (76%) de jovens (entre 20 e 24 anos) que não estão estudando, em comparação com os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja média é de 54%. Esses dados mostram que os jovens brasileiros abandonam a escola antes mesmo de completarem o ensino médio, ingressando precocemente no mercado de trabalho, sobretudo os jovens mais pobres.

Analisando a evolução da educação no Brasil e seus impactos sobre o mercado de trabalho, Menezes Filho (2001a) mostra a importância da educação como mecanismo gerador da desigualdade de renda no Brasil. Analisando os dados da PNAD para os anos de 1977 a 1997, o autor procura demonstrar a evolução da distribuição da educação na população brasileira, comparando-a com a de outros países. Para o autor, as gerações que estão se educando rapidamente no Brasil só entrarão no mercado de trabalho futuramente, devendo afetar positivamente a distribuição de renda a partir de 2007. Segundo o autor, o mercado de trabalho ainda está muito influenciado por gerações pouco escolarizadas.

Dentre as principais conclusões, Menezes Filho (2001a) aponta a grande desigualdade de renda como resultado da péssima distribuição educacional, sobretudo pela concentração de negros com pouca escolaridade morando em áreas metropolitanas da região Nordeste e trabalhando na agricultura. Afirma ainda que houve melhoria no nível educacional da população brasileira nos últimos vinte anos (1977-1997), porém esta mostrou-se pequena, se comparada ao crescimento educacional de outros países, mesmo os da América Latina. Este “atraso educacional” é causado atualmente pelo pequeno ritmo de passagem do ensino médio para o ensino superior e pela elevada evasão escolar dos mais pobres, que abandonam o sistema educacional antes mesmo de concluírem a escolarização em nível de ensino fundamental.

Nesta lógica, a análise apresentada por Silva (2000), relacionando desigualdades educacionais à transição escola-trabalho, mostra que a relação entre educação e trabalho no Brasil pode ser expressa por uma tendência de entrada prematura dos jovens no mercado de trabalho. Silva e Hasenbalg (2003) mostram que, ao relacionar os dados relativos à idade em que o filho começou a trabalhar e os anos de escolaridade que possuía neste período com a ocupação do pai, o autor identificou que os pais dotados de maior capital cultural, representados pelos profissionais liberais e professores universitários, são os que mais influenciam positivamente a trajetória profissional de seus filhos, pois estes entram mais tardiamente no mercado de trabalho, dedicando-se integralmente à formação educacional, indicando a importância tanto do capital econômico quanto do capital cultural no investimento que é feito pela família na educação dos filhos.

Traçando uma análise da relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990, França et al. (2005) afirmam que, nesta década, houve aumento da oferta de va-

gas no ensino básico, porém a qualidade desse ensino não se elevou, sendo uma expansão quantitativa e não qualitativa. De acordo com dados do PNUD, entre 1990 e 2001, a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais cresceu no país de 82% para 87%. No mesmo período, a taxa de matrícula líquida no nível fundamental para crianças de 7 a 14 anos¹² elevou-se de 86% para 97% e a taxa de matrícula líquida no ensino médio passou de 15% para 71%.

Apesar de apresentar quantitativamente avanços na escolarização básica no Brasil, França et al. (2005) compreendem que, qualitativamente, o investimento em capital humano no país ainda é muito insuficiente. As reformas econômicas pelas quais o país passou na década de 1990, inibidoras do crescimento econômico por se tratarem de políticas monetárias restritivas para combaterem a inflação, geraram baixas taxas anuais de expansão do Produto Interno Bruto (PIB). Neste cenário, persiste um importante paradoxo na década de 1990: a queda da renda salarial e o aumento da eficiência econômica aliado ao aumento da escolarização da mão de obra em função da elevação do nível educacional em relação a períodos anteriores.

Para o autor, a resolução do paradoxo identificado está na seguinte constatação: os profissionais, deficientemente formados, não atendendo os requisitos para ingressarem nos postos de trabalho de melhor remuneração, acabam se empregando em atividades de menor qualificação, configurando assim uma situação de coexistência de maior nível de escolaridade com menor nível salarial. Desta forma, de acordo com o diagnóstico dos autores, não basta aumentar a oferta de ensino, mas que esta seja acompanhada de saltos de qualidade na formação da mão de obra. Neste sentido, sustentam como principal comprovação a respeito da educação no Brasil nos anos 1990 que a escolaridade se expandiu quantitativamente, em uma conjuntura de maior exigência de qualificação profissional, o que redundou em pouco efeito sobre a renda, pois a expansão não resultou na melhora nos padrões de qualidade da educação, conforme exigência do mercado de trabalho.

Os resultados de França et al. (2005) ratificam a importância da qualidade de escolaridade na determinação da renda salarial, destacando a importância do investimento em uma educação para reduzir as distorções econômicas e sociais do Brasil. Nesta lógica, a qualidade de escolaridade deve ser buscada considerando dois objetivos principais: 1) a de que ela é importante por si só, portanto, um fim em si mesma; 2) o de que a qualidade da educação tem fundamental importância no sentido de prover o indivíduo de condições para assegurar-lhe renda, o que é, afinal, seu objetivo. Sem a preocupação com a qualidade da educação e com o objetivo de somente aumentar as estatísticas da escolaridade, todo esforço empreendido para alcançar e aumentar o capital humano e, através dele, o crescimento econômico do país pode ser perdido.

Analisando a chamada “estabilidade inaceitável” da desigualdade e da pobreza no Brasil ao longo de duas décadas (1977-1999), Barros et al. (2001) identificam que a origem da pobreza no Brasil não está relacionada à escassez, absoluta ou relativa, de recursos, mas sim à sua péssima distribuição. Desta forma, a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999, os autores concluem que: “[...] apesar de o Brasil ser um país com muitos pobres, sua população não está entre as mais pobres do mundo. A comparação internacional quanto a renda *per capita* coloca o Brasil entre o terço mais rico dos países do mundo e, portanto, não nos permite considerá-lo um país pobre” (Barros et al. 2001: 5).

12 Uma nova determinação incorporada à Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394) de 1996 estipula a obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos, incluindo a pré-escola, o ensino fundamental e o médio. Alterada em 2013, a idade com que os pais devem matricular seus filhos na escola passa dos 6 anos para os 4 anos. Fica estabelecido também que os estados e municípios têm até 2016 para oferecer vagas para crianças nesta faixa etária.

Os dados apresentados por Barros et al. (2001) apontam que a pobreza reage com maior sensibilidade aos esforços de aumento da equidade na distribuição dos recursos econômicos do que aos esforços de crescimento econômico. Em conformidade com esses dados, Barros e Carvalho et al. (2007), em pesquisa realizada para o período entre 2001 e 2005, analisam a queda da desigualdade e da pobreza no país no período, destacando que a novidade do período analisado é que, ao contrário de outros episódios históricos em que a pobreza também se reduziu, desta vez a principal força propulsora foi a redução na desigualdade, e não o crescimento. Além disso, outra diferença em relação à queda recente da pobreza não é a magnitude da queda, mas sua origem.

A importância da queda da desigualdade e da pobreza no período de 2001 a 2005, pautada em políticas redistributivas de renda, mostra que a reduções no grau de desigualdade também representam um instrumento efetivo no combate à pobreza, mesmo em períodos de pouco ou nenhum crescimento econômico:

Os resultados apontam que a renda per capita dos mais pobres cresceu substancialmente entre 2001 e 2005, apesar da relativa estagnação da renda per capita nacional. Houve um crescimento anual de 8% para os 10% mais pobres e de 5,9% para os 20% mais pobres, apesar de a renda per capita brasileira ter crescido apenas 0,9% ao ano (a.a) no mesmo período. Portanto, no quadriênio, a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa quase nove vezes maior que a média nacional, enquanto a renda dos 20% mais pobres cresceu a uma taxa quase sete vezes maior. Esse crescimento mais acelerado da renda dos mais pobres decorre do fato de que a fatia da renda nacional apropriada por eles cresceu e, portanto, houve redução no grau de desigualdade no período (Barros et al. 2007: 8).

Utilizando os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 a 2011, Neri e Souza (2012) mostraram que a desigualdade brasileira em 2011 chegou ao piso das séries históricas¹³ (figuras 1 e 2), apesar de estar entre as 12 mais altas do mundo¹⁴. De maneira geral, a renda de grupos tradicionalmente excluídos foi a que mais prosperou no período: em particular, negros, analfabetos, crianças, nordestinos, moradores do campo – foram os grupos em que a renda mais cresceu no século XXI (Neri, Souza 2012: 8). <https://www.youtube.com/watch?v=DlbiK7zNvYk>

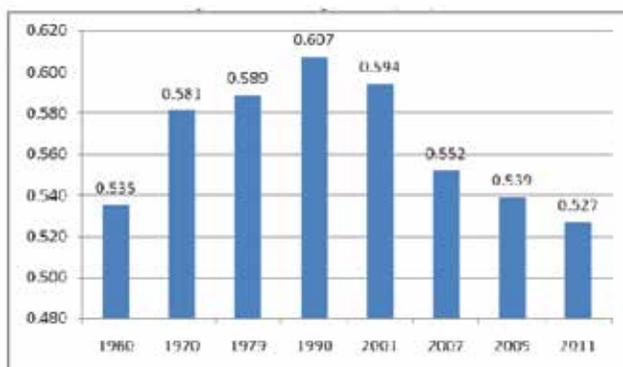
De acordo com Neri e Souza (2012: 17, grifo nosso):

Se ordenarmos a população por renda *per capita* e dividi-la em 10 pedaços iguais, entre a primeira e a última PNAD da década passada (2001), a renda dos 10% mais pobres subiu 91,2% em termos reais *per capita*, acumulados no período. Este ganho vai caindo paulatinamente à medida que nos aproximamos do topo da distribuição, atingindo 16,6% entre os 10% mais ricos.

13 Essa tendência é contrastante com a de países desenvolvidos e de outros emergentes, onde a desigualdade é crescente.

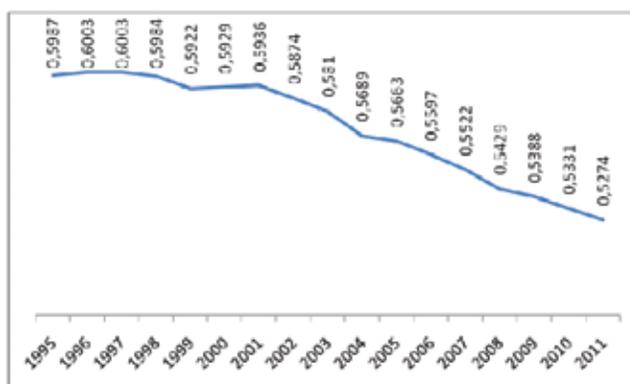
14 Neri e Souza (2012) afirmam que “não há na História brasileira, estatisticamente documentada desde 1960, nada similar à redução da desigualdade de renda observada desde 2001. A queda é comparável ao aumento da desigualdade dos anos 1960, que colocou o Brasil no imaginário internacional como a terra da iniquidade inercial. No período 2001 a 2011, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais que a dos 10% mais ricos.

Figura 1: Índice de Gini (1960-2011)



Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD, PME e Censo/IBGE e Langoni 1973. Neri e Souza (2012)

Figura 2: Índice de Gini (1995-2011)



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PNADs 1995-2011. Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO). Dados para 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear. Neri e Souza (2012)

A educação é considerada por Barros e Henriques et al. (2002) o principal caminho para o combate à desigualdade social e à pobreza no Brasil, visto que atua em duas frentes: por uma lado, aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, aumento dos salários e diminuição da pobreza; de outro lado, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na condição de “ativo não transferível” (Barros et al. 2001: 1), faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos; a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza.

As defasagens na escolaridade da população explicam de modo significativo a intensa desigualdade de renda no Brasil. Para Barros et al. (2002), no que se refere ao mercado de trabalho, a heterogeneidade da escolaridade entre os trabalhadores e o valor atribuído aos anos adicionais de escolaridade representam os principais determinantes da desigualdade salarial.

Como analisam Barros et al. (2002), a desigualdade salarial entre os trabalhadores no mercado de trabalho tem duas origens básicas: a capacidade de o mercado gerar desigualdades (por intermédio de discriminações de gênero, de etnia, de segmentações regionais, setoriais ou derivadas do grau de formalidade das relações trabalhistas) e a capacidade do mercado de trabalho de revelar desigualdades preexistentes (reveladas por diferenças de níveis de escolaridade e heterogeneidades ocupacionais ou educacionais). De acordo com os autores, a desigualdade entre os níveis de escolaridade representa a principal fonte da desigualdade salarial brasileira. Isto, é claro, não significa que as discriminações de gênero ou de etnia não sejam relevantes na sociedade brasileira. Porém, a intensidade do poder explicativo da heterogeneidade na escolaridade dos trabalhadores é tão grande que domina fortemente os outros determinantes da desigualdade salarial entre eles.

Esta análise denota que o mercado de trabalho brasileiro, de forma preponderante, revela desigualdades no acesso dos trabalhadores, o que significa que as diferenças de produtividade resultantes das diferenças educacionais são a principal fonte de desigualdade salarial. Assim, a heterogeneidade na escolaridade dos trabalhadores, muito mais que o tratamento de trabalhadores igualmente escolarizados e produtivos, responde pela desigualdade dos salários (Barros et al. 2002).

Realizada esta análise, verifica-se em Barros et al. (2002) que a educação é o principal determinante na explicação do elevado grau de desigualdade de renda do Brasil. Quanto maior a heterogeneidade da força de trabalho, maior o nível de desigualdade salarial, ou seja, o valor monetário que o mercado de trabalho atribui a cada ano adicional de escolaridade:

O valor de mercado da educação é particularmente influenciado pela distribuição da educação na população adulta e, portanto, reflete, em grande parte, a escassez relativa de trabalhadores qualificados. Desse modo, um aumento na produção de trabalhadores com maior nível de escolaridade tenderia a reduzir o valor de mercado da educação, tendo em vista que estaria sendo reduzida a escassez de trabalhadores qualificados na força de trabalho (Barros et al. 2002: 6-7).

Assim, reduzidas as heterogeneidades educacionais na força de trabalho, menores tendem a ser as discrepâncias salariais e menores as desigualdades de renda entre os trabalhadores. A expansão do sistema educacional leva à redução na escassez de trabalhadores qualificados e induz o declínio no valor de mercado atribuído a cada ano de escolarização do trabalhador, justificando a via educacional como caminho essencial para superação das injustiças sociais e a forte desigualdade social existente no país.

Nesta lógica reflexiva, Barros e Lam (1993) e Silva e Hasenbalg (2000) apontam quatro traços indesejáveis da educação no Brasil: 1) o baixo nível educacional médio da população; 2) a distribuição desigual da educação entre a população; 3) a existência de uma alta correlação entre as realizações educacionais das crianças e as de seus pais e avós, indicando a ausência de igualdade de oportunidades; 4) grandes disparidades regionais nas realizações educacionais das crianças.

Apesar disso, Silva e Hasenbalg (2000) mostram que o Brasil tem passado por amplo processo de expansão de seus sistemas educacionais, ampliando, quantitativamente, o acesso das crianças e jovens à escola, o que poderá transformar o presente quadro de desigualdades educacionais existente no país. Os dados apresentados mostram que:

[...] a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais, que era de 33,6% em 1970, passa para 25,4% em 1980, 20,1% em 1991, chegando a 14,7% em 1996. A expansão do sistema educacional do país pode ser aferida através do crescimento acentuado das matrículas nos distintos níveis de ensino. Destacando aqui as

cifras do ensino fundamental, observa-se que as matrículas aumentaram de quase 16 milhões em 1970 para 35,5 milhões em 1998. Nos últimos anos o Brasil tem se aproximado da universalização do acesso ao ensino fundamental. A taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos de idade passa de 67% em 1970 para 80% em 1980, 86% em 1991, para atingir 95% em 1998 (Silva e Hasenbalg 2000: 01).

A expansão quantitativa da escolarização no ensino básico desloca a pressão educacional para níveis mais elevados de ensino, como o ensino médio e o ensino superior. Porém, no país, o aumento da oferta de ensino a nível fundamental e sua quase completa universalização não significou a eliminação de problemas relativos à qualidade do ensino, conforme mostram os dados a seguir sobre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹⁵ e das metas projetadas para o índice ao final do Ensino Fundamental (8ª série/9º ano) e ao final do Ensino Médio (3º ano), respectivamente.

De acordo com as metas projetadas para a educação brasileira pelo Ministério da Educação¹⁶, verifica-se que os estados do Amapá e do Pará não alcançaram as metas do IDEB projetadas em nenhuma das edições, desde 2005, para os anos finais do ensino fundamental na rede estadual (8ª série/9º ano) e que, em Alagoas e Sergipe, a situação se repete, porém no que se refere ao fato de não alcançarem as metas do IDEB projetadas para o ensino médio. Das 27 unidades da federação, apenas Acre, Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí alcançaram todas as metas para os anos finais do ensino fundamental na rede estadual e Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Piauí para o ensino médio, revelando os grandes déficits educacionais e desafios da consolidação de uma educação de qualidade no Brasil.

Apesar do déficit histórico nessa importante dimensão da cidadania, são inegáveis os avanços educacionais alcançados nas últimas décadas. Silva e Hasenbalg (2000) destacam que as análises dessa evolução educacional tendem, em geral, a destacar o papel do Estado, via alocação de gasto social na esfera educacional e políticas educacionais específicas, na explicação das melhorias verificadas sobretudo no acesso ao sistema educacional. Porém, os autores argumentam que a literatura pouco tem se atentado para a importância dos efeitos da rápida urbanização e da transição demográfica do Brasil nas últimas décadas na composição social das famílias e da clientela escolar: “a transição demográfica, implicando uma redução dos diferenciais de comportamento reprodutivo, resultou em mudanças igualmente rápidas na composição, nos recursos e na estrutura das famílias que redundam em condições sociais mais favoráveis para a população em idade escolar” (Silva e Hasenbalg 2000: 02). Nessa lógica, é importante destacar que o Brasil atualmente encontra-se em um período demograficamente favorável, no qual os benefícios da estabilização e eventual decréscimo das coortes de idade mais jovens ainda não são anulados pelo rápido crescimento da população idosa.

Assim, quando se considera o impacto da transição estrutural, da transição demográfica e da urbanização das últimas décadas na situação social das famílias no que se refere aos recursos disponíveis para seus membros, podem ser distinguidas três dimensões principais: a primeira e mais estudada é a dos recursos econômicos ou capital econômico, usualmente mensurada através da renda familiar; a segunda dimensão é a dos recursos

15 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007 e segue uma escala de zero a dez. Sintetiza dois parâmetros da educação: aprovação (fluxo escolar) e média de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB e a Prova Brasil (INEP/MEC 2015).

16 Ver: Resultados e Metas do IDEB dos alunos das escolas estaduais ao final do Ensino Fundamental (8ª série/9º ano), por unidade da federação; Resultados e Metas do IDEB dos alunos das escolas estaduais ao final do Ensino Médio (3º ano), por unidade da federação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>

educacionais ou capital cultural e refere-se à distribuição de educação entre os membros adultos da família, capturando o que por vezes é denominado de “clima educacional” da família, com destaque para a educação materna e seu papel de influenciar o desempenho educacional dos filhos; a terceira dimensão é a estrutura familiar, intimamente relacionada à noção de capital social familiar.

O peso explicativo dos fatores associados ao nível socioeconômico das famílias dos alunos foi estudado empiricamente por meio de um grande *survey* educacional realizado nos Estados Unidos, o amplamente conhecido *Relatório Coleman* (1966), o qual baseou-se em uma pesquisa com milhares de estudantes norte-americanos, com enorme impacto nas políticas públicas educacionais daquele país.

O *Relatório Coleman* (1966) apresentou os resultados de uma longa pesquisa, buscando perceber diferenças interescolares relacionadas ao desempenho dos alunos e concluiu que o ambiente escolar tinha pouco ou nenhum efeito no desempenho dos alunos. A explicação para as diferenças de desempenho foi relacionada a variações na origem social e étnica dos alunos, não conseguindo encontrar fortes relações entre escolas e rendimento escolar.

O *Relatório Coleman* (1966), apud Silva e Hasenbalg (2000), define o capital social pela sua função e influência em alguns aspectos da estrutura social que facilitam a ação de indivíduos dentro dessa estrutura:

Diferentemente do capital físico e do capital humano (formas materiais observáveis e habilidades adquiridas pelos indivíduos), o capital social existe na relação entre as pessoas [...]. Nesse sentido, o capital social das famílias reside nas relações entre crianças e pais (presença física de adultos na família e atenção dada por estes às crianças). O capital social familiar estabelece o contexto no qual os capitais econômico e cultural dos pais são convertidos em desempenho escolar das crianças, funcionando como um filtro para esses outros capitais. A partir desses conceitos Coleman deriva alguns tipos de famílias que apresentam deficiências estruturais no seu capital social e que são particularmente importantes para analisar as transformações recentes das famílias brasileiras decorrentes da transição demográfica. Este é o caso das famílias monoparentais, bem como das famílias com numerosos filhos pequenos, em idade escolar, em que ocorre uma diluição da atenção prestada pelos membros adultos às crianças (Coleman 1966: 111-113 apud Silva e Hasenbalg 2000: 03).

A partir da análise dos fatores que perpetuam as desigualdades educacionais no Brasil, Silva (2003) mostra que, conforme o aluno progride no sistema escolar, menor tende a ser o efeito das variáveis de origem social familiar nas chances de progressão escolar. A exceção seria a variável renda familiar *per capita*, cuja influência aumenta fortemente entre as transições nos níveis escolares, sobretudo ao considerar a grande influência da estratificação do sistema de ensino brasileiro nas chances de progressão educacional, neste caso representada pela forte influência das instituições privadas nos níveis mais elevados de escolarização.

De acordo com Lage (2009):

Os efeitos de origem social decrescem porque nos níveis mais avançados, a capacidade cognitiva torna-se mais homogênea e os alunos tornam-se menos dependentes econômica e socialmente dos pais a cada transição efetuada. Há também a influência das variáveis intervenientes, tais como as aspirações ocupacionais e as expectativas dos professores e pais que podem influenciar positivamente as trajetórias escolares dos alunos (Lage 2009: 147).

De acordo com Damasceno (2014), embora Coleman tenha constatado que a influência das escolas é pequena sobre as chances de progressão educacional dos alunos quando os fatores socioeconômicos dos alunos são levados em consideração, analisando os resultados dos grupos mais desfavorecidos em termos socioeconômicos, verificou-se que, comparativamente, o desempenho deles depende mais da escola frequentada que o desempenho dos grupos sociais mais favorecidos.

Nesta lógica constata-se que os grupos sociais mais desfavorecidos têm na escola um importante meio para a superação da sua condição social desfavorável, indicando que a melhoria da qualidade da oferta do ensino tem efeitos mais positivos sobre os mais pobres. Em direção contrária encontra-se a Teoria da Reprodução, tendo como principais representantes Bourdieu e Passeron (2008), defendendo a concepção segundo a qual o sistema escolar reproduz as diferenças de origem social ao valorizar o capital cultural e social do ambiente familiar, reproduzindo as desigualdades. Assim, acredita-se em uma tendência de manutenção das desigualdades, mesmo com a expansão dos sistemas escolares, em realidades sociais distintas.

4 - DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Nesta seção, realizamos uma análise comparativa entre o desempenho dos alunos das redes públicas de ensino do Brasil com os maiores percentuais de participantes no ENEM, quais sejam as redes estaduais e a rede federal, com o intuito de compreender onde estão as maiores diferenças entre as notas dos alunos em cada unidade da federação brasileira.

A Tabela 1 apresenta a distribuição percentual dos participantes do Enem que declararam frequentar as diferentes redes de ensino no país. Verifica-se que os maiores percentuais de participantes do exame em escolas estaduais concentram-se nas regiões Norte, na qual nove microrregiões apresentavam 100% dos alunos frequentando a rede estadual e uma média de 89,4% dos alunos declararam frequentar escolas estaduais. Este percentual é de 84,69% no Centro-Oeste, 83,78% no Sul, 82,84% no Nordeste e 78,86% na região Sudeste. No Rio de Janeiro encontra-se o maior percentual de estudantes que declararam frequentar a rede privada de ensino, totalizando 37,3% da amostra.

Tabela 1: Distribuição do número de participantes do ENEM por dependência administrativa da escola e por unidades da federação (2011).

UF	Estaduais		Privada		Federal		Municipais		Total
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	
RO	8.169	86,8	1.130	12,0	85	0,9	26	0,3	9.410
AC	4.793	90,5	479	9,0	18	0,3	8	0,2	5.298
AM	16.318	85,4	2.194	11,5	545	2,9	47	0,2	19.104

continua...

UF	Estaduais		Privada		Federal		Municipais		Total
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	
RR	2.233	82,4	279	10,3	191	7,0	8	0,3	2.711
PA	23.524	73,6	7.358	23,0	600	1,9	468	1,5	31.950
AP	3.842	85,9	627	14,0	1	0,0	2	0,0	4.472
TO	7.696	88,8	762	8,8	207	2,4	6	0,1	8.671
MA	23.160	77,2	5.623	18,8	949	3,2	249	0,8	29.981
PI	12.167	68,9	4.769	27,0	572	3,2	160	0,9	17.668
CE	44.748	77,2	12.668	21,8	490	0,8	72	0,1	57.978
RN	9.810	64,7	4.669	30,8	667	4,4	17	0,1	15.163
PB	11.768	65,5	5.422	30,2	444	2,5	324	1,8	17.958
PE	29.542	69,1	12.123	28,4	757	1,8	309	0,7	42.731
AL	6.496	56,4	4.458	38,7	543	4,7	21	0,2	11.518
SE	5.688	65,5	2.691	31,0	281	3,2	24	0,3	8.684
BA	38.986	77,0	9.860	19,5	1.132	2,2	670	1,3	50.648
MG	87.280	74,6	23.419	20,0	3.460	3,0	2.846	2,4	117.005
ES	21.052	79,7	4.761	18,0	565	2,1	51	0,2	26.429
RJ	42.802	56,7	28.202	37,3	3.344	4,4	1.173	1,6	75.521
SP	180.466	74,5	57.439	23,7	206	0,1	4.043	1,7	242.154
PR	48.272	78,3	12.551	20,4	801	1,3	30	0,0	61.654
SC	19.862	71,3	7.136	25,6	655	2,4	206	0,7	27.859
RS	43.556	80,3	8.923	16,5	1.179	2,2	560	1,0	54.218
MS	11.059	76,3	3.254	22,4	153	1,1	29	0,2	14.495
MT	13.453	79,6	3.093	18,3	320	1,9	42	0,2	16.908
GO	24.887	75,0	7.796	23,5	437	1,3	74	0,2	33.194
DF	10.424	66,6	4.902	31,3	321	2,1	0	0,0	15.647
Brasil	752.053	73,8	236.588	23,2	18.923	1,9	11.465	1,1	1.019.029

Fonte: Microdados ENEM, 2011.
Elaboração própria.

No que se refere às médias das notas (Tabela 2) obtidas pelos alunos das escolas públicas (estaduais e federais), verifica-se que as notas dos alunos das escolas federais são superiores às das escolas estaduais em 26 das 27 unidades da federação, à exceção do estado do Amapá. Um dos motivos pelos quais pode ser explicado o desempenho superior dos alunos das escolas federais em relação aos alunos das escolas estaduais pode ser atribuído ao processo de seleção para ingresso nos IFETs e Colégios de Aplicação, os quais restringem o acesso (matrícula) àqueles que obtiverem melhor desempenho no processo seletivo próprio de cada instituição, caracterizando uma restrição de acesso ao ensino nestas instituições públicas. Além disso, as escolas federais têm recebido gran-

des investimentos governamentais, sobretudo para expansão física, de equipamentos e laboratórios, valorização dos profissionais da educação (professores e técnicos administrativos em educação), atuando, sobretudo, na oferta de ensino na modalidade técnico-profissionalizante integrado ao ensino médio, fortalecendo a relação entre escola e mercado de trabalho, bem como através da verticalização do ensino pela oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Parte substancial dos jovens que optam por cursar o ensino médio em escolas que oferecem o ensino técnico integrado ao ensino médio (IFETs, CEFETs), concebido como uma preparação rápida para o mercado de trabalho, tem como objetivo o prosseguimento dos estudos no ensino superior. Nos segmentos populares, o acesso dos jovens às escolas que oferecem ensino médio integrado ao ensino técnico é considerado uma oportunidade de preparação para ingresso no mercado de trabalho após a conclusão do ensino médio. Nas famílias mais abastadas, o interesse pelas escolas de nível médio federais não está imediatamente relacionado ao interesse pelo ingresso no mercado de trabalho pós-ensino médio, mas sim ao aproveitamento de boas condições de infraestrutura e de capital humano presentes nas instituições federais.

Tabela 2: Número de candidatos e médias de desempenho no ENEM por dependência administrativa da escola, unidades da federação (2011).

UF	Estaduais		Privada		Federal		Municipais	
	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média
RO	8.169	466,7	1.130	546,6	85	540,7	26	434,7
AC	4.793	448,1	479	522,9	18	482,0	8	457,3
AM	16.318	446,3	2.194	541,7	545	527,7	47	418,2
RR	2.233	451,7	279	524,3	191	542,4	8	429,9
PA	23.524	454,3	7.358	539,8	600	569,1	468	442,4
AP	3.842	453,6	627	523,5	1	422,1	2	475,0
TO	7.696	450,1	762	549,1	207	549,5	6	427,5
MA	23.160	441,7	5.623	523,4	949	539,2	249	432,3
PI	12.167	451,2	4.769	551,7	572	553,9	160	440,7
CE	44.748	450,3	12.668	561,0	490	569,5	72	454,2
RN	9.810	450,3	4.669	543,9	667	608,0	17	445,0
PB	11.768	453,1	5.422	545,4	444	556,1	324	454,0
PE	29.542	459,3	12.123	546,6	757	569,4	309	447,8
AL	6.496	443,2	4.458	522,3	543	546,7	21	436,9

continua...

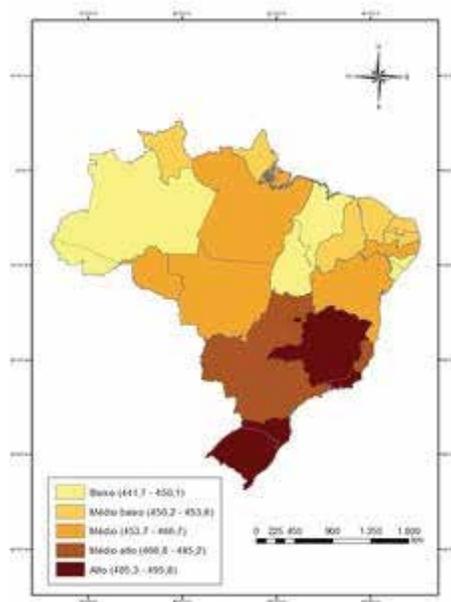
...continuação

UF	Estaduais		Privada		Federal		Municipais	
	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média
SE	5.688	448,1	2.691	535,1	281	541,4	24	427,1
BA	38.986	458,5	9.860	568,7	1.132	574,7	670	445,8
MG	87.280	492,8	23.419	597,3	3.460	604,3	2.846	519,1
ES	21.052	471,3	4.761	582,1	565	607,7	51	472,5
RJ	42.802	491,0	28.202	569,3	3.344	621,7	1.173	504,3
SP	180.466	485,2	57.439	579,9	206	646,8	4.043	511,5
PR	48.272	482,4	12.551	575,6	801	628,9	30	457,3
SC	19.862	491,1	7.136	579,7	655	575,4	206	523,9
RS	43.556	495,8	8.923	566,1	1.179	578,6	560	491,5
MS	11.059	474,9	3.254	555,2	153	632,3	29	528,4
MT	13.453	459,9	3.093	543,9	320	557,0	42	449,6
GO	24.887	471,8	7.796	567,6	437	557,6	74	511,4
DF	10.424	487,3	4.902	580,5	321	606,1	-	-

Fonte: Microdados ENEM 2011.
Elaboração própria.

A Figura 3 espacializa as notas médias de desempenho dos alunos das escolas estaduais. Verifica-se que os estados das regiões Nordeste e Norte apresentaram os piores desempenhos: no Maranhão (441,7 pontos) foi onde os alunos apresentaram o menor desempenho médio entre os alunos das escolas estaduais de todo o país, seguido dos estados de Alagoas (443,2), Amazonas (446,3), Sergipe e Acre (ambos com 448,1) e Tocantins (450,1). Em contrapartida, os melhores desempenhos de alunos oriundos de escolas estaduais encontram-se nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para o Rio Grande do Sul (495,8), Santa Catarina (491,1), Minas Gerais (492,8) e Rio de Janeiro (491), com exceção do Distrito Federal (487), na região Centro-Oeste. Essas características evidenciam as fortes diferenças educacionais entre as escolas estaduais nas macrorregiões brasileiras.

Figura 3: Distribuição das notas médias de desempenho dos alunos das escolas estaduais no ENEM por unidade da federação (2011)¹⁷.



Fonte: Microdados ENEM 2011.
Elaboração própria.

Após a análise dos dados, deve-se apresentar duas considerações: 1) embora o desempenho médio das escolas estaduais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal sejam considerados altos, comparativamente às médias das escolas estaduais dos demais estados brasileiros, nenhuma delas ultrapassa os 500 pontos, valor médio de referência do exame, de acordo com a metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI) adotada pelo INEP/MEC para o ano de 2011. Assim, apesar de serem as médias de escolas estaduais mais elevadas, isso não significa dizer que as notas das escolas públicas estaduais sejam, de fato, altas a ponto de garantirem condições para o acesso dos alunos aos cursos mais concorridos nas universidades públicas, tais como engenharias, na área de saúde, como medicina, enfermagem, odontologia, e os cursos mais concorridos nas áreas de tecnologias, ciências humanas e ciências agrárias, tais como direito, psicologia, medicina veterinária, etc.; 2) as generalizações em torno de médias referentes a unidades da federação não são capazes de captar as fortes disparidades regionais existentes dentro de cada unidade da federação brasileira. Nesta lógica, uma análise de desempenho dos alunos das escolas estaduais, por microrregiões, permite evidenciar mais atentamente as diferenças e contradições existentes dentro de cada estado.

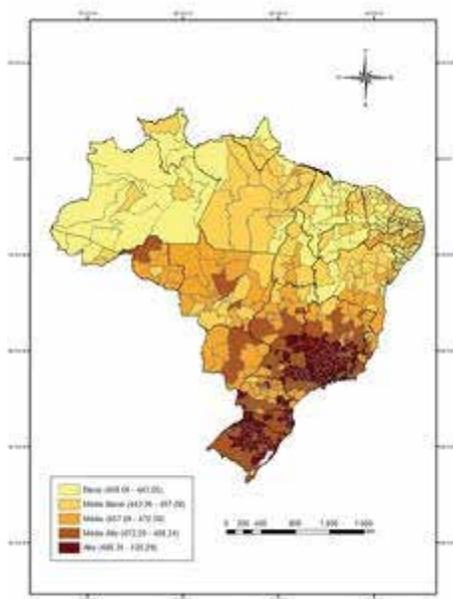
¹⁷ n=27, sendo 6 baixas (450,2 - 453,6), 6 mélio baixas (453,7 - 466,7), 5 mélio (441,7 - 450,1), 5 mélio altas (466,8 - 485,2) e 5 altas (485,3 - 495,8).

A Figura 4 apresenta a distribuição das notas médias e desempenho dos alunos da rede estadual por microrregiões brasileiras. A partir de sua análise é possível verificar que as políticas educacionais estaduais, apesar de teoricamente unificadas nos territórios das unidades da federação, não estão sendo capazes de reduzir as disparidades existentes dentro de cada estado brasileiro. E mais: estes dados confirmam o peso dos fatores socioeconômicos na distribuição dos baixos e altos desempenhos no ENEM, visto que, dentro da mesma rede de ensino, existem grandes disparidades em termos de desempenho educacional.

A distribuição das notas médias do ENEM pelo território nacional está de acordo com as características socioeconômicas macrorregionais, marcadas pelo protagonismo econômico das regiões Sul e Sudeste, incluindo também parte da região Centro-Oeste (sobretudo o Distrito Federal e Sudeste de Goiás), em detrimento das demais regiões, sobretudo Norte e Nordeste.

Na região Sul do país destacam-se os elevados desempenhos no ENEM dos alunos de microrregiões localizadas na região central do Rio Grande do Sul, nas porções leste de Santa Catarina e do Paraná. Interessante verificar no estado do Paraná que as microrregiões do noroeste do estado apresentam média de desempenho significativamente inferior aos das demais microrregiões do estado e do contexto da região Sul. Estes dados indicam a diversidade de contextos das escolas estaduais nas microrregiões brasileiras que, mesmo em regiões dinâmicas economicamente, encontram-se escolas com desempenho altamente desigual.

Figura 4: Distribuição das notas médias dos alunos das escolas estaduais no ENEM por microrregiões brasileiras (2011)¹⁸.



Fonte: Microdados ENEM 2011. Elaboração própria.

18 n = 558, sendo 112 baixos (408,68 - 443,05), 112 médio baixo (443,06 - 457,08), 112 médio (457,09 - 472,58), 111 médio alto (472,59 - 488,34), 111 alto (488,35 - 520,29).

Analisando a situação educacional da região Sudeste, verifica-se que as regiões Sul e Sudoeste de São Paulo apresentam desempenho comparativamente médio assim como as regiões Sul e Norte do Espírito Santo e Norte de Minas Gerais. Essas características de desempenho educacional estão mais próximas das da região Nordeste do país, apresentando desempenho considerado “atípico” em relação à macrorregião em que estão inseridos, porém compatíveis com a estrutura econômica das referidas regiões nos respectivos estados. Em São Paulo, destaca-se o mais elevado desempenho dos alunos das escolas estaduais da região central do estado, e no estado do Rio de Janeiro destacam-se positivamente as microrregiões serranas e centro-sul.

É perceptível que os mais elevados desempenhos no ENEM estão nas microrregiões mais próximas das capitais, comparativamente às microrregiões do interior, onde o desempenho tende a ser pior. Aproximar as oportunidades existentes na capital e democratizar as condições para acesso e permanência em escolas com qualidade caracteriza-se como necessidade primária para equalizar as oportunidades educacionais nas redes estaduais¹⁹. Pode-se também defender o pressuposto segundo o qual as oportunidades de trabalho e de renda tendem a ser maiores nas capitais dos estados, o que atuaria como fator extraescolar importante para ampliar as oportunidades em um sentido mais amplo, tanto no que se refere ao acesso a oportunidades no trabalho quanto opções de lazer, de cultura, entretenimento, cinema, etc. (Dourado et al. 2007). Além disso, o acesso a bens culturais públicos tenderia a favorecer os alunos que estão mais próximos das capitais dos estados, porém esta não é uma regra, visto que a pobreza e a exclusão assolam grandes periferias de cidades das regiões metropolitanas em todo Brasil.

Na região Sudeste também é relevante destacar o caso do sudoeste de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro, uma das regiões com maior dinamismo e produção de riqueza do referido estado, ligado ao setor agroindustrial, na qual os alunos apresentaram desempenho escolar substancialmente inferior (considerado médio alto) ao da região Central e à Zona da Mata (porção sudeste) de Minas Gerais, o que implica afirmar que a qualidade da educação neste contexto não está, necessariamente, associada à riqueza produzida por uma região, apesar de apresentar, para o Brasil, forte relação com esta. Isso ratifica a importância da distribuição da riqueza, sendo este fator mais diretamente relacionado ao desempenho educacional do que a produção de riquezas em si (Barros et al. 2007).

No que se refere à espacialização das notas na região Centro-Oeste, verifica-se que os melhores desempenhos estão no Distrito Federal, no centro-leste e sul do estado de Goiás, norte e centro-sul de Mato Grosso do Sul e centro-oeste de Mato Grosso. É interessante verificar que, em geral, a região Centro-Oeste possui uma elevada concentração de notas classificadas como médio-baixas e médias e que a região ocupada o *ranking* de terceira melhor a nível educacional no país. Microrregiões com desempenho considerado alto na região são pontuais e pouco frequentes.

19 Porém, é preciso ressaltar que, em alguns municípios de regiões metropolitanas, o desempenho das escolas públicas não pode ser considerado alto, e que no interior existem municípios que se destacam, obtendo notas até mesmo superiores às das capitais. Nestes casos, comprova-se o quanto a escola está isolada dos demais setores sociais, pois, a partir de uma análise linear, o desempenho dos alunos tenderia a ser mais elevado nos municípios que possuem ampla gama de bens culturais, tais como teatros, cinemas, bibliotecas públicas, etc

As regiões Norte e Nordeste, macrorregionalmente as menos dinâmicas sob o ponto de vista econômico e da produção industrial, da oferta de serviços, apresentaram os piores desempenhos educacionais, mostrando a persistência dos fatores renda familiar e escolaridade dos pais (Barros et al. 2001b) e do acesso a bens culturais, tais como teatros, cinemas, museus, etc. como importantes determinantes das desigualdades educacionais em um contexto extraescolar (Dourado et al. 2007).

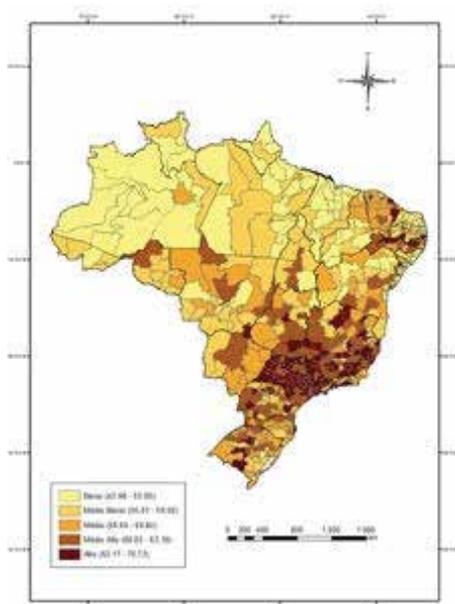
Na região Nordeste, verifica-se que o fator de proximidade com a capital estadual não significa maior desempenho educacional, como verificado na região Sudeste, e que a situação tende a piorar no sertão nordestino, onde as condições socioeconômicas e as desigualdades sociais são as piores do país. Verifica-se ainda que o estado do Maranhão, seguido por Alagoas e Rio Grande do Norte são os que apresentam os piores desempenhos educacionais em escolas estaduais, apontando, inicialmente, para fatores extraescolares (Dourado et al. 2007), tais como forte desigualdade de renda como fator que reverbera e influencia no baixo desempenho educacional. As escolas estaduais da região Norte apresentaram desempenho predominantemente baixo e médio baixo, à exceção do estado de Rondônia (466,73 pontos), com melhor desempenho macrorregional, porém ainda considerado, em sua quase totalidade, como médio baixo.

A educação é considerada por Barros e Henriques et al. (2002) o principal caminho para o combate à desigualdade social e regional e à pobreza no Brasil, visto que atua em duas frentes: por uma lado, aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento dos salários e a diminuição da pobreza; de outro lado, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social que, na condição de “ativo não transferível” (Barros et al. 2001: 1), faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos; a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico, a redução da desigualdade e a pobreza.

As defasagens na escolaridade da população explicam de modo significativo a intensa desigualdade de renda no Brasil. Para Barros et al. (2002), no que se refere ao mercado de trabalho, a heterogeneidade da escolaridade entre os trabalhadores e o valor atribuído aos anos adicionais de escolaridade representam os principais determinantes da desigualdade salarial. Como o percentual de brasileiros com ensino superior é considerado baixo (aproximadamente 12% da população, de acordo com a OCDE 2011), as taxas de retornos educacionais no país são altas, favorecendo as desigualdades salariais entre os que têm ou não ensino superior.

A Figura 5 espacializa o desvio-padrão da média de desempenho dos alunos das escolas estaduais no ENEM por microrregiões, mostrando que, da mesma forma que as maiores médias de desempenho localizam-se na região Sudeste, as maiores disparidades existentes dentro do número de observações, por estados, estão também na região Sudeste. Isso indica que as redes estaduais nos estados dessa região, sobretudo no estado de São Paulo, centro-norte de Minas Gerais e sul do Espírito Santo, são extremamente desiguais, apontando para a coexistência de escolas cujos alunos apresentaram resultados extremos de desempenho. Interessa destacar também que, na região Norte, sobretudo os estados do Amazonas e Pará, e na região Nordeste, no sul da Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, o desvio-padrão da média de desempenho dos alunos das escolas estaduais é o mais baixo do país, indicando que o desempenho dos alunos das escolas públicas estaduais nesses estados tende a ser igualmente baixo.

Figura 5: Distribuição do desvio padrão da média dos alunos das escolas estaduais no ENEM por microrregiões brasileiras (2011)²⁰.



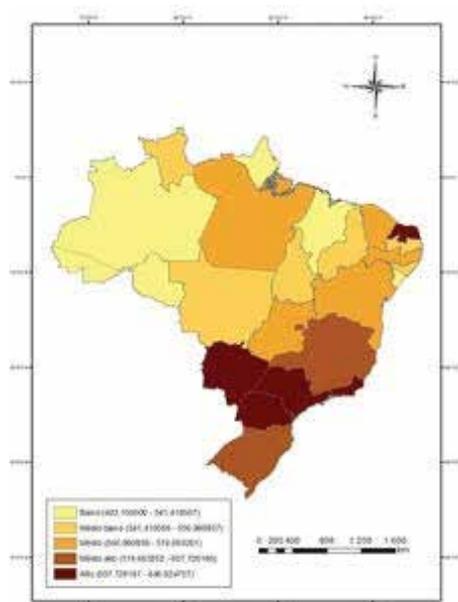
Fonte: Microdados ENEM 2011.
Elaboração própria.

A Figura 6 apresenta a distribuição das notas do ENEM nas escolas federais de educação básica, incluindo os IFETs, CEFETs e colégios de aplicação ligados às universidades públicas. Verifica-se o desempenho considerado baixo, médio baixo, médio, médio alto e alto diferem das faixas consideradas nas escolas públicas estaduais, sendo composta por faixas de notas mais elevadas, no caso das instituições federais. Isso mostra que o desempenho dos alunos das escolas federais a nível médio é substancialmente superior ao das escolas estaduais, porém o número de alunos matriculados nessas escolas, participantes do ENEM, é muito baixo, se comparado ao total dos que participaram do exame: pouco menos de 2% do total do número de observações do estudo.

Comparativamente, os estados com os mais altos desempenhos na rede federal são: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com médias acima de 608 pontos. Considerando-se que se trata de uma medida de tendência central, em geral as notas dos alunos da rede federal desses estados são consideradas muito boas, o que permitiria a um aluno condições para pleitear uma vaga em um curso superior concorrido em uma universidade pública. No outro extremo encontram-se os estados do Amapá, Amazonas, Acre e Maranhão, cujas médias não ultrapassam os 450 pontos. Fora das regiões Sul e Sudeste, apenas os estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e o Distrito Federal obtiveram desempenho considerado médio alto e alto em relação aos demais estados brasileiros.

²⁰ n = 558, sendo 112 baixos (43,68 - 55,00), 112 médio baixo (55,01 - 58,59), 112 médio (58,60 - 60,84), 111 médio alto (60,85 - 63,16), 111 alto (63,17 - 70,73).

Figura 6: Distribuição das notas médias no ENEM dos alunos das escolas federais por unidades da federação (2011)²¹.



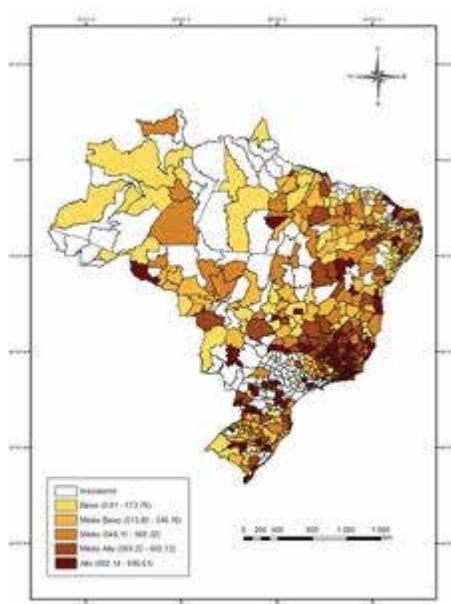
Fonte: Microdados ENEM 2011.
Elaboração própria.

A distribuição das notas médias e do desvio-padrão da média dos alunos das escolas federais por microrregiões, representadas pelas figuras 7 e 8, reflete uma estrutura relacionada ora à inexistência de instituições federais de ensino de educação básica, ora relacionado ao pequeno contingente de alunos, considerando o total de observações, nestas instituições de ensino.

Em 167 microrregiões brasileiras, localizadas principalmente nos estados da região Norte, no estado de São Paulo e na região Centro-Oeste do país, não obtivemos nenhum participante que atendesse aos critérios definidos no estudo, revelando as dificuldades metodológicas de uma análise comparativa com as médias obtidas pelos alunos das escolas estaduais em todo o país, numericamente mais significativo que os alunos da rede federal. A distribuição do desvio-padrão da média dos alunos das escolas federais, igual a zero em 234 microrregiões brasileiras, revela ora a inexistência de alunos que atendam aos critérios fixados (em 167 microrregiões), ora a presença de apenas um participante por microrregião (67), resultando em desvio-padrão igual a zero.

21 n=27, sendo 6 baixas (422,1 - 541,4), 6 médio baixas (541,5 - 557,0), 5 médio (557,1 - 574,7), 5 médio alta (574,8 - 607,7) e 5 alta (607,8 - 646,8).

Figura 7: Distribuição das notas médias²² dos alunos das escolas federais, por microrregiões (2011)²³.

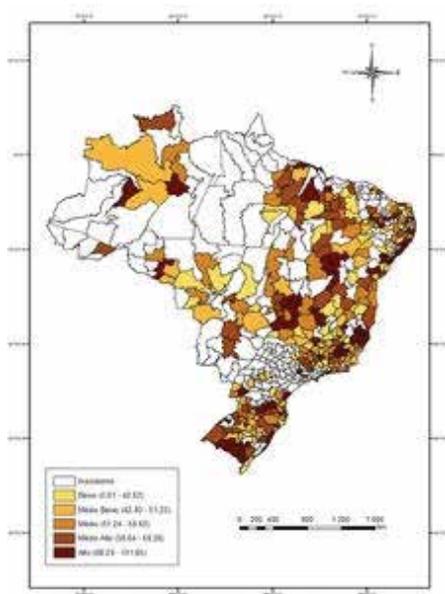


Fonte: Microdados ENEM 2011. Elaboração própria.

22 As microrregiões com médias inexistentes referem-se àquelas que não tiveram nenhum aluno de escola federal participante do ENEM (2011) com idade entre 17 e 19 anos, que informaram a dependência administrativa da escola e que não faltaram ou foram eliminados de qualquer uma das quatro provas objetivas.

23 n = 558, sendo 167 (inexistente), 79 baixo (0,011-513,79), 78 médio baixo (513,80-546,10), 78 médio (546,11-569,32), 78 médio alto (569,33-602,13) e alto 78 (602,14-696,61)

Figura 8: Distribuição do desvio padrão²⁴ das notas dos alunos das escolas federais, por microrregiões (2011)²⁵.



Fonte: Microdados ENEM 2011. Elaboração própria.

No que se refere à diferença de desempenho entre os alunos ao final da educação básica, verifica-se que é grande entre as escolas da rede pública, quais sejam estaduais e federais²⁶.

Verifica-se na Tabela 3 e na Figura 9 que as maiores diferenças entre o desempenho dos alunos das escolas estaduais e federais encontram-se nos estados de Rio Grande do Norte, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Isso significa, por exemplo, que os alunos das escolas federais no estado do Rio Grande do Norte obtiveram desempenho 25,9% superior aos alunos das escolas estaduais no mesmo estado, e os alunos das escolas federais em São Paulo obtiveram desempenho 25% mais elevado que os alunos da rede estadual.

24 O desvio-padrão inexistente refere-se a: 1) microrregiões que tinham apenas um aluno participante do ENEM em escolas federais, de acordo com os critérios definidos na metodologia do estudo; e 2) microrregiões sem nenhum aluno participante do ENEM em escolas federais que igualmente atendessem aos critérios explicitados no estudo.

25 n= 558, sendo 234 (inexistente), 65 baixo (0,01-42,82), 65 médio baixo (42,83-51,23), 65 médio (51,24-58,63), 65 médio alto (58,64-68,28), 64 alto (68,29-131,65)

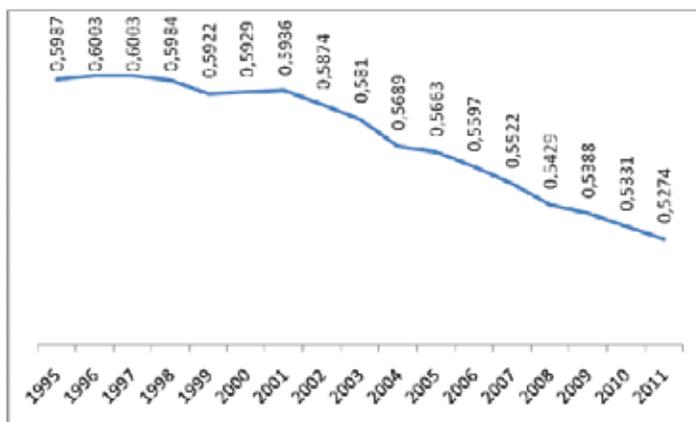
26 Neste caso, o desempenho dos alunos das escolas municipais de ensino médio não foi analisado, considerando a pequena expressividade no quantitativo de alunos desta rede de ensino em relação ao número de alunos nas demais redes, no Brasil. Destaca-se que, de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, a competência para o oferecimento prioritário do ensino médio é dos estados (LDBEN, Lei 9.394/1996).

Tabela 3: Diferenças entre as médias de desempenho dos alunos das escolas federais em relação às escolas estaduais, por unidade da federação (2011).

	Estaduais	Federais	Diferença %
RO	466,7	540,7	13,7
AC	448,1	482,0	7,0
AM	446,3	527,7	15,4
RR	451,7	542,4	16,7
PA	454,3	569,1	20,2
AP	453,6	422,1	-7,5
TO	450,1	549,5	18,1
MA	441,7	539,2	18,1
PI	451,2	553,9	18,5
CE	450,3	569,5	20,9
RN	450,3	608,0	25,9
PB	453,1	556,1	18,5
PE	459,3	569,4	19,3
AL	443,2	546,7	18,9
SE	448,1	541,4	17,2
BA	458,5	574,7	20,2
MG	492,8	604,3	18,4
ES	471,3	607,7	22,4
RJ	491,0	621,7	21,0
SP	485,2	646,8	25,0
PR	482,4	628,9	23,3
SC	491,1	575,4	14,7
RS	495,8	578,6	14,3
MS	474,9	632,3	24,9
MT	459,9	557,0	17,4
GO	471,8	557,6	15,4
DF	487,3	606,1	19,6

Fonte: Microdados ENEM 2011. Elaboração própria.

Figura 9: Média de desempenho dos alunos das escolas estaduais e das escolas federais no ENEM, por unidades da federação (2011).



Fonte: Microdados ENEM, 2011. Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados permitem concluir que as disparidades entre as redes federal e estadual são muito grandes, considerando, inclusive, a diversidade dos perfis socioeconômicos dos alunos em cada uma das redes de ensino. A menor diferença no desempenho educacional dentro da rede pública no Brasil encontra-se no estado do Acre, no qual a rede federal apresentou um desempenho substancialmente inferior ao das demais escolas federais das unidades da federação. Assim, a baixa disparidade educacional neste estado não pode ser considerada positiva sob o ponto de vista da qualidade do ensino das suas redes públicas.

Verificou-se também que o único estado em que a média de desempenho dos alunos das escolas estaduais supera a média de desempenho dos alunos das escolas federais é o Amapá. Este dado respalda-se no mais elevado nível socioeconômico dos alunos da rede federal e na seleção que restringe o acesso a essas instituições de ensino, favorecendo, muitas vezes, estudantes oriundos de escolas privadas de ensino fundamental. Assim como nas universidades, as políticas de cotas raciais e sociais (para alunos oriundos de escolas públicas) também vêm sendo progressivamente implantadas nas escolas que ofertam ensino técnico integrado ao ensino médio na rede federal, com o intuito de democratizar oportunidades para os alunos mais pobres e, por isso, podem ser objeto de pesquisas futuras.

A partir da análise dos dados por dependência administrativa da escola, defende-se que a melhoria da qualidade do ensino no país depende, necessariamente, da melhoria das condições de ensino e de aprendizagem dos alunos das escolas estaduais, onde se encontram os alunos com o mais baixo nível socioeconômico, com mães com menor grau de escolaridade e, numericamente, o maior percentual de alunos comparativamente às demais redes de ensino no país, principalmente no comparativo com a rede federal, representada pelos Institutos Federais, CEFETs e Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, Francisco Soares. 2007a. As pesquisas sobre o efeito das escolas: contribuições metodológicas para a sociologia da educação. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 22, n. 2, maio/ago.: 435-473.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, Francisco Soares. 2007b. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. *Educação em Revista*, n. 45: 25-59, jun..
- BARROS, Ricardo Paes de; LAM, David. 1993. Income Inequality, Inequality in Education, and Children's Schooling Attainment in Brazil. *IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Textos para Discussão, n. 294.
- BARROS, Ricardo Paes de. 1997. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Seminário 22/97, *IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. 2000. *Education and Equitable Economic Development*. Economia, v. 1, n.1.
- _____. 2001a. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Texto para discussão n. 800. Rio de Janeiro.
- _____. 2001b. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. Rio de Janeiro, *IPEA: Instituto de pesquisa Econômica Aplicada*. Texto para discussão n. 83.
- _____. 2002. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. *IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Texto para discussão n. 857. Rio de Janeiro.
- _____. 2007a. A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza. *IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Texto para discussão n.º 1256. Rio de Janeiro.
- _____. 2007b. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. In. BARROS, R. P. de; ULYSSEA, G. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: *IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, v. 1.
- BOUNDON, Raymond. 1981. *A desigualdade das oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C. 2008. *Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C. 2012. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 16º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C. 2011. *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). 12 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C. 1996. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- CUNHA, Maria Amália de Almeida. 2010. *Sociologia da Educação*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- DAMASCENO, Rafael Pinheiro Caetano. 2014. *Desvendando o efeito escola: atendimento escolar nos aglomerados subnormais em Campos dos Goytacazes*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). 197p.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. 2007. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Texto para discussão n. 24. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BF84EADE4-B76E-49DB-8B35-D196B9568685%7D_

- DISCUSS%C3%83O%20N%C2%BA%2024.pdf>.
- FRANÇA, G. N. et al. 2005. *Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990*. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa8_texto3.pdf>. Acesso em > jul. 2013.
- FISHLOW, A. 1975. A Distribuição de Renda no Brasil. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A.C. (Org.) *A controvérsia da distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- HASENBALG, Carlos. 2003. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, Carlos. e SILVA, Nelson do Valle. (org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo d ávida*. Rio de Janeiro: Topbooks: 147-172.
- LAGE, Giselle Carino. 2009. Um balanço da estratificação educacional brasileira: como reduzir as desigualdades educacionais? *Revista Urutáguia – revista acadêmica multidisciplinar*. Maringá, Paraná. n. 18 – mai./jun./jul./ago. : 145-156.
- LAHIRE, Bernard. 1997. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática.
- LANGONI, C. G. 1973. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Editora Expressão e Cultura.
- MADEIRA, Felícia Reicher. 2006. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Ana Amélia Camarano (Org.). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): 139-170.
- MARTELETO, Letícia Junqueira. 2004. Desigualdade intergeracional de oportunidades educacionais: uma análise da matrícula e escolaridade das crianças brasileiras. *Texto para discussão 242*. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte.
- MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. 2001a. *A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho*. Departamento de Economia da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. 2001b. A educação e desigualdade. In: MENEZES-FILHO, N. A. LISBOA, M. D. B. *Microeconomia e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1: 13-50.
- MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. 2012. Apagão de Mão de Obra Qualificada? As Profissões e o Mercado de Trabalho Brasileiro entre 2000 e 2010. *INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa*. Centro de Políticas Públicas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. 2014a. Metade dos que tem diploma ganha até quatro salários mínimos. Depoimento (08 de setembro de 2014). São Paulo: *Folha de São Paulo*. Entrevista concedida a Érica Fraga. Acesso em: maio 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1512447-metade-dos-quem-tem-diploma-ganha-ate-4-salarios-minimos.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- MENEZES FILHO, Naercio Aquino; OLIVEIRA, Alison Pablo de. 2014b. A contribuição da educação para a queda na desigualdade de renda per capita no Brasil. *Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa*. Centro de Políticas Públicas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. n. 9.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2013. *Microdados de desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio 2011*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília.
- MÉSZÁROS, István. 2008. *A educação para além do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo.
- NERI, Marcelo Côrtes. 2011. *Desigualdade de renda na década*. Centro de Políticas Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/bd/>>

DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim3.pdf>

- NERI, Marcelo Côrtes; SOUZA Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de. 2012. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. *Comunicado IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. n. 155. 25 de setembro.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. 2002. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, abril.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. 2013. *A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da educação*. 36^a Reunião Nacional da ANPEd, Goiânia-GO, 29 de setembro a 02 de outubro.,
- PECORA, Alexandre Reggi; MENEZES-FILHO, Naercio. 2014. O Papel da oferta e da demanda por qualificação na evolução do diferencial de salários por nível educacional no Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 44, n. 2. Abr. /Jun.: 205-240.
- RIBEIRO, Antônio Carlos Costa. 2010. Desigualdades de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. v. 54, n. 1: 41-88.
- RIBEIRO, Antônio Carlos Costa. 2011. Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: raça, classe e gênero. *Educação On-Line* (PUC-RJ), v. 8, n. 1: 1-42.
- RIBEIRO, Antônio Carlos Costa. 2012. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. v. 55, n. 3: 641-679.
- SILVA, Nelson do Valle. 2003. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (org.) *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks: 105-146.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. 2000. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3: 423-445.
- SOUSA, Sandra M. Zákia L. 2003. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119: 175-190, julho.
- TRAVITZKI, Rodrigo. 2013a. *ENEM: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar*. 320p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Educação e Filosofia). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.

UMA ABORDAGEM EMPÍRICA DO PADRÃO ALOCATIVO DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DA TRAJETÓRIA DO GASTO SOCIAL

ÍTALO FITTIPALDI
SAULO FELIPE COSTA
CLETIANE MEDEIROS ARAUJO

RESUMO

Qual o perfil do Estado em ação no Brasil, no período recente? Para onde caminha o gasto social, no médio prazo? Este trabalho consistiu em uma análise exploratória do dispêndio público federal brasileiro no período de 1995 a 2014, focalizando a despesa de welfare, com vistas à estimação de seu comportamento no médio prazo. Desagregando o gasto público federal em áreas de atuação do Estado (mínimo, social, econômico), recorreu-se à função de densidade kernel e

à medida de desigualdade, amplamente utilizadas na literatura, para identificar a configuração da intervenção estatal no país, bem como ao modelo dinâmico autorregressivo, integrado e de média móvel (ARIMA), como estimador para projeção do gasto social. Notou-se o padrão incremental no tempo da função social, em detrimento das demais, com perspectivas de projeção ascendente.

PALAVRAS - CHAVE

Políticas Públicas; Gasto Público; Gasto Social; Medida de Assimetria.

AN EMPIRICAL APPROACH TO THE ALLOCATION PATTERN OF THE BRAZILIAN FEDERAL GOVERNMENT: EVIDENCE OF THE PATH TRAJECTORY OF SOCIAL SPENDING

ABSTRACT

What is the state profile in action in Brazil in the recent period? Where does social spending go in the medium term? This work consisted of an exploratory analysis of Brazilian federal public expenditure from 1995 to 2014, focusing on welfare expenditure, with a view to estimating its behavior over the medium term. Disaggregating federal public spending in areas of State performance (minimum, social, economic), we used the function of kernel density

and the measure of inequality widely used in the literature, to identify the configuration of state intervention in the country. As well as the dynamic integrated autoregressive model and moving average (ARIMA) as an estimator for the projection of social spending. The incremental time pattern of the social function was observed in detriment of the others, with perspectives of ascending projection.

KEYWORDS

Public Policy; Government Spending; Social Spending; Measure of asymmetry.

SOBRE OS AUTORES

ÍTALO FITTIPALDI

Doutorado e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com graduação em Economia pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da UFPB. Desenvolve atividades na área de ensino e pesquisa em Políticas Públicas, com ênfase em Métodos Quantitativos e Análise Institucional. É coordenador do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Políticas Governamentais (NPGOV). Tem experiência em economia política, gestão governamental, análise e avaliação de políticas públicas, com atuação como consultor técnico em agências governamentais.

SAULO FELIPE COSTA

Doutorado e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba, com graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. É professor e pesquisador visitante do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Es-

tadual da paraíba (UEPB). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: economia política, ciclos eleitorais, gastos governamentais, desigualdade, capacidade institucional e métodos quantitativos.

CLETIANE MEDEIROS ARAÚJO

Doutoranda e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, com graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas e Análise Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas: economia política, reformas administrativas, gastos governamentais e corrupção política

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2016

APROVADO EM

Abril de 2018

1 - INTRODUÇÃO¹

O gasto público, sob a ótica da sua configuração e/ou evolução temporal, tem se constituído objeto de pesquisa há décadas. Trabalhos que buscaram identificar causalidades sobre e/ou decorrentes desta variável, como em Bergh e Bjørnskov (2011), Drazen e Eslava (2010), Paternostro et al. (2007), Tsebelis Chang (2004), ou mesmo descrever seu comportamento no tempo, como em Fan e Rao (2003) e Tanzi e Schuknecht (2000), engrossaram as fileiras da literatura empírica interdisciplinar sobre o tema, com rebatimento no desenho de pesquisa acerca do gasto público brasileiro, a exemplo de Rezende (1971), Sakurai (2009), Hiroi (2009) e Silva e Castro (2008). Em trabalho mais recente, Abreu, Neiva e Lima (2012) sugerem a existência de incrementalismo no comportamento do gasto público brasileiro, embora os autores alertem que tal padrão não é observado ao se desagregar o gasto público federal por programas. Esse importante estudo empírico, contudo, dada a sua magnitude de desagregação, não possibilitou apontar para um padrão alocativo do Estado brasileiro, no período recente. Ademais, ao concentrar-se no período de 2004 a 2010, desconsiderou importantes alterações político-econômicas ocorridas nos últimos vinte anos e seus possíveis rebatimentos na trajetória da configuração da intervenção estatal no país. Afinal, as duas últimas décadas caracterizaram-se pela iniciativa de políticas voltadas para o aperfeiçoamento das ações governamentais, notadamente da busca por eficiência orçamentária e reestruturação administrativa, além de uma efetiva rotatividade no poder de distintos grupos políticos, com visões aparentemente diferenciadas acerca da composição e do escopo do gasto público.

Especialmente nestes casos, o conflito (re)distributivo subjacente a tais iniciativas de políticas materializa-se de maneira ainda mais incisiva na alocação dos bens públicos, fazendo com que o padrão da despesa governamental reflita a geometria variável do conflito de poder e das opções de políticas no tempo. Em outros termos, como bem destacou Rezende (2008: 611), a “cesta” de políticas públicas composta pelo Estado decorre dos níveis de tributação e da composição dos gastos públicos, compatíveis com as preferências do eleitor mediano², representando assim escolhas sociais por *polícies* sob condição de restrições de recursos e informações.

Considerando, como afirmaram King, Keohane e Verba (2009: 45), que a pesquisa nas ciências sociais envolve dois objetivos diferentes, mas não dissociados nem hierárquicos, a saber, *descrição* e *explicação*, a contribuição deste estudo para a literatura empírica brasileira de Ciência Política enquadra-se no primeiro, visando a distinguir o que se mostrou sistemático e não sistemático no comportamento dos dados selecionados e categorizados ao longo da série histórica utilizada na pesquisa. Sendo assim, acredita-se ser possível, a partir de um desenho de pesquisa de perfil descritivo, gerar inferências e hipóteses a serem testadas *a posteriori* por trabalhos voltados para a identificação de relações de causalidade.

Destarte, qual a trajetória da despesa pública no Brasil, em um período caracterizado pela alternância de diferentes grupos partidários no Executivo, esforço de reforma administrativa e políticas de ajuste macroeconômico? E a perspectiva do comportamento do gasto social no país? Este artigo buscou responder a tais questões e, para tanto, se vestiu de uma natureza exploratória na análise dos dados, decorrente de uma abordagem univariada, visando à identificação da configuração do perfil intervencionista do Estado

1 Agradecemos aos pareceristas anônimos de *Teoria & Sociedade* pelas sugestões e contribuições dadas a uma versão anterior deste artigo. Contudo, as falhas e omissões remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

2 Ver Anthony Downs (1957).

brasileiro³ nos últimos vinte anos e, particularmente, à previsão da tendência do dispêndio social brasileiro em um horizonte temporal de médio prazo, procedimento ainda pouco usual na literatura de ciência política. Dada a opção metodológica neste trabalho, não se constituiu escopo analítico a identificação de mecanismos causais ou relações de causalidade entre variáveis.

A pesquisa em tela, portanto, consistiu em uma análise longitudinal do *gasto público por função*, abarcando o período de 1995-2014, em que se buscou identificar o comportamento alocativo do gasto público no Brasil por natureza do dispêndio. Recorreu-se, para tanto, a medidas de desigualdade para a identificação da dispersão temporal da variável de interesse, bem como estimações do comportamento futuro do gasto social a partir da utilização de um modelo *autorregressivo integrado de médias móveis* (ARIMA). O trabalho, assim, foi estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção consiste na análise do comportamento temporal do gasto público por natureza da intervenção estatal, destacando a evolução do padrão alocativo do Estado brasileiro no período selecionado. Já a seção seguinte apresenta as estimações para o dispêndio de *welfare* no médio prazo, com vistas à inferência descritiva no reconhecimento de consolidação de um conjunto de políticas de cunho social no país. Finalmente, a quarta e última seção consiste nas considerações finais.

2 - AMBIÊNCIA POLÍTICO-ECONÔMICA: DEFINIÇÃO TEMPORAL DO DISPÊNDIO PÚBLICO

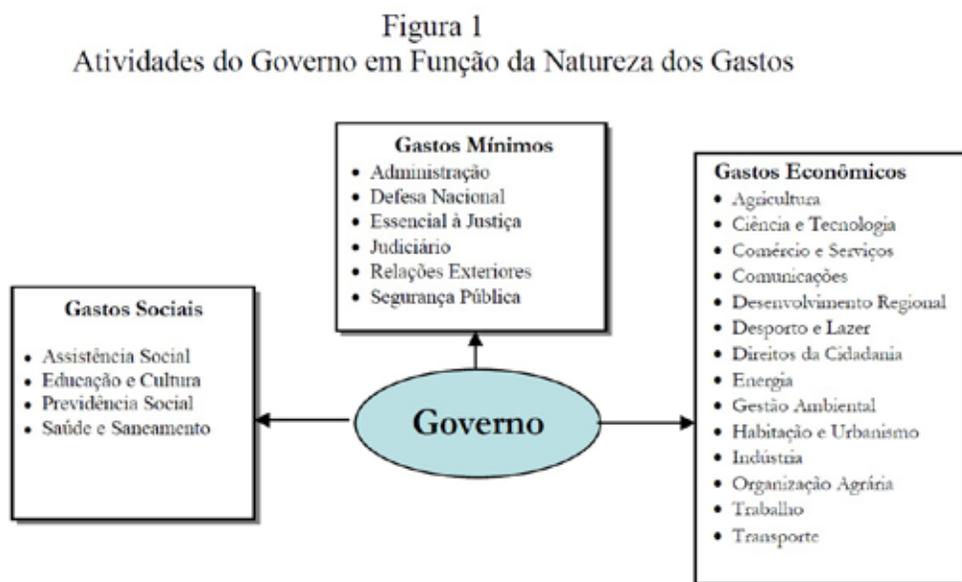
Nos últimos dois decênios, o Brasil foi marcado por distintos processos políticos e econômicos que repercutiram na oferta do *Estado em ação*, ressaltando a importância desses determinantes na análise dos gastos públicos em unidades nacionais ou subnacionais (Hicks e Swank 1984; Huber, Mustillo e Stephens 2004; Batista 2008; Sátyro 2006; 2008; 2013; Zucco Jr. e Power 2009; Borges 2011; *Gonzáles 2017*). Dentre eles, destacam-se: 1) cinco eleições presidenciais (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) com matizes ideológicas distintas, o que implica possíveis diferentes configurações relativas ao escopo e à magnitude do dispêndio público, que se manifestam no estabelecimento de perfis de intervenção estatal diferenciados; 2) iniciativas de reforma na administração pública a partir da década de 1990, tendo como canal de ação o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE); que materializaram as tensões inerentes às ações concomitantes de elevação da eficiência do gasto público e de descentralização de recursos via mudança institucional, implicando a adequação da ofertas de *policies* ao padrão de tributação vigente; e 3) uma reorganização das ações governamentais frente à crise econômica internacional experimentada a partir de 2008, quando adotou-se uma estratégia de expansão da demanda agregada via relaxamento no superávit primário, que permeou o primeiro governo Dilma Rousseff, dado o modesto efeito sobre o ritmo de atividade econômica, produziu nova configuração de poder no interior de seu governo. Isso levou à execução de ações restritivas do papel do gasto federal como vetor de crescimento econômico, conduzindo a redefinições do perfil e do escopo da alocação de bens e serviços públicos. Em função dessa geometria variável do Poder, é de esperar que a trajetória do *welfare state* brasileiro seria de inflexão ao longo do tempo, descaracterizando um padrão regular de intervenção estatal.

3 Por simplificação analítica, os termos Estado e governo federal brasileiro foram tratados aqui como sinônimos.

2.1 Definição do gasto por função do estado

A análise da regularidade alocativa na oferta de *polícies* através do orçamento público por função do Estado possibilita localizar as preferências de alocação dos recursos públicos no tempo e a identificação de possíveis padrões de cooperação entre grupos sociais sobre a partilha de tais recursos. Seguindo a tipologia de Rezende (1996), em seu trabalho referenciado, foram definidas três áreas de gastos públicos: gasto social, gasto mínimo e gasto econômico⁴. Através de corte longitudinal, que compreende o período 1995 a 2014, foram selecionados indicadores do *Estado em ação*, com vistas a compor o mosaico analítico do padrão evolutivo do gasto público federal brasileiro (Figura 1). Os valores do gasto público por função foram transformados a preços constantes de 2014, atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Figura 1: Atividades do Governo em Função da Natureza dos Gastos



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Rezende (1996: 201) Figura 1.⁵

2.2. Identificando padrões assimétricos

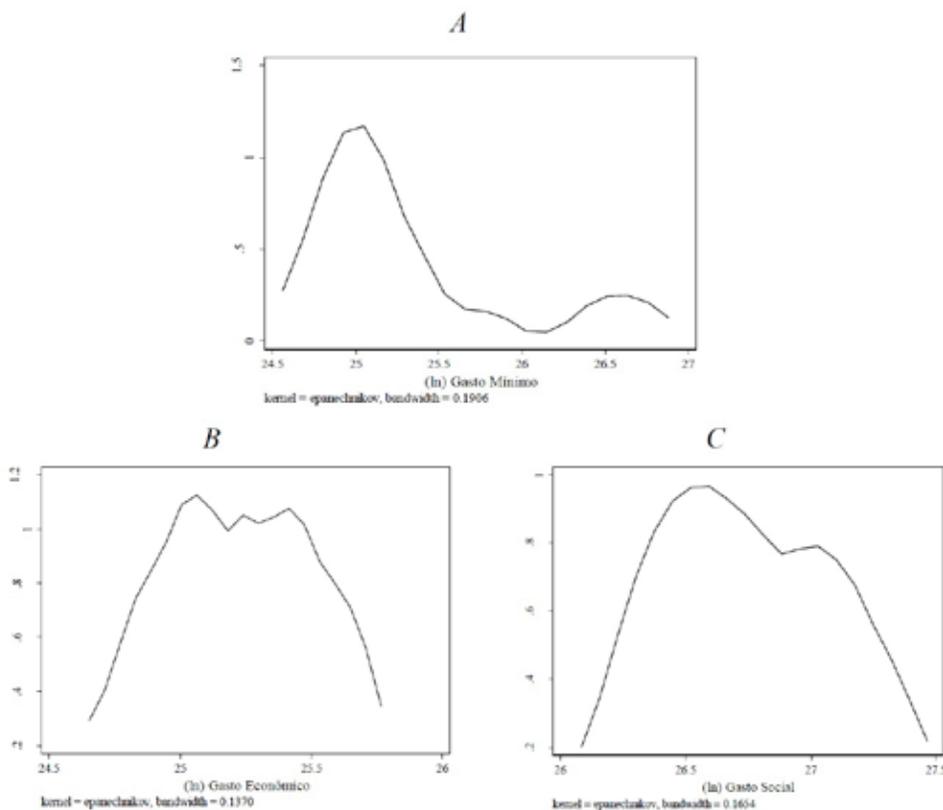
O comportamento diferenciado do gasto público por função, que, em boa medida, reflete o perfil das escolhas públicas em relação à cesta de políticas empreendidas, pode

4 Destaca-se que, neste trabalho, não foram considerados os gastos com juros.

5 A partir da categorização adotada por Rezende (1996), adequamos sua tipologia à nova categorização dos gastos públicos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Brasil.

ser observado ao se mapear a densidade da distribuição dos dados em períodos selecionados. Com este fim, optou-se por um método não-paramétrico, as funções de densidade *kernel*, relativas à trajetória da natureza do dispêndio público ao longo da série 1995 a 2014, recorrendo à função *kernel Epanechnikov* representada por $K=3/4(1-u^2)$, onde u corresponde ao argumento da função *kernel* e I o indicador que assume valor um, se o argumento for verdadeiro, e zero, em caso contrário, com o parâmetro de alisamento definido com base no procedimento prático exposto em Silverman (1986: 43-61)⁶. Percebeu-se, como exposto no Gráfico 1, que as três modalidades de despesa governamental registraram, ao longo da série, um padrão bimodal – *gasto mínimo* e *gasto social* (Gráfico 1A e 1C, respectivamente), e multimodal, no caso do *gasto econômico* (Gráfico 1B). As características das distribuições, nos três casos, contudo, mostraram-se bem diferenciadas.

Gráfico 1: Densidade Kernel do Gasto Público Por Função
Período: 1995 a 2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

6 Para maiores detalhes sobre a função de densidade kernel, ver Silverman (1986).

Ficou evidente uma reconfiguração do *gasto mínimo* ao longo das últimas duas décadas, ao passo que as demais tipologias de despesa mostraram-se menos redefinidas ao longo da série histórica, apontando para uma possível consolidação temporal de preferências alocativas. A identificação de uma possível reestruturação do perfil intervencionista do Estado brasileiro, entretanto, pode ficar mais nítida quando é analisada a trajetória anual do gasto e sua tendência.

Assim, importante passo na identificação de um padrão alocativo é a verificação de possíveis disparidades na execução da despesa pública federal, no tempo. Oscilações no dispêndio precisam ser mensuradas a partir de medidas que também possibilitem captar o tamanho da desigualdade (D) na execução orçamentária. Contudo, tal medida precisa ser acompanhada da distinção da tendência (T) da despesa no tempo. Ou seja, além da medição da assimetria do gasto efetivo (volumes de execução orçamentária), necessário se faz identificar se determinada modalidade de dispêndio registrou *aumento* ou *redução* ao longo de determinado período. Dessa maneira, o *perfil do gasto* (PG) foi definido em termos formais como:

$$P_G = f(D) + f(T)$$

Com o intuito de capturar possíveis disparidades do dispêndio público por função no tempo, recorreu-se a medidas estatísticas sob a lógica de indicadores de escala. Ademais, medidas de desigualdade possuem a desejável propriedade de não dependerem da média da distribuição. Seguindo o exemplo metodológico de Arretche (2010), optou-se pela adoção do coeficiente Gini, por ser, além de uma medida escalar, sensível a mudanças em torno da moda. Isso possibilita que a distância de valores em torno dessa medida de tendência central, por representar a maior parte dos dados, possa determinar adequadamente o tamanho da assimetria temporal na alocação das despesas. Além disso, trata-se de uma medida de ampla utilização na literatura que aborda medições de disparidades, nas mais diversas variáveis. Considerando, portanto, uma distribuição de dados a partir de uma curva de Lorenz, o coeficiente Gini pode ser calculado como:

$$G_i = 1 - \sum_{k=1}^n (X_k - X_{k-1}) (Y_k + Y_{k-1})$$

Onde G é coeficiente Gini, X consiste na proporção acumulada da variável *tempo* e Y corresponde à proporção acumulada do *gasto público* em determinada área de atuação do Estado.

Contudo, a sensibilidade do coeficiente Gini aos valores centrais da distribuição o torna menos eficaz quando se deseja captar as disparidades entre valores que se encontram à esquerda da curva de distribuição de dados, ou seja, baixos valores absolutos. Visando a preencher esta lacuna, recorreu-se a medidas de entropia, como o índice de Theil-T. De maneira formal, este índice é definido como:

$$T_T = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\frac{\chi_i}{\bar{\chi}} \cdot \ln \frac{\chi_i}{\bar{\chi}} \right)$$

Sendo = índice de Theil-T

= o valor da despesa em determinado ponto no tempo

$$\bar{\chi} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \chi_i \quad \begin{array}{l} = \text{gasto médio por função} \\ N = \text{a quantidade de anos.} \end{array}$$

O índice de Theil-T mensura quanto o gasto público observado se afastou de uma distribuição perfeitamente uniforme, apontando assim para padrões alocativos distintos da natureza. Dessa forma, acredita-se que a opção por essas medidas de assimetrias conjuntamente possibilitou identificar o grau de volatilidade da despesa por função no tempo.

Ambos os indicadores se configuram em níveis escalares que variam entre 0 e 1, onde, quanto mais próximo de zero, menor é a concentração dos valores de determinada variável, ou seja, menor é a desigualdade. Por outro lado, quanto mais próximo da unidade, maior é a dispersão dos gastos empreendidos. Aplicando esses índices para os valores reais absolutos de execução orçamentária por função, obtiveram-se os resultados do padrão do dispêndio nas duas últimas décadas, expostos na Tabela 1.

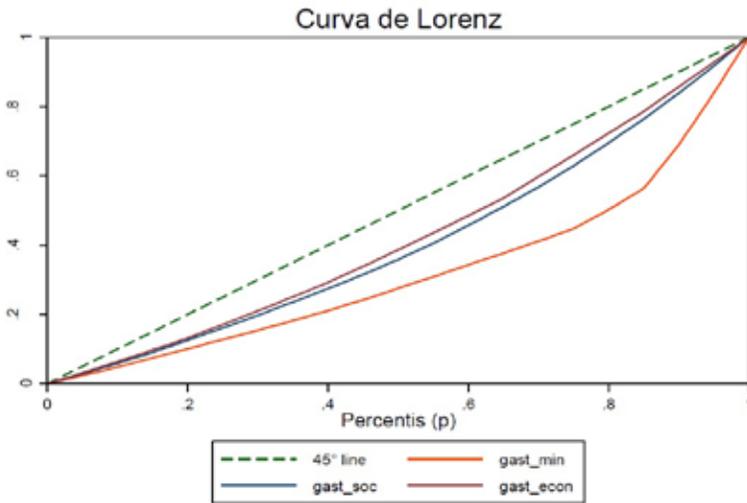
Tabela 1: Nível de Desigualdade Temporal do Gasto Público - 1995 a 2014.

Natureza do Gasto	Medida de Desigualdade	
	Gini	Theil-T
Mínimo	0.357	0.258
Social	0.187	0.053
Econômico	0.152	0.036

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Observou-se que o *gasto mínimo* apresentou maior disparidade, em detrimento das demais áreas do *Estado em ação*. Esse gasto apresentou um comportamento consideravelmente distinto, registrando um coeficiente Gini duas vezes superior ao registrado pelos demais e um índice de Theil-T de quatro a sete vezes acima do *gasto social* e do *gasto econômico*, respectivamente. Por seu turno, o *gasto econômico* mostrou-se aquele com menor volatilidade ao longo da série selecionada, sendo acompanhado, nesse padrão temporal, pelo *gasto social*, embora em nível superior de disparidade. Dessa forma, as medidas de assimetrias (coeficiente Gini e do índice de Theil-T) apontam para um padrão de intervenção estatal mais regular nos valores destinados às funções de Estado na área *social* e *econômica* do que em sua atividade *mínima*. A curva de Lorenz ressalta a identificação desse comportamento do gasto por função (cf. Gráfico 2).

Gráfico 2

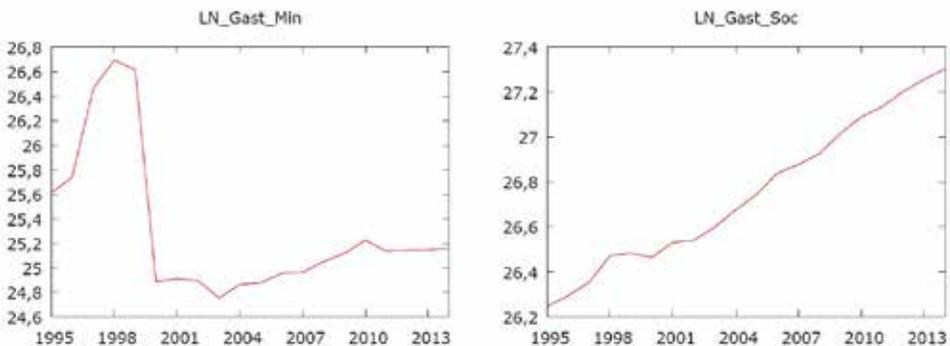


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

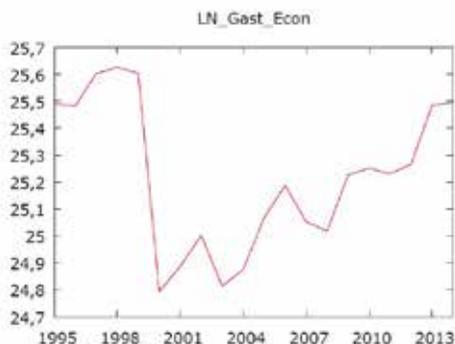
Embora tenha-se constatado que o gasto econômico mostrou-se regular ao longo da série analisada (cujas medidas de assimetrias foram as mais baixas), foi observado que essa modalidade de gasto não apresentou, em termos reais, mudanças significativas quanto ao volume de execução orçamentária no tempo, não registrando assim uma tendência nítida, nem ascendente nem decrescente. Por outro lado, considerando a combinação de uma baixa medida de desigualdade associada a uma trajetória definida ao longo da série histórica (Gráfico 3), apenas o *gasto social*, com trajetória regular e gradual, apresentou padrão de consolidação ascendente de *policies*.

Gráfico 3

Trajetória do Gasto Público por Função do Estado (Mínimo, Social, Econômico) - 1995 a 2014. (Valores em escala logarítmica).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.



A análise da evolução do dispêndio federal, portanto, permitiu captar o encolhimento das despesas mínimas do Estado e o crescimento contínuo da intervenção estatal, mediante a consolidação de uma rede social de proteção, com o *gasto econômico* mantendo-se estável no tempo, com volumes de execução muito próximos entre os anos, embora com trajetória irregular.

Tabela 2: Comportamento do Gasto Público por Função - 1995 a 2014.

Natureza do Gasto	Tendência	Medida de Desigualdade		Padrão no Tempo
		Gini	Theil-T	
Mínimo	Redução	0.357	0.258	Irregular
Social	Crescimento	0.187	0.053	Contínuo
Econômico	Estabilidade	0.152	0.036	Irregular

Fonte: Elaborado pelos autores.

O perfil do gasto social brasileiro parece resultar de um legado prévio de políticas (*policy feedback*) decorrente da consolidação de visões sobre a magnitude do orçamento e do escopo dessa área de atuação do Estado. A decisão de gasto no presente vem reproduzindo o gasto passado, com aumentos regulares, mas com variabilidade reduzida, dando um contorno incremental à construção da rede social de proteção no país. Os dados, portanto, parecem apontar o fato de que, nas duas últimas décadas, o *welfare state* brasileiro foi erigido para além dos matizes ideológicos do governo de plantão, como resultado da geometria variável nas negociações políticas em torno do tema. Afinal, “a política (política prévia) pode definir o poder político por meio da *definição da agenda pública* [grifo nosso], padrões de conflito de grupos de interesse, influência ou mudança nas regras formais, definição prévia de alocação de recursos, capacidade incremental, etc.” (Sátyro 2006: 72).

Por sua vez, a institucionalização do escopo e do orçamento do *welfare state* no Brasil, em boa medida derivado da Constituição de 1988, parece ter importante papel no processo de alocação de recursos, como destaca parte da literatura (ALESINA et. al. 1999; HALLERBERG e MARIER 2004), com os instrumentos de regulação orçamentária e vinculações de despesa atuando na configuração de um perfil expansionista, porém marginal, no orçamento público social. Parece que um suporte empírico para este argu-

mento é estimar a despesa futura para essa natureza de dispêndio. Destarte, qual a previsão do comportamento do gasto social no médio prazo? Verificar-se-á o mesmo padrão de crescimento? Buscou-se responder a tais questões na próxima seção.

3 - PARA ONDE CAMINHA O GASTO SOCIAL BRASILEIRO?

Considerando que, nas duas últimas décadas, o gasto social brasileiro apresentou um perfil incremental, como resultado do legado de políticas prévias, buscou-se, a partir de projeções da execução orçamentária desse dispêndio, verificar se as configurações de forças políticas que o definiram como incremental se mantêm no tempo. Para o mapeamento dessa trajetória futura, recorreu-se à análise dos dados sob o esquema dos modelos dinâmicos com processo autorregressivo integrado e de média móvel (ARIMA).

Definiu-se que, sendo $\ln G_t$ o logaritmo natural do gasto público no ano t , a regressão é modelada como:

$$\ln G_t = \alpha_0 + \rho \ln G_{t-1} + u_t \quad (1.1)$$

Com o coeficiente de autocorrelação da defasagem $|\rho|$ podendo variar entre o e 1, e $i = 1, 2, 3, \dots, K$

Por seu turno,

$$\Delta^d \ln G_t = (\rho - 1) G_{t-1} + u_t \quad \text{com } d = 0 \quad (1.2)$$

Onde $(\rho - 1) = \emptyset$ e $\Delta^d \ln G_t = (\ln G_t - \ln G_{t-1})$

É possível então reescrever (1.1), em termos gerais, como:

$$\ln G_t = (\alpha_0 + \sum_{i=1}^k \emptyset_i \ln G_{t-i}) + u_t \quad \text{com } u_t \sim i.i.d(0, \sigma_u^2) \quad (1.3)$$

Constatando-se a inexistência de *passeio aleatório* na série original, ao se rejeitar a hipótese nula da existência de raiz unitária, quando da análise do correlograma das funções de autocorrelação (FAC) e de autocorrelação parcial (FACP), (1.3) pode ser reescrita. Neste caso, o modelo de estimação passou a ser definido como:

$$\ln G_t = \alpha + \emptyset \ln G_{t-1} + u_t \quad (1.4)$$

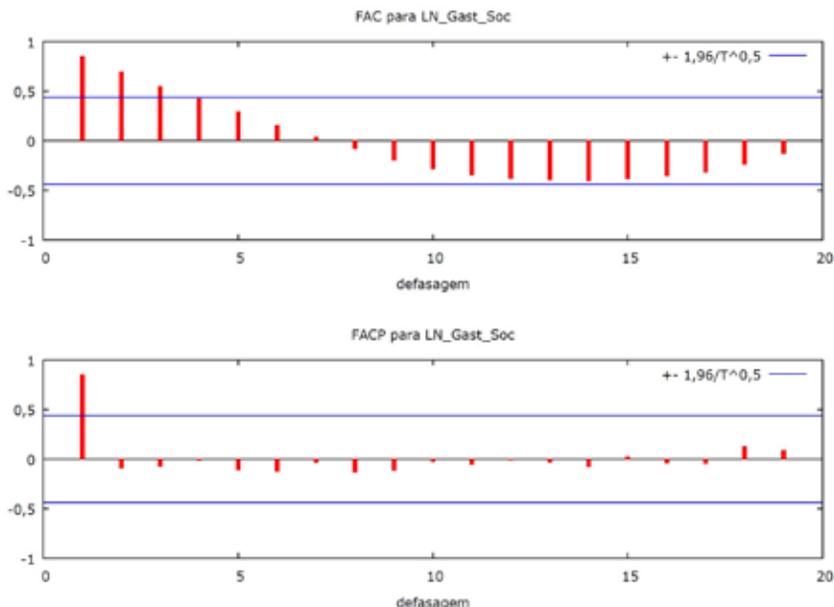
Entretanto, a série original do *gasto social* não é estacionária em nível. A análise do correlograma da função de autocorrelação e da função de autocorrelação parcial – juntamente com seus intervalos de confiança – revelou que a série em estudo torna-se estacionária apenas quando integrada em segunda ordem (Gráfico 4) (Ver testes de raiz unitária no anexo 1 deste trabalho). Diante disto, o modelo de estimação foi definido como ARIMA (2,2,3), com termo constante, conforme abaixo:

$$\ln \Delta^d G_s_t = \alpha_0 + \emptyset_1 \ln G_s_{t-1} + \emptyset_2 \ln G_s_{t-2} + u_t + \theta_1 u_{t-1} + \theta_2 u_{t-2} + \theta_3 u_{t-3} \quad (1.4.1)$$

Onde $d = 2$

Por sua vez, visando a não suavizar as oscilações na série (dessazonalização), optou-se por não incluir variáveis *dummies* nos modelos de regressão. Assim, procedendo à estimação dos parâmetros do modelo ARIMA (2,2,3) pelo método OLS (*ordinary least squares*), foram obtidos os coeficientes e seus respectivos testes de significância, conforme exposto na Tabela 3.

Gráfico 4: Função de Autocorrelação (FAC) e Função de Autocorrelação Parcial (FACP) do Gasto Social do Brasil (1995 a 2014).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3: Modelo Estimado para o Gasto Social - ARIMA (2,2,3)

Parâmetros	Coefficientes	Erro Padrão	z	p-valor
Constante	0.001018	0.0012381	0.823	0.4108
ϕ_1	-1.360500***	0.186392	-7.299	0.0000
ϕ_2	-0.652064***	0.167930	-3.883	0.0001
θ_1	0.982843***	0.369071	2.663	0.0077
θ_2	-0.982842***	0.315068	-3.119	0.0018
θ_3	-1.000000***	0.368948	-2.710	0.0067
Média da var. dependente	0.000002			
Média de inovações	-0.001576			

continua...

...continuação

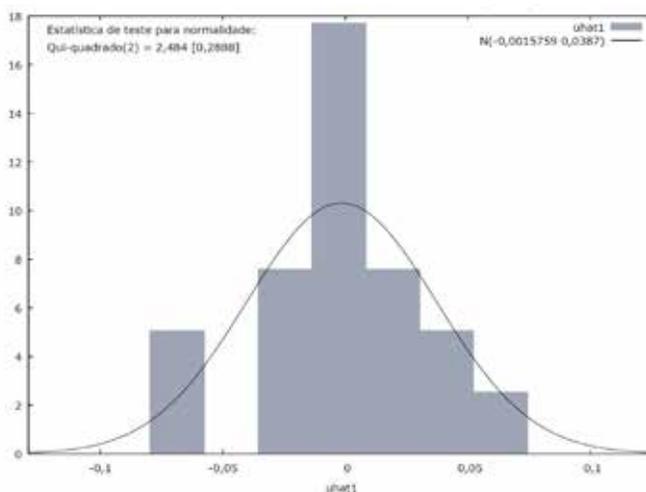
Parâmetros	Coefficientes	Erro Padrão	z	p-valor
Desvio padrão var. dependente	0.046490			
Desvio padrão das inovações	0.022443			
Log da verossimilhança	38.60863			
Critério de Schwarz	-56.98466			
Critério de Akaike	-63.21726			
Critério de Hannan-Quinn	-62.35787			
Número de Observações	20			
Teste LM para autocorrelação				
H_0 = sem autocorrelação				
$\chi^2(2) = 0.43648$				
Ljung-Box Q = 0.8039				

Fonte: Elaboração dos autores.

*Estatisticamente significativo no nível de 1%. Estimação usando do filtro de Kalman (Máxima Verossimilhança Exata) e erros padrão baseados na Hessiana.

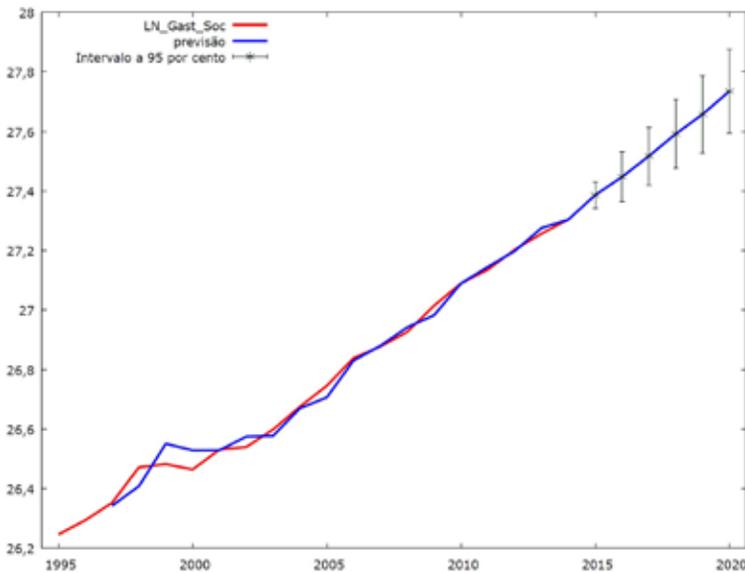
O bom ajustamento do modelo pode ser comprovado através do Gráfico 5, que exhibe a normalidade dos resíduos do modelo ARIMA (2,2,3). Observada a adequação da escolha do modelo de estimação, na sequência projetou-se o comportamento futuro do *gasto social* no Brasil para um horizonte de médio prazo (próximos seis anos) e foi possível detectar uma “tendência incremental crescente” dessa modalidade de despesa (Gráfico 6). Os dados parecem apontar – *ceteris paribus* – para a manutenção do padrão cooperativo nas arenas decisórias acerca da construção da rede social de proteção no Brasil. Para o médio prazo, portanto, espera-se a manutenção da trajetória crescente, regular, e gradual da despesa de *welfare* no país.

Gráfico 5: Normalidade dos Resíduos do Modelo ARIMA (2,2,3)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 6: Projeção para o Gasto Público Social até 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores.

É importante destacar que a estimação do gasto social para os próximos seis anos foi realizada em escala logarítmica, pois o objetivo primário da projeção não foi identificar valores absolutos dessa modalidade de despesa, mas, antes, identificar sua trajetória temporal. Assim, percebeu-se que a curva do gasto social, *ceteris paribus*, manterá as mesmas características das duas últimas: tendência ascendente, com crescimento regular e gradual. Parte da literatura empírica –Castro et. al. (2012), Avelino (2005, 2000) – já havia identificado a trajetória crescente do gasto social no Brasil. Porém, esses trabalhos não elaboraram uma projeção da despesa futura com essa natureza de gasto, em que identifica-se aqui a manutenção de sua trajetória progressiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu em uma análise exploratória do comportamento do gasto público federal brasileiro no período de 1995 a 2014, focalizando na despesa de *welfare*, com vistas à estimação de seu comportamento futuro. Desagregando o gasto público federal em áreas de atuação do Estado (*mínimo, social, econômico*), recorreu-se à função de densidade kernel e à medida de desigualdade, amplamente utilizadas na literatura para identificar a configuração da intervenção estatal no país.

A análise exploratória dos dados no período em tela possibilitou identificar, em certa medida, a saída do Estado de sua atividade econômica, além do encolhimento de suas despesas mínimas, e o crescimento contínuo da intervenção estatal mediante a consolidação de uma rede social de proteção. Essa abordagem descritiva por natureza do gasto público possibilitou, para além das oscilações do dispêndio governamental em

nível agregado, mapear a redefinição do padrão alocativo do Estado brasileiro, no que tange as suas funções.

Por sua vez, estimando o comportamento do *gasto social* para o médio prazo (seis anos), mediante a utilização de modelo dinâmico com processo autorregressivo integrado e de média móvel (ARIMA), foi possível identificar, *ceteris paribus*, a manutenção de um padrão consolidado nas arenas decisórias acerca dessa modalidade de despesa. Essa configuração no ambiente decisório parece ser capaz de manter o dispêndio de *welfare* no Brasil crescente, regular e gradual, no médio prazo.

Todavia, não sem reparos, chegou-se a tais considerações. A natureza meramente descritiva da pesquisa não possibilitou o pleno reconhecimento de causalidades e de que variáveis interferiram – e em que magnitude – na configuração atual do gasto público no Brasil. Ademais, a utilização de uma série temporal curta para a estimação do gasto social futuro e a definição do recorte analítico sobre a categorização do que é assimétrico na execução orçamentária limitam as conclusões do trabalho. Contudo, acredita-se que a pesquisa em tela contribui para a literatura empírica, ao tratar a trajetória da despesa pública federal a partir da natureza da intervenção estatal, bem como por corroborar parte da literatura sobre o perfil temporal do gasto social no país.

ANEXOS

Anexo 1: Teste de Raiz Unitária para *Gasto Social* em Segunda Diferença.

Teste	Valor Crítico			Teste	Valor
	1%	5%	10%		
ADF Aumentado	-3.750	3.000	-2.630	<i>tau</i>	-5.963
KPSS	0.689	0.487	0.359	<i>razão-t</i>	0.105
AIC					-58.4135
BIC					-57.5231
HQC					-58.2907

Fonte: Elaborado pelos autores.

A hipótese nula de existência de uma raiz unitária na série de gasto público social foi rejeitada pelo teste ADF Aumentado no nível de 1%. Por sua vez, o teste KPSS, realizado como reforço estatístico para a identificação de uma série temporal estacionária, e que tem como hipótese nula a estacionariedade da série, foi aceita até no nível de 10%. Em suma, a série temporal do gasto público social, em segunda diferença, é uma série estacionária, afastando a possibilidade de resultados espúrios no modelo.

ANEXO 2

Estimativa para o Gasto Social Brasileiro até 2020. (*Gasto Social* em escala logarítmica)

Ano	Gasto Social	Previsão	Erro padrão	Intervalo a 95%
1995	26,246210	-		
1996	26,293941	-		
1997	26,352736	26,342689		
1998	26,471770	26,408596		
1999	26,482323	26,550945		
2000	26,464424	26,528832		
2001	26,531062	26,529257		
2002	26,539854	26,574907		
2003	26,598626	26,577420		
2004	26,675578	26,670035		
2005	26,745334	26,706388		
2006	26,838929	26,830486		
2007	26,877265	26,879895		
2008	26,926553	26,942120		
2009	27,014753	26,982767		
2010	27,089635	27,089087		
2011	27,134999	27,145015		
2012	27,202714	27,197652		
2013	27,256109	27,275292		
2014	27,303882	27,303531		
2015		27,385844	0,022443	27,341857 - 27,429831
2016		27,446863	0,042771	27,363034 - 27,530693
2017		27,516799	0,049651	27,419485 - 27,614113
2018		27,591328	0,058713	27,476252 - 27,706404
2019		27,656862	0,066075	27,527358 - 27,786366
2020		27,734706	0,071653	27,594269 - 27,875143

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Para intervalos de confiança de 95%, $z(0,025) = 1,96$.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Welles Matias de Abreu, NEIVA, Vinícius Mendonça, LIMA, Nerylson. 2012. Modelos de tomada de decisão no processo orçamentário brasileiro: uma agenda de pesquisa. *Revista do Serviço Público – ENAP*, v. 63, n. 2: 135-155.

- ABRÚCIO, Fernando Luiz. 2007. A trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reforma. *RAP - Revista de Administração Pública*, Edição Especial: 67-86.
- ABRÚCIO, Fernando Luiz. 2005. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. *Revista de Administração Pública - RAP*, v. 39, n. 2: 401-420.
- ALESINA, Alberto, HAUSMANN, Ricardo, HOMMES, Rudolf, STEIN, Ernesto. 1999. Budget institutions and fiscal performance in Latin America. *Journal of Development Economics*, v. 59.
- ARRETCHE, Marta. 2010. Federalismo e Igualdade Territorial: Uma Contradição em Termos?. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 3: 587 - 620
- AVELINO, George Filho. 2005. The effects of capital mobility, trade openness, and democracy on social spending in Latin America, 1980-1999. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 3: 625-641.
- AVELINO, George Filho. 2000. *Economic Crisis, Democratization, and Social Expenditure in Latin America, 1980-1994*. Tese d(Doutorado), Stanford University, Reino Unido.
- BATISTA, Cristiane. 2008. Partidos Políticos, Ideologia e Política Social na América Latina: 1980-1999. *Revista Dados*, v. 51, n. 3.
- BERGH, Andreas, Christian Bjørnskov. 2011. Historical Trust Levels Predict the Current Size of the Welfare State. *Kyklos*, v. 64, n. 1: 1-19.
- BORGES, André. 2011. The Political Consequences of Center-Led Redistribution in Brazilian Federalism: The Fall of Subnational Party Machines. *Latin American Research Review*, v. 46: 21-45.
- CASTRO, Jorge Abrahão de, RIBEIRO, José Aparecido Carlos, CHAVES, José Valente, DUARTE, Bruno Carvalho. 2012. *Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010*. IPEA - Nota Técnica n. 11.
- DRAZEN, Allan e ESLAVA, Marcela. 2010. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. *Journal of Development Economics*, v. 92: 39-52.
- DOWNS, Anthony. 1957. *An economic theory of democracy*. New York: Harper.
- FAN, Shenggen, Neetha Rao. 2003. Public spending in developing countries: Trends, determination and impact. *IFPRI Environment and Production Technology Division Discussion Paper*, n. 99. *International Food Policy Research Institute*, Washington, D.C.
- GONZÁLEZ, Lucas. 2017. Electoral Competition and Social Spending in the Argentine Provinces. *Journal of Politics in Latin America*, v. 9, n. 1: 91-124.
- HALLERBERG, Mark, Patrik Marier. 2004. Executive authority, the personal vote, and budget discipline in Latin American and Caribbean countries. *American Journal of Political Science*, v. 48: 571-587.
- HICKS, A. e SWANK. 1984. Government Redistribution in Rich Capitalist Democracies. *Policy Studies Journal*, 13: 265-86.
- HIROI, Taeko. 2009. Exchange rate regime, central bank independence, and political business cycles in Brazil. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, n.1: 1-22.
- HUBER, Evelyne, MUSTILLO, Tom e STEPHENS, John D. 2004. Determinants of Social Spending in Latin America and the Caribbean. ENCONTRO DA SOCIETY FOR THE ADVANCEMENT OF SOCIO-ECONOMICS, Washington, D.C., 8-11 de julho, e CONGRESSO INTERNACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION - LASA, Las Vegas, 6-10 de outubro.

- KING, Gary, KEOHANE, Robert O., VERBA, Sidney. 2009. El diseño de la investigación social: la inferencia científica en los estudios cualitativos. Madrid: Alianza Editorial.
- MATIAS-PEREIRA, José. 2008. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, E.U.A. e União Europeia. *Revista de Administração Pública – RAP*, v. 42, n. 1: 61-82.
- PATERNOSTRO, Stefano, RAJARAM, Anand, TIONGSON, Erwin R. 2007. How Does the Composition of Public Spending Matter?. *Oxford Development Studies*, v. 35, n.1: 47-80.
- REZENDE, Fernando A. da Silva. 1971. A evolução das funções do governo e a expansão do setor público brasileiro. *Revista Pesquisa e Planejamento*, v. 1, n. 2: 235-282.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2008. Teoria comparada e a economia política da expansão dos gastos públicos. *Economia Aplicada*, v. 12, n. 4: 607-633.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2004. Por que as reformas administrativas falham? Rio de Janeiro: FGV.
- REZENDE, Flávio da C. 1996. Os leviatãs estão fora do lugar. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 2: 195- 211.
- SAKURAI, Sérgio N. 2009. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Revista Economia Aplicada*, v. 39, n. 1:39-58.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte. 2006. Políticas nos estados brasileiros e gastos sociais: uma análise de série temporal com corte transversal – 1987 a 2002. In: *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Revan: 57-90.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte. 2013. Política Estadual e Desigualdade: por que alguns estados redistribuem mais do que outros?. *Revista Dados*. v. 56, n. 3: 497-530.
- SILVA, Romildo Araújo, Jorge Abrahão Castro. 2008. Evolução e Dinâmica do Gasto Público no Brasil: Análise pela Metodologia da Despesa Efetiva do Governo Federal (1995-2005). ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA – ENAPG/ANPAD, Salvador/BA.
- SILVERMAN, B. W. 1986. *Density Estimation for Statistics and data Analysis*. New York: Chapman & Hall.
- TANZI, Vito, SCHUKNECHT, Ludger. 2000. Public Spending in the 20th Century: A Global Perspective. Cambridge University Press: Cambridge-U.K.
- TSEBELIS, George, Erick C.C. Chang. 2004. Veto players and the structure of budget in advanced industrialized countries. *European Journal of Political Research*, v. 43: 449-476.
- ZUCCO JR. Cezar e POWER, Timothy. 2009. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1: 218-246.

NEM SÓ DE VERDE SE FAZ O MEIO AMBIENTE: ARQUEOLOGIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL¹

ANA CRISTINA ROCHA SILVA
ELIVALDO SERRAO CUSTODIO
EDINALDO PINHEIRO NUNES FILHO

RESUMO

O artigo versa sobre a definição de meio ambiente e a participação da arqueologia nos procedimentos de licenciamento ambiental. Objetiva descrever as etapas do estudo arqueológico em meio às fases do licenciamento ambiental, bem como discutir como a tutela da legislação ambiental, através da Portaria IPHAN n. 230/2002, refletiu no quadro das pesquisas arqueológicas no Brasil e no Amapá. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com tratamento qualitativo dos dados. O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 2002 a 2013. O estudo indicou que a criação da Portaria IPHAN n. 230/2002 refletiu-se em aspectos positivos e negativos para o patrimônio arqueológico no Brasil. Embora tenha sido revogada pela Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015, ao identificar e demarcar o tempo dos estudos arqueológicos em meio ao processo de licenciamento ambiental, a Portaria IPHAN n. 230/2002 foi um importante instrumento de proteção, uma vez que minimizou os impactos sobre o patrimônio arqueológico, em um contexto de avanço dos projetos desenvolvimentistas no país.

PALAVRAS - CHAVE

Meio ambiente; Arqueologia; Licenciamento Ambiental; Portaria IPHAN n. 230/2002.

NOT ONLY GREEN IS MAKING THE ENVIRONMENT: ARCHAEOLOGY AND ENVIRONMENTAL LICENSING

ABSTRACT

The article deals with the definition of the environment and the participation of archeology in the environmental licensing procedures. The text aims to describe the stages of the archaeological study in the middle of the phases of environmental licensing, as well as discuss how the protection of the environmental legislation, through the IPHAN Ordinance No. 230/2002, reflected in the framework of archaeological research in Brazil and Amapá. It is a bibliographical and documentary research, with qualitative treatment of the data. The time-cut of the survey covers the period from 2002 to 2013. The study in-

dicated that the creation of IPHAN Ordinance No. 230/2002 was reflected in positive and negative aspects for the archaeological heritage in Brazil. Although it was revoked by Normative Instruction No. 001 of March 25, 2015, by identifying and demarcating the time of archaeological studies in the midst of the environmental licensing process, IPHAN Ordinance No. 230/2002 was an important instrument of protection once which minimized the impacts on the archaeological heritage in a context of advancement of development projects in the country.

KEYWORDS

Environment; Archeology; Environmental licensing; IPHAN Ordinance n. 230/2002.

SOBRE OS AUTORES

ANA CRISTINA ROCHA SILVA

Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPa). Bolsista da CAPES. Mestra em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá. Licenciada e Bacharel em História pela Faculdade de Macapá. Professora Assistente II do Colegiado de História do campus Binacional da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tinastn@hotmail.com.

EDINALDO PINHEIRO NUNES FILHO

Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teologia pela Faculdades EST em São Leopoldo-RS/Brasil. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pedagogo, Matemático, Teólogo. Docente da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED). Atualmente é coordenador e professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Madre Tereza em Santana-AP/Brasil. Editor Associado da Revista Identidade da Faculdades EST. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (Serviços Educacionais – GPER), do Grupo de Pesquisa Identidade (Faculdades EST), do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES-UNIFAP) e do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq).E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com.

ELIVALDO SERRAO CUSTODIO

Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teologia pela Faculdades EST em São Leopoldo-RS/Brasil. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pedagogo, Matemático, Teólogo. Docente da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED). Atualmente é coordenador e professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Madre Tereza em Santana-AP/Brasil. Editor Associado da Revista Identidade da Faculdades EST. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (Serviços Educacionais – GPER), do Grupo de Pesquisa Identidade (Faculdades EST), do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES-UNIFAP) e do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq).E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

SUBMETIDO EM

Março de 2016

APROVADO EM

Março de 2017

1 - INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da definição de meio ambiente e da participação da arqueologia no processo de licenciamento ambiental no Brasil. O objetivo do trabalho é descrever as etapas do estudo arqueológico em meio às fases do licenciamento ambiental, com base nas orientações da Portaria IPHAN n. 230/2002. Ainda, pretende discutir como a criação dessa portaria refletiu no quadro das pesquisas arqueológicas no país e no Amapá.

A metodologia utilizada constou de pesquisa bibliográfica e documental, com tratamento qualitativo dos dados. O recorte temporal do estudo compreende o período de 2002 a 2013. Esse intervalo foi eleito por representar, respectivamente, a data da criação do instrumento legal que disciplinou as etapas dos estudos arqueológicos no processo de licenciamento ambiental (Portaria IPHAN n. 230/2002) e o período de execução deste estudo.

Adiante, o texto possui cinco seções. Na primeira delas, tem-se o esclarecimento da definição atual de meio ambiente e de seu caráter holístico. Na segunda seção, discute-se a inserção da arqueologia em meio aos procedimentos de licenciamento ambiental, bem como são descritas as etapas do estudo arqueológico nesse processo. Na terceira seção, destaca-se a realidade das pesquisas arqueológicas no país e no Amapá, após a criação da Portaria IPHAN n. 230/2002.

A quarta seção é dedicada à definição da arqueologia de contrato e ao esclarecimento das implicações da mesma no âmbito da arqueologia enquanto uma ciência autônoma. Na sequência, a quinta seção apresenta algumas reflexões acerca das fragilidades da arqueologia de contrato, destacando a importância do meio especializado para a construção de uma postura crítica da disciplina frente aos trabalhos de licenciamento ambiental. Por fim, a sexta seção traz as considerações finais.

2 - O MEIO AMBIENTE COMO UM TODO

Em geral, a expressão meio ambiente remete à ideia de paisagens naturais, florestas, rios, animais e outros. Embora essa representação não esteja equivocada, ela não representa a concepção de meio ambiente em sua plenitude. No Brasil, após um período de intenso debate e amadurecimento conceitual, a expressão ganha significação ampla na década de 1980, a partir da Lei n. 6.938/1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente. De acordo com a referida lei, meio ambiente passa a ser o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL 1981).

Ainda na mesma década, conforme indica Fiorillo (2009), a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) recebe a conceituação ofertada pela Lei n. 6.938/1981 e define, em seu artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL 1988). Além de estabelecer o meio ambiente como um direito difuso (art.225), a CF/1988 garante, ainda, o exercício dos direitos culturais a todos (art.215) e define como patrimônio cultural as mais variadas manifestações culturais existentes por todo o território nacional (BRASIL, 1988).

Assim, embora disciplinados por artigos diferentes na CF/1988, meio ambiente (art. 225) e patrimônio cultural (art. 216) são temas indissociáveis por serem essenciais à dignidade da pessoa humana e por estarem vinculados à qualidade de vida. Nessa lógica, de acordo com Miranda (2009: 12), meio ambiente é tudo aquilo que “cerca e condiciona o homem em sua existência, no seu desenvolvimento na comunidade a que pertence e na interação com o ecossistema que o cerca”.

Isso posto, Miranda (2009) explica que, para fins protetionais, a concepção de meio ambiente tornou-se extremamente ampla e foi dividida em vários aspectos, com o

único objetivo de facilitar a identificação de atividades degradantes e dos bens agredidos. Desse modo, criou-se o meio ambiente natural (ou físico), o meio ambiente do trabalho, o meio ambiente artificial e o meio ambiente cultural. Em consonância com essa concepção alargada, Souza Filho (1999: 24) defende que “entendido em sua plenitude e de um ponto de vista humanista”, meio ambiente compreende não só a natureza como as modificações nela introduzidas pelo ser humano.

A partir dessa compreensão, é claro que a definição de meio ambiente abrange todos os bens naturais ou culturais. Portanto, ao respeitar-se a amplitude do termo, um bem ambiental pode ser desde “o solo, as águas, a flora, a fauna, as belezas naturais e artificiais, o ser humano, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico, monumental, arqueológico, espeleológico, paleontológico”, até as áreas urbanas das cidades contemporâneas (Miranda 2006: 13). Logo, é essencial assimilar que um bem ambiental abrange uma infinidade de aspectos que estão para além das características verdes, tão enraizadas na percepção do senso comum.

3 - O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Ao conceber o caráter abrangente de meio ambiente, o direito ambiental atua como um guarda-chuva na proteção de todos os bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Por atuar nessa trincheira, no processo de planejamento econômico e territorial do país, a legislação ambiental não permite que se considerem apenas os interesses e necessidades de empreendedores. A esse respeito, Caldarelli (2007: 156) explica que variáveis importantes para o bem-estar público também devem ser observadas, dentre elas tem-se “um ambiente equilibrado e saudável e o respeito ao patrimônio cultural da sociedade brasileira”.

Por conta disso, o Estado Brasileiro, através da resolução 01/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), criou uma estratégia de controle para impedir abusos contra o patrimônio nacional. Nos termos de Bastos (2007a: 17), essa resolução tornou obrigatório o licenciamento ambiental no processo de implantação de qualquer empreendimento que represente riscos à qualidade ambiental de um espaço.

Em observância às variáveis importantes para o bem-estar público, a Resolução CONAMA n. 01/1986 inseriu o estudo arqueológico entre estudos que compõem o licenciamento ambiental do local a ser afetado por um empreendimento. O objetivo central dessa inserção é a identificação das variáveis culturais e a garantia do pleno exercício dos direitos culturais, estabelecidas pelo artigo 215 da CF/1988 a todos os cidadãos.

Assim, a partir da Resolução CONAMA n. 01/1986, o acesso à licença ambiental para a execução de alterações no uso do solo no Brasil passou a estar vinculado ao subsídio de levantamentos arqueológicos, com vistas à identificação dos impactos de grandes empreendimentos sobre os bens culturais que testemunham o passado da nação. Na condição de gestor oficial dos recursos culturais do país (incluindo-se aí os recursos arqueológicos), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) criou a Portaria n. 230/2002.

A criação dessa portaria objetivou dar cumprimento à Resolução CONAMA n. 01/1986. Dessa maneira, a Portaria IPHAN n. 230/2002 tornou obrigatória a compatibilização do estudo arqueológico em meio às três fases do licenciamento ambiental, a saber: a) Licença Prévia (LP), b) Licença de Instalação (LI) e c) Licença de Operação (LO). Essa compatibilização ocorre por etapas, as quais estão descritas adiante e são fundamentadas a partir de Bastos (2007 b).

3.1 - LICENÇA PRÉVIA (LP)

De acordo com Bastos (2007b: 33-34), a fase de obtenção da Licença Prévia (LP) destina-se à realização do Diagnóstico Arqueológico¹, que é a primeira ação sistemática de reconhecimento do potencial arqueológico de um espaço. Essa fase abrange o levantamento sistemático de dados secundários e trabalhos de reconhecimento de campo, além de estratégias oportunistas e prospecções em superfície. Durante esses procedimentos de levantamentos, ações de Educação Patrimonial são incorporadas, sempre que possível. Também são realizadas as atividades de laboratório e gabinetes, com análise do material arqueológico coletado durante o levantamento. Este momento visa a avaliar o potencial arqueológico da área, sendo contemplado durante a realização do licenciamento ambiental nos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e produção do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Programa de Resgate Arqueológico.

3.2 LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)

Essa etapa corresponde ao momento de implantação do Programa de Prospecção² com previsão da execução do Programa de Resgate³ Arqueológico. No dizer de Bastos (2007b: 34), é nessa fase que são eleitas as prioridades de relevância e significância dos sítios identificados durante o Diagnóstico Arqueológico da LP. Essas prioridades irão orientar a fase seguinte, da Prospecção Arqueológica e do Resgate Arqueológico. Aprofunda-se, nesse momento, o diagnóstico arqueológico realizado na LP. Logo, são realizadas prospecções sistemáticas para confirmar e identificar os sítios arqueológicos cadastrados, sua natureza, complexidade e tamanho.

A prospecção arqueológica é uma das etapas mais importantes, pois é nela que se decide quais elementos deverão ser incorporados à memória nacional através do procedimento do resgate e quais deverão ser objeto de conservação. Eventualmente, quando não houver outra opção, ainda é nessa etapa que se elegem os sítios que poderão ser suprimidos em função do interesse público. Durante o Resgate Arqueológico e sempre que possível, o responsável pela escavação deverá realizar a conservação arqueológica *in situ*, ou seja, garantir a preservação do patrimônio arqueológico no local onde ele foi encontrado.

Em meio a esse processo, também se faz a recomendação de Educação Patrimonial com operários da obra e com a comunidade da área a ser atingida pelo empreendimento em construção. Durante esta etapa, são realizadas as atividades de laboratório, com análise e estudo de material arqueológico coletado durante o resgate arqueológico. Ao final desta etapa, conforme Bastos (2007), o empreendedor já pode solicitar a Licença Ambiental de Operação (LO) para funcionamento do empreendimento.

3.3 - LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

1 O Diagnóstico Arqueológico pode ser superficial e aprofundado, engloba desde atividades de laboratório (estudo de mapas, plantas da área e artefatos arqueológicos), pesquisa em bibliotecas, sites de internet especializados, como também atividades de reconhecimento da área objeto da pesquisa, com levantamento arqueológico.

2 A Prospecção Arqueológica é a simples localização e o cadastro de sítios arqueológicos. Todavia, existem tipos de prospecções, como prospecção com sondagens, com alguns cortes-testes, ou seja, escavação de uma pequena área para avaliar o potencial arqueológico, se positivo ou negativo.

3 O Resgate Arqueológico é a fase na qual são realizadas as escavações dos sítios escolhidos durante a LI. A participação da comunidade deve ser assegurada nesta etapa, respeitando-se, todavia, a segurança dos vestígios arqueológicos.

Esta fase compreende a instalação do empreendimento, com as obras de engenharia (construção de canteiro de obras, acampamentos, supressão vegetal, etc.) e construção do empreendimento. Ocorre a continuação da execução das atividades do Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e definido durante a LI. Durante e depois da LO, a partir das atividades de campo e laboratório, a equipe arqueológica faz a publicação dos resultados parciais e finais da pesquisa arqueológica. Ocorre também a montagem de exposições museológicas para divulgação da pesquisa junto à comunidade atingida com o empreendimento. Nesta etapa, o empreendedor fica responsável pela guarda do acervo arqueológico. Logo, se necessário for, ele deve possibilitar a ampliação ou construção de unidade museológica específica para o caso.

Descritas as etapas de compatibilização dos estudos arqueológicos em meio ao processo de licenciamento ambiental, observa-se que a Portaria IPHAN n. 230/2002 “identificou e demarcou o tempo dos estudos arqueológicos a serem realizados para a obtenção de licenças ambientais” (Bastos 2007b: 32). Logo, o patrimônio arqueológico tinha nela um importante instrumento de defesa frente a obras com potencial para causar danos à sua matriz (o solo).

No Estado do Amapá, tem-se um exemplo concreto da aplicação e submissão da Portaria IPHAN n. 230/2002 pela constituição do Museu Histórico do Município de Ferreira Gomes. Criado e construído com recurso financeiro privado da Ferreira Gomes Energia S.A., o espaço visa à musealização do material arqueológico resgatado da área de afetação da Hidrelétrica de Ferreira Gomes, construída no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes.

Já construído, mobiliado e aguardando apenas a inauguração, o referido museu histórico abrigará parte do acervo arqueológico resgatado durante a execução do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área de Influência Direta da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes. O projeto de salvamento arqueológico foi realizado por uma equipe de pesquisadores e discentes de graduação do curso de História, através do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP), da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, no período de 2010 a 2014.

O resultado do projeto culminou na localização de dez sítios arqueológicos na Margem Direita (MD) do rio Araguari e seis sítios arqueológicos na Margem Esquerda (ME) do mesmo rio. Assim, o estudo arqueológico na área de afetação da Hidrelétrica de Ferreira Gomes-AP identificou o total de 16 sítios arqueológicos localizados nas duas áreas (MD e ME), sendo que 15 desses sítios foram resgatados e estudados (Nunes Filho 2014).

Ao efetivar a instalação do museu e honrar com o compromisso de patrocinar a exposição permanente do acervo arqueológico resgatado da área de implantação da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes⁴, a empresa Ferreira Gomes Energia sinalizou ter cumprido, de modo adequado, as exigências da Portaria IPHAN n. 230/2002. Importa destacar que, além da construção e aquisição da mobília do prédio do museu histórico, a empresa também é a responsável financeira por todos os serviços/atividades de montagem e manutenção da referida exposição.

4 - A PESQUISA ARQUEOLÓGICA A PARTIR DA PORTARIA IPHAN N. 230/2002

Após a criação da Portaria IPHAN n. 230/2002, um fenômeno é observado no Bra-

4 Atualmente, o acervo arqueológico resgatado durante a pesquisa de campo na área da hidrelétrica está sob a guarda do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP/UNIFAP).

sil: a obrigatoriedade da compatibilização dos estudos arqueológicos junto ao licenciamento ambiental aumentou consideravelmente o número de pedidos de autorização do IPHAN para a realização de projetos arqueológicos. De acordo com Migliacio (2011), no período de 1991 a 2001, o IPHAN expediu 142 licenças para a realização de estudos arqueológicos. Após a criação da Portaria IPHAN n. 230/2002, a demanda teve um salto crescente.

Importa mencionar que esse aumento está relacionado com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Instituído em janeiro de 2007, o PAC foi um conjunto de políticas econômicas que objetivaram acelerar o crescimento econômico do Brasil. Até 2010, o programa previa investimentos de aproximadamente R\$ 503,9 bilhões. Tamanho investimento vislumbrava um crescimento do PIB de 5% ao ano.

O setor de infraestrutura foi uma das prioridades do PAC, de modo que ferrovias, rodovias, portos, hidrelétricas, termoeletricas e outros receberam investimentos por todo o país. Por sua vez, as obras decorrentes da implantação desses projetos de infraestrutura demandaram a avaliação arqueológica das áreas a serem afetadas. Segundo Migliacio (2011), só no ano 2007, data de lançamento do primeiro ano do PAC, 525 licenças para estudos arqueológicos foram emitidas pelo IPHAN. Em 2010, esse número quase dobrou e, em 2011, continuou a crescer.

Adiante, o Gráfico 1 revela o cenário indicado por Migliacio (2011). Portanto, não há como dissociar o crescimento na expedição de autorizações para pesquisas arqueológicas dos procedimentos vinculados aos serviços de licenciamento ambiental. Como desenvolvido a seguir, compreende-se que essa demanda crescente possui aspectos positivos e negativos que merecem ser discutidos.

Gráfico 01: Projetos de Arqueologia - total de permissões e autorizações por ano (1991-2012)

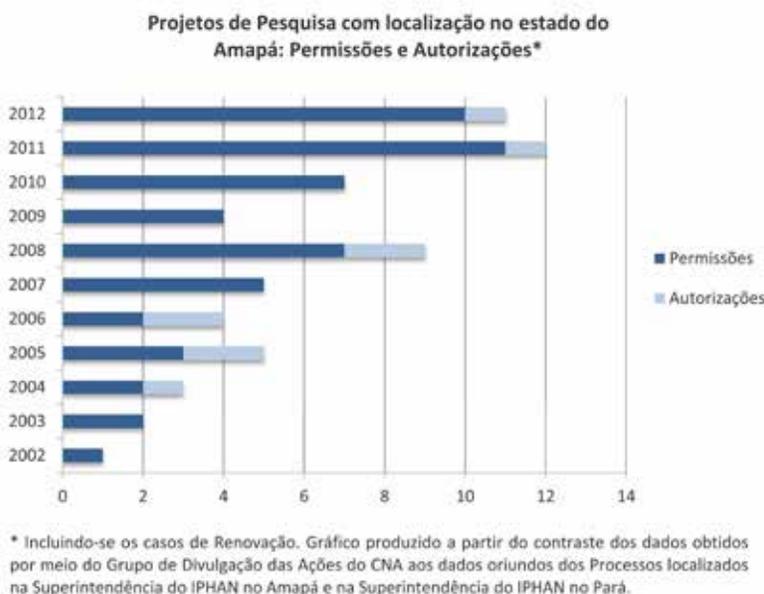


Fonte: Polo (2014: 37).

Segundo Migliacio (2011), até o ano de 2011, 22 mil sítios arqueológicos já haviam sido identificados em todo o Brasil. Considerando o ínfimo número de recursos destinados à pesquisa científica no país, é certo que a identificação de todas essas áreas não seria possível sem o investimento feito pelas empresas interessadas no licenciamento ambiental. Logo, o conhecimento produzido a partir da identificação de todos esses sítios arqueológicos destaca-se como um desdobramento positivo do fenômeno observado pós Portaria IPHAN n. 230/2002.

No Amapá, o fenômeno destacado no Gráfico 1 também é observado. Como demonstra o Gráfico 2, após a exigência dos estudos arqueológicos em meio aos trabalhos de licenciamento ambiental, é crescente a quantidade de expedição de permissões e autorizações para pesquisas arqueológicas nesse estado.

Gráfico 2: Projetos de pesquisa com localização no Amapá - permissões e autorizações (2002-2012)

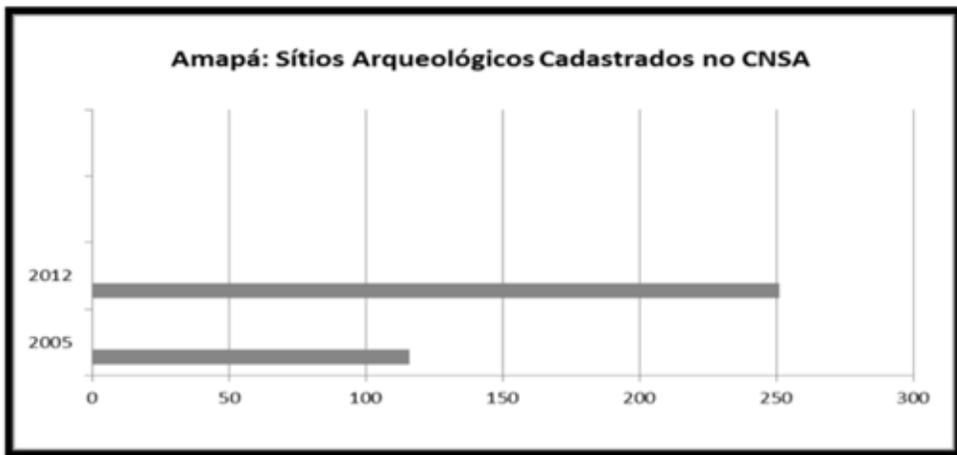


Fonte: Polo (2014: 184).

O contexto provocado pela demanda exposta no Gráfico 2 tornou possível o crescimento do número de sítios identificados no Amapá. Aliada à implantação e à solidificação dos dois únicos centros de pesquisas arqueológicas locais⁵ (Silva; Custódio 2016), a publicação da Portaria IPHAN n. 230/2002 refletiu-se no total de sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos (CNSA). Como exposto no Gráfico 3, em 2005 – dois anos após a publicação da portaria –, o CNSA registrava a identificação de 116 sítios arqueológicos no Amapá. Em 2012, esse número cresceu para 251, representando um acréscimo de 135 sítios (IEPA 2012: 27).

5 Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP/UNIFAP) e Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Amapá (NUPARQ/IEPA/GEA).

Gráfico 3: Amapá - sítios arqueológicos cadastrados no CNSA (2005-2012)



Fonte: Elaborado a partir de dados do IEPA (2012).

Ainda sobre o número de sítios cadastrados no CNSA, Silva e Custódio (2016) esclarecem que a quantidade de 251 não representa mais o total real de sítios arqueológicos identificados no Amapá. Conforme esses autores, a estimativa é de que mais de 400 sítios já tenham sido identificados. Ao considerar-se que os trabalhos ligados à arqueologia preventiva concentram o maior foco de atividade dos dois núcleos de pesquisas arqueológicas existentes no estado em tela, Silva (2014) associa o crescimento na identificação de sítios aos efeitos da Portaria IPHAN n. 230/2002.

No Amapá, os investimentos aplicados na arqueologia, por meio dos estudos de impacto ambiental, estão permitindo o desenvolvimento de pesquisas importantes. Um exemplo a ser destacado é o estudo na área de afetação das empresas Mineração Pedra Branca do Amapari Ltda (MPBA) e Amapá Mineração (MMX), ambas situadas na região do Amapari, no centro-oeste do estado. Ao cumprir o estudo arqueológico que compunha as fases de licenciamento ambiental dessas mineradoras, Nunes Filho (2010) constatou aspecto singular do modo de vida dos grupos pré-coloniais que habitaram o lugar, há milhares de anos.

De acordo com Nunes Filho (2010), no meio especializado, muito se evidencia a capacidade dos grupos pré-coloniais da várzea Amazônica em superar as limitações ambientais. Para o autor, em geral, essa competência não era atribuída aos grupos que viviam na terra firme. Chocando-se com essa perspectiva, as pesquisas arqueológicas realizadas por Nunes Filho (2010) na região do Amapari revelaram que, tal como os grupos de várzea, os grupos pré-coloniais que habitaram a terra firme daquela região também conseguiram superar suas limitações ecológicas.

A partir do cultivo de plantas e manejo ambiental, esses grupos otimizaram seus recursos naturais sem o comprometimento da existência e da qualidade do ecossistema em que estavam inseridos (Nunes Filho 2010). Tendo em vista que a região do Amapari está localizada em uma área de difícil acesso, cuja logística para a realização de pesquisas é dispendiosa, o financiamento do estudo por parte das empresas identificadas anteriormente foi fundamental para as descobertas evidenciadas. Contudo, conforme discutido

adiante, o incremento dos estudos arqueológicos no país pelos procedimentos de licenciamento ambiental tem impactado o desenvolvimento da arqueologia enquanto ciência autônoma. Em vista disso, é mister que se compreenda e reflita a respeito dessa conjuntura.

5 - SOBRE A ARQUEOLOGIA DE CONTRATO

A arqueologia desenvolvida junto a projetos de infraestrutura é denominada *arqueologia de contrato* (AC). De acordo com Gnecco e Dias (2015: 4), esse tipo de arqueologia é “[...] uma forma de relação na qual a arqueologia oferece serviços profissionais aos projetos de desenvolvimento (estradas, oleodutos, linhas de transmissão elétricas, hidroelétricas, entre outros)”. Desse modo, para Oliveira (2015: 358), a AC consta de uma modalidade da prática arqueológica que pode ser apresentada como uma “Arqueologia Empresarial”, uma vez que é realizada a partir da racionalidade empresarial e de mercado.

Nos termos de Oliveira (2015), ao considerar-se essa lógica, o trabalho do arqueólogo é objeto de comercialização. Portanto, com base nesse autor, entende-se que, no âmbito da AC, a dinâmica comercial pressupõe a presença de relações complexas envolvendo “[...] contratantes/clientes/patrões e contratados/negociantes/empregados” (Oliveira 2015: 358), em torno de um parecer técnico-científico com autoridade para ditar o futuro de determinado empreendimento.

Conforme Bezerra (2015), na América do Sul, a maior parte dos projetos de pesquisa arqueológica está associada com a AC. Segundo indica essa autora, em alguns países, esses projetos chegam a representar cerca de 70 a 95% de todas as atividades arqueológicas. Isto posto, é nítido que, nos países do sul geopolítico do planeta, a AC está conectada com o avanço do capitalismo e com as consequências do desenvolvimento.

Nesse contexto, o meio especializado (Bezerra 2015; Fausto 2015; Gnecco; Dias 2015; Oliveira 2015) tem sinalizado preocupações frente ao risco da AC limitar o caráter científico da arqueologia e reduzi-la a uma tecnocracia perigosa do ponto de vista social, ético e científico. Ao analisar os quatro argumentos centrais que justificam a AC no Brasil⁶, Gnecco e Dias (2015) ratificam a existência de uma articulação com a lógica da modernidade e do capitalismo. Embora a AC tenha expandido o mercado de trabalho para os profissionais da arqueologia, na avaliação dos autores, essa expansão tem gerado efeitos colaterais danosos.

Um deles é a transformação curricular nos cursos de arqueologia, sobretudo os de graduação. Para Gnecco e Dias (2015), os currículos são criados ou adaptados para servir às necessidades contratuais. Assim, criam-se programas de curta duração com ênfase técnica, a fim da produção em massa de arqueólogos para atuar nas empresas de contrato. Segundo os autores (Gnecco e Dias 2015: 4), tais ações colaboram para a formação de profissionais acríticos, “[...] aptos a inserir-se em uma estatura piramidal na qual só proporcionam um serviço neutro e objetivo, determinado e avaliado pelos administrados situados muito acima deles”.

Nos termos de Gnecco e Dias (2015), esse processo fragiliza a relação entre arqueologia e antropologia. Ainda, reduz as oportunidades da arqueologia na reconstrução de seu mecanismo metafísico e ontológico (marcado pela hierarquia e neocolonialidade), diminuindo o caráter crítico dessa ciência diante da ordem global. Nas palavras dos au-

6 Os quatro argumentos são: i) ampliação do mercado de trabalho para os profissionais de arqueologia; ii) expansão do entendimento do passado; iii) salvamento da perda definitiva de um patrimônio em risco eminente e inevitável; e IV) promoção de educação patrimonial.

tores, “essa situação extraordinária tem transformado, vergonhosamente, o que antes era uma relação puramente acadêmica, em uma relação capitalista” (Gnecco e Dias 2015: 5).

Ao ter-se em vista as peculiaridades da Amazônia, região em que está localizado o estado do Amapá, essas problemáticas merecem reflexões urgentes por parte do meio especializado. Na região como um todo, os projetos de desenvolvimento abarcam territórios de populações tradicionais, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros coletivos humanos que possuem íntima relação com a natureza. Inclusive, os três maiores símbolos do PAC estão na região, a saber: as Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia; e a Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Nesse enquadramento territorial, notadamente, a lógica desenvolvimentista tem pressionado populações locais e provocado processos de expropriação, espoliação e insustentabilidade nos aspectos humano e ambiental (Castro et al. 2014; Santos 2017; Simonian; Costa; Baptista 2013; Simonian; Baptista 2015). Em meio a essa tendência, há casos em que a arqueologia tem somado para que se negligenciem os direitos de populações locais, tais como os povos originários. Exemplo disso é o caso denunciado por Fausto (2015) sobre a violência praticada contra os indígenas que habitam a bacia do rio Xingu.

De acordo com Fausto (2015), no ano de 2004, apesar da Convenção 169 da OIT, os povos do Xingu foram surpreendidos pela implantação de uma barragem no rio Culue-ne. Por ter sido o primeiro local de realização do Quarup, a área era considerada sagrada para os indígenas. Em função disso e dos inúmeros impactos ambientais que o empreendimento causaria aos povos do Parque Indígena do Xingu, os indígenas atuaram ativamente no sentido de barrar a obra.

A despeito da luta e da pauta de reivindicação dos indígenas, o estudo de impacto ambiental da hidrelétrica foi aprovado e ela foi construída. Conforme esclarece Fausto (2015), o parecer emitido por meio da avaliação arqueológica da área foi decisivo para esse desfecho. Indo de encontro com a história oral e o com o etnoconhecimento dos indígenas, o laudo concluiu que o local sagrado deles não seria afetado pela obra. Repleto de deficiências e erros, o documento afirmou que o território reclamado se localizava fora da área de afetação do empreendimento, apesar das evidências indicando o contrário e das duras críticas do Ministério Público Federal sobre os resultados do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Tal enredo fez o autor concluir que, “[...] em ciência de contrato o mais importante é o contrato e não a ciência” (Fausto 2015: 211). Por conta desse e de outros casos de violação de direitos ambientais e culturais, é cada dia mais urgente que arqueólogos reflitam sobre a função social de seu ofício, de modo a não reduzi-lo a uma simples técnica. Nessa direção, há de se reconhecer que a arqueologia é um fenômeno sociocultural, tal como defende Castañeda (2008). Encarada dessa maneira, ela pode somar nas discussões sobre os direitos fundamentais de populações atingidas por empreendimentos que ambicionam o “desenvolvimento” e acabam negligenciando modos diferentes de perceber, pensar e agir no mundo.

Na Amazônia, aliás, estudos recentes constatarem a existência de uma carga simbólica significativa na relação entre as populações locais e o patrimônio arqueológico (Bezerra 2017, 2014; Cabral 2014; Leite 2014; Moraes; Bezerra 2012; Schaan; Marques 2012; Silva; Garcia 2015). Portanto, na atualidade, refletir a função social da arqueologia é gerar possibilidades para a construção de uma nova agenda política dessa ciência nos países do sul, tal como incentiva Salerno (2012). A pensar-se com essa autora, permitir o ingresso da ética e da justiça social no âmbito da arqueologia corresponde ao combate das assimetrias construídas pela prática tradicional da ciência. Ainda, é engendrar processos de negociação e criação de sentidos em torno da materialidade arqueológica, de maneira a reconhecer distintos modos de cognição em torno da mesma.

Como visto até aqui, a Portaria IPHAN n. 230/2002 provocou o incremento das pesquisas arqueológicas no Brasil, ocasionando mudanças pontuais no cenário de desenvolvimento das mesmas. A título de exemplo, na década de 2000, mais de 90% dos projetos de arqueologia encaminhados ao IPHAN estavam relacionados com o licenciamento ambiental (Oliveira, 2015; Silva, 2007). Nesse contexto, é claro que, no país, a localização de sítios está sendo priorizada para atender à necessidade de elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Nesses estudos, apesar de a legislação ambiental (juntamente com outros instrumentos legais) prever medidas que garantam a proteção e o estudo prévio de sítios arqueológicos ameaçados de destruição, raros são os casos em que o empreendedor decide realizar modificações no projeto para preservar a integridade física de um sítio. A esse respeito, Silva (2007: 68) ressalta que “o peso da balança não pende para o prato da arqueologia e sempre tende em favor das ações e decisões de base econômica” (Silva 2007: 68).

No que tange a essa temática, o estudo de Polo (2014) é elucidativo e aponta para a proeminência das obrigações compensatórias sobre as demais soluções oferecidas pelo Termo de Ajuste de Conduta (TAC), quando da existência de condutas ilícitas praticadas contra o patrimônio arqueológico. Logo, parece que, em se tratando desse bem cultural, a destruição tem um preço que pode ser valorado. Fragilidades do tipo levam Fonseca (2005: 74) a observar que, mesmo havendo todo um aparato legal, os “direitos culturais no Brasil não passam de direitos fracos”, sendo a redação do artigo 215 da CF/1988 “meras declarações de boas intenções”. Pelo exposto, revelam-se os aspectos negativos existentes pós Portaria IPHAN n. 230/2002.

Não se pode negar que a inserção do patrimônio cultural no entendimento de meio ambiente é um avanço importante para a proteção e o estudo dos sítios arqueológicos. Contudo, embora a Portaria n. 230/2002 tenha se constituído como uma importante estratégia para inserir os estudos arqueológicos no processo de licenciamento ambiental, é certo que as pesquisas realizadas a partir desse contexto:

[...] não conseguem dar conta do potencial cultural/arqueológico das áreas afetadas e, quando muito, permitem que sejam feitos o estudo parcial de um pequeno percentual dos sítios ameaçados e o conhecimento da existência de tantos outros, que são destruídos. Não é uma modificação na lei que vai resolver esse assunto, mas sim uma política articulada entre governos, arqueólogos e iniciativa privada. É preciso haver uma política de preservação forte, que dê condições à arqueologia de assentar um diálogo a respeito das decisões, em pé de igualdade com as outras áreas envolvidas na construção desses empreendimentos (Silva 2007: 68).

Ainda a respeito dos estudos arqueológicos em meio ao processo de licenciamento ambiental, importa esclarecer que, por conta do aumento da demanda de pedidos de portaria de pesquisa arqueológica, da complexidade da emissão de licenças ambientais e do aumento de processos de pedido de licenciamento ambiental em todo o Brasil, o Governo Federal instituiu a Portaria Interministerial⁷ n. 60, de 24 de março de 2015 e, logo depois, o IPHAN instituiu a Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015.

7 Esta portaria foi assinada pelos titulares dos Ministérios do Meio Ambiente, Justiça, Cultura e Saúde, estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

Esses dois instrumentos normativos provocaram a revogação da Portaria IPHAN n. 230/2002 e passaram a reger os procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN durante os processos de licenciamento ambiental. Portanto, os processos de licenciamento ambiental em âmbito federal, estadual e municipal e a emissão de portarias ambientais (LP, LI e LO) tiveram de se adequar aos novos procedimentos administrativos da PI n. 60/20015 e IN n. 001/2015, sem esquecer a Lei Complementar n. 140⁸, de 8 de dezembro de 2011, que estabelece que os três entes federados deverão possuir normas próprias sobre os licenciamentos ambientais a seu cargo.

Por fim, a PI n. 60/20015 e IN n. 001/2015 provocaram uma alteração significativa no fluxo dos processos de pedidos de portaria de pesquisas arqueológicas decorrentes do licenciamento arqueológico. A IN n. 001/2015 passou a definir a manifestação do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental em todos os níveis (federal, estadual e municipal). A partir da referida instrução normativa, as Secretarias Ambientais Estaduais e Municipais somente emitirão Licenças Ambientais depois de consultar o IPHAN, que, por sua vez, poderá recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental e apontar a existência de eventuais impedimentos, indicando, quando possível, as iniciativas que poderão solucionar o problema.

Embora não se despreze a importância dos diagnósticos realizados no âmbito do licenciamento ambiental, entende-se que a arqueologia não pode deixar-se limitar a realizar apenas levantamentos. Como já sinalizou Silva (2007: 66), essa limitação pode fazer com que “a quantidade pese mais que a qualidade”. Neste ponto, importa destacar que não é intenção deste trabalho reforçar a polarização do debate entre os que são contra ou a favor da arqueologia de contrato.

Em consonância com a ampla definição de meio ambiente já discutida aqui, viu-se a existência de uma série de instrumentos legais que disciplinam a prática arqueológica no processo de instalação de empreendimentos de infraestrutura. Logo, considerando a existência de previsão legal para a prática da arqueologia de contrato, compreende-se que restringir o debate à rotulação de vilões e mocinhos é ação infrutífera.

Nessa direção, indo ao encontro com o que defendem Silva (2007) e Oliveira (2015), compreende-se que, diante do fenômeno do crescimento de pesquisas arqueológicas para fins de licenciamento ambiental, os profissionais de arqueologia devem unir forças no sentido de manter uma postura crítica sobre a arqueologia de contrato. Ademais, devem apresentar instrumentos de ação capazes de garantir a autonomia da arqueologia enquanto disciplina científica, de modo a não se submeterem às imposições de empreendedores.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O amadurecimento das questões ambientais permitiu a incorporação da relação cultural entre homem e meio ao entendimento contemporâneo de meio ambiente. Tal fato garantiu aos bens culturais uma proteção qualificada, pois além de possuir instrumentos próprios que disciplinam sua gestão, o patrimônio cultural (material ou imaterial) também passa a ser tutelado pela legislação ambiental.

8 A Lei Complementar n. 140 fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.

A conotação holística de meio ambiente inseriu nos trabalhos de licenciamento ambiental o estudo arqueológico de áreas a serem impactadas por projetos de engenharia. Assim, o responsável pela implantação de projetos dessa natureza passou a ser obrigado a subsidiar o levantamento arqueológico da área de afetação do seu empreendimento. Nesse contexto, a portaria IPHAN n. 230/2002 surgiu para apontar e delimitar as etapas dos estudos arqueológicos nas fases da obtenção das licenças ambientais.

Após a criação dessa portaria, observa-se um crescimento vertiginoso das pesquisas arqueológicas por todo o território nacional. Esse fenômeno apresenta aspectos positivos e negativos. A identificação de novos sítios e a produção de conhecimento, a partir do estudo deles, constitui-se como o aspecto positivo do fenômeno citado. No entanto, por estar inserida em uma lógica comercial e ter limitações para dar conta do potencial cultural/arqueológico das paisagens afetadas por grandes empreendimentos, o meio especializado tem sinalizado o caráter acrítico da arqueologia de contrato e o enfraquecimento de seu caráter científico.

Nessa lógica, nos trabalhos oriundos dessa modalidade de arqueologia, não é raro que os interesses econômicos de empreendedores prevaleçam sobre os interesses científicos da disciplina. Fato que se caracteriza como o aspecto negativo observado pós Portaria IPHAN n. 230/2002. Diante de tal aspecto, não é objetivo deste texto desqualificar a arqueologia de contrato. Aqui, a intenção é apontar as fragilidades existentes, a fim de se revelar a urgência da união de forças do meio especializado em favor de uma prática que reforce a autonomia e o engajamento social da arqueologia. Só essa prática permitirá o desenvolvimento de trabalhos críticos e com eco junto aos anseios dos coletivos humanos próximos a sítios arqueológicos afetados por projetos de desenvolvimento.

Ainda, embora tenha falhas e não esteja mais em vigor, há de se reconhecer que a Portaria IPHAN n. 230/2002 não deixou de ser um instrumento importante para o acesso e fruição dos bens culturais arqueológicos. Ao identificar e demarcar o tempo das pesquisas realizadas no âmbito do licenciamento ambiental, ela minimizou os impactos sobre o patrimônio arqueológico, em um contexto de avanço dos projetos desenvolvimentistas no país.

Por fim, ainda que a arqueologia de contrato obedeça uma lógica colonial e centrada na preocupação do registro arqueológico (Bezerra 2015; Gnecco; Dias 2015), acredita-se que, se executada a partir de uma perspectiva mais simétrica e com princípios éticos, sociais e científicos sérios, é possível até que ela se transforme em uma estratégia de resistência frente aos efeitos negativos do desenvolvimento. Para isso, contudo, a aproximação com a antropologia é imperativa e o aperfeiçoamento dos instrumentos legais é essencial.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Rossano Lopes. 2007a. Representações sociais, patrimônio arqueológico e arqueologia pública. In BASTOS, Rossano Lopes; BRUHNS, Katianne; TEIXEIRA, Adriana (Org). *Arqueologia na ótica institucional: Iphan, contrato e sociedade*. Erechim, RS: Habilis: 9-29.
- BASTOS, Rossano Lopes. 2007b. Arqueologia pública. In BASTOS, Rossano Lopes; BRUHNS, Katianne; TEIXEIRA, Adriana (Org). *Arqueologia na ótica institucional: Iphan, contrato e sociedade*. Erechim, RS: Habilis: 31-39.
- BEZERRA, Márcia. 2017. *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém-PA: GKNoronha.
- BEZERRA, Márcia. 2015. Na beira da cava: arqueologia, educação patrimonial e direi-

- tos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2: 216-228. Disponível em: <<https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/437>> . Acesso em: 22 set. 2016.
- BEZERRA, Márcia. 2014. As cores do passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da vila de Joanes, ilha do Marajó, Brasil. *Amazonica*, Belém, v. 6, n. 2: 418-441. Dossiê: arqueólogos e comunidades locais na Amazônia. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/issue/view/99>. Acesso em: 22 set. 2016.
- BRASIL. 2001. *Constituição de 1988*: Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. – Ed. Atual - dezembro de 2000. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- BRASIL. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, v. 119, n. 167: 16509, 2 set. 1981. Seção 1.
- CABRAL, Mariana Petry. 2014. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. *Amazonica*, Belém, v. 6, n. 2: 314-331. Dossiê: arqueólogos e comunidades locais na Amazônia. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/issue/view/99>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- CALDARELLI, Solange Bezerra. 2007. Pesquisa arqueológica em projetos de infraestrutura: a opção pela preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. n. 33: 153-173.
- CASTANEDA, Quetzil. E. 2008. The “Ethnographic Turn” in Archaeology: research positioning and reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In: Castaneda, Q.E. & Matthews, C.N. (eds.) – *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Altamira Press: 25-61.
- CASTRO, Edna Ramos et al. 2014. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI. *Paper do NAEA*, n. 343: 1-26. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/418>>
- FAUSTO, Carlos. 2015. Da responsabilidade social de antropólogos e arqueólogos: sobre contratos, barragens e outras coisas mais. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2: 202-215. Disponível em: <<https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/436>>. Acesso em: 25 nov. 2016.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. 2009. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Saraiva.
- GNECCO, Cristobal; DIAS, Adriana Schimidt. 2015. Sobre Arqueologia de Contrato. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 2: 03-19, dez. Disponível em: <<https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/425>>. Acesso em: 22 set. 2016.
- IEPA. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – Núcleo de Pesquisa Arqueológica. *Arqueologia e socialização na implantação de um centro de pesquisa no Amapá*, 2012. Disponível em: <http://curarq.files.wordpress.com/2012/10/nucleopesquisaarqueologicaiepa_dossiepremioiphan_2012.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.
- LEITE, Lúcio Flávio Siqueira Costa. 2014. *Pedaços de pote, bonecos de barro e encantados em Laranjal do Maracá, Mazagão-Amapá*: perspectivas de uma Arqueologia pública na Amazônia. Belém, 154 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará.

- MIGLIACIO, Maria Clara. 2011. *Sítio arqueológico trava licença para obras*. Disponível em: <<http://geofisicabrasil.com/noticias/55-governo21/2591-sitio-arqueologico-trava-licenca-para-obras.html>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. 2009. Patrimônio cultural: um aspecto negligenciado nos estudos de impacto ambiental. *Jus Navigandi*, Teresina, n. 2.153, mai.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. 2006. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey.
- MORAES, Irislaine Pereira; BEZERRA, Márcia. 2012. Na beira da faixa: um estudo de caso sobre o patrimônio arqueológico, as mulheres e as paisagens na Transamazônica. In: SCHAAN, D. (Org.). *Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada: pesquisando ao longo das Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá*, Pará, Belém: GKNoronha: 109-134.
- NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. 2010. *Condições Ecológicas de Ocupação Humana na região do Amapari no período pré-colonial*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém.
- NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. 2014. *Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área da Hidrelétrica Ferreira Gomes*, Município de Ferreira Gomes-AP. Período: março de 2013 a março de 214. Macapá-AP: CEPAP/UNIFAP.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. 2015. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. *Amazônica v. 7, n. 2: 354-374*. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/3451>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- POLO, Mario Júnior Alves. 2014. *Dos instrumentos jurídicos e práticas do IPHAN para a arqueologia: o termo de ajustamento de conduta*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.
- SALERNO, Virginia. 2012. M. Pensar la arqueologia desde el sur. *Complutum*, v. 23, n. 2: 191-203. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/viewFile/40885/39145>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- SANTOS, Roberto Souza. 2017. A construção da rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*. V. 20, n.3: 97-114, set-dez. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4378>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- SCHAAN, Denise Pahl; MARQUES, Fernando Luiz. 2012. Por que não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 25, n. 1: 106-123. Disponível em: <<https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/342>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- SILVA, Ana Cristina Rocha. 2014. *Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico do Amapá (2005/2013): um modelo de gestão de política pública de preservação cultural*. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas). Universidade Federal do Amapá, Macapá.
- SILVA, Ana Cristina Rocha; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. 2016. O Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico e a proteção do meio ambiente cultural no Amapá. In: LOPES, José Rogério et al. (Org). *Panorama das políticas culturais e ambientais no Brasil*. Porto Alegre: Cirkula. 2 v: 37-59. Disponível em: <https://www.academia.edu/29058212/Panorama_das_Pol%C3%ADticas_Culturais_e_Ambientais_no_Brasil_-_Vol._2>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- SILVA, Fabiola Andréa.; GARCIA, Lorena Luana Wanessa Gomes. 2015. Território e memória dos Asurini do Xingu: arqueologia colaborativa na T. I. Kuatinemu, Pará. *Amazônica*, v. 7, n. 1: 74-99. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index>>.

- php/amazonica/article/view/2152>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. 2007. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33: 59-73.
- SIMONIAN, Ligia. T. Lopes; COSTA, Arley José Silveira da.; BAPTISTA, Estér Roseli. (Org). 2013. *Escudo Guianês, biodiversidade, conservação dos recursos naturais e cultura*. Belém: NAEA-UFPA; GSF.
- SIMONIAN, Ligia. T. Lopes; BAPTISTA, Estér Roseli (Org). 2015. *Formação socioambiental da Amazônia*. Belém: NAEA-UFPA. Coleção Formação Regional da Amazônia; v. 3.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. 1999. *Bens culturais e proteção Jurídica*. 2 ed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre.

ANÁLISES QUÍMICAS DE PIGMENTOS, PASTA E RESÍDUOS ORGÂNICOS EM CERÂMICA TUPINIQUIM PROVENIENTE DE BROTAS (SÃO PAULO/BRASIL)

MARIANNE SALUM
CARLOS R. APPOLONI
AGUSTIN ORTIZ
MARISA C. AFONSO

RESUMO

Nas últimas décadas, diversos estudos têm se valido de análises químicas para entender a composição de pastas cerâmicas e pigmentos. Estudos com técnicas físicas, como a fluorescência de raios X, permitem entender a composição elementar de pasta e pigmentos, enquanto estudos de resíduos de substâncias químicas, como ferro, ácidos graxos, fosfato, entre outros, são usados para determinar possíveis usos das vasilhas cerâmicas. No entanto, geralmente, essas duas técnicas analíticas não são usadas conjuntamente, pois são típicas de laboratórios com naturezas e tradições distintas, bem como a formação analítica de pesquisadores. Assim, este trabalho apresenta, concomitantemente, análise de resíduos químicos de fosfato, ácidos graxos, carbonatos, proteicos e potencial de hidrogênio (pH) e de elementos químicos componentes de pasta cerâmica e pigmentação, a fim de identificar as substâncias que indiquem a composição da argila, os pigmentos utilizados na pintura das vasilhas, com o intuito de compreender a prática cerâmica Tupi da região de Brotas, a partir das escolhas tecnológicas e dos usos das vasilhas.

As pesquisas de fluorescência de raios X mostraram a presença majoritária do elemento chave Fe, indicando o uso de óxidos desse elemento na matéria-prima, muito comum em solos tropicais. Já as análises de resíduos indicaram a presença de fosfato entre as cerâmicas com tratamento pintado e plástico, e existe uma característica comum, que é o alto índice de resíduos proteicos em vasilhas pequenas, sugerindo cocção de carnes. Observou-se que algumas peças apresentaram pastas diferentes das demais, indicando que, embora vivendo num mesmo ambiente, o grupo fez escolhas diferentes com relação à argila. Além disso, os pigmentos utilizados para a pintura eram de origem mineral e resistentes à queima cerâmica, com isso há evidência de se tratar de pintura realizada antes da cozedura. Quanto à utilização das peças, contataram-se usos distintos entre as cerâmicas com acabamento de superfície plástico, como os corrugados e unglados, e as cerâmicas que apresentavam pintura, o que foi inferido pela presença de resíduos diferentes em cada categoria de vasilha.

PALAVRAS - CHAVE

Arqueometria, Cerâmica Tupi Arqueológica, Fluorescência de raios X, Análise de resíduos.

CHEMICAL ANALYSIS OF PIGMENTS, CLAY AND ORGANIC RESIDUES IN TUPINIKIN CERAMIC OF BROTAS (SÃO PAULO-BRAZIL)

ABSTRACT

In the last few decades many studies have applied chemical analyses to understand the composition of ceramic pastes and pigments. Studies using physical techniques like X-ray fluorescence (XRF) allow the understanding of the chemical composition of paste and pigments and studies of residues of chemical substances, like iron, fatty acids, phosphate, among others, are applied to determine possible uses of the ceramic vessels. However, in general, these two analytical techniques are not used together because they are typical of laboratories with different natures and traditions, as well as the analytical formation of the researchers. So, this paper presents concomitantly the analyses of chemical residues of phosphate, fatty acids, carbonates, protein and pH and the chemical elements in the ceramic paste and pigments in order to identify the substances present in the composition of clay, the pigments used in the painting with the purpose of understand the ceramic practices of the Tupinikin people of Brotas

region, based on the technological choices and the uses. X-ray fluorescence (XRF) showed the presence of Fe as a key element indicating the use of iron oxides in the raw material, very common in tropical soils. Residue analyses indicate the presence of phosphate among the ceramics with painted and plastic surfaces and there is a common characteristic which is the high incidence of protein residues in small vessels suggesting meat cooking. Some vessels present different pastes from the others indicating that even sharing the same environment the group made different choices in relation to the clay. Also, the pigments used for the paintings were from mineral origin and resistant to ceramic firing which emphasize the idea that the painting was applied before burning. Different uses were identified among ceramics presenting plastic (corrugated and unglute) and painted surface treatments after the analysis of different residues.

KEYWORDS

Archaeometry, Tupi Archaeological Ceramics, X-ray Fluorescence, residue analysis

SOBRE OS AUTORES

MARIANNE SALUM

Doutorado em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, com estágio sanduíche (CAPES) no Programa de Arqueologia Histórica da University of Massachusetts (UMass - Boston), participando, principalmente, de atividades de arqueologia colaborativa com indígenas. Tem se dedicado aos estudos de Colonialismo e Identidade, principalmente de povos Tupi do litoral de São Paulo. Atualmente é colaboradora do projeto Ofícios del México prehispanico. Estudios etnoarqueológicos do Instituto de Investigaciones Antropológicas da Universidad Nacional Autónoma de México. Tem mestrado

em Arqueologia pelo mesmo museu (2011), com ênfase em experimentação e réplica de cerâmica arqueológica indígena. Graduação em Educação Artística pelo Centro Universitário Belas Artes (1995). Atuou como arte-educadora de 2000-2010 no SESC São Paulo.

AGUSTIN ORTIZ

Arqueólogo da Escuela Nacional de Antropología e Historia (1990), Mestre e Doutor em antropología pelo Programa de Posgrado de la Facultad de Filosofía y Letras/Instituto de Investigaciones Antropológicas de la UNAM (2015). Há 25 anos como membro do Instituto de Investigaciones Antropológicas, no Laboratório de Prospección Arqueológica, nas linhas de investigação da arqueometria, e da aplicação de técnicas de fotografia aérea e de prospecção geofísica e geoquímica na arqueologia.

MARISA C. AFONSO

Arqueóloga e Professora Associada (Livre Docente, MS-5) do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Possui graduação em Geologia (IGc/USP, 1979), Mestrado (1988) e Doutorado (1995) em Geografia pela FFLCH/USP e Livre Docência em Arqueologia Brasileira (2006) pelo MAE/USP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP e Coordenadora do Laboratório de Arqueologia da Paisagem e Geoarqueologia (Lapgeo) do MAE/USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

CARLOS R. APPOLONI

Possui Bacharelado em Física pela Universidade de São Paulo (1973), Mestrado em Física Nuclear pela Universidade de São Paulo (1976), Doutorado em Física Nuclear pela Universidade de São Paulo (1983) e Pós-Doutorado em Física Nuclear Aplicada pela Università di Roma La Sapienza (1993). É docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL) desde 1976. Criou e até o momento coordena o Laboratório de Física Nuclear Aplicada desta universidade (www.fisica.uel.br/gfna). Tem experiência na área de Física, com ênfase em Métodos Experimentais e Instrumentação para Física Nuclear e Aplicações com Radioisótopos, atuando principalmente nos seguintes temas: transmissão e espalhamento de raios gama, fluorescência de raios X, espectrometria gama, microtomografia com raios X e espectroscopia Raman.

SUBMETIDO EM

Outubro de 2016

APROVADO EM

Março de 2017

1 - INTRODUÇÃO

A arqueologia tem se utilizado das análises de resíduos químicos (inorgânicos e orgânicos) que permanecem impregnados nos solos e nos objetos para entender a conformação de áreas de atividades humanas dentro de um sítio arqueológico. Parte desses resíduos químicos é encontrada em forma de fluidos e sólidos que se fixam nos poros dos materiais arqueológicos e, ao se aplicar reagentes químicos específicos, podem ser detectados, mesmo muito tempo após terem sido utilizados. Assim, é possível identificar locais usados para a preparação de alimentos, áreas de cozimento ou mesmo locais de descarte de materiais (Barba e Lazos 2000). Da mesma forma, é possível inferir possíveis usos das vasilhas cerâmicas por meio, por exemplo, da presença ou não de resíduos proteicos, o que indica o uso com carnes

Já outras análises como a fluorescência de raios X por dispersão em energia (EDXRF) têm contribuído para o entendimento práticas cerâmicas de comunidades do passado e do presente. A partir desse tipo de análise, é possível inferir sobre a escolha das fontes de argila, correlacionando-a com suas formas e utilidade. Além disso, a origem dos pigmentos utilizados nas vasilhas permite pensar sobre as técnicas de queima, bem como sobre a função das peças.

Desse modo, este trabalho apresenta o resultado de análises químicas realizadas por princípio físico ou químico, aplicadas em cerâmicas arqueológicas Tupi, provenientes do sítio Gramado, localizado no vale médio do rio Tietê, no município de Brotas, São Paulo – Brasil, e teve como objetivo compreender a proveniência e a composição química dos sedimentos da pasta, dos pigmentos utilizados na pintura das peças, bem como de resíduos de elementos graxos, proteicos, de fosfatos, entre outros, com a finalidade de entender as práticas cerâmicas desse grupo.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As análises com provas de *spot test* para a identificação de substâncias orgânicas são uma valiosa ferramenta arqueológica que vem se desenvolvendo e sendo aplicadas há mais de duas décadas, no Laboratório de Prospecção Arqueológica do Instituto de Investigações Antropológicas da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Esta análise tem sido aplicada sistematicamente em amostras de pisos em lugares de habitação etnográficos e arqueológicos (Barba 1986; Barba y Manzanilla 1987; Barba y Ortiz 1992) e, de maneira reiterada, os resultados têm demonstrado que os resíduos químicos dessas substâncias, detectados em espaços domésticos e em vasilhas cerâmicas, podem vincular-se claramente a diversas atividades humanas. As substâncias impregnadas nos poros dos pisos e nas vasilhas cerâmicas constituem valioso indício para o entendimento do uso de espaços e de artefatos, em contextos domésticos e rituais de diversa natureza (Barba Ortiz y Manzanilla 2007; Ortiz 2015).

As provas aplicadas a recipientes cerâmicos permitem identificar o enriquecimento de substâncias orgânicas derivadas de alimentos tais como tubérculos, farinhas e bebidas fermentadas (carboidratos), gordura, resinas e azeites (ácidos graxos), carnes e sangue (resíduos proteicos), resíduos orgânicos da preparação e consumo de alimentos (fosfato) e cinzas (pH) (Obregón et al. 2011).

Os estudos com fosfato remetem ao início do século XX, principalmente com pesquisas relacionadas aos vestígios presentes nos solos. Destacam-se os achados do agrônomo Olaf Arrhenius (1926), que, durante os trabalhos agrícolas em sua propriedade, observou a existência de alto índice de fosfato no solo e, após análises detalhadas em laboratório, descobriu tratar-se de um antigo assentamento viking. Esse fato despertou o interesse de arqueólogo(a)s e geógrafo(a)s, que perceberam a importância dessa abordagem como forma de encontrar assentamentos humanos (Arrhenius 1963; Mejía-Perez e Barba 1988; Vinberg 1990).

Um dos primeiros trabalhos relevantes sobre o uso da análise química, especificamente com vasilhas cerâmicas, foi escrito por Von Stokarque, e evidenciou a presença de azeite de linhaça em recipientes vikings. Essas descobertas ressaltaram a importância de estudar os fragmentos cerâmicos antes da limpeza completa deles (Cañabate e Sánchez Vizcaíno 1995).

Já em meados de 1950, Feigl (1988) desenvolveu um método de análise chamada *spottest*, que consistia em colocar em prática resultados qualitativos oferecidos por diferenças de cor que são obtidas ao aplicar um conjunto de reativos sobre uma amostra. Posteriormente, destacaram-se outros pesquisadores, como Eidt (1977), Bakkevig (1980), Prosch-Danielsen e Simonsen (1988), que aprimoram a técnica em vários outros países (Cañabate e Sánchez Vizcaíno 1995; Barba, Ortiz y Pecci 2014).

Na década de 70 do século XX, o Instituto de Investigaciones Antropológicas da UNAM, no México, iniciou a utilização de análises químicas incorporadas ao estudo de assentamentos da época pré-hispânica. O uso de análise química tem como ponto de partida, no México, os trabalhos de Manzanillo, no Estado de Puebla, e Hirth, em Morelos. No entanto, Barba e Bello (1978) inovaram ao combinar a análise de fosfato com outras análises químicas, como carbonatos, enxofre, o pH, e cores em sítios arqueológicos de Terremote (Distrito Federal) e no Vale de Xochicalco. Outros pesquisadores buscaram combinar o grau de enriquecimento químico do solo com as atividades humanas, para entender áreas de atividade, como locais relacionados ao consumo, armazenamento, descasso, descarte ou mesmo ritual, como é o caso dos trabalhos de conjuntos residenciais Maia em Cobá (Quintana Roo) estudados por Barba e Tovalín (1987), Manzanilla e Barba (1990), bem como Teotihuacano de Oztoyohualco (Teotihuacan) de Barba et al. (1987) e Ortiz (1990) (Cañabate e Sánchez Vizcaíno 1995); e Teopanazco (Pecci 2000; Pecci, Ortiz, Barba y Manzanilla 2010; Ortiz 2015).

Assim, a identificação de resíduos químicos na cerâmica pode contribuir para o entendimento do conteúdo e da função das vasilhas cerâmicas, proporcionando resultados que, combinados com os estudos físico-químicos, descortinam questões ora de dieta e subsistência, ora de escolha de argilas e pigmentos de grupos do passado.

Outro exemplo importante refere-se ao sítio costeiro Kasteelberg (África do Sul), no qual, analisando-se a presença de uma substância escura nas cerâmicas, a partir do método de cromatografia gasosa, e estudando os ésteres metílicos dos ácidos graxos, constatou-se a presença de conteúdo de origem marinha nos recipientes e, em conjunto com outras análises, concluiu-se que os recipientes eram utilizados para servir carne de animal marinho, provavelmente de foca (Patrick et al. 1985).

No Brasil, destacam-se os trabalhos de Amenomori (2005) sobre a ocupação dos grupos pescadores-coletores pré-históricos no litoral norte de São Paulo, bem como os de Hansel et al. (2008) sobre os lipídios nas cerâmicas arqueológicas no sítio arqueológico Rio do Meio, Ilha de Santa Catarina, SC.

Desde a década de 60 do século XX, a arqueometria tem sido utilizada de forma ampla nos estudos com objetos de arte e arqueologia em todo o mundo, porém, no Brasil, somente nos anos 1990 iniciaram-se estudos mais aprofundados na área. Destacam-se os trabalhos do Laboratório de Física Nuclear Aplicada de Londrina, com fluorescência de raios X por dispersão em energia (EDXRF), cuja primeira pesquisa consistiu na aplicação da técnica com fragmentos cerâmicos arqueológicos da coleção do Museu Histórico da Universidade Estadual de Londrina (Appoloni 1997; Appoloni 2013).

A utilização de técnicas de química analítica usando princípios físicos de propriedades da matéria nos estudos de objetos de arte e conservação de objetos arqueológicos compreende uma ampla gama de possibilidades, que vão desde as técnicas termo-eletrônicas até as atômicas e nucleares. Essas técnicas podem ser destrutivas, semidestrutivas ou mesmo não destrutivas e são utilizadas para identificar tipos de materiais, técnicas, bem como a conservação preventiva de objetos de arte (Appoloni 2008).

Alguns museus do mundo já vincularam laboratórios de Física aos seus espaços de pesquisa. É possível elencar como exemplos de experiências exitosas o Museu do Louvre, de Paris, e o Metropolitan Museum of Art, de Nova York (Appoloni 2008).

Na arqueologia, a Física pode contribuir para a compreensão do ciclo de vida dos objetos cerâmicos, auxiliando na reconstrução da trajetória do artefato, a partir de escolhas tecnológicas feitas pelo grupo estudado. Métodos físicos como fluorescência de raios X por dispersão em energia (EDXRF) e transmissão de raios gama (γ) permitem, respectivamente, identificar elementos químicos presentes numa amostra cerâmica e evidenciar peculiaridades de composição da pasta (Silva et al. 2005). A EDXRF é uma técnica não-destrutiva e multielementar que, atualmente, com o desenvolvimento de detectores não-criogênicos com alta resolução em energia eletrônica nuclear compactada, sistemas portáteis possibilitam realizar as medidas *in situ* (Appoloni et al. 2001; 2007a; 2007b; Appoloni e Parreira 2007).

No Brasil, tem crescido o número de pesquisas arqueométricas aplicadas às análises de artefatos arqueológicos, ora no aprofundamento de dados referidos à utilização de fontes de argila, ora na composição da pasta e pigmento, contribuindo para o entendimento das sequências da cadeia operatória desde a escolha da matéria-prima até o uso, a manutenção e o descarte da vasilha cerâmica.

3 - ÁREA DE ESTUDO - SÍTIO GRAMADO, BROTAS (SÃO PAULO)

Gramado é um sítio arqueológico associado aos povos da família Tupí-Guaraní, mais especificamente dos povos Tupiniquim, no qual foram encontrados cerca de 4.000 fragmentos de cerâmicas em terreno utilizado atualmente para a plantação de cana-de-açúcar. Entre esses materiais, havia uma urna funerária cerâmica pouco fragmentada, com a presença de material esquelético em seu interior. O sítio situa-se no município de Brotas, que está localizado na porção sudeste do Brasil, região central do Estado de São Paulo e a noroeste da capital, na coordenada geográfica S22° 12' 46.3", W48° 12' 46.7" (longitude), 552 (altitude m), Datum: WGS 84 (figura 1.).

Na figura 1.2, observam-se dois momentos da etapa de campo. Um deles corresponde às escavações realizadas em 1994 (figura 1.2 – A e B) e apresenta a preparação do terreno, a divisão do espaço por quadras e a confecção de sondagens. Já a figura 1.2 - C e D mostra a situação da área em 2009, com plantação de cana-de-açúcar jovem e presença de material cerâmico em superfície, provavelmente movimentado pelo maquinário agrícola.

Figura 1.1 - Localização do município de Brotas no estado de São Paulo.

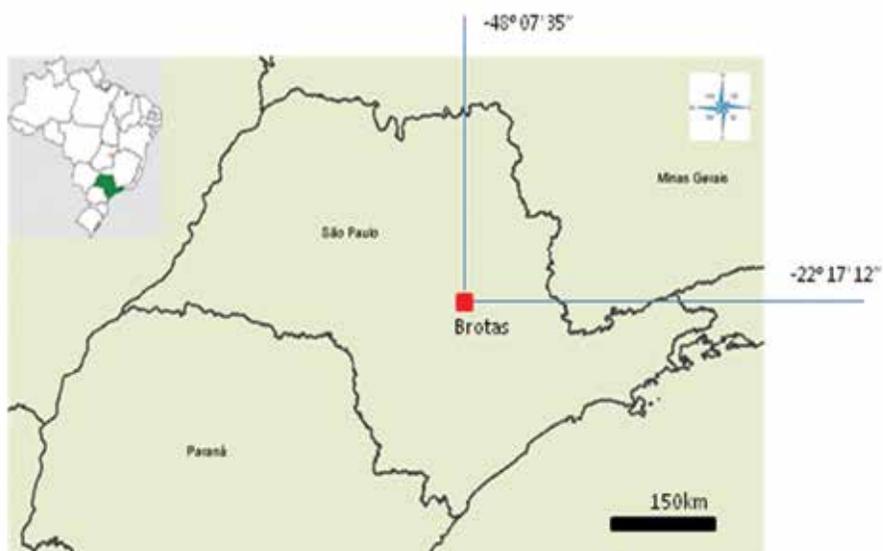


Figura 1.2 - Áreas de escavação arqueológica no sítio Gramado. A e B - Vista geral e escavação das quadras, C e D - Plantação de cana-de-açúcar e cerâmica arqueológica visível nos locais de caminhamento entre a plantação.



A região apresenta grande manancial hídrico e importante rio denominado Jacaré Pepira (palavra de origem Tupi-Guarani significando jacaré ralado, alusão às corredeiras do rio), sendo um dos afluentes do rio Tietê e um dos poucos rios não poluídos do estado de São Paulo, pertencente à bacia do rio Paraná.

Foram realizadas duas datações por termoluminescência na Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – Centro Paula Souza, coordenado por Hatsue Tatumi:

- 190 ± 20 anos BP (FATEC, número LVD 592) Afonso (2005).

- 400 ± 9 anos BP Sallum (2009).

A datação mais antiga está relacionada aos povos Tupinikin que viveram na região no século XVII. Já, a mais recente compreende ao período colonial.

4 - MATERIAIS E MÉTODOS

Para a identificação de resíduos químicos, aplicou-se a técnica desenvolvida por Barba (2000), no Laboratório de Prospecção Arqueológica da Universidad Nacional Autónoma de México (Barba et al. 1991). Foram feitas provas em 15 fragmentos de cerâmica para identificar as concentrações das substâncias químicas e a associação destas que originam os compostos químicos, tais como carbonatos, fosfatos, silicatos, entre outros. A maioria das cerâmicas analisadas (12 fragmentos) eram provenientes das escavações arqueológicas ocorridas em 1994 e estavam em subsuperfície, enquanto três fragmentos foram coletados em superfície durante prospecção na área, em 2009.

As amostras de cerâmica foram trituradas e os testes foram realizados com o material cerâmico em pó, a fim de identificar os fluidos presentes nos poros. Neste caso, as análises foram realizadas com a cerâmica, mas não com o solo, pois a intenção era relacionar as escolhas tecnológicas com os possíveis usos das vasilhas.

Assim, a cerâmica utilizada na análise química foi proveniente de duas etapas de campo. Na primeira, foram realizadas sondagens e coletas de superfície a partir da distribuição dos vestígios cerâmicos superficiais. A coleta consistiu em material de superfície até 80 cm de profundidade, além disso também se realizou coleta seletiva de bordas e fragmentos com tratamentos de superfície diferenciados.

Já em 2009, realizou-se uma prospecção na área com a finalidade de verificar a situação do sítio Gramado 15 anos após as escavações, bem como conversar com os moradores da fazenda Aparecida do Gramado sobre a ocorrência ou não de novos achados arqueológicos no local. Neste momento, foi realizado um registro das coordenadas geográficas e um caminhar em toda a área.

Observou-se abundante quantidade de cerâmica em superfície entre as fileiras de plantação de cana-de-açúcar, ainda em fase jovem de crescimento. O solo em ambas as etapas estava remexido por maquinário agrícola, o que contribuiu para evidenciar o material cerâmico em superfície.

O critério de seleção das amostras para análise química teve como finalidade abranger uma diversidade de formas e tratamentos de superfície (figura 1.3), sem privilegiar a localização dos fragmentos dentro do sítio. Dessa forma, não foi objetivo criar um mapa com áreas de concentração e ausência de cada indicador químico, mas sim evidenciar características que possam fornecer informações importantes sobre a função de cada fragmento.

A figura 1.7 está dividida em gráficos de A até E, representando cada prova química aplicada ao conjunto de fragmentos cerâmicos, e apresenta a distribuição de frequências relativas de cada resultado.

Para a análise por método físico, foi utilizada a técnica de fluorescência de raios X por dispersão em energia (EDXRF), utilizando o sistema portátil do Laboratório de Física

Nuclear Aplicada do Departamento de Física da Universidade Estadual de Londrina (Brasil).

Foram escolhidos fragmentos cerâmicos que pudessem contemplar uma diversidade de pigmentos e pastas. As análises foram aplicadas nas superfícies do material com o objetivo de compreender a natureza dos pigmentos utilizados, bem como a constituição da pasta. As análises de XRF realizadas foram quali-quantitativas e não apenas qualitativas, pois como os resultados apresentam as áreas líquidas dos picos, entre as quais é possível realizar razões, que são independentes das sensibilidades e dos fatores geométricos, fornecem dados quantitativos relativos entre elas.

Foram selecionados oito fragmentos cerâmicos do sítio Gramado coletados em sub-superfície na etapa de campo de 1994. O critério de escolha consistiu na seleção de fragmentos com pigmentos, de categorias estruturais e vasilhas diferentes, como: base, borda e parede, além de fragmentos com tratamento plástico. Já o fragmento de base GR-1949 foi submetido às duas técnicas de análise, possibilitando a complementaridade dos dados.

Na Figura 1.4, são apresentados os materiais estudados por fluorescência de raios X.

Figura 1.3 - Imagens das peças cerâmicas utilizadas na análise de vestígios químicos e características descritivas.



A-GR 235



B-GR 1587



C-GR 1949



D-GR 2209



E-GR 2340



F-GR 3283



G-GR 3524



H-GR3992



I-GR 4605



J-GR 4228 E 4234



K-GR 2145



L-GR 315



M-GR 5000



N-GR 5001



O-GR 5002

Figura 1.4 - Fragmentos para análise de fluorescência de raios X.



A-GR 1406



B-GR 270



C-GR 238



D-GR 2316



E-GR 1583



F-GR 1949



G-GR 4663



H-GR 3542

As cerâmicas selecionadas correspondem a bases e bordas com e sem tratamentos de superfície, bem como paredes com pigmento e tratamento plástico, lisas e com espessuras diversas.

A análise de vestígios feita na Universidad Nacional Autónoma de México é ilustrada na figura 1.5.

Fosfato (PO_4^{-3})

Provêm de tecidos ósseos, fezes, urina e restos de carne e pele. Uma característica dos fosfatos é sua estabilidade química, podendo permanecer por muito tempo no solo onde foram depositados. Os resultados são expressos numa escala comparativa, relativa de 1-5, e não em valores absolutos de medidas do sistema internacional de unidades – S.I. (Barba et al. 1991).

Ácidos graxos ($\text{CH}_3(\text{CH}_2)_n\text{COOH}$)

Devido à caracterização da matriz argilosa (cerâmica), os ácidos graxos ficam impregnados na argila, permanecendo protegidos de interferências externas (Heron e Evershed 1993).

Esta prova consiste em analisar a quantidade de ácidos graxos de uma amostra, a partir da presença e da permanência de bolhas.

O aparecimento de ácidos graxos reflete substâncias como óleos vegetais, gorduras animais ou resinas, que estão presentes pela preparação de alimentos, em áreas com dejeções fecais humanas ou espaços rituais (Barba et al. 1991).

Carbonatos (CO_3^{-2})

Os carbonatos são sais inorgânicos e o mais comum é o calcário ou carbonato de cálcio. Com essa prova, pode-se evidenciar a presença de sedimentos e “estucados”, derivados marinhos de concha de animais e concreções de cavernas.

Baseia-se na reação efervescente com ácido clorídrico, que libera bolhas de hidrogênio. Estabelece-se uma escala de 0 a 5 para diferenciar os níveis de intensidade, ou seja, a efervescência é indicativa da quantidade de carbono na amostra.

Resíduos proteicos (presença de proteínas, polipeptídios)

É o produto da decomposição de compostos que tiveram proteína e indicam a presença de produtos animais ou vegetais como carne, sangue ou que refletem a preparação de alimentos e/ou rituais (oferendas, sacrifícios e autossacrifício).

Essa prova consiste em detectar os resíduos de proteína quando reagem com um agente alcalino, liberando amoníaco na forma de gás. A amônia é detectada com o papel indicador universal de pH. Observa-se um valor de escala de 0-14, porém somente a partir do valor oito considera-se presença de resíduos proteicos.

Para esta prova se requer de 0.1 g da amostra pulverizada e se agrega 0.05 g de óxido de cálcio em um tubo de ensaio. Adiciona-se 1 ml de água e se cobre a boca do tubo com papel indicador de pH, umedecido com água destilada. Logo, o tubo se esquenta com o uso de um acendedor para produzir vapores. Se existirem resíduos de proteínas, em forma de cadeias proteicas fragmentadas (aminoácidos), então os vapores terão valores de pH alcalino. Resultados acima de 8 indicarão a presença de resíduos de proteína na amostra (Barba et al. 1991).

Potencial de Hidrogênio - pH

Pode-se identificar a acidez e a alcalinidade. Para medir essas propriedades criou-se uma escala que se baseia na concentração de íons hidrônio em uma solução ($\text{pH} = -\log [\text{H}^+]$).

Uma das aplicações do pH é a identificação de cinzas no contexto arqueológico, o que significa localizar os lugares em que se realizou combustão. Na cerâmica, é possível identificar se ela foi exposta ao fogo ou não, depois da queima. Entre as aplicações de pH está a localização de cinzas no contexto arqueológico, já que as cinzas contêm alta concentração de íons de hidróxido, que por sua vez significam a evidência de aquecimento e combustão. Valores acima de 9 podem evidenciar a presença de cinza (Barba et al. 1991).

Figura 1.5 - Laboratório de Prospecção Arqueológica (UNAM) - A e B - Preparação da mostra - cerâmica moída no almofariz; C - Eletrodo para medir o pH da mostra; D - Análise de fosfato.



Método fluorescência de raios X

O método de medida consistiu na irradiação das amostras com raios-X para identificar e medir, de forma simultânea, os diferentes elementos químicos (multielementar) presentes no fragmento cerâmico, de forma a inferir a respeito dos elementos majoritários e minoritários da pasta cerâmica (atenção dedicada a Si, Ar, K, Ca, Ti, Mn e Fe).

As medidas foram realizadas com o sistema PXRF-LFNA-03 de medidas de EDXRF portátil do Laboratório de Física Nuclear Aplicada (LFNA/UDEL), composto por: detector de raios X tipo Si-PIN (resolução de 149 e V para a linha de 5,9 keV Mn, com janela de Be de 0,5 mil, modelo XR-100CR (AMPTEK Inc.), fonte de alta tensão com amplificador, modelo PX2CR, analisador multicanal modelo MCA8000A, notebook para aquisição e armazenamento dos dados, excitação das amostras com um minitubo de

raios X com alvo de Tungstênio e 4W de potência (10-40kV, 0-100mA, foco de 5mm de diâmetro) (MOXTEK Inc.) e um posicionador para o conjunto de excitação-deteção com graus de liberdade de translação e rotação. Todo o sistema é portátil e pode ser utilizado para medidas no local de amostragem, como na Figura 4.6. No caso de ser necessário realizar medidas em local sem energia elétrica, o sistema é conectado a um gerador portátil com estabilizador Modelo Honda EU10i (L-P1). Algumas referências deste método são os estudos com cerâmicas arqueológicas brasileiras de Appoloni (2015), bem como o *Handbook of X-Ray Spectrometry* de Van Grieken e Markowicz (2002).

Figura 1.6 - Sistema portátil de EDXRF.



As mensurações foram feitas e expressas nos espectros nos quais os picos (linhas $K\alpha$ / $K\beta$ emitidas pelos elementos da amostra) representam a quantidade de raios X (eixo y) e suas respectivas energias (eixo x), nas seguintes condições de medida: tensão no tubo de 20KV e corrente de 4 μ A.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análises químicas

A tabela 1.1 apresenta um sumário referente aos testes de resíduos químicos. Nela são apresentadas as peças cerâmicas e os resultados na forma binária (0 - ausência e 1 - presença).

Na tabela 1.7, é possível perceber grande diversidade de resultados, com fragmentos diversos apresentando toda a gama possível. Nota-se a distribuição dos níveis de fos-

fato (0-5) quase equivalentes, ressaltando uma quantidade maior com valor 4 e ausência de ocorrências com valor 0. Parece evidente que os valores mais elevados nos resíduos químicos analisados encontram-se nos fragmentos de base (fundos), assim como em algumas bordas. No entanto, também pode-se observar variações nos resultados das distintas seções cerâmicas, o que poderia indicar uso diferenciado dos mesmos. Geralmente ações como assar enriquecem mais a base, enquanto ferver enriquece as bordas. O uso de conter ou armazenar, geralmente, enriquece mais as paredes do material cerâmico.

Tabela 1.1 - Características das cerâmicas e resultados dos testes de resíduos químicos. C-classe; DPL- decoração plástica; DPI- decoração pintada; RG- resíduos de ácidos graxos; RP- resíduos de proteínas; CO₃- carbonatos; pH- acidez/alcalinidade; P- fosfato - ER indica escala relativa de intensidade, não unidade S.I.

N.	PEÇA	C	DPL	DPI	RG	RP	CO ₃ -	pH	P
					(0-3) ER	(1-12) ER	(0-6) ER	pH da água= 6,45	(0-5) ER
1	GR 1949	BS	0	1	0	6	0	6,27	5
2	GR 4605	B	0	1	1	6	1	6,78	3
3	GR 3283	B	1	0	0	7	1	6,64	2
4	GR 2340	P	1	0	1	8	1	6,56	3
5	GR 235	BS	0	0	0	9	1	6,7	5
6	GR 2145	P	1	0	0	9	1	6,29	1
7	GR 315	B	1	0	0,5	9	0	6,91	2
8	GR 2209	B	0	1	0	9	0	6,83	5
9	GR 3524	B	0	1	0,5	9	0	6,98	4
10	GR 1587	P	0	1	0	7	1	7,14	4
11	GR 5000	B	1	0	0	6	1	7,6	1
12	GR 5001	P	0	1	0,5	6	1	7,65	4
13	GR 5002	P	0	0	0,5	7	1	7,23	1
14	GR 3992	B	1	0	0,5	7	1	7,08	4
15	GR 4228	P	0	1	1	X	6	8	3

Segundo a tabela 1.2, observou-se índice de fosfato máximo (5) em três fragmentos – GR 1949, 235 e 2209 (figura 3 – C, A e D) e valor 4 nos fragmentos – GR 3524, 1587, sem n. e 3992 (figura 3 – G, B e N).

Tabela 1.2 - Classe de fragmentos e distribuição de fosfato - valores 4 e 5 Valores expressos em escala relativa.

Fragmento	Classe	Valor 5 (fosfato)	Valor 4 (fosfato)
GR 235	Base		
GR 1949	Base		
GR 2209	Borda		
GR 3524	Borda		
GR 1587	Parede		
GR sem número	Parede		
GR 3992	Borda		

A figura 1.7 - B mostra que a maior parte das cerâmicas não apresentava resíduos graxos, e algumas peças apresentavam pequenas quantidades (0,5 e 1,0). Os maiores índices de ácidos graxos (tabela 4.1) foram encontrados em dois fragmentos de parede, ambos com decoração – GR 2340 e 4228 (figura 3 – E e J). Na figura 4.7 – C, observa-se que a maior ocorrência de carbonatos, numa escala de 0 a 6, apareceu com valor 1 e apenas a amostra GR 4228 (figura 3 - J) apresentou valor máximo (tabela 4.1). Na figura 4.7- D, verifica-se, numa escala de 1-12, que a maior quantidade de ocorrências tem valor 9. As demais evidências estão distribuídas de forma equilibrada entre os valores 6 e 7, e pouca quantidade com valor 8.

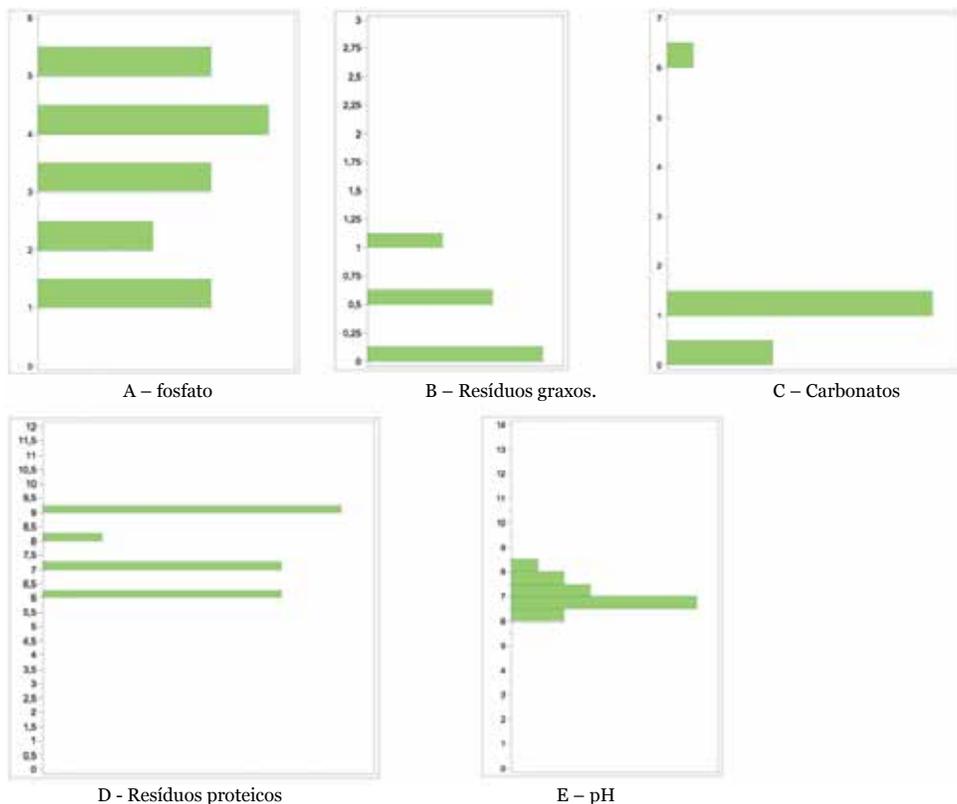
A tabela 1.3 mostra a ocorrência de altos valores de proteínas (9) em algumas peças, conforme o tipo de acabamento de superfície.

Tabela 1.3 - Presença de resíduos proteicos com valor 9 divididas por classe e tipo de acabamento de superfície:

Fragmento	Classe	Decoração plástica	Decoração pintada
GR 235	Base		
GR 2145	Parede		
GR 315	Borda		
GR 2209	Borda		
GR 3524	Borda		

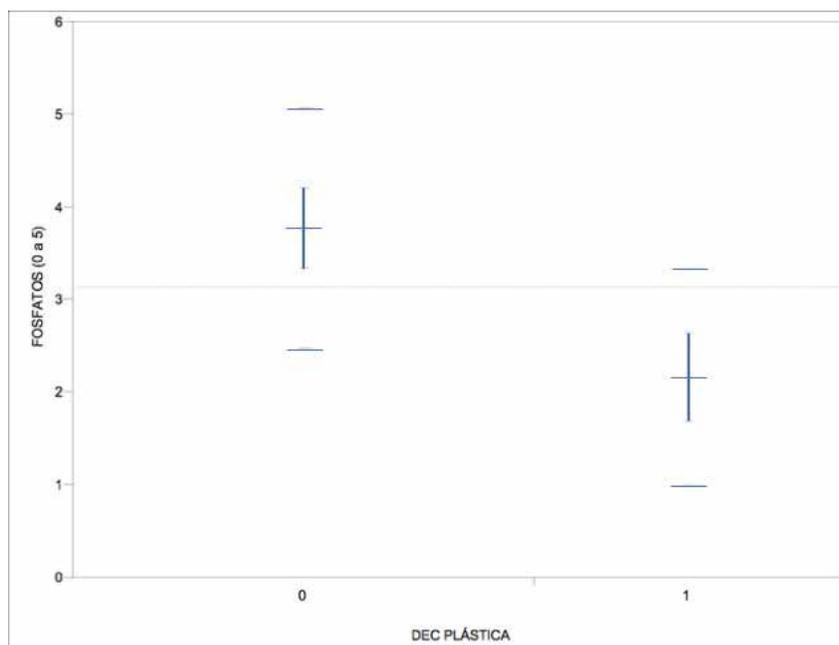
A figura 1.7-E mostra a variação do pH das amostras e pode-se observar que a maior parte está entre os valores de 6 a 7, apenas o fragmento GR 4228 (figura 3 - J) apresentou valor 8 de pH (tabela 1), porém não é um valor consideravelmente alto. Em geral, pode-se comentar que os valores de pH, em algumas amostras, são baixos e se mantêm em uma categoria de ácido a neutro. Esta condição parece evidenciar que os materiais cerâmicos não estiveram expostos ao fogo, nem estiveram associados ao aquecimento de alimentos.

Figura 1.7 - Distribuição de frequências relativas dos resíduos químicos no conjunto das cerâmicas.



Na figura 1.8, levando-se em conta os valores e as barras de erros, os valores são diferentes entre fragmentos com decoração plástica e ausência ou presença de fosfato. Verificou-se que a decoração plástica, tanto em bordas quanto em paredes, apresentou baixa ou quase nula presença de fosfato. Isso indica que o material não foi utilizado para processamento de carnes ou teve contato com fezes. Não se utilizou para a preparação nem para o consumo de alimentos, nem para o depósito de vestígios fecais.

Figura 1.8 - Distribuição da decoração plástica e fosfato (barra central é a média, primeira barra horizontal é o erro padrão da média e as barras periféricas são o desvio padrão).

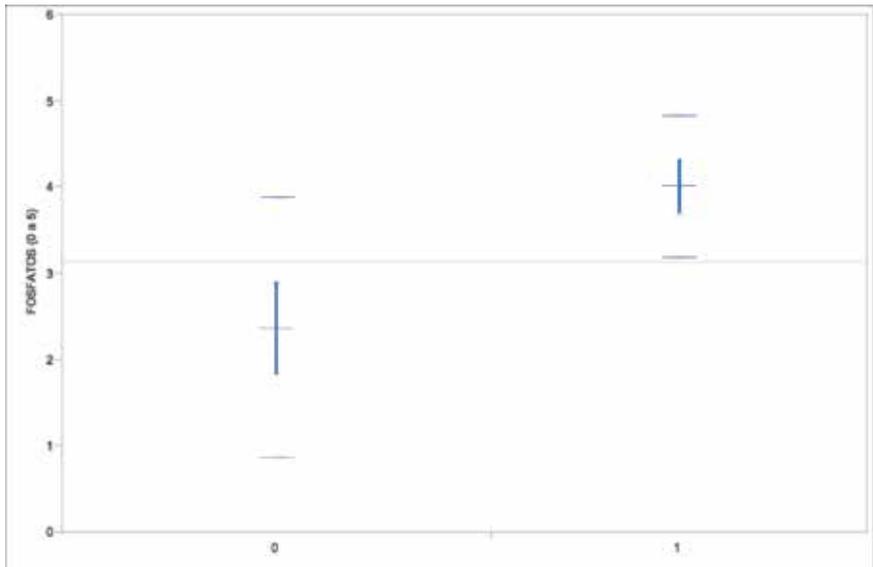


Na figura 1.9, observaram-se valores diferentes entre os fragmentos com decoração pintada e a presença de fosfato. Os fragmentos com pintura, tanto bordas quanto paredes, apresentaram grande quantidade de fosfato. Isso indica a possibilidade de uso para preparação de carnes ou mesmo resíduos fecais.

Nos estudos químicos realizados com artefatos cerâmicos da cultura Konduri em sítio de Terra Preta, na região do baixo Amazonas, mais especificamente em Cachoeira-Porteira, estado do Pará, Brasil, o fosfato encontrado indicou a incorporação de massa moída durante o cozimento de alimentos e a formação do perfil do solo de Terra Preta desenvolveu um latossolo amarelo (Costa et al. 2004).

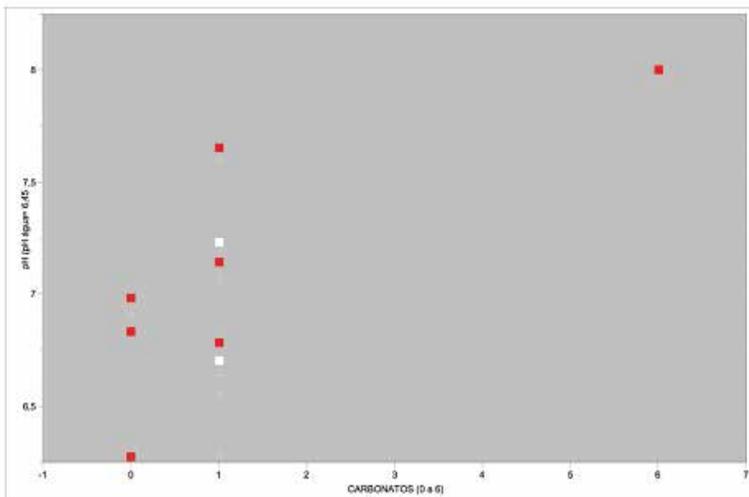
O consumo de alimentos tais como caldos com adição de proteínas vegetais e animais pode derivar em enriquecimento substancial de fosfato. Exemplos parecidos foram observados em análises de grandes vasilhas arqueológicas localizadas no sítio arqueológico de Xochicalco, no México, em que seus altos valores, em particular de fosfato, proteínas e ácidos graxos, claramente indicaram sua função na preparação de alimentos e caldos de carne (Barba et al. 2014).

Figura 1.9 - Distribuição do acabamento pintada e fosfato (barra central é a média, primeira barra horizontal é o erro padrão da média e as barras periféricas são o desvio padrão).



Na figura 1.10, verifica-se que o fragmento GR 4228 (figura 3 – J) apresentou valores diferentes dos demais, tanto no que diz respeito à presença de carbonatos quanto de pH.

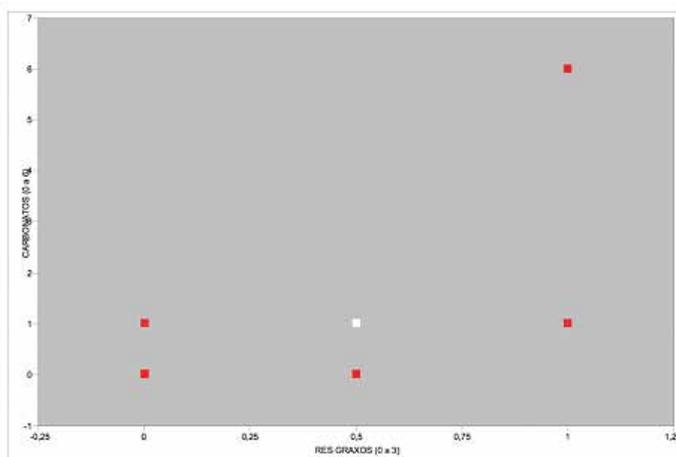
Figura 1.10 - Distribuição de carbonatos e pH.



Na figura 1.11, observa-se a comparação entre carbonatos e resíduos graxos e é evidente que o fragmento GR 4228 (figura 3 – J) destaca-se estatisticamente, de forma significativa dos demais.

Os altos valores de carbonatos e de pH da amostra 4228 têm relação mais com o tipo de pasta do que com a função da vasilha. Muito possivelmente trata-se de uma pasta com concentrações de carbonatos, que também incrementa o valor de pH, sem estar relacionada com aquecimento.

Figura 1.11 - Distribuição de carbonatos e ácidos graxos.



Fluorescência de raios X

Esse tipo de análise gera espectros de raios X emitidos pela amostra, como o exemplo da figura 1.12, que não são de interpretação intuitiva. Assim, a figura 1.12 será empregada para explicar como os espectros seguintes devem ser interpretados. O eixo y apresenta as contagens para cada energia de raios X e o eixo x, a energia dos raios X de resposta de cada elemento químico detectado (Ar, Fe, Mn, Ti, Si), chamados de raios X característicos. Cada elemento é identificado por um ou dois picos, denominados $K\alpha$ e $K\beta$, que correspondem às camadas eletrônicas que são excitadas pelos raios X e que emitem energia na forma de fluorescência.

Assim, nesses espectros, são identificados picos dos seguintes elementos, da esquerda para a direita: Si, Ar, K, Ca, Ti, Mn e Fe. Apenas Ar não é de interesse, visto que é um pico gerado em resposta à presença desse elemento no ar atmosférico existente entre a amostra e o detector.

Os demais são elementos típicos dos minerais que compõem a pasta de argila ou o engobo. Nos espectros subsequentes, aparecerão esses mesmos picos/elementos nesta ordem, mas com diferentes alturas de pico, indicando quantidades variáveis de cada elemento. A área líquida de cada pico (área total do pico subtraída das contagens do fundo contínuo sob a mesma) é diretamente proporcional à concentração do elemento químico correspondente àquele pico. Dessa forma, variações nestas áreas são diretamen-

te proporcionais a variações na quantidade do elemento considerado na amostra, como pode ser visto nos espectros de Fluorescência de Raios X apresentados.

Figura 1.12- Espectro de fluorescência de raios X (contagens *versus* energia em keV). Exemplo de espectro de análise de comparação entre pigmentos de cerâmica e pasta. Linha verde= fundo branco, medida B; Linha lilás= listra preta, Linha azul= pasta, medida a. $K\alpha$, $K\beta$ correspondem às linhas de fluorescência para diversos elementos: Fe= ferro; Si=silício; Ar= argônio; Mn= manganês; Ti= titânio.

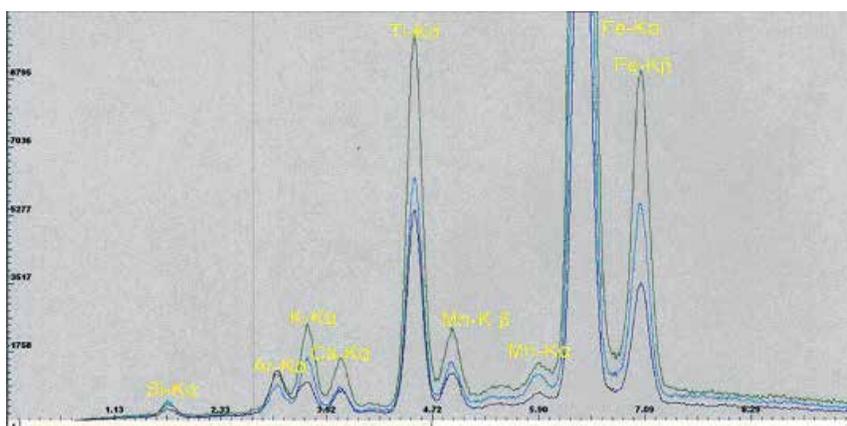
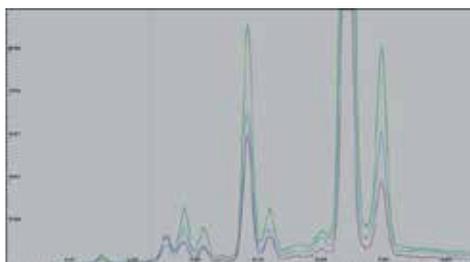
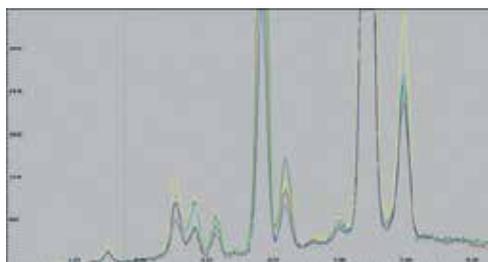


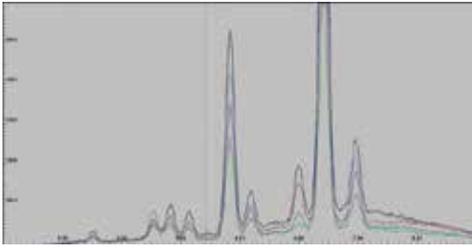
Figura 1.13 Quatro espectros de raios X relacionando pastas cerâmicas e pigmentos.



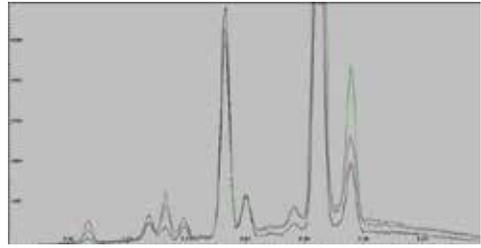
A Comparação de espectro de raios X de pigmentos vermelhos e pasta cerâmica. Fragmentos GR1406 e GR4663. No espectro apresentado, as linhas correspondem: linha verde - GR4663 pigmento vermelho; linha lilás - GR 4663 pasta; linha azul - GR1406 pigmento vermelho.



B Comparação de espectro de raios X de pastas cerâmicas. Linha azul - fragmento 270, linha verde - fragmento 1406, linha lilás - fragmento 238 e linha amarela - fragmento 4663.



C Comparação de espectro de raios X de pasta cerâmica, pigmento preto e pigmento branco. Fragmento GR 238. Linha azul – pasta, linha verde – fundo branco, linha lilás – listra preta e linha preta – listra preta.



D Comparação de espectro de raios X de pasta cerâmica, pigmento vermelho e pigmento branco. Fragmento GR 1406. Linha verde – vermelho; linha lilás – branco e linha preta – pasta.

Na figura 1.13 – A, temos a comparação entre dois pigmentos vermelhos, sendo que um deles apresenta pintura na face interna (GR 1406), enquanto no outro a pintura apresenta-se na face externa, como acabamento (GR 4663). O espectro demonstra que não existem diferenças entre os dois pigmentos. No entanto, o fragmento GR 4663 apresentou potássio em sua pasta, que pode ser proveniente da própria argila (argila de melhor qualidade para sinterizar cerâmica) ou ocorreu adição intencional de cinzas.

A presença de potássio na amostra 4663 pode derivar da adição de carvão pulverizado como removedor de gordura, o que permite diminuir a plasticidade de uma argila muito gordurosa, diminui a chance de rachaduras, melhora a secagem e a curva de cozimento (Alviset 1967: 58).

Na figura 1.13 – B, não foi observada alteração de composição da pasta entre os fragmentos GR 270, 1406, 238 e 4663.

Na figura 1.13 – C, o pigmento preto apresentou óxido de manganês (pico de Mn aumentado nesta figura em relação às outras), enquanto o pigmento branco apresentou silício aumentado. Não se constatou aumento de dióxido de titânio (comum nos pigmentos brancos).

Na figura 1.14, são apresentados quatro fragmentos comparando a pasta cerâmica e seus respectivos espectros de raios X

Na figura 1.14, observa-se que a pasta cerâmica do fragmento GR 1949 apresentou potássio aumentado, comparado aos demais fragmentos.

A partir dos dados apresentados, é possível discutir alguns aspectos relevantes sobre a cerâmica do sítio Gramado. Segundo Barba e Mejía-Pérez (1994), os altos valores de pH indicam a presença de exposição ao fogo e cinzas provenientes da queima de madeira. Nas áreas de atividade da região de Cobá (Quintana Roo – México), realizadas por eles, as análises químicas e o alto valor de pH, juntamente com as características de estrutura e localização geográfica, bem como a evidência de pouca quantidade de cerâmica utilitária permitiram definir a área de estudo como santuário familiar e local de rituais.

Nos sítios de terra preta da floresta amazônica colombiana, bem como os sítios com as mesmas características na Amazônia Brasileira, as análises químicas e de mineralogia dos fragmentos cerâmicos apontaram características comuns, em ambos os casos: a presença de fósforo como elemento químico importante nas vasilhas, o que nos permite inferir sobre o uso com alimentos do cotidiano pelos povos amazônicos pré-históricos (Costa et al. 2011).

De maneira experimental, tem-se enriquecido cerâmica atual e pequenos pisos fabricados com intenção de verter soluções conhecidas por gotejamento, para que sejam absorvidas nos poros de ambos os materiais. Desta forma, verteram-se 0.5 g de cinza – obtida queimando carvão de carvalho, diluídos em 10 ml de água destilada. Depois de quatro semana de enriquecimento, o nível de pH das amostras se incrementa, assim como os fosfatos. Esses materiais foram enterrados pouco depois, e depois de seis meses foram recuperados e utilizados como amostras. Os resíduos químicos relacionados com as cinzas se mantiveram altos, tanto o pH quanto o fosfato. O anterior confirma que, em termos arqueológicos, um pH alto medido em uma amostra pode corresponder à cinza produzida durante a combustão de madeira usada para o cozimento de alimentos. A relação entre a cinza e os altos valores de pH tem foi estudada anteriormente (Barba y Córdova 1991), porém não se havia confirmado experimentalmente (Barba et al. 2014).

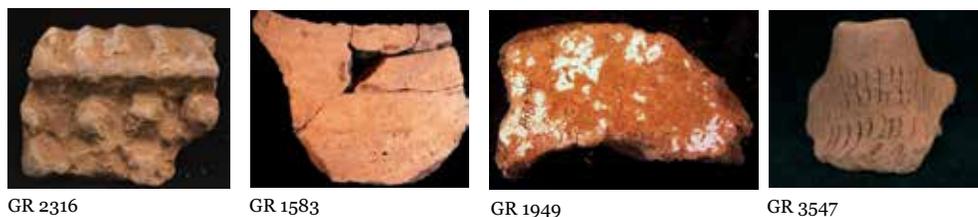
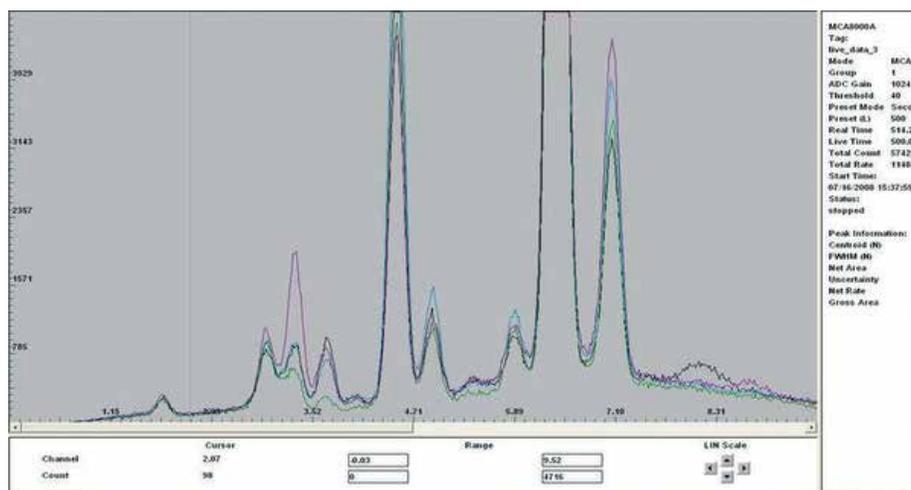


Figura 1.14 - Comparação de espectro de raios-X de pastas cerâmicas. Linha azul - fragmento 3542, linha verde - fragmento 2316, linha lilás - fragmento 1949 e linha preta - fragmento 1583.



Na tabela 1.4, é apresentada a ocorrência de elementos químicos em cada fragmento.

Fragmento	Resultado
	Faixa e pigmento vermelho lado côncavo: Si, K, Ca, Ti, Mn, Fe
GR 1406	Pasta cerâmica - Medida pelo lado convexo: - Elemento-chave para o vermelho é quantidade de Fe - Elementos-chaves para o branco são quantidade Si e K - argila branca com silicato - Corte transversal irregular. A priori: - Elemento-chave para o vermelho é quantidade de Fe - Elemento-chave para o branco é quantidade Si e K - argila branca com silicato
GR 238	- Fundo branco (há dúvida sobre a qualidade do foco nesta medida). Razão pico Mn / Fe == (d) (c) (b) (a) 0.1627 0.1248 0.1284 0.0468 Tinta preta – indicação é óxido de Mn
GR 2316	Análise da Pasta lado côncavo - picos para Fe, K e Ca
GR 4663	Medida do engobo vermelho – região convexa Medida da pasta cerâmica – área quebrada região côncava
GR 270	Medida da pasta cerâmica - picos para Fe, K e Ca
GR 1583	Medida da pasta cerâmica / lado convexo - picos para Fe, K e Ca
GR 1949	Medida da pasta cerâmica – lado convexo – picos para Fe, K e Ca com destaque para maior proporção de K
GR 3547	Medida da pasta cerâmica – corte transversal - picos para Fe, K e Ca

No sítio Gramado, o fragmento GR 4228 (figura 3 – J) apresentou pH=8 acompanhado de um valor elevado de carbonato (6), destoando, de forma significativa, dos demais fragmentos, porém o valor de pH não é suficientemente alto para afirmar a presença de combustão, mas sim a carbonatação da cerâmica. A carbonatação pode ocorrer por uma reação química em que a cerâmica contém sais (seja da sua própria pasta ou do meio de onde foi retirada) e, ao contato com a água, pode apresentar-se na superfície da cerâmica, provocando um aumento de pH, mas que normalmente provém de cálcio ou de sulfatos de cálcio. Ela pode ocorrer também devido ao uso de conchas como antiplástico e de sua posterior alteração pela combustão, ou pelas fontes da matéria-prima, ou mesmo pode ter sido transferida do próprio solo, uma vez que há um histórico de cultivo agrícola na região e o solo pode ter sido corrigido com calcário. O uso de conchas não deve ser o caso, pois nunca foi achada concha no sítio ou cerâmica, e não é uma região costeira.

Barba e Mejía-Pérez (1994), ao descreverem uma área habitacional do sítio arqueológico de Cobá (Quintana Roo – México), apontam que o alto índice de carbonatos no solo pode ser indicador da abundância de estruturas construídas com cal que, ao desintegrarem-se, misturam-se com o solo. A concentração de resíduos químicos como fosfato e pH em uma das áreas foi interpretada como ocorrência de uma variedade de atividades domésticas associadas com fontes de calor e consumo de alimentos.

A partir do estudo de resíduos químicos de cerâmicas arqueológicas do México, tais como a cerâmica Asteca de Axotlen, mostrou-se que as jarras concentraram maior quantidade de resíduos químicos. As jarras, os comales e os braseiros apresentaram as

maiores médias de carbonatos, junto com as miniaturas de cajetes. Jarras, incensários e pratos tripés foram as formas que mostraram as médias mais altas de fosfato. A média mais alta de ácidos graxos apresentaram os incensários, as caçarolas e as jarras. No caso das caçarolas e das jarras, observou-se resíduos de preparação de alimentos, porém os incensários foram enriquecidos pelo uso de resinas durante os rituais (Barba 2009; Barba et al. 2014).

Segundo Barba e Pérez (1994), a presença de fosfato em áreas habitacionais indica atividade de preparação e consumo de alimentos. Podemos inferir sobre a possibilidade de os fragmentos GR 235 e GR 2209 terem sido utilizados para esse fim graças à combinação de fosfato e resíduos proteicos apresentados de forma elevada.

Já o fragmento GR 1949 apresentou valores baixos para todas as provas, exceto na prova de fosfato. Com isso levanta-se a hipótese de se tratar de um recipiente para refeições, porém a análise da pasta cerâmica por espectros de raios X demonstrou que esse fragmento apresenta aumento de potássio, o que torna a cerâmica mais impermeável. Portanto, comparando as duas análises, pode-se levantar a hipótese de se tratar de outra fonte de argila.

Os resultados apresentados na tabela 2 mostram que existe uma relação direta entre presença de fosfato e o acabamento de superfície, nas cerâmicas do sítio Gramado. As bordas com pintura GR 2209 e GR 3524 apresentaram maior concentração de fosfato também alto índice de resíduos proteicos, podendo indicar a presença de carne, ossos ou sangue e, devido ao tamanho pequeno e médio das vasilhas, descarta-se a utilização para armazenamento de alimentos, podendo sugerir sua utilização no manuseio e/ou no preparo de material de origem animal. Para esclarecer melhor o uso no passado, o ideal seria saber se tratava-se de fosfato de cálcio ou alumínio, mas os exames implantados no laboratório, no momento das análises, não eram indicadores desses elementos.

As cerâmicas com decoração plástica apresentaram pouca ou quase inexistência de fosfato, exceto o fragmento GR 3992 (figura 3 – H).

Com relação aos resíduos proteicos, observou-se que dois fragmentos GR 315 e GR 2145 apresentavam índice elevado (figura 3 - M e L), além de características formais semelhantes: vasilhas pequenas com espessura fina.

Ao todo, a análise química do sítio Gramado mostrou, apesar do número reduzido de amostras, que a cerâmica apresentou variedade considerável de resultados químicos. Este trabalho não pretende tratar de análise de fragmentos ou de volume de vasilhas, mas, no trabalho de Sallum (2011), houve análise estatística das frequências de peças e associação com resíduos, e apontou-se que há diferença estatisticamente significativa para o conteúdo de fosfato entre aquelas com acabamento de superfície pintada e plástica. Porém há uma característica comum entre elas: todos os fragmentos decorados e com alto índice de resíduos proteicos constituem-se de vasilhas de menor dimensão, embora não tenha sido feito estudo detalhado de volumetria, pois as peças encontravam-se demasiadamente fragmentadas pequenas. O fragmento GR 4228 (figura 3 – J) destoou dos demais por apresentar carbonatação na cerâmica, o que não é facilmente explicado.

Quanto à análise de fluorescência de raios X, observou-se que o pigmento vermelho não teve variação em seus elementos, tanto nas pinturas externas quanto internas, apresentando como elemento-chave o Fe, indicando o uso de matéria-prima com óxidos deste elemento. No pigmento branco, constatou-se a presença de silicato, demonstrando a utilização de pigmento mineral estável durante a queima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças na pasta podem indicar que os povos Tupinikin do sítio Gramado escolheram duas ou mais fontes de matéria-prima para construir suas vasilhas cerâmicas ou pode sugerir, também, que algumas vasilhas foram confeccionadas em outro lugar e levadas ao sítio posteriormente. No entanto, observa-se as mesmas características de acabamento de superfície e morfologia das vasilhas, sugerindo a manutenção de práticas de consumo com diferentes pastas cerâmicas.

Os pigmentos utilizados eram de origem mineral e resistentes à queima cerâmica, reforçando a ideia de que o acabamento de superfície pintado era aplicado antes da cozedura. Desta forma, os pigmentos eram absorvidos pela argila no momento em que ela não estava totalmente seca. Esta técnica recebe o nome de engobo ou engobe. O uso desta técnica deixa claro a escolha das ceramistas por uma pintura que pudesse durar por um longo período.

O pigmento vermelho não apresentou variação em seus elementos, tanto nas pinturas externas quanto nas internas, apresentando como elemento-chave o Fe, indicando o uso de matéria-prima com óxidos deste elemento.

As bordas pintadas apresentaram valores altos de fosfato, sugerindo o uso no manuseio ou mesmo no preparo ou consumo de material orgânico de origem animal, como caldos e cozidos. Por se tratar de vasilhas de tamanho médio e grande (aproximadamente 40 cm de diâmetro de boca), descarta-se sua utilização para armazenamento de alimentos. Assim, as vasilhas pintadas nas bordas com fundo branco, linhas pretas e faixa vermelha, eram usadas para servir e consumir alimentos coletivamente.

As cerâmicas com espessuras finas (de 5 a 10 mm), com diâmetro de boca de aproximadamente 20 cm, tinham alto índice de resíduos proteicos, sugerindo a utilização em algo que envolvesse a presença de sangue. No caso das cerâmicas astecas do México, a “copa” - tipo de objeto comumente associado ao consumo de pulque - não apresentou resíduos de carboidratos que confirmassem a relação, mas sim altos valores proteicos, o que permitiu associá-la aos rituais de autossacrifício (Barba et al. 2014). Nas vasilhas Tupinikin, tal informação poderia sugerir o uso em rituais antropofágicos, porém análises mais aprofundadas são necessárias.

REFERÊNCIAS

- ALVISET, L. 1967. Modificación de las propiedades de las arcillas por medio de aditivos. *Materiales de Construcción*, v. 17, n. 126: 55-66.
- AMENOMORI, S. N. 2005. *Paisagem das ilhas, as ilhas da paisagem*: a ocupação dos grupos pescadores-coletores pré-históricos no litoral norte do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, SP.
- APPOLONI, C. R. 2015. Estudos de cerâmicas arqueológicas brasileiras por metodologias nuclear-atômico-moleculares não destrutivas. *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), v. 28, n. 43: 21-29.
- APPOLONI, C. R. 2013. Recent developments in atomic/nuclear methodologies used for the study of cultural heritage objects. XXXV BRAZILIAN WORKSHOP ON NUCLEAR PHYSICS. *AIP Conference Proceedings*. v. 1529: 30-39.
- APPOLONI, C. R., PARRERIA, P. S., RIZZO M. 2007. Aplicação de um equipamento

- portátil de EDXRF no acompanhamento dos trabalhos de restauro de pinturas murais na Igreja da Paróquia Imaculada Conceição (São Paulo, SP). *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, v. 1, n. 4: 161-164.
- APPOLONI, C. R., PARRERIA, P.S., LOPES, F. 2008. Métodos e técnicas de caracterização ao estudo do patrimônio cultural: trabalhos desenvolvidos pelo LFNA-DFIS. *Revista CPC Universidade de São Paulo*. n. 6: 198-207.
- BARBA, L. 1986. La química en el estudio de áreas de actividad, L. Manzanilla (ed.) *Unidades habitacionales mesoamericanas y sus áreas de actividad*, IIA, UNAM, México: 21-39.
- BARBA, L. 2009. Los residuos químicos en cerámicas. Indicadores arqueológicos para entender el procesamiento de alimentos y el uso de recipientes. *Memorias del XXX Congreso Internacional de Americanistas*, Centro Studi Americanistici Circolo Amerindiano. Perugia: 721-728.
- BARBA, L. e LAZOS, L. 2000. Chemical Analysis of Floors for the Identification of Activity Areas: A Review. *Antropología y Técnica*, n. 6: 59-70.
- BARBA, L. e MANZANILLA, L. 1987. Estudio de areas de actividad. In: MANZANILLA, L. (Ed.) *Cobá, Quintana Roo: Análisis de las Unidades Habitacionales Mayas*. México: Universidad Autónoma de México (UNAM): 69-115.
- BARBA, L. e ORTIZ, A. 1992. Análisis químico de pisos de ocupación: un caso etnográfico en Tlaxcala, México. *Latin American Antiquity*, v. 3 n. 1: 63-82.
- BARBA, L. e BELLO G. 1978. Analisis de Fosfatos en el Piso de una Casa Habitada Actualmente. *Notas Antropológicas*, v.1, n. 24:188-193.
- BARBA, L.; RODRÍGUEZ, R.; CÓRDOBA, J. L. 1991. *Manual de técnicas microquímicas de campo para la arqueología*. Mexico DF: Instituto de Investigaciones Antropologicas, UNAM.
- BARBA, P. e TOVALÍN, L. A. 1997. Estudio de las unidades habitacionales antes de la excavación. In: *Cobá, Quintana Roo: Análisis de las Unidades Habitacionales Mayas*. México: Universidad Autónoma de México: 332-337.
- BARBA L. e MEJÍA-PEREZ, E. 1994. *El análisis en al arqueología: historia e perspectivas*. Mexico DF: Instituto de Investigaciones Antropologicas. Instituto de Investigaciones Antropologicas UNAM.
- BARBA, L., RODRIGUEZ, R. e CÓRDOBA, J. L. 1991. *Manual de técnicas microquímicas de campo para la arqueología*. Instituto de Investigaciones Antropologicas, UNAM.
- BARBA, L. ORTIZ A., e MANZANILLA L. R. 2007. Commoner ritual at Teotihuacan, Central Mexico. Methodological considerations. N. Golgin e J. Lohse (eds.), Commoner ritual, and ideology in Ancient Mesoamerica. University Press of Colorado: 55-82.
- BARBA, L. ORTIZA, e PECCI, A. 2014. Los Residuos químicos. Indicadores arqueológicos para entender la producción, preparación, consumo y almacenamiento de alimentos en Mesoamérica. *Anales de Antropología*, v. 48-I. IIA, UNAM, Mexico: 201-239
- BUENO, F. da S. 1993. *Vocabulário Tupi-Guarani-Português*. 2 ed. Editora Gráfica Nagy.
- CAÑABATE GUERRERO, M. L. e SÁNCHEZ VIZCAÍNO., A. 1995 *Análisis de indicadores bioquímicos del contenido de recipientes arqueológicos*. Complutum.. 6: 281-291.
- CAÑABATE GUERRERO, M. L. e SÁNCHEZ VIZCAÍNO, A. 1998. *Indicadores quími-*

- cos para la arqueología*. Centro Andaluz de Arqueologia Ibérica. Universidad de Jaen – Espanha: 59-115.
- COSTA, M. L., KERN, D.C., PINTO, A. H. E., SOUZA, J.R.T. 2004. The ceramic artifacts in archaeological black Earth (terra preta) from Lower Amazon region, Brasil: chemistry and geochemical evolution. *Acta Amazonica*, v. 34, n. 3: 375-386.
- COSTA, M.C., RIOS, G.M., SILVA, M.C., SILVA, G. J. & MOLANO-VALDE, U. 2011. Mineralogia e química de fragmentos cerâmicos arqueológicos em sítio com terra preta da Amazônia Colombiana, *REM*, Ouro Preto, v. 64, n. 1: 017-023.
- EIDT, R.C. 1997. Detection and examination of anthrosols by phosphate analysis. *Science*, v. 197: 1327-1333.
- EVERSHED, R. P.; HERON, C.; GOAD, L. J. 1990. *Analysis of organic residues of archaeological origin by high temperature gas chromatography/mass spectrometry*. *Analyst*. v. 115: 1339-1342.
- FEIGL, F. e ANGER, V. 1958. *Spot Tests in Organic Analysis*. 7 ed. New York: Elsevier Publ. Co.
- HANSELI, F. A., FOSSARI, T. D., MADUREIRA, L. A. Dos S. 2008. Lipídios em sedimentos arqueológicos – resultados preliminares do sítio arqueológico Rio do Meio, Ilha de Santa Catarina (SC). *Revista Brasileira de Ciência do Solo*. Viçosa (MG), v. 32, n. 1.
- HERON, A., EVERSHED, R.P. 1993. The analysis of organic residues and the study of pottery use. Schiffer, M.B. (ed). *Archaeological method and theory*, Universidad of Arizona Press. v. 5: 247-284.
- MEJÍA-PEREZ, E. e BARBA, L. 1988. El análisis de fosfatos en la arqueología: historia y perspectivas. *Anales de Antropología*, v. 25: 127-147.
- OBREGÓN, M., BARBA, L., ORTIZ, A., GÓMEZ L. 2011. Transformaciones antrópicas del suelo en un lugar de habitación prehispánico en los Andes noroccidentales. *TRACE 59, Dinámicas espaciales en arqueología*: 90-104.
- ORTIZ, A. 1990. *Estudio químico de un conjunto residencial teotihuacano*. Tesis (Escuela Nacional de Antropología e Histori) Instituto Nacional de Antropología y Historia (INAH, México).
- ORTIZ, A. 2015. *Determinación de las Características de un barrio teotihuacano con Arqueometría*. El caso de Teopancazco. Tesis Instituto de Investigaciones Antropológicas UNAM.
- PATRICK, M.; SMITH., A. B. e KONING, A. J. 1985. Gas-liquid chromatographic analysis of fatty acids in food residues from ceramics found in the south-western Cape, South Africa. *Archaeometry*. v. 27: 231-246.
- PECCI, A., ORTIZ, A., BARBA, L. e MANZANILLA, L. R. 2010. Distribución espacial de las actividades humanas con base en el análisis químico de los pisos de teopancazco, Teotihuacan. COLOQUIO PEDRO BOSCH GIMPERA VI. Cidade do México. Editora Ortiz Díaz. Publicación eletrônica del IIA: 447-472.
- PÉREZ, R. M., BARBA, L. 2002. Pruebas químicas y areas de actividad en contextos domésticos del norte del area maya: un análisis comparative”. CONGRESO INTERNACIONAL DE MAYISTAS, III, Chetumal. Universidade de Quintana Roo (UNAM).
- PROSCH-DANIELSEN, L. e SIMONSEN, A. 1989. Principal components analysis of pollen, charcoal and soil phosphate data as a tool in prehistoric land-use investigation at Forsandmoen, southwest Norway. *Norwegian Archaeological Review*. v. 21: 85-102.

- VAN GRIEKEN, R.E. and MARKOWICZ, A. A. 2002. *Handbook of X-Ray Spectrometry*. Marcel Dekker Inc., New York: 199-236.
- VINBERG, A. 1990. Phosphates – The Invisible Garbage. *Archaeological excavations*. Depto. The Hägersten; Swedish National Heritage Board: 30.

AGRADECIMENTOS

Ao Gregório Ceccantini (IB-USP), Paulo Jacob, Dária Barreto (MAE-USP). À Rede Macro-Universidades (Santander), Universidade Nacional Autónoma de México; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pela bolsa de Mestrado; ao CNPq pela bolsa de produtividade (MCA).